

principal as que dizem respeito as lutas sociais é que “chamamos” os colegas que têm estado a discutir, construir conhecimentos sobre a realidade nordestina. Portanto, os artigos que fazem parte deste livro carregam a dedicação, o esforço, o trabalho acumulado de cada um em particular, porém, a agregação coletiva ampliou o volume de trabalho, o qual proporciona outro valor. Além deste aspecto, a obra traz todas as forças sociais que foram e são alimentadoras das lutas, tanto nos espaços coletivos do campo como dos acadêmicos. Esperamos que o livro permita a visão ca-leidoscópica do mundo agrário nordestino no colorido das formas, dos movimentos dialéticos que impulsionam processos novos em que mulheres e homens sintam-se sujeitos de transformação.

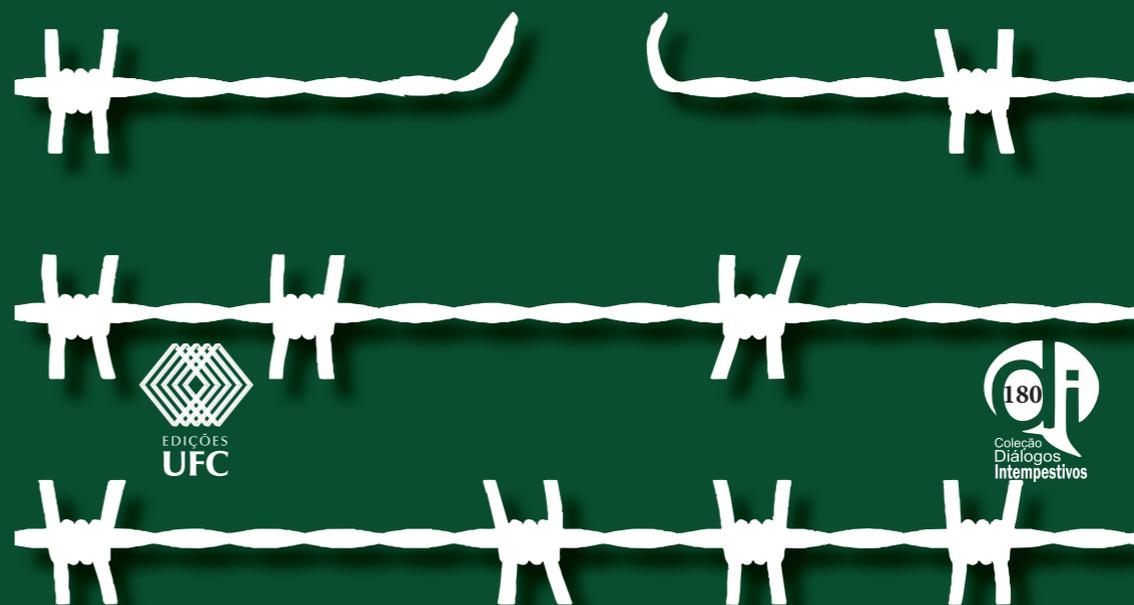


Espaços, Natureza e Resistências Camponesas no Nordeste



José Levi Furtado Sampaio
Francisco Amaro Gomes de Alencar
Cícero Nilton Moreira da Silva
Francisca Maria Teixeira Vasconcelos
ORGANIZADORES

Espaços, Natureza e Resistências Camponesas no Nordeste



Escrever sobre o espaço agrário nordestino é uma missão bastante complexa por diversos fatores: a escala geográfica no sentido da extensão territorial que tem a região Nordeste e as regiões nordestinas; b) as diversidades e adversidades que possuem as regiões que formam esse Nordeste do planejamento; c) as implicações políticas e geopolíticas que transbordam as fronteiras regionais e micro-regionais; d) os nordestes socioculturais que estão diluídos por diversos recantos e cantos com seus cantos e encantos; e) os espaços agrários regionais e locais, nos quais perduram as estruturas anacrônicas fundiárias e de poder.

Caminhando no sentido de protagonizar as experiências que estão sendo analisadas, avaliadas, relatadas, sobre a Natureza e Sociedade no Nordeste, tomando como foco

ESPAÇOS, NATUREZA E RESISTÊNCIAS
CAMPONESAS NO NORDESTE

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

Aloizio Mercadante

Universidade Federal do Ceará – UFC

REITOR

Prof. Jesualdo Pereira Farias

VICE-REITOR

Prof. Henry de Holanda Campos

Conselho Editorial

PRÉSIDENTE

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

CONSELHEIROS

Prof^ª. Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Prof^ª. Angela Maria R. Mota de Gutiérrez

Prof. Gil de Aquino Farias

Prof. Italo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Diretor da Faculdade de Educação

Maria Isabel Fílgueiras Lima Ciasca

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira

Enéas Arrais Neto

Chefe do Departamento de Fundamentos da Educação

Adriana Eufrásio Braga Sobral

Série Diálogos Intempestivos

COORDENAÇÃO EDITORIAL

José Gerardo Vasconcelos (EDITOR-CHEFE)

Kelma Socorro Alves Lopes de Matos

Wagner Bandeira Andriola

CONSELHO EDITORIAL

DR ^ª ANA MARIA IORIO DIAS (FC)	DR. JOSÉ LEVI FERREIRA SAMPAINO (FC)
DR ^ª ANGELA ARRUDA (FRJ)	DR. JOÃO CARLOS DA RELE (FMG)
DR ^ª ANGELA O. SOUSA (FC)	DR. JOSÉ LUIZ CÉSAR R. DE ARAÚJO (FC)
DR. ANTONIO GERMANO M. JONIOR (BCE)	DR. JOSÉ SÉBASTIÃO DE SOUSA JONIOR (FC)
DR ^ª ANTONIA DILAMAR ARAÚJO (ECE)	DR ^ª KELMAS CORRÊA ALVES LOPES DE MATOS (FC)
DR. ANTONIO PAULINO DE SOUSA (FMA)	DR ^ª LUCIANA LOPES (FC)
DR ^ª CARLA VIANA CASCARELO (FMG)	DR ^ª MARIA DE FLORENTINA V. DA COSTA (FC)
DR ^ª CELJANA RODRIGUES MENEZES (FRN)	DR ^ª MARIA DE CARVALVES DOBOSZKOWSKI (FPI)
DR ^ª DORA LEAL ROSA (FBA)	DR ^ª MARIA IZABEL PEDROSA (FPE)
DR ^ª EUGÊNIO DOS S. CAVALLEIRO (NB)	DR ^ª MARIA JORACI MAIA CAVALCANTE (FC)
DR. ELIENOR CLEMENINO DE SOUSA (NB)	DR ^ª MARIA NUBRE DAMASCENO (FC)
DR. EMANUEL LOPES RODRIGUES SARAES (FRB)	DR ^ª MARLON AMARAL LHA (FRN)
DR. ENÉAS ARRAIS NETO (FC)	DR ^ª MARCIA ARAÚJO (FRN)
DR ^ª FRANCIMAR DO CARREIRO ARRUDA (FF)	DR. MESSIAS HILANDIA DEEB (ERN)
DR. HERMONTIO BORGES NETO (FC)	DR. NELSON BARRIOS DA COSTA (FC)
DR ^ª ILMA VIEIRA DO NASCIMENTO (FMA)	DR. OSÍRIO DESSER (FC)
DR ^ª JAILEILA MENEZES (FPE)	DR. PAULO SERGIO DOS SANTOS (FSC)
DR. JORGE CARVALHO (FS)	DR ^ª RAQUEL S. GONCALVES (FM)
DR. JOSÉ AIRES DE CASARDO FILHO (FC)	DR. RAIMUNDO BELMODOE PAULA V. JONIOR (BCE)
DR. JOSÉ GERARDO VASCONCELOS (FC)	DR ^ª SANDRA H. PEREIRA (FC)

JOSÉ LEVI FURTADO
FRANCISCO AMARO GOMES DE ALENCAR
CÍCERO NILTON MOREIRA DA SILVA
FRANCISCA MARIA TEIXEIRA VASCONCELOS
(ORGANIZADORES)

ESPAÇOS, NATUREZA E RESISTÊNCIAS
CAMPONESAS NO NORDESTE

ADELAIDE FERREIRA COUTINHO
ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA
ANNA ERIKA FERREIRA LIMA
CÍCERO NILTON MOREIRA DA SILVA
DANIELLE RODRIGUES DA SILVA
FRANCISCA MARIA TEIXEIRA VASCONCELOS
FRANCISCO AMARO GOMES DE ALENCAR
JECSON GIRÃO LOPES
JOSÉ LEVI FURTADO SAMPAIO
LIANA BRITO DE CASTRO ARAÚJO

MARIA ALVES LIMA
MARIA DO CÉU DE LIMA
MILENE MADEIRO DE LUCENA
RAIMUNDO CASTELO MELO PEREIRA
RITA DE CÁSSIA GOMES NASCIMENTO
SÁVIO JOSÉ DIAS RODRIGUES
SELMA MARIA PEIXOTO ALCÂNTARA
THIAGO RONIERE REBOUÇAS TAVARES
VILECI BASÍLIO VIDAL



EDIÇÕES
UFC

Fortaleza
2014

Espaços, Natureza e Resistências Camponesas no Nordeste

© 2014 José Levi Furtado Sampaio, Francisco Amaro Gomes de Alencar, Cícero Nilton Moreira da Silva e Francisca Maria Teixeira Vasconcelos

Impresso no Brasil / Printed In Brazil

Todos os Direitos Reservados

Editora da Universidade Federal do Ceará – UFC

Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará

CEP: 60020-181 – Tel./Fax: (85) 3366.7766 (Diretoria)

3366.7499 (Distribuição) 3366.7439 (Livraria)

Internet: www.editora.ufc.br – E-mail: editora@ufc.br

Faculdade de Educação

Rua Waldery Uchoa, n. 1, Benfica – CEP: 60020-110

Telefones: (85) 3366.7663/3366.7665/3366.7667 – Fax: (85) 3366.7666

Distribuição: Fone (85) 3214.5129/ – E-mail: aurelio-fernandes@ig.com.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Moacir Ribeiro da Silva

REVISÃO

Leonora Vale de Albuquerque

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Perpétua Socorro Tavares Guimarães – CRB 3/801

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Luiz Carlos Azevedo

CAPA

Valdiano Araújo Macedo

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

Universidade Federal do Ceará – Edições UFC

Bibliotecária: Perpétua Socorro T. Guimarães CRB 3 801-98

Espaços, natureza e resistências camponesas no Nordeste / José Levi Furtado Sampaio, Francisco Amaro Gomes de Alencar Cícero Nilton Moreira da Silva e Francisca Maria Teixeira Vasconcelos [organizadores]. – Fortaleza: Edições UFC, 2014.

431 p.: il.

Isbn: 978-85-7282-633-4

1. Assentamentos rurais – Brasil 2. Reforma agrária – Brasil
I. Sampaio, José Levi Furtado II. Alencar, Francisco Amaro
Gomes de III. Silva, Cícero Nilton Moreira da IV. Título

CDD: 333.3181

Editora Filiada à



Associação Brasileira das
Editoras Universitárias

Sobre os Autores

Adelaide Ferreira Coutinho

Graduada em Pedagogia (1982), Licenciada em Educação Artística (1999), Especialista em Metodologia do Ensino Superior (1996) e Mestra em Educação (1998) pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2005). Professora do Departamento de Educação II da UFMA.

E-mail: adelaide.fcoutinho@bol.com.br

Alexandra Maria de Oliveira

Licenciada (1994) e Bacharel (1996) em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (1999). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP (2005). Professora do Departamento de Geografia da UFC.

E-mail: alexandra.oliveira@ufc.br

Anna Erika Ferreira Lima

Possui graduação em Geografia pela UFC (Licenciatura e Bacharelado). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA-UFC). Doutoranda em Geografia (UFC). Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

E-mail: annaerika@ifee.edu.br

Cícero Nilton Moreira da Silva

Graduado em Geografia/Licenciatura pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2000) e mestrado em Geografia pela UECE (2003). Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UFC (2013). Professor do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

E-mail: ciceronilton@yahoo.com.br

Danielle Rodrigues da Silva

Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2006 e 2010). Mestrado do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA / UFC. Doutoranda em Geografia pela UFC. Atualmente é Professora Substituta do Departamento de Geografia da UECE.

E-mail: danigeoufc@yahoo.com.br

Francisca Maria Teixeira Vasconcelos

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2003). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia – PPGE0 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2007). Professora do curso de Geografia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL / Campus do Sertão.

E-mail: Francisca.ce@bol.com.br

Francisco Amaro Gomes de Alencar

Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (1984), mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1998) e doutorado em Sociologia pela UFC (2005). Professor do Departamento de Geografia da UFC.

E-mail: famaro@ufc.br

Jecson Girão Lopes

Mestrado em Geografia e Filosofia pela UFC. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

E-mail: jecsang@yahoo.com.br

José Levi Furtado Sampaio

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1979), mestrado em pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (1991) e doutorado em Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP (1999); Pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia – UFBA (2012). Professor do Departamento de Geografia da UFC.

E-mail: joselevi@uol.com.br

Liana Brito de Castro Araújo

Assistente Social. Profa. Adjunta Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Educação na Universidade Federal de São Carlos. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (LAPESS/UECE).

E-mail: lianabrito@uol.com.br

Maria Alves Lima

Graduada em Gestão de Finanças pela Faculdade de Tecnologia e Aperfeiçoamento Humano – FATENE(2005). Experiência em Administração, com ênfase em gestão financeira. Atua principalmente nos seguintes temas: alternativas de convivência com o semi-árido; formação; avaliação; água; gestão de recursos, de pessoas e projetos; elaboração de projetos financeiros e planejamento.

E-mail: lia_lima@hotmail.com

Maria do Céu de Lima

Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU (1988), especialização pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC (Geografia Humana), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo - USP (1997) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela USP (2002). Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em geografia da UnB (PPGEA) e Professora Associada do Deptº de Geografia da UFC.

E-mail: duceu@yahoo.com.br

Milene Madeiro de Lucena

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA da Universidade Federal do Ceará – UFC (2012).

E-mail: milene.madeiro@gmail.com

Raimundo Castelo Melo Pereira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (1972) e mestrado em Geociências pela Universidade Federal da Bahia (1978). Professor Voluntário do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará.

E-mail: castelo.melo@hotmail.com

Rita de Cássia Gomes Nascimento

Graduada em História (2006) e Pedagogia (2007) pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMA.

E-mail: rita_nascimento84@hotmail.com

Sávio José Dias Rodrigues

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2007). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2010). Doutorando em Geografia (2011) pela Universidade Federal do Maranhão. Professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMA.

E-mail: savio_diasbr@yahoo.com.br / saviodiasbr@gmail.com

Selma Maria Peixoto Alcântara

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2003) e mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) pela UFC (2009). Atualmente é professora na Faculdade Ateneu e Faculdade Vale do Jaguaribe.

E-mail: selmaalcantara@gmail.com

Thiago Roniere Rebouças Tavares

Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2008). Mestre em Geografia pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia, UFC.

E-mail: thiagoroniere@hotmail.com

Vileci Basílio Vidal

Padre da Diocese do Crato – CE. Coordenador do 13º Intereclesial de CEBs. Membro da CPT Regional Ceará. Formado em Filosofia e Direito. Especialista em Educação e Diversidade Camponesa. Atualmente cursa Especialização em Gestão e Auditoria Ambiental.

E-mail: vileci@hotmail.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
---------------------------	-----------

PARTE 1

REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTOS RURAIS E DIFERENCIAÇÃO CAMPONESA

ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO CEARÁ

Jecsan Girão Lopes

<i>Francisco Amaro Gomes de Alencar</i>	<i>27</i>
---	-----------

UNIDADE CAMPONESA E DIFERENÇAS NAS FORMAS DE USO DA TERRA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ

Alexandra Maria de Oliveira

<i>Raimundo Castelo Melo Pereira</i>	<i>57</i>
--	-----------

PROGRAMA CÉDULA DA TERRA EM CANINDÉ – CE: UMA DISCUSSÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO PELOS SUJEITOS ASSENTADOS

<i>Francisca Maria Teixeira Vasconcelos</i>	<i>87</i>
---	-----------

JAPUARA: LUTA, RESISTÊNCIA CAMPONESA E ACESSO A TERRA NO TERRITÓRIO DOS SERTÕES DE CANINDÉ-CE

Anna Erika Ferreira Lima

<i>José Levi Furtado Sampaio</i>	<i>113</i>
--	------------

PARTE 2

ESPAÇO AGRÁRIO, TENSÃO E CONFLITO: ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO/DO CAMPO

ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA TERRA

Jecsan Girão Lopes

<i>Francisco Amaro Gomes de Alencar</i>	<i>131</i>
---	------------

CELEBRAÇÃO DA COLHEITA: FESTA CAMPONESA DE COMUNHÃO E CUMPLICIDADE <i>Vileci Basílio Vidal</i>	159
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: 35 ANOS DE LUTAS EM DEFESA DOS POVOS OPRIMIDOS DO CAMPO <i>Maria Alves Lima</i>	171
RESERVAS EXTRATIVISTAS NA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ: CONFLITOS, LUTAS E DIREITO AO TERRITÓRIO <i>Maria do Céu de Lima</i>	185
OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: AS CONQUISTAS DA LUTA ANTE A OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i> <i>Rita de Cássia Gomes Nascimento</i> <i>Sávio José Dias Rodrigues</i>	201
PARTE 3 ENTRE O PODERIO DO AGRONEGÓCIO E A RESISTÊNCIA CAMPONESA	
ATIVIDADE CAFEIEIRA DO MACIÇO DE BATURITÉ: FORMAÇÕES SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DA NATUREZA <i>Selma Maria Peixoto Alcântara</i> <i>José Levi Furtado Sampaio</i>	225
EXPERIÊNCIA CAMPONESA NO CARIRI: COMUNICAÇÃO E AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE PEQUENOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA <i>Milene Madeiro de Lucena</i> <i>José Levi Furtado Sampaio</i>	245
A SUBALTERNIDADE DO CAMPONÊS FRENTE À EXPANSÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS NO CEARÁ <i>Thiago Roniere Rebouças Tavares</i> <i>Francisco Amaro Gomes de Alencar</i>	287

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO MARANHÃO E CONFLITUOSIDADES CAMPONESAS <i>Sávio José Dias Rodrigues</i> <i>Francisco Amaro Gomes de Alencar</i>	299
---	-----

PARTE 4

CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: TERRA, ÁGUA E DIREITOS

DO COMBATE À CONVIVÊNCIA COM A ESCASSEZ DE ÁGUA NO SEMIÁRIDO CEARENSE <i>Danielle Rodrigues da Silva</i> <i>José Levi Furtado Sampaio</i>	321
--	-----

DO AÇUDE À TORNEIRA: A TRAJETÓRIA DE ACESSO À ÁGUA NO ASSENTAMENTO SERRA DAS MOÇAS E DOS CABOCLOS – PARAMBU – CEARÁ <i>Danielle Rodrigues da Silva</i> <i>José Levi Furtado Sampaio</i>	347
--	-----

PARTE 5

ESPAÇO AGRÁRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

O ENFOQUE TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO MDA: ENTORNO DE UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL <i>Cícero Nilton Moreira da Silva</i> <i>José Borzacchiello da Silva</i>	371
--	-----

ASSENTAMENTO RURAL DE SANTANA: LUTA POR TERRA E TRABALHO COLETIVO <i>Liana Brito de Castro Araújo</i>	389
---	-----



APRESENTAÇÃO

Recebi o convite para fazer a apresentação deste livro como uma grande honra e responsabilidade. Ao ler os 17 artigos que o compõe, cheguei à conclusão que os autores estão dando um verdadeiro presente aos seus leitores! Um presente que vem cuidadosamente arrumado pelos seus organizadores de modo que o leitor possa ir lendo e desfrutando cada capítulo *per si*, e que ao final, possa compreender melhor os processos e as dinâmicas no espaço agrário do Nordeste brasileiro. Um espaço que é socialmente produzido a partir de contradições, antagonismos, resistências e conflitos territoriais.

O conjunto dos artigos nos dá traz bem mais do que a apreensão das paisagens cotidianas no campo nordestino... nos dá a possibilidade de chegar às entranhas da terra e aos sujeitos que encontram na terra (e também na água), o meio e a condição para a realização cotidiana do trabalho e da reprodução social de suas vidas: os camponeses. Nos mostra como, ao lado de plantar e colher, ou melhor, que para poder plantar e colher, é necessário empreender muita energia na luta e na resistência pelo direito à terra, ao trabalho e à dignidade. Esses elementos definem o cotidiano camponês como um processo permanente de luta e resistência pela conformação dos seus territórios e territorialidades, manifestado em diferentes dimensões e escalas espaciais.

Os autores, oriundos de várias áreas do conhecimento, nos levam aos litorais, aos sertões e às serras... Entre APAs, Resex e parques eólicos vamos encontrando camponeses que estabelecem diferentes formas de relações e de usos da natureza, e que assim desenvolvem um conjunto de saberes e práticas fundamentais para o resgate da memória social, a afirmação de identidades coletivas e a projeção de suas utopias

agrárias. Dentre elas, as formas de organização política, mediadas pelos movimentos sociais, sindicatos rurais e igrejas.

Alicerçado por concepções teórico-metodológicas que orientam a abordagem dos diferentes temas, os artigos, em sua maioria, buscam associar elementos teóricos e empíricos, a partir das pesquisas de campo realizadas. Assim, trazem à tona realidades particulares do espaço agrário nordestino nas quais podem ser identificadas as universalidades e singularidades nos “Espaços, Natureza e Resistências Camponesas”, fazendo jus ao título do livro.

Em especial, as abordagens teórico-metodológicas dos artigos, evidenciam a centralidade analítica assumida pelas permanências e contradições espaciais da Questão Agrária no campo brasileiro. Frente a esse contexto, os camponeses insistem e resistem, se organizam e lutam, para definitivamente conquistarem e permanecerem em suas terras. Entendem que a luta por sua reprodução vai além de sua reprodução física enquanto seres humanos; trata-se também de sua reprodução como classe social. Uma reprodução social que também adquire uma concretude territorial no tempo-espaço presente.

Os organizadores estruturaram o livro em cinco partes, como um mosaico, que juntas permitem identificar as bases e os nexos que as interligam e que as conectam, também com outras dimensões e escalas analíticas. Desta forma, tanto os temas como as suas diferentes abordagens valorizam a análise regional sem com isto restringi-la, mas articulando-a com o movimento da sociedade em sua totalidade. Uma abordagem que qualifica a análise regional, identificando como no campo nordestino se territorializa a lógica contraditória do modo de

produção capitalista, conformando antagonismos, resistências e conflitos, no cotidiano social.

A primeira parte – **Reforma agrária, assentamentos rurais e diferenciação camponesa** –, com quatro artigos, mostra como a conquista do assentamento de reforma agrária, se constitui como ponto de chegada e ponto de partida para uma nova etapa do processo de reprodução da vida dos camponeses.

O primeiro artigo, de Jecsan Girão Lopes e Francisco Amaro Gomes de Alencar, analisa os assentamentos da reforma agrária no Ceará. Inicia situando a inserção desse Estado no planejamento e gestão da política nacional de assentamentos de reforma agrária, destacando o papel do Estado como “arena de conflitos e produto da luta de classes”, como afirma Poulantzas. Uma reflexão que ajuda não só a entender a temática abordada no artigo, mas que serve como base para compreensão dos artigos que vêm a seguir e que compõem o livro. Este artigo traz o debate sobre significação do assentamento – tratado por Amaro em seu já clássico ‘Segredos Íntimos’ –, e analisa a implantação da PNRA/PRRA-CE nos diferentes períodos dos governos federal e estadual.

O segundo artigo, de Alexandra Maria de Oliveira e Raimundo Castelo Melo Pereira, situa os assentamentos rurais no âmbito das políticas de desenvolvimento, e mostra, como na unidade e diversidade camponesa dos assentamentos, vai se revelar o embate de dois projetos de desenvolvimento: o oficial e o popular. Os autores identificam as diferenças nas formas de uso da terra em assentamentos rurais localizados no sertão, em contraponto com os do litoral cearense. Não se trata somente de destacar a diferença locacional, mas como

esta implica em diferentes usos da terra e de sistemas agrícolas desenvolvidos, que organizam o trabalho na unidade familiar – econômica e politicamente –, e que correspondem a diferentes práticas e saberes. Entendendo que a unidade camponesa nos assentamentos rurais “é uma unidade de produção e consumo estruturada pela força do trabalho familiar”, os autores fazem um detalhado estudo do calendário agrícola do litoral e do sertão, e de como as diferentes formas de uso da terra “são partes constitutivas da lógica de sustentabilidade camponesa”. São questões que revelam, e vão definir também, diferentes formas de apropriação da natureza e da produção no espaço geográfico.

Os dois artigos que complementam a primeira parte trazem dois estudos de casos do município de Canindé, área histórica de conflitos fundiários e territoriais, onde o Estado do Ceará implementou as primeiras ações de sua política de reforma agrária desde a década de 1970.

O artigo de Francisca Maria Teixeira Vasconcelos evidencia a experiência dos “assentamentos” do Programa Cédula da Terra, em Canindé. A autora faz uma distinção entre os assentamentos de reforma agrária originados de processo de desapropriação e os implementados através de compra, como é o caso do Programa Cédula da Terra, denominado de “reforma agrária de mercado”. Segundo a autora, os “assentamentos” do Programa Cédula da Terra têm como objetivo, entre outros, “amenizar o processo de luta pela terra”. Ela identifica que esses “assentamentos” não experimentaram o tempo de “socialização política” dada pela inserção na luta pela terra. A falta desse tempo de formação irá complicar ainda mais o enfrentamento às inúmeras dificuldades de se reproduzirem

nas terras que “compraram”. Com esse olhar, a autora identifica as relações de poder estabelecidas nesses espaços, como um indicador para a existência ou não de processos sociais de territorialização.

Anna Erika Ferreira Lima e José Levi Furtado Sampaio trazem a experiência do Assentamento Japuara, no município de Canindé, que marca a história e a geografia agrária cearense. Teve como origem a desapropriação por tensão social em 1970 (que já apareceu citado no primeiro artigo, de Lopes e Alencar). Os autores fazem um resgate da memória da luta que consideram um exemplo da história social camponesa. Nos registros da época, a luta pela terra não era entendida como um conflito social, mas recebia uma conotação de fato policial e era caracterizada como “uma ação de vândalos”. A ação desapropriatória foi motivada pelo temor de que tal prática se disseminasse e “desencadeassem novos movimentos de trabalhadores rurais sem terra”. O temor tinha procedência, mas não impediu que a prática se disseminasse em todo o estado, em especial no município de Canindé.

A segunda parte – **Espaço agrário, tensão e conflitos: espacialização e territorialização dos movimentos sociais no/do campo** –, com cinco artigos, nos permite compreender as tensões e conflitos no espaço agrário, e nesse contexto, como a ação política dos movimentos sociais constrói espacialidades e territorialidades, que se apresentam imbricadas, como novas possibilidades de garantia de direitos territoriais aos camponeses (através da produção agroecológica, da criação de Resex e da Educação do Campo).

É com outro artigo de Jecsan Girão Lopes e Francisco Amaro Gomes de Alencar que se inicia a segunda parte do li-

vro. Se o artigo anterior desses autores deu ênfase à atuação do Estado do Ceará na criação de assentamentos de reforma agrária, neste é mostrado qual foi o elemento motivador para que tal processo adquirisse concretude no tempo-espaço: a organização política dos movimentos sociais de luta pela terra. Os conceitos de espacialização e territorialização são apresentados, de forma clara, na ação política dos movimentos sociais no campo brasileiro. Os autores sistematizam os movimentos dos que lutam pela terra no Brasil, e vinculado a estes, apresentam o número de ocupações de terra e de famílias envolvidas no período de 1998 a 2007, por região, e por cada estado do País. A espacialização e a territorialização dos movimentos sociais são compreendidas pelos autores como “um processo revolucionário, transformador, dado em sentido processual”. Reforçam o significado da luta pela terra em sua dimensão mais ampla, nas escalas regional, nacional e internacional, operacionalizada de modo concomitante, mas fundamentalmente local.

O artigo de Vileci Basilio Vidal nos apresenta a celebração da colheita, que é festejada a cada dia na mesa dos que já detêm o acesso à terra. Mas o autor se refere a uma festa mais ampla, uma festa camponesa de comunhão e cumplicidade que acontece, desde 1993, na Diocese de Crato (CE). O costume de celebrar a colheita é bíblico; de festejar e de partilhar. A celebração da colheita a qual se refere o autor, ajuda a visualizar as questões do campo, das dificuldades para plantar, para colher e para se apropriar dos frutos de seu trabalho. Os “saberes e sabores” compartilhados também festejam os resultados da ousadia da agricultura agroecológica como alternativa contra-hegemônica para a convivência com o semiárido.

Sem dúvida, é a esperança da celebração de colheitas e da prática de mais comunhão e cumplicidade que animam a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em seus 35 anos de engajamento na formação política e nas lutas sociais no campo, tema do artigo seguinte de Maria Alves Lima. Neste, a autora aborda o contexto de criação da CPT em 1975, e a consolidação de seu trabalho pessoal na CPT-CE. A maioria dos artigos deste livro confirma a importância da CPT para a organização das “famílias camponesas que estão na terra ou na luta pela conquista da terra”, os destinatários de sua missão. O artigo traz elementos que permitem identificar a metodologia de trabalho da CPT, sua atualização na leitura bíblica e os eixos de sua atuação e organização: terra, água, direitos humanos, movimentos sociais e populares do campo.

Maria do Céu Lima amplia a compreensão da dinâmica espacial dos conflitos, incorporando as comunidades de pescadores como sujeitos do processo. A autora discorre sobre o uso e ocupação do litoral cearense, as fases em que as populações tradicionais vão se defrontando com diferentes agentes que têm interesses em seus territórios e passam a disputá-lo. Ao lado do processo de urbanização promovido pela atividade do turismo, com a incorporação produtiva do litoral cearense à economia nacional e internacional, até a mais recente, quando as comunidades tradicionais passaram a viver uma perspectiva de expropriação com a criação das fazendas de carcinocultura e a instalação de parques eólicos. A autora analisa a experiência de duas comunidades, que em sua luta de resistência regularizaram a posse da terra através da criação de Reserva Extrativista (Resex), mas enfrentaram novos desafios com essa forma jurídica de normatização do espaço.

Na mesma linha, o artigo de Adelaide Ferreira Coutinho, Rita de Cássia Gomes Nascimento e Sávio José Dias Rodrigues, apresenta as transformações nos campos maranhenses, que vêm sendo definidas a partir da expansão do agronegócio voltado para o plantio de eucalipto e a produção de carvão para abastecer as siderurgias. Um contexto onde a exploração pelo trabalho e a expulsão dos trabalhadores de suas próprias terras orienta a ação dos movimentos sociais, os quais, em seu avanço, elaboram inclusive novas propostas de educação no âmbito da Educação do Campo. São propostas que os levam a lutar e reivindicar por escolas, inclusive com a definição dos seus princípios didático-pedagógicos. São sementes que nascem num contexto adverso, mas que podem germinar como possibilidades de um futuro diferente.

Os quatro artigos que compõem a terceira parte do livro – **Entre o poderio do agronegócio e a resistência camponesa** –, trazem diferentes situações nas quais o desafio cotidiano dos camponeses vai muito além de entender e saber como se relacionar com a natureza. Para que isso continue acontecendo, eles têm que enfrentar a “natureza” perversa do capital nas diferentes formas (e conteúdos sociais) do agronegócio.

O artigo de Selma Maria Peixoto Alcântara e José Levi Furtado Sampaio mostra como o “feiticeiro” se atualiza e mantém a mesma prática. Ora atua na cafeicultura, ora no turismo, se apropriando das características especiais e privilegiadas da natureza do Maciço de Baturité. Com relação à cafeicultura, os autores mostram os resultados de diferentes sistemas de cultivo do café, que historicamente vão sendo adotados no Maciço de Baturité, alternando o plantio a pleno

sol e o plantio sombreado; e como ali se expressa “o poder da prática” de exploração e destruição da Mata Atlântica. A importação do sistema de cultivo utilizado na região Sudeste, do plantio a pleno sol, desconsiderou as experiências de cultivo sombreado e impôs a devastação das matas e arranjos espaciais que não respeitaram questões básicas como o escoamento das águas. A baixa produtividade da cafeicultura aliada ao alto custo de produção tornou aquela região mais suscetível às pressões do setor imobiliário sobre os pequenos produtores, para a implantação das atividades de turismo.

Milene Madeiro de Lucena e José Levi Furtado Sampaio buscam problematizar o campo da comunicação, cultura e política, à luz do “saber ambiental”. Mostram a experiência da agroecologia na construção de “territórios de esperança”, através de depoimentos de quatro famílias camponesas da região do Cariri, no Ceará, cuja resistência se manifesta nas experiências produtivas contra-hegemônicas. Os autores vão comprovando como há uma adesão radical dos camponeses e pesquisadores envolvidos com o sistema agroflorestral (SAF) “ao ideal de cuidar da vida”. Através da comunicação interpessoal e da “pedagogia do exemplo” é construída uma nova racionalidade ambiental na relação cotidiana com a natureza.

Ao lado da experiência do sistema agroflorestral (SAF) como estratégia de reprodução camponesa, o capital recria suas estratégias, no plano internacional, escrevendo novas formas de dominação para dar sequência à sua expansão espacial. Nessas formas se inserem as demandas por fontes alternativas de energia em substituição ao petróleo: a cana-de-açúcar, e mais recentemente, a mamona. O tema é tratado no artigo de Thiago Roniere Rebouças Tavares e Francisco Amaro

Gomes de Alencar. Os autores entendem a produção de agro-combustível como o processo mais atual do sistema produtor de mercadorias no espaço agrário cearense. É uma produção amplamente incentivada pelas políticas públicas – nacional e estadual – que tem como diretriz integrar, produtivamente, a agricultura camponesa ao mercado. Mas os autores mostram também como a busca para consolidar o consumo de um “combustível limpo” é capturado pelo capital, que por sua vez se beneficia da submissão do camponês, transformando-o em mero produtor de matéria-prima.

Complementando a terceira parte, o artigo de Sávio José Dias Rodrigues e Francisco Amaro Gomes de Alencar mostra como no rastro da expansão do agronegócio da soja no Cerrado maranhense, manifestam-se conflitos e tensões entre os grandes proprietários e as populações tradicionais. Os autores mostram como esse processo se estabelece no município de Balsas (MA), com a assimilação de inovações tecnológicas e a criação de novas funções, conformando-se como um novo espaço para o capital. A resistência camponesa se manifesta através da produção das culturas relacionadas ao trabalho familiar e comunitário do camponês, em meio a um crescimento dos conflitos fundiários.

Nos dois artigos que compõem a parte 4 – **Convivência com o semiárido: terra, água e direitos** –, os autores Danielle Rodrigues da Silva e José Levi Furtado Sampaio trazem duas experiências do semiárido cearense.

O primeiro artigo apresenta as estratégias desenvolvidas pelos camponeses para driblar a escassez de água no semiárido cearense e as várias práticas e técnicas desenvolvidas para estabelecer uma convivência com a sua escassez, que são

denominadas de “tecnologias sociais”. Os autores mostram como as estratégias utilizadas pelos camponeses repercutem nas relações com o mundo rural.

No segundo artigo, os autores apresentam as estratégias para o acesso à água, empreendidas por uma comunidade assentada numa área de caatinga, com escassez hídrica. Do desenvolvimento das práticas de convivência com as condições locais e de técnicas de armazenamento da água da chuva, até a implantação de infraestrutura implantada pelo Estado para atenuar os efeitos negativos de escassez de água, foi percorrido um longo caminho. Nesse processo se implanta uma nova “cultura da água”, que envolve a comunidade e descentraliza a gestão dos recursos hídricos.

Os dois artigos da parte 5 – **Espaço agrário e desenvolvimento rural** – que completam e fecham este livro, se apresentam como um contraponto à reflexão. O primeiro trata das políticas de desenvolvimento territorial empreendidas recentemente pelo Estado no campo brasileiro; e o último traz a experiência do primeiro assentamento da reforma agrária onde se implantou o modelo coletivo de uso da terra e de realização do trabalho. Se o primeiro analisa a abordagem teórico-metodológica do desenvolvimento territorial rural, o segundo aponta para a possibilidade da construção de um outro modelo de desenvolvimento rural.

Cícero Nilton Moreira da Silva e José Borzacchiello da Silva trazem as “inquietações” advindas da recente política de desenvolvimento territorial, posta em prática pelo Estado através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os autores analisam as políticas públicas nos “territórios rurais” dos sertões de Canindé (CE) e do Oeste potiguar (RN),

evidenciando as abordagens teórico-metodológicas do desenvolvimento, território e territorialidade. Vão identificando como o território das políticas públicas é apresentado no plano institucional como um território “desativado” de conflitos, servindo assim como instrumento de planejamento e gestão do Estado.

É bastante significativo que esta parte e o último artigo deste livro, de Liana Brito de Castro Araújo, traga a discussão da experiência pioneira do Projeto de Assentamento Santana e a construção do projeto coletivo de terra e trabalho. A autora recupera as propostas de reforma agrária, em disputa quando da elaboração do I PNRA, no contexto em que Projeto de Assentamento Santana foi implantado após longo período de conflitos no campo. A autora vai mostrando como a construção de um modelo coletivo em Santana só foi possível com a lenta e cuidadosa prática social e produtiva, tecida e acumulada nas Comunidades Eclesiais de Base daqueles trabalhadores rurais.

Nessa perspectiva, os artigos deste livro põem em relevo a questão agrária brasileira e sua particularidade no Nordeste brasileiro. Cada autor, como que atendendo o preceito de Hobsbawn, contribuiu com o seu olhar crítico, atuando a partir das especificidades de cada área de conhecimento como “observadores de nossa época” e como pessoas – pesquisadores e profissionais – que construíram seus textos focando e explicitando questões cruciais e, com o seu entendimento, nos situando melhor em nosso tempo e espaço.

Esse é o tempo no qual a prática da luta e da resistência camponesa aponta para a possibilidade de uma relação diferenciada da sociedade com a natureza e, portanto, com o espaço geográfico.

PARTE 1

**REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTOS
RURAIS E DIFERENCIAÇÃO CAMPONESA**



ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO CEARÁ

*Jecsan Girão Lopes
Francisco Amaro Gomes de Alencar*

Introdução

Entendo o assentamento de reforma agrária, inicialmente, como o ponto de chegada da luta camponesa. É o momento de descarregar as bagagens que foram trazidas, quando do início do processo da luta, bem como das que ao longo do percurso foram sendo adquiridas e coadunadas ao arsenal das venturas e desventuras dos trabalhadores(as) rurais sem e/ou com pouca terra. Para Medeiros *et al* (2004), o impacto proporcionado com os assentamentos é importante na transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena.

Nessa mesma linha de pensamento Fernandes (2000, p. 85) mostra que

após a conquista da terra, os sem-terra precisam assumir um conjunto de lutas específicas, como por exemplo: crédito, agrícola, estradas, energia elétrica, preço mínimo etc., são lutas que interessam.

Compartilhando com o autor, quando da chegada à terra conquistada emergem os obstáculos a serem superados, o da afirmação no assentamento, da permanência, da sobrevivência, da reprodução familiar, da reprodução como classe social, da sociabilidade entre os que conquistaram a terra, direta ou indiretamente. O assentamento torna-se o ponto de partida em um processo que se desenvolve de modo ininterrupto dia

a dia, dentro e fora do novo espaço/território. Sobre a partida, Medeiros *et al* (2004) afirmou que ao implementar projetos, desenvolvemos novas práticas de sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária. O campesinato insere-se em um jogo de disputas políticas visando a reprodução enquanto classe social.

O Debate sobre a Significação do Assentamento: Concepções Diversas

No livro *Segredos Íntimos*, Alencar (2000) entende que é necessário se fazer, antes da análise mais acurada sobre o assentamento, a discussão sobre o significado etimológico da palavra assentamento. Essa deriva do latim *asseentamento*, século XVI, *asseent* – século XIII, *asentamento* – século XV, que tem origem na palavra *asseentar* XIII – assentar que é verbo e significa pôr sobre, sentar (ALENCAR, 2000, p.45).

Para o autor, a definição posta é simplória, não dá conta de explicitar, clarear analiticamente a categoria assentamento. Comungo com essa ideia, porque apreender a categoria assentamento rural requer esforço de formulação mais consistente.

Para Bergamasco e Norder (1996, p.7-8) o termo assentamento [...] nos remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e vida comunitária.

Diante dessa primeira interpretação, observo que o assentamento é uma política estatal voltada para a afirmação do homem ao campo. No entanto, saliento que a política não é dádiva governamental e sim conquista, fruto das pressões e reivindicações que os camponeses vêm desenvolvendo ao longo de vários anos.

Ademais, implantando-se o assentamento, cria-se então a unidade de produção agrícola reordena-se e forma-se nova configuração do uso da terra no local em que o mesmo é implantado. Nesse sentido, de acordo com Feliciano (2006, p.114),

[...] instaura uma espécie de geografia das unidades de produção camponesas, uma vez que, essencialmente, o trabalho nesses assentamentos é majoritariamente de composição familiar, carregando consigo todo universo simbólico e elementos estruturais de sua produção.

É preciso ver o assentamento não só pela ótica política e econômica, mas também cultural e instituição familiar, já que essa possui importância no cotidiano do assentamento.

Esterci *et al* (1992 *apud* ALENCAR, 1998, p.46) afirma que

os termos ‘assentamentos’ e ‘assentado’ e similares poderiam ser tomados como se seus conteúdos fossem evidentes em si mesmos, mas há tentativas importantes no sentido de conceituá-los.

Para Andrade *et al* (1989 *apud* ALENCAR, 1998)

[...] o termo “assentamento” parece ter surgido no âmbito da burocracia estatal, e refere-se às diversas etapas da ação do estado ao visar ordenação ou reordenação de recursos fundiários. Seria, portanto, uma categoria, datada, cujos conteúdos são próprios das instâncias onde foi, a princípio, formulada. Sugere, segundo os autores, que as ações sejam desencadeadas sejam vistas como de ordem técnica e não política, que os objetivos visados sejam a alocação de populações e a resolução de problemas sócio-econômico; pretende que a seleção dos “beneficiários”

se faça com base em critérios técnicos (vocação agrícola). Supõe ainda que a preocupação, por parte do Estado seja, primordialmente, com a produtividade e viabilidade econômica.

Nessa compreensão, o lastro técnico-economicista sobre o assentamento está claro, uma vez que a postulação está desagregada da abordagem socioambiental e política, que o assentamento engendra e suscita.

Para Ferrante (1995, p.5) os assentamentos são encarados como “*projetos públicos*”, “*ações aparentemente não-políticas*” executados pelo Estado que é o responsável pela alocação dos beneficiários, “traçado por rígidas regras de vocação agrícola e de produtividade”, mas que representam interesses e relações de poder das classes envolvidas. Para tanto, e como afirmamos, os assentamentos são organizados a partir da luta do Movimento dos Sem Terra, que procuram planejar e organizar a produção, para viabilizar e garantir a subsistência das famílias assentadas, promover o desenvolvimento econômico e social dos camponeses que conquistam a terra (grifos meus) (STÉDILE; GORGEN, 1993, p.84-85).

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir da portaria nº 80 de 24 de abril de 2002, a qual trata dos conceitos que estão inseridos do Programa Nacional de Reforma Agrária, o assentamento é

uma unidade territorial obtida pelo programa de reforma agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados e Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso a terra. (MDA, 2002).

Analisando os assentamentos indeferidos pelo MDA, percebo que o mesmo não segue uma linha teórica concisa, mas atribui para o assentamento toda sorte de proposição, tendo como base as ações estatais desenvolvidas por vários entendimentos, a partir da execução de projetos tidos como de reforma agrária.

Observo, desde já, que na maioria das menções conceituais sobre assentado e assentamento, ocorre um esvaziamento de significado no que se trata das experiências anteriores e de suas aptidões, que não são considerados nem no planejamento nem na execução das políticas. Outro fator é a desconsideração de que em boa parte dos casos os assentamentos são frutos de um árduo processo de luta, onde os diversos interesses continuam a se defrontar no interior dos próprios assentamentos. Esse espaço de conflito mostra que os resultados das políticas públicas sociais não devem seguir uma orientação predefinida, porém, devem ser definidas no decorrer do processo, uma vez que, dependem das relações de força, de poder, submissão, legitimidade e da capacidade de organização dos interesses em jogo, que se estabelece nesse emblemático processo.

O assentamento não pode ser entendido como “presente” do Estado e os assentados devem questionar crítica e construtivamente a produção dos assentamentos, já que são sujeitos em constante transformação. A construção dos assentamentos é desenvolvida sofrendo alterações na sociabilidade e nas formas de organização política e econômica, a partir de diferentes compreensões e aspirações.

No entanto, esse processo não se desenvolve sem impasses, promove-se na relação dos assentados com o Estado, com o entorno do assentamento, com o poder local, às vezes dizendo não, às vezes dizendo sim, às políticas a serem implanta-

das. As formas de uso, via de regra, são estipuladas quando da feitura do assentamento pelo Estado, todavia os assentados não necessariamente dão continuidade ao tipo de assentamento que o Estado escolheu, mas (re)produzem-nos à medida que promovem e desenvolvem a vida no assentamento. Assim, o assentamento vai ganhando contornos, a partir das relações de cunho social e espaço/territorial vivenciadas pelos camponeses, em que vão promovendo suas visões de mundo, o que torna cada assentamento um espaço/território singular.

Para Alencar (2005) os assentamentos de reforma agrária são aqueles que tiveram como origem o mecanismo da desapropriação por interesse social, cujos beneficiários ele considera como assentados, ao passo que aqueles que são frutos de compra e venda, o autor não os considera como assentamentos, mas os chama de imóveis rurais, nos quais estão sujeitos às leis capitalistas de mercado. Já os “beneficiários”, ele considera como mutuários e não como assentados.

Fernandes (1996) entende que os assentamentos são frações do território capitalista adquiridas pelos trabalhadores rurais mediante a conquista pela luta. Na medida que mais parcelas vão sendo agregadas aos cuidados dos camponeses, vai se efetivando, desse modo, a territorialização da luta pela terra.

Ainda nessa linha de pensamento, Simonetti (2006, p.6) propõe que,

o assentamento representa o resultado do processo, a terra conquistada - a apropriação do território capitalista aquele sob hegemonia capitalista que é apropriado pelos camponeses. A apropriação do território, materializada no assentamento, não esgota o processo de luta. Desdobra-se em outras lutas para a conquista de crédito, infraestrutura e demais condições necessárias para viabilizar

a produção e a vida nos assentamentos, como escola para as crianças, postos de saúde, cooperativas, associações etc.

Tendo como base as postulações acima, concebo que os assentamentos são entendidos como materialização da luta campesina que foram anteriormente expropriados da posse e do uso da terra e pelo meio da organização estratégica pressiona o Estado, com ocupações e acampamentos, marchas, a fim de que o mesmo efetive assentamentos (unidades baseadas no trabalho familiar). Assim, a territorialização efetivada nos/pelos assentamentos mostra um começo do processo de reordenação e do uso da terra no Brasil, desejado pelos camponeses.

Feliciano (2006, p.115) escreve que essa reordenação tem que passar pela materialização dos

preceitos e valores de uma relação de produção não capitalista. Com isso, o processo capitalista, contraditoriamente cria e recria as unidades camponesas no Brasil, nesse caso pela implantação [...] de assentamentos rurais.

Alencar (2000), tratando da gestão nos assentamentos de reforma agrária, escreve que para compreender o assentamento/assentamento, é necessário que se aglutine nessa compreensão, as categorias geográficas de Lugar, Espaço e Território. Nesse sentido, o autor afirma que o assentamento é,

[...] um lugar especial, espaço em construção, espaço que não quer ser somente local de produção, circulação, troca. Quer muito mais: quer ser também, o local do poder real, quer ser território. (ALENCAR, 2000, p.50).

Na realidade, o escrito mostra que o assentamento através das ações do dia a dia, do trabalho, do relacionamento entre

assentados, destes com o Estado, vai suscitando e transformando, pela vivência:

O assentamento é um espaço novo, resultante de condições históricas que necessitará de novo sistema produtivo, da incorporação de novas tecnologias, ambos desenhadores da elaboração das relações sociais de trabalho que serão (re)elaboradas. Será um espaço do trabalho, da produção, da circulação, do consumo [...] É (será) o lugar do uso onde tem início o vivido, o mítico que, em construção incorpora a utopia de viver, de ser cidadão. (ALENCAR, 1998, p.50).

Ele continua e escreve que o espaço do qual está falando

é o espaço rural, mais especificamente, o assentamento, [...] essa área existe como espaço porque é ocupada pelo homem em ação. É o espaço em que o homem se objetiva pelo trabalho. (ALENCAR, 2000, p.52).

Carlos (2006, p. 129) afirma que o assentamento, é “um espaço novo em processo de (re)construção a partir do preexistente”. Sua originalidade

[...] é resultante do conflito de classes sociais pela apropriação de uma parcela do solo. É recente porque obriga o Estado a intervir, a (re)planejar, a modificar e modelar um espaço que aparece como instrumento de dominação.

Por outro lado, o assentamento é também entendido como “território do assentado” (ALENCAR, 2000, p.53).

Campo de forças, de poder, engendrado num emaranhado complexo de relações políticas e sociais que os assentamentos de reforma agrária poderão ser compreendidos em suas singularidades, como elemento de transformação social.

Por assim se conhecer, é que cada assentamento tem uma diversidade, uma história, uma riqueza cheia de complexidades e contradições, a espacialidade, os aspectos ambientais, o período em que cada um foi implantado. (ALENCAR, 1998, p.54).

Dentro desse arcabouço investigativo, Oliveira (2005) escreve que:

o assentamento rural torna-se [...] um espaço em que existe esperança de construir uma vida mais digna [...] onde novas formas de socialização são incorporadas, novos saberes são adquiridos, além de muito do saber que estes trabalhadores acumularam em suas trajetórias. (OLIVEIRA, 2005, p.15).

Considero, portanto, os assentamentos como os espaços/territórios da reterritorialização do campesinato ou, como escreve Miranda (1998, p.23), “eles representam a recampe-sinação daquelas famílias que, em algum momento da vida, tiveram que se distanciar da terra.” Portanto, os assentamentos rurais são frutos de conquistas parciais dos trabalhadores, obtidas a partir da intensa mobilização social observada durante a redemocratização do País. “Sinalizaram espaços de construção de projetos e sonhos individuais e coletivos, e configuraram uma realidade nova no campo.” (BARQUETE, 2003, p.75).

Estado e a Política de Assentamentos Rurais no Ceará

Entender porque a questão agrária chegou ao faustoso estágio de complexidade engendrado na atualidade, é também entender como o Estado na sociedade capitalista, com sua presença clara e às vezes enigmática, tratou e trata da

questão da propriedade privada e concentrada da terra, bem como se processa seu papel nessa sociedade.

Barquete (2003, p. 86) escreve que:

A mais difundida das abordagens que tratam do advento do Estado tem inspiração engelsiana. No livro *A origem da família*, da propriedade privada e do Estado (1984) [...] Engels afirma que o Estado surgiu a partir da divisão da sociedade em classes, conseqüência da divisão do trabalho. Em contraposição à sociedade sem classes das gens, coube ao Estado instituir e assegurar os mecanismos de manutenção da propriedade privada [...]

Para Poulantzas (1977) o Estado é uma arena de conflitos e produto da luta de classes, onde suas instâncias modeladoras são mediatizadas pelas relações sociais. Assim, ele garante a manutenção das condições de reprodução do capital e como produto das lutas de classes é o lugar de conflito organizado. Nesse conflito organizado, os movimentos sociais têm papel preponderante, frente às ações estatais.

O Estado é uma relação social (POULANTZAZ, 1977), desse modo, é um campo de batalha, onde as diferentes frações da burguesia e certos interesses do grupo no poder se confrontam e se imbricam com certos interesses dos mais abastados. Destarte, o Estado é ao mesmo tempo o lugar/espço do poder político, um mecanismo coercitivo e de agregação. Uma instituição burocrática. Uma organização de mediação para promoção da práxis social, com possibilidades de organizar o que aparece num determinado espaço territorial, como o interesse geral. Mas, para além da premissa exposta acima, o Estado deve ser entendido dentro das concepções gramscianas de conflitos de classes, desenvolvidos extra e intra Estado. Assim, com base em Gramsci, Barquete (2003):

[...] compreendo o Estado a partir da análise dos conflitos de classe, que se constituem expressão da correlação de forças sociais. Consagrando e reproduzindo a hegemonia das classes dominantes, o Estado, eventualmente, pode acatar compromissos provisórios com as classes dominadas. No entanto, suas intenções e iniciativas estarão voltadas, principalmente, para a unificação do bloco no poder, mediante a desorganização e divisão dos trabalhadores. A burguesia, historicamente, busca elidir na visão que reproduz sobre o Estado e a sociedade a existência dos conflitos sociais denunciadores da sua dominação sobre o restante da população. (BARQUETE, 2003, p.86-87).

Gramsci (2000) elabora a teoria “ampliada de Estado”, no qual indica que o poder estatal não se expressa somente através de seus aparelhos repressivos e coercitivos, mas, também, por intermédio de uma nova esfera do ser social que é a sociedade civil, que não é homogênea, mas permeada por contradições. Nessa concepção, estão imbricados relacional e conflitivamente, a sociedade civil e a sociedade política.

Entendendo como Faleiros (1991) que o poder Estatal interpreta e reflete a base econômica. Sua autonomia é relativa e é resultante de uma ação dialética com a economia, em que este é determinado e determinante. Como consequência, o Estado resume, condensa, mediatiza as relações sociais, segundo as correlações de força da sociedade civil. O aparelho estatal não está somente em função dos interesses da classe dominante. Ele pode também aceitar e estimular certos interesses das classes dominadas. “O Estado é hegemonia e dominação.” (FALEIROS, *Op cit.*, p.47).

A hegemonia representa sua capacidade de dar diretrizes ao conjunto da sociedade, de mediatizar os conflitos entre as classes e os conflitos de classes, de estabelecer uma certa

agregação social. “Pela dominação, o Estado impõe a repressão, destrói as oposições e resolve os conflitos.” (LECHNER, 1978, p.16).

Esta natureza contraditória do Estado somente pode ser compreendida de maneira relacional, conflituosa, histórica e concreta, em conformidade com sua força ou sua debilidade, frente à força e à fraqueza das forças sociais.

A ação do Estado situa, então, em relação à correlação das forças sociais. Se as classes dominadas representam uma ameaça real a colisão dominante a intervenção do Estado pode ser caracterizada por uma repressão brutal. Se a pressão das classes dominadas se exerce num contexto da legalidade liberal as intervenções do estado se caracteriza pelo estabelecimento de certas regras do jogo, pela recuperação e pela regularização dos conflitos sociais. (TOURAINÉ, 1973, p.257).

Assim, na busca pela legitimação e reconhecimento de suas ações, o Estado desempenha um forte papel na defesa e no fortalecimento da ordem social. Envolve-se na doutrinação e no consenso e se encarrega do imenso aparato de coerção e repressão sob o qual mantém um ambiente social baseado na exploração da classe trabalhadora.

Nesse sentido, em 1964, o Estado promulga o Estatuto da Terra, que foi a primeira legislação a estabelecer uma maior organização, de modo concatenado, de intervenção, de desapropriação e de prever a indicação de “áreas prioritárias de reforma agrária”, no entanto. durante esse período (governo militar) não houve disposição para que a legislação se fizesse valer na prática.

Sobre esse período, Oliveira (1993, p. 83) asinala:

[...] o regime militar durante seus mais de 20 anos de vigência, conviveu/consentiu/promoveu um verdadeiro leilão das terras públicas deste país entre latifundiários e empresários do Centro-Sul industrial. Soldou uma aliança entre burguesia industrial e os latifundiários [...]

Para Barquete (2003, p.90)

a promulgação do Estatuto da Terra, em novembro de 1964, é revelador das verdadeiras intenções governamentais no que diz respeito ao desenvolvimento rural brasileiro. Esta Lei, promulgada poucos meses após o golpe militar, foi objeto de controvertidas análises. Afinal, é uma Lei de reforma agrária? [...] Penso que foi uma forma de conter o ânimo das massas favoráveis à reforma agrária, permitindo algumas intervenções fundiárias.

Uma perspectiva de alteração desse quadro surgiu com a redemocratização do país em 1985. “A Nova República” colocou como uma de suas ações prioritárias, a reforma agrária. A fim de mediar e mitigar as demandas e os conflitos por terra que os camponeses engendravam via movimento socioterritorial. Assim, em 10 de outubro de 1985, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) – *da Nova República* é publicado depois de ter ficado sob análise da sociedade de maio deste mesmo ano, até a promulgação em outubro, após algumas alterações feitas mediante o Decreto Nº 91.766.

Para Alencar (2005), o I PNRA da Nova República está

[...] fundamentado no Estatuto da Terra e na Constituição Federal, quando ratifica que não serão desapropriados os grandes imóveis que cumprem a função social, as empresas rurais, os imóveis que estiverem produzindo, as médias e pequenas propriedades; e nos casos em que ocorrer a desapropriação, as benfeitorias serão pagas

em dinheiro e o valor da terra nua em Títulos da Dívida Agrária. Ainda segundo afirma, o Brasil dispõe de 500 milhões de ha de terras agricultáveis; destes, 170 milhões são classificados como latifúndios com “área aproveitável e não explorada.” (p.10).

É, portanto, com o PNRA que a política da desapropriação por interesse social passa a ser colocada em pauta estatal, como mecanismo de aplicação da reforma agrária no Brasil.

Ceará e sua Inserção na Política de Assentamento

No caso específico do estado do Ceará, o processo de inserção na política de assentamentos de reforma agrária se efetiva pelo Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA-CE), instituído em maio de 1986 pelo Decreto Nº 92.617. O PRRA-CE se fundamentou nas Estatísticas Cadastrais do Incra e do Censo Agropecuário do IBGE, 1980.

De acordo com os dados levantados, dos 12,4 milhões de ha de terras agricultáveis, 4,5 milhões de ha são classificados como latifúndios que declararam ser terras aproveitáveis, porém não exploradas. (ALENCAR, 2005, p.170).

Fundamentado nos dados do Incra e do IBGE o

I PRRA-CE, art. 1º., declara o território rural do Ceará como zona prioritária para execução da reforma agrária; art. 2º. as desapropriações ocorrerão somente nos latifúndios ou nos imóveis que não cumprem a função social. (ALENCAR, *Ibid*, *op. cit*).

O PRRA – CE veio à tona em meio a um período de transição política, estava se iniciando, no Ceará, o que Arruda (2002, *et al*) chamou *era Jereissati*, quando da saída dos co-

ronéis e da chegada de um industrial ao governo do Estado. Para Sampaio (1999), esse tempo é o da construção de um novo poder, é quando o Estado começa uma reestruturação aos moldes do capital internacional chefiado principalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU); Organização Mundial do Comércio (OMC); Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Com relação às metas do I PRRA-CE, foi corroborado que para o intervalo dos anos de 1985 a 1989, deveria se assentar 50.100 famílias numa área, em hectare, de 1.500.000, subdividida ao longo dos cinco anos. Em 1985-1986 a quantia a ser assentada era de 5.400 famílias, em uma área de 160.000 ha. Em 1987 aumenta quase o dobro no número de famílias, passando para 10.700. Numa área equivalente de 320.000 ha o que corresponde ao dobro do tamanho em relação ao primeiro intervalo. No ano de 1988 os números são ainda maiores de 10.700, salta para 16.100 em uma área de 480.000 ha e por fim, 17.900 famílias em uma área de 540.000 ha (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Metas do I PRRA – 1985 – 1989

Ano	Nº de Famílias	Hectares
1985 – 1986	5.400	160.000
1987	10.700	320.000
1988	16.100	480.000
1989	17.900	540.000
Total	50.100	1.500.000

Fonte: I PNRA, org. LOPES, Jecsan Girão.

Tasso Jereissati, a fim de cumprir, pelo menos no discurso, as metas do PRRA-CE, elabora o programa de governo chamado de Plano de Mudanças. O mesmo previa uma reforma

agrária ampla que socializasse a terra que estava concentrada até então. Esse plano prometia “verdadeira revolução social e econômica no campo.” (CEARÁ, Governo do Estado, 1987).

No entanto, os resultados de fato estiveram bem abaixo do anunciado pelos números das metas do Plano. Nos anos de 1985-1986 foram desapropriados apenas 63.798 hectares (6 assentamentos) dos 160 mil que se pretendia, equivalendo a 39,87%. Em relação ao número de famílias, a meta era de 5.400, foram assentadas somente 1.591, correspondendo a 29,46%. No ano de 1987 a pretensão era desapropriar 320 mil ha, assentando 10.700 famílias, porém, os resultados ficaram bastante aquém. Foram assentadas 1.196 (16 assentamentos), 11,43% do prenunciado. Das mais de 10 mil famílias que se queriam assentar, só foram concretizados 11,17% da meta inicial.

No ano de 1988 foram desapropriados 3,15 % de hectares dos que constavam no plano. Com relação às famílias assentadas os resultados foram piores, apenas 404, o que equivale a 2,50%.

Por sua vez, no de 1989 tivemos os seguintes resultados dos 540 mil há pretendidos foram desapropriados quase 26 mil ha (6 assentamentos) ou 4,81%. Já no que se refere às famílias assentadas das quase 18 mil anunciadas, somente 4,13% ou 741 famílias (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Desapropriações e Famílias Assentadas, 1985-1989

Ano	Área (ha)	Nº de Famílias	Nº de Assentamentos
1985	17.143,0	609	06
1986	46.655,0	982	11
1987	36.580,0	1.196	16
1988	15.049,0	404	08
1989	25.997,0	741	16
Total	141.424,0	3.932	57

Fonte: Inera e Idace (2008). Org. Lopes, Jecson Girão.

No estado do Ceará, no período que corresponde ao governo de Collor, de 1990 a 1992, as ações de desapropriação corresponderam a um irrisório número, 353 ha, no qual assentou 8 famílias em um imóvel. Os números expressos no Ceará é o reflexo do baixo número de desapropriações feitas, também no restante do país (ver Tabela 3).

Tabela 3 – Desapropriações e Famílias Assentadas, 1990-1992

Ano	Área (ha)	Nº de Famílias	Nº de Assentamentos
1990	353,0	08	01
1991	00,0	00	00
1992	00,0	00	00
Total	353,0	08	01

Fonte: Inkra (2008). Org. LOPES, Jecson Girão.

O Programa Emergencial de Reforma Agrária, no intervalo de 1993 a 1994, desapropriou 75.793 ha, trazendo benesses para 1.965 famílias. Essa quantia foi subdividida ao longo dos dois anos sendo que em 1993 desapropriou 31.193 ha, assentou 943 famílias, e no ano seguinte, 44.600 ha, beneficiando 1.022 famílias (ver Tabela 4).

Tabela 4 – Desapropriações e Famílias Assentadas, 1993-1994

Ano	Área (ha)	Nº de Famílias	Nº de Assentamentos
1993	31.193,00	943	21
1994	44.600,0	1.022	17
Total	75.793,00	1.965	38

Fonte: Inkra e Idace (2008). Org. LOPES, Jecson Girão.

Fazendo uma cisão do período, de acordo com os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, para o estado do Ceará, de acordo com o Incra, vejo que as desapropriações e a feitura de assentamentos, do ponto de vista quantitativo, tiveram uma melhora significativa. Foram desapropriados pouco mais de 412 mil hectares dos quais assentaram 9.841 famílias em 183 imóveis.

Percebo que, durante esse intervalo de tempo, as desapropriações, as famílias assentadas tiveram números semelhantes, sendo que o ano de 1998 teve uma pequena diferença com quase 117 mil hectares nos quais beneficiou mais de 2600 famílias em 48 assentamentos (ver Tabela 5).

Tabela 5 – Desapropriações e Famílias Assentadas, 1995-1998

Ano	Área (ha)	Nº de Famílias	Nº de Assentamentos
1995	90.486,0	2.297	41
1996	105.356,0	2.322	47
1997	99.798,0	2.613	47
1998	116.965,0	2.609	48
Total	412.514,0	9.841	183

Fonte: Incra e Idace (2008). Org. LOPES, Jecson Girão.

No segundo mandato, 1999-2002, os números são os seguintes. Foram desapropriados 60.600 mil hectares, nos quais atenderam 1.163 famílias em 39 assentamentos. O melhor desempenho no período foi no ano de 1999 que desapropriou mais de 40 mil ha, assentando mais de 700 famílias em 24 imóveis (ver Tabela 6).

**Tabela 6 – Desapropriações e Famílias Assentadas,
1999-2002**

Ano	Área (ha)	Nº de Famílias	Nº de Assentamentos
1999	40.770,0	738	24
2000	843,4	30	1
2001	10.360,0	203	6
2002	8.642,0	192	8
Total	60.615,40	1.163	39

Fonte: Inkra e Idace (2008). Org. LOPES, Jecson Girão.

Para o presidente Lula, os dados das desapropriações no Ceará bem como as famílias assentadas constam com os seguintes números. No seu primeiro ano de governo teve um fraco desempenho desapropriando pouco mais de 9 mil ha, onde assentou 253 famílias em 5 assentamentos. Seu melhor desempenho foi no ano de 2005, em que foram beneficiadas 438 famílias numa área de 31 mil hectares o que proporcionou a formação de 15 assentamentos rurais. (ver tabela 7)

**Tabela 7 – Desapropriações e Famílias Assentadas,
2003-2006**

Ano	Área (ha)	Nº de Famílias	Nº de Assentamentos
2003	9.636,0	253	5
2004	24.340,0	396	12
2005	31.241,0	438	15
2006	20.124,0	293	11
Total	85.341,00	1.380	43

Fonte: Inkra (2008). Org. LOPES, Jecson Girão.

Ainda em conformidade com dados do Incra, nos anos de 2007 e 2008, até o mês de setembro, haviam sido desapropriados pouco mais de 10 mil ha, nos quais beneficiaram 254 famílias em 7 imóveis, sendo 3 em 2007 e 4 em 2008.

Os dados acima apresentados são representativos dos assentamentos rurais federais e estaduais, bem como dos anos, nos quais foram implantadas, área desapropriada, famílias assentadas e quantificação total dos imóveis.

Assim, no que diz respeito às desapropriações para fins de reforma agrária, (implantação de assentamentos) a partir do I PNRA/PRRA-CE da Nova República até setembro de 2008, o Governo Federal, via Incra, implantou no território cearense, 341 assentamentos, 17.956 famílias atendidas, em uma área de 760 mil hectares.

De acordo com os intervalos de intervenção estatal dou destaque para o intervalo de anos que vai de 1995 a 1998, sob o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, onde foram implementados 174 assentamentos em área de 405 mil ha que beneficiou 9.637 famílias de trabalhadores (as) rurais sem terra e/ou com pouca terra. Em percentual, os assentamentos desse período equivalem a 51,1%. Em famílias, o percentual é de 54,75%. Em área representa 53,27% do total do intervalo considerado.

O segundo mais representativo período é o 1985 a 1989, governado por José Sarney. Nesses anos foram efetivados 57 assentamentos em uma área de mais de 125 mil ha disponibilizando terra para 3.535 famílias. Os assentamentos em percentual representam 16,5% do todo. Nas famílias o valor é de 21,6%. Em área, a soma é de pouco mais de 18%.

O terceiro intervalo é o que começa em 2002 e vai até 2006, primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No período considerado, os assentamentos implantados chegaram à quantia de 44, representando 12,8%. As famílias beneficiadas somaram 1.391, equivalendo a 7,74%, em uma área de mais de 88 mil hectares, pouco mais de 11,5%.

O quarto é o de 1999 a 2002, que corresponde ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Nesse intervalo foram efetivados 36 assentamentos, que equivalem a 10,55%. As famílias assentadas foram de 1.111, somando 6,31%, em uma área de 59.286 ha que representa 7,80% do todo.

Em quinto, ocorreu nos anos de 1993 a 1994, sob o governo de Itamar Franco. 24 foram os assentamentos criados, distando 7,03%, nos quais foram assentadas 1.665 famílias, que corresponde a 9,46%, em uma área de mais de 65 mil ha, ou 8,57% do total dos hectares que serviram para efetivação de assentamentos.

O sexto intervalo corresponde a uma parte do segundo mandato do presidente Lula, entre 2007 e setembro de 2008. Nesse tempo foram implantados 7 assentamentos, equivalendo a 2,05% dos assentamentos. As famílias assentadas foram 254, somando 1,44% em uma área de 1,41%, pouco mais de 10 mil ha.

E, por fim os anos do presidente Fernando Collor de Melo, entre os anos de 1990 a 1992. Para o período apenas 1(um) assentamento foi criado, com 8 famílias assentadas em uma área de 353 ha. Em percentual, respectivamente foram, 0,29%; 0,04% e, também 0,04% (ver Tabela 8).

Tabela 8 – Assentamentos Federais e Famílias Assentadas – CE, 1985-2008

Ano	Área (ha)	%	Nº de Famílias	%	Nº de Assentamentos	%
1985	17.143,0	2,55	609	3,46	6	1,75
1986	40.283,0	5,30	1.012	5,74	12	3,50
1987	30.736,0	4,04	941	4,78	15	4,68
1988	11.674,0	1,54	332	1,89	6	1,75
1989	25.997,0	3,42	741	4,21	16	4,68
Subtotal	125.833,0	16,55	3.535	20,8	56	16,5
1990	353,0	0,04	8	0,04	1	0,29
1991	00,0	0	0	0	0	0
1992	00,0	0	0	0	0	0
Subtotal	353,0	0,04	8	0,04	1	0,29
1993	20.542,0	2,70	643	3,65	7	2,05
1994	44.600,0	5,86	1.022	5,80	17	4,97
Subtotal	65.142,0	8,57	1.665	9,46	24	7,01
1995	85.565,0	11,26	2.169	12,07	36	10,52
1996	103.102,0	13,56	2.256	12,56	44	12,85
1997	99.374,0	13,07	2.603	14,50	46	13,45
1998	116.965,0	15,38	2.609	14,53	48	14,03
Subtotal	405.006,0	53,27	9.637	54,75	174	51,01
1999	40.251,0	5,28	724	4,03	23	6,72
2000	943,0	0,11	30	0,16	1	0,29
2001	10.360,0	1,36	203	1,13	6	1,75
2002	7.831,0	1,03	154	0,85	6	1,75
Subtotal	59.286,0	7,80	1.111	6,31	36	10,55
2003	9.636,0	1,26	233	1,41	5	1,46
2004	24.340,0	3,20	396	2,20	12	3,50
2005	34.059,0	4,48	449	2,50	16	4,67
2006	20.124,0	2,65	293	1,63	11	3,21
Subtotal	88.159,0	11,59	1.391	7,90	44	12,90
2007	3.265,0	0,43	65	0,36	3	0,88
2008	7.438,0	0,97	189	1,05	4	1,17
Subtotal	10.703,0	1,41	254	1,44	7	2,05
Total	760.325,00	100	17.601	100	341	100

Fonte: Inera (2008). Org. LOPES, Jecson Girão.

O governo do estado do Ceará, de 1988 a 2008, desapropriou, comprou e arrecadou 36 imóveis, subdivididos por intervalo de anos, conforme a tabela 9. O período de maior relevância foi nos anos de 1991 a 1994, quando Ciro Gomes era o governador do Estado, ocorreu a efetivação de 14 assentamentos, nos quais foram assentadas 328 famílias, em uma área de mais de 10 mil ha. Por sua vez, durante o governo Tasso Jereissati, no período de 1987 a 1990, foram implantados 2 assentamentos em uma área de 3.775 ha, nas quais foram beneficiados 70 famílias (ver Tabela 9).

Tabela 9 – Assentamentos Estaduais, Idace, 1988 a 2008

Ano	Desapropriação / Compra / Arrecadação		
	Nº assentamentos	Área (ha)	Nº de Famílias
1988	2	3.775	70
1989	----	----	----
1990	----	----	----
Subtotal	2	3.775	70
1991	----	----	----
1992	----	----	----
1993	14	10.651	328
1994	----	----	----
Subtotal	14	10.651	328
1995	6	6.280	162
1996	3	2.254	45
1997	1	424	10
1998	----	----	----
Subtotal	10	7.508	217
1999	1	519	15
2000	----	----	----
2001	----	----	----
2002	2	811	39
Subtotal	3	1.330	54
2003 a 2008	7	3.379	139
Subtotal	7	3.379	139
Total	36	26.643	808

Fonte: Idace (2008), Org. LOPES, Jecson Girão.

De acordo com os quadros (8 e 9) são 341 assentamentos federais e 36 estaduais, em que foram beneficiadas 18.409 famílias, alocadas em 377 imóveis em uma área que chega a quase 787 mil hectares.

Esses são dados a partir do I PNRA/PRRA-CE da Nova República, que exclui, dos assentamentos federais, os imóveis adquiridos antes do Plano, os comprados e os doados, os quais somam 17 imóveis. Dos estaduais excluí os doados e os em regime de comodato. No caso dos assentamentos federais de antes do PNRA, destaco Japuara, em Canindé, pelo processo de luta que os camponeses travaram até a conquista, em plena década de 1970. O outro é o Saco do Belém, em Santa Quitéria, pela extensão da área, pouco mais de 20 mil ha. No caso dos estaduais são 4 imóveis, Açudinho no município de Capistrano, com uma área de 350 ha e 57 famílias; Caiçara em Canindé, onde estão assentadas 19 famílias, em uma área de 826 ha; Coió em Baturité, com 14 famílias e uma área de 79 ha e Oiticica I, também em Baturité, sendo que a área é de 758 ha, com 70 famílias.

Diante dos dados acima, entendo ser necessário para a análise espacial e quantitativa dos assentamentos, a inclusão de todos, federais e estaduais. Desse modo, percebo que a política de assentamentos no Ceará, no que diz respeito a participação estadual foi bastante comedida, somando ao todo 40 assentamentos, nos quais beneficiaram 967 famílias em uma área de pouco mais de 29 mil ha, ao passo que a federal, não expressiva, mas mais representativa, consta com 358 assentamentos em uma área de mais de 810 mil ha, nas quais atenderam 19.572 famílias.

Assim, ao todo o Incra, de 1980 a 2008, efetivou a implantação de 358 assentamentos rurais em todo o Estado. Assentou 19.572 famílias em uma área que ultrapassa os 800 mil hectares.

Assim, no intervalo de quase 28 anos, o estado do Ceará possui entre federais e estaduais, 398 assentamentos. Estes representam 0,29%, dos 134.782 imóveis rurais do Ceará; ocupam uma área de 839.600 ha, equivalendo a apenas 8,97% dos mais de 9 milhões de ha da área rural do Ceará; beneficiam 20.539 famílias, cerca de 84 mil pessoas beneficiadas de forma direta, sem mencionar as que são beneficiadas indiretamente.

Do ponto de vista de jurisdição/administração, 358 dos 398 estão sob jurisdição do Incra e 40 sob o Idace, ou seja, 90% e 10% respectivamente. Estes estão espacialmente localizados em 97 municípios, sendo que os federais estão presentes em 93 municípios, equivalendo, em relação aos 184 municípios do Estado 50,54%. Os estaduais em 21, o que representa 11,41%.

Considerações Finais

Nos dados apresentados, postulei os números da intervenção estatal e a feitura de assentamentos rurais, fruto em grande maioria, das pressões que os movimentos sociais no/do campo travam contra o modo de produção capitalista, que concentra a terra, expropria e exclui milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra e/ou com pouca terra. Destarte, os movimentos sociais na esperança de mudança dessa estrutura agrária, enquanto não for de fato efetivada a reforma agrária no país, continuarão na busca, em uma luta infinda, pela construção do espaço/território camponês no território capitalista, tendo em vista a promoção da vida com dignidade na terra de trabalho conquistada.

Nesse sentido, vejo que a implantação de assentamentos é um tipo de política pública que, no caso brasileiro, está

vinculada, em linhas gerais, a tentativa de controlar e atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, que ganharam expressividade a partir do surgimento das Ligas Camponesas, e na década de 1980 quando surge o MST e outros movimentos sociais. Assim, através da implantação dos assentamentos criou-se um lócus para o exercício do controle social e dos conflitos.

Os projetos de assentamentos realizados até então não foram suficientes para aplacar os conflitos no campo, pois essas políticas consistem em mecanismos estatais de conciliação de interesses desiguais e contraditórios, o que não resolve o conflito, apenas coloca-o para “debaixo do tapete” das várias questões sociais brasileiras não resolvidas, e a reforma agrária continua a gerar tensões entre o Estado, organizações e movimentos sociais que a reivindicam.

Segundo Gramsci (2000), essa intervenção estatal é uma espécie de “revolução passiva” uma revolução em que os principais sujeitos históricos ficam de fora do processo e, na realidade, são cooptados pela hegemonia de classes, alheias aos seus interesses de fato. Isso é claro, pois o que os movimentos sociais buscam é a reforma agrária, e não somente uma política de assentamentos.

Desse modo, entendo como Martins (1986, p.16), quando escreve que pensar que uma política de assentamento seja reforma agrária é um grande equívoco político. Analisar que “reforma agrária se resume à desapropriação local e ao assentamento do trabalhador rural num pedaço de terra”.

Isso, a meu ver, está bem posto, no entanto, não vejo a possibilidade de se tirar os méritos dos assentamentos, pois mediante os mesmos, experiências se acumularam, conquistas se efetivaram, parte de sonhos são executados e os impactos locais, regionais e nacionais sobrevieram nas mais variadas instâncias, social, política, econômica, cultural e ambiental.

O Iplance (1998), em uma pesquisa sobre os assentamentos rurais no Ceará infere que as contribuições mais significativas que estes trouxeram foi uma maior democratização da propriedade da terra, efetivação de relações solidárias, de cooperação agrícola, geração de empregos diretos. (IPLANCE, 1998).

Para Leite, Heredia, Medeiros *et al* (2004) os assentamentos são conquistas e, ao mesmo tempo, são vitrines, pois expressam visibilidade e conhecimento aos assentados, estes como nova categoria do território rural.

Referências

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos íntimos: a gestão dos assentamentos de reforma agrária**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – UFC. Fortaleza 1998.

_____. **Segredos íntimos: a gestão dos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: UFC, 2000.

_____. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. Fortaleza: PPGS/DCSF/ UFC, 2005.

ARRUDA, José Maria; PARENTE, Josênio (Org.). **A era Je-reissati**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.

BARQUETE, Paulo Roberto Forte. **Assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no Ceará: miséria ou prosperidade? O caso Santana**. 1995. 157p. Dissertação (Mestrado em economia agrícola) – Faculdade de Economia Agrícola, UFC, 1995.

_____. **O Engodo do novo mundo rural: Reflexões a partir de Canindé-CE**. Fortaleza: PPGS/DCSF/ UFC, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil: Contexto**, 2006.

FERNANDES, Bernardo. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. **Assentamentos rurais e agricultura regional: contrapontos e ambigüidades**. Contextualizar é preciso. 1995. Disponível em: www.ufpe.br. Acesso em: 17 out. 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LECHNER, Norbert. A crise do estado na América Latina. **Revista de Cultura Contemporânea**, v. 1, n. 1, jul/dez, 1978, p.16-25.

LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde *et al.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília, São Paulo: IICA, Nead, de Estudos Avançados da USP, v. 15, n. 43. São Paulo: IEA, 2001. Editora Unesp; 2004.

_____. HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde *et al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, São Paulo: IICA, Nead, Editora Unesp; 2004.

_____. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil**: aspectos políticos, econômicos e sociais. Disponível em: www.nead.gov.br. Acesso em: 15 maio 2008.

LOPES, Jecson Girão. **A (re) construção do território e da dignidade camponesa no assentamento Cachoeira do Fogo – Independência/CE**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – UFC. Fortaleza, 2009.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In STEDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MIRANDA, Maria Elena. **Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST**. São Paulo, Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão**

agrária hoje. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do estado no Ceará.** São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1999.

SIMONETTI, M.C.L. Entre o local e o global: movimento dos sem terra, a via campestina e a agricultura brasileira. In: CORSI, Francisco Luiz. (Org.). **Economia, sociedade e relações internacionais:** perspectivas do capitalismo global. Londrina: Práxis, 2006.

STÉDILE, João Pedro; GORGEN, S.A. **A luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Scritta, 1993.

TOURAINÉ, Alain. **La production de la société.** Paris: Seuil, 1973.

UNIDADE CAMPONESA E DIFERENÇAS NAS FORMAS DE USO DA TERRA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ

*Alexandra Maria de Oliveira
Raimundo Castelo Melo Pereira*

Introdução

Discutir a unidade camponesa em assentamentos rurais no Ceará abre espaços para discussões acerca da política de desenvolvimento presente no campo brasileiro e seus desdobramentos. A análise sobre unidade camponesa de produção e consumo recoloca a questão da reforma agrária e o acesso a terra pelos sem-terra, o problema da estrutura fundiária e a reprodução do campesinato no seio da sociedade capitalista.

A reflexão proposta passa pela leitura presente nas ciências humanas sobre o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro. Um processo contraditório e combinado, pois, à medida que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas caracterizadas pela apropriação privada da terra, cria e recria, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção mantidas com base no trabalho familiar.

A unidade camponesa tem como razão estruturante o trabalho familiar. A família é a base da constituição e reprodução do modo de vida camponês. São as relações estabelecidas na família entre si e dessa com a terra e o trabalho que permite a reprodução da cultura, das técnicas e da identidade camponesa.

No processo de luta pela terra travada no campo brasileiro, os assentamentos rurais correspondem a conquistas camponesas de frações do território capitalista. No cotidiano da vida de assentado, a relação terra, trabalho, família e liberdade identificam os sujeitos sociais que estão na luta pela terra nos sertões do Brasil camponês.

A Política de Desenvolvimento no Campo e os Assentamentos no Ceará

O processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território cearense em consonância com a orientação nacional tem caminhado no sentido da adaptação ao mercado internacional. A opção pelos polos de fruticultura irrigada, o turismo litorâneo, a interiorização dos polos industriais e a “reforma agrária de mercado” foi apresentada como o caminho para uma maior eficiência no retorno econômico e social dos investimentos públicos aplicados em ações de combate à pobreza. Os camponeses, à margem do processo, procuraram continuar em luta pela terra e por um projeto de desenvolvimento com dignidade e justiça social no campo.

O combate à pobreza no Ceará tem por base dois paradigmas de entendimento sobre o desenvolvimento do campo. Para os defensores do paradigma do capitalismo agrário, a pobreza é parte de um grupo social em extinção, camponeses que, por falta de terra ou coragem para trabalhar são resquícios de uma sociedade tradicional. Nessa leitura, o envolvimento desse grupo social em atividades modernas e produtivas resolveria o problema da pobreza na região, dessa forma, a reforma agrária não se configura como uma questão a ser resolvida no campo. Por outro lado, os defensores do paradigma da questão agrária, acreditam que o combate à pobreza é parte constitutiva da luta pela reforma agrária, por justiça social e dignidade no campo. Nessa leitura, o campesinato é uma classe social que se reproduz de forma subordinada, no seio do desenvolvimento do modo capitalista de produção. As formas de luta desenvolvidas pelos movimentos camponeses são ações criativas que revelam a força de uma classe social moderna, eficiente e incômoda.

De acordo com Sampaio (1999), a manutenção da pobreza rural cearense está diretamente associada à política estadual pautada na lógica da dependência de programas de assistência oferecida pelo governo federal como garantia da sobrevivência da população em situação precária. Programas como combate a desnutrição, bolsa alimentação, erradicação do trabalho infantil, entre outros, não conseguem reverter o quadro de miséria e pobreza que fazem do Ceará um território clássico da fome. E é por isso que ameaças de ocupações e saques aos prédios públicos, comércios e armazéns do governo constituem ações legítimas dos trabalhadores famintos e sedentos que se rebelam, sobretudo, nos períodos correspondentes ao plantio e a colheita da produção agrícola.

Os principais mediadores da luta pela reforma agrária no estado têm sido a Igreja Católica via Comissão Eclesial de Base (CEB) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) que pressionam o poder público por condições dignas de vida no campo. Embora com inserções diferenciadas na luta pela reforma agrária, essas representações estão ampliando as condições para que os camponeses se organizem na luta contra as injustiças sociais, pela autonomia no trabalho e por direitos adquiridos na luta pela reforma agrária. Todo o conjunto de ações de luta pela terra tem fortalecido a criação de novos assentamentos rurais no Ceará, portanto, uma nova configuração espacial na estrutura fundiária do estado.

Para Leite, Heredia e Medeiros (2004) os assentamentos rurais no país devem ser vistos como ponto de chegada de um processo de luta pela terra e tornam-se ponto de partida para uma nova condição de vida. Eles estão produzindo um novo perfil produtivo nos municípios, na organização social da pro-

dução e da família, nas condições de vida e na participação política local e regional.

A análise da questão agrária no Ceará revela a presença de, pelo menos, dois projetos de desenvolvimento inconciliáveis. O projeto oficial, pactuado e defendido pelos políticos e proprietários de terra rentistas e o projeto popular, defendido pelos movimentos e representações camponesas, que atende as necessidades básicas dos pobres do campo. E é por meio dessa lógica contraditória que procuramos entender as diferentes formas de trabalho e produção na terra camponesa no Ceará.

Nos assentamentos rurais dos sertões do Ceará, a organização da unidade familiar se divide entre a casa e a parcela de terra dos roçados, e, também, na tarefa da militância na escola e na associação, quando necessário. A inserção de cada membro do grupo nas atividades desenvolvidas varia de acordo com o sexo e a idade. Essa especificidade se revela no cotidiano do trabalho feminino (mulheres e meninas) na casa e no trabalho masculino (homens e filhos) nos roçados. Uma questão de gênero presente na economia familiar do modo de vida tradicional.

Para Chayanov (1974), a economia camponesa se assentou no balaço consumo familiar *versus* exploração da força de trabalho. Assim, a relação trabalho *versus* consumo passou pela satisfação das necessidades familiares e teve como limite a sobrevivência. Desse modo, a família camponesa trabalha o necessário para suprir suas necessidades, diferentemente, portanto, do que ocorre no processo de produção capitalista cujo objetivo sempre é a obtenção do lucro médio. Assim, é na base da estrutura interna do campesinato que se encontra a raiz da produção camponesa.

Com relação a organização territorial das comunidades rurais no Nordeste, conforme Heredia (1979), a unidade camponesa contém a especificidade de ser, ao mesmo tempo, uni-

dade de produção e unidade de consumo, porque os membros que a compõem estão ligados ao processo produtivo, mediante laços de parentesco.

As famílias assentadas no campo cearense se organizam com base na estrutura da unidade de produção e consumo com estratégias de reprodução social desenvolvidas pelo grupo doméstico. São relações estabelecidas entre família, terra, trabalho e liberdade que permitem a reprodução da cultura, das técnicas e da identidade camponesa. No caso, a posse da terra e a liberdade no trabalho e na vida formaram as condições necessárias para a recriação de práticas próprias do campesinato nordestino no processo de conquista da fração camponesa do território.

Heredia (1979) analisou entre os pequenos produtores de Pernambuco a ocorrência da oposição casa – roçado. Para a autora, o lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico estava estreitamente ligado a sua posição com relação às atividades que desenvolvem no *roçado* ou na *casa*. São os produtos fornecidos pelo *roçado* que asseguram o consumo familiar que se materializa na *casa*. Consequentemente, é o *roçado* que dá condições de existência à *casa* como local de consumo.

Rodrigues (1994) estudando os camponeses do Assentamento Maceió no Ceará, verificou a unidade familiar organizando sua produção de duas formas: a “comunitária”, realizada nos “campos comunitários” e a “individual” que se realizava nos quintais e roçados. Nos “campos comunitários”, a produção cultivada pelo grupo é dividida em partes iguais, de acordo com a quantidade de famílias que participam do trabalho. Os quintais como extensões das casas são, ao mesmo tempo, local do lazer de crianças e adolescentes, e como extensões dos roçados, o local do trabalho masculino com o cultivo de milho, feijão e mandioca, além das fruteiras. Os ro-

çados, normalmente localizados distantes das casas, ocupam qualquer lugar no assentamento, porque, devido à ausência da titulação individual da terra, não há impedimentos na escolha do lote para a preparação do roçado.

Na organização camponesa presente nos assentamentos do Ceará, cada grupo familiar se divide entre as tarefas de limpeza da casa, prática da farinhada, trabalho nos roçados e cuidado com as criações. A casa é dividida em sala, quartos, cozinha, banheiro e alpendre; o espaço livre nos fundos é o quintal. A grande maioria das casas se encontra em forma de agrovilas, outras se encontram dispersas, sem apresentar nenhuma ordem de disposição. Existe a exemplo do Assentamento Maceió, uma separação espacial evidente entre a casa e os roçados. Mesmo nos casos em que há roçados próximos ao quintal, há sempre lotes com roçados em terras mais distantes das casas.

Marques (1994), analisando a organização da produção camponesa em Ribeira na Paraíba, revelou sua base no sistema agrícola, formado pelo tripé: pecuária, roçado e alho. De acordo com a autora, com base no calendário agrícola da região, o “inverno” ou estação chuvosa corresponde à época do trabalho no roçado. O “verão”, período de estiagem, é a época do cultivo do alho e dos cuidados com o rebanho. Nas unidades camponesas em Ribeira, esse tripé forma diferentes domínios: o da casa de morada, o da lavoura e o da pecuária, que se encontram submetidos a diferentes regras de apropriação, porém, sob o controle direto da unidade familiar.

Nos assentamentos rurais cearenses as relações de trabalho entre homens e mulheres também são fortemente marcadas pela separação entre trabalho feminino (casa e quintal) e trabalho masculino (roçado), no individual (familiar) e coletivo. Cabe às mulheres (mães e filhas) o cuidado com a casa: limpar, espanar, varrer e cozinhar, colocar os alimentos na mesa

e servir aos homens, que passam o dia todo nas idas e vindas do roçado-casa. Saem de casa por volta das cinco da manhã retornam às onze e meia e voltam novamente ao roçado depois das duas da tarde, retornando no final do dia.

O trabalho feminino extrapola o espaço da casa e vai para a escola e a associação. Ao trabalhar na escola e na associação, a mulher faz o trabalho coletivo pela família, porque o coletivo deve ser feito por um dos membros da família. A separação trabalho feminino - trabalho masculino é notória na ocupação dos espaços e no desenvolvimento dos trabalhos na unidade camponesa. Uma herança da sociedade paternalista que vem sendo contestada na crescente participação política das mulheres na luta do dia a dia nos assentamentos.

As atividades nas unidades camponesas estão organizadas a partir de alguns itens: casa de moradia, roçados, casa de farinha e pecuária. A agricultura extensiva predominante no Nordeste apresenta formas de uso da terra que podem ser descritas como variações presentes na forma de organização do trabalho camponês. Os usos da terra litorâneo e sertanejo podem coexistir em uma mesma unidade de produção e têm por base a técnica de rotação de terras. Essa, conforme Valverde (1961), consiste em preparar uma área e pô-la em cultivo até que os solos deem sinais de esgotamento por uma diminuição das colheitas; nesse momento, uma nova área é preparada e cultivada; e assim sucessivamente, até que se volte, após alguns anos, à área primitiva.

Na opção pela gestão mista (individual e coletiva) dos assentamentos, essa técnica tem sido mantida com dificuldades diante do desgaste dos solos. O quadro atual tem revelado uma situação de degradação dos solos nunca vista antes. Em parte essa degradação tem a ver com a rotação de terras na atividade agrícola presente na cultura sertaneja, porém ou-

tros fatores precisam ser considerados nessa explicação como o povoamento do semiárido; o fortalecimento das olarias; a retirada de lenha para fornos e carvão e a não orientação técnica. Isso quer dizer que mesmo que não haja atividade agrícola com a rotação de terras e a coivara, esses outros componentes irão contribuir para a degradação do solo, porque a retirada da vegetação expõe o solo a lixiviação entre outros processos que atuam no mesmo.

As formas de uso da terra são partes constitutivas da lógica da sustentabilidade camponesa. Esses diferentes modelos de uso da terra, denominados de litorâneo e sertanejo, estão submetidos a regras de trabalho e apropriação de domínio total da unidade familiar.

A unidade camponesa nos assentamentos rurais é uma unidade de produção e consumo estruturada pela força de trabalho familiar, possuidora dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho) e de experiências que variam segundo influências de origem histórico-culturais, políticas, socioeconômicas e ambientais. Com base na lógica camponesa, as unidades familiares constituem usos da terra estritamente vinculados à região de moradia. De acordo com a região de pesquisa, sertão central e litoral oeste foi possível vislumbrar diferentes formas de usos da terra denominados de litorâneo e sertanejo. Os assentamentos visitados estão próximos dos blocos caracterizados por Barreira e Paula (1998), como sendo assentamentos compostos pelos projetos que superaram o cordão de miséria, passando para um outro patamar de produção agrícola e por assentamentos compostos pelos projetos que conseguiram melhorar a produção agrícola, implicando melhores condições de vida para os assentados, entretanto, estão em uma dependência direta da assistência técnica e creditícia do governo.

Unidade Camponesa e Diferenças nas Formas de Usos da Terra: Litorâneo e Sertanejo

No Ceará, as atividades agropecuárias estão intrinsecamente relacionadas ao ano agrícola do estado. De um modo geral, o ano agrícola se define em dois períodos bem distintos: o “inverno”, período chuvoso, que vai de dezembro a junho, e o “verão”, período de estiagem, que vai de julho a novembro. A organização da produção camponesa segue esse calendário, respeitando as especificidades das condições geoambientais do litoral e do sertão.

Nos assentamentos litorâneos, geralmente, é no mês de outubro que o camponês inicia a limpa nas “terras de várzea”. Ao mesmo tempo em que nas “terras de sequeiro”, tem começado a segunda colheita do ano de mandioca, milho e feijão, e a quarta derruba do coco-da-baía do ano. Em novembro e dezembro, há a continuidade do preparo e da limpa nas “terras de baixa” e a continuidade da colheita já iniciada. O mês de janeiro mantém o trabalho de limpa e começa o plantio de mandioca, milho e feijão do ano e, ocorre, ainda, a primeira derruba do coco. Em fevereiro se mantém o trabalho da limpa e o plantio nas “terras de várzea”, e se inicia a adubação dos coqueiros. Em março, o trabalho de limpeza das várzeas. Em abril, ocorre a primeira colheita do feijão e milho, plantados no início do ano, e da mandioca, plantada no ano anterior. Há, nesse mês, a segunda derruba do coco, seguida da adubação que prossegue até maio. Ainda em maio e em junho, mantém-se a limpa das “terras de várzea” e a colheita do roçado. Em julho, realiza-se a terceira derruba do coco-da-baía e o segundo plantio de milho, feijão e mandioca do ano. Em agosto, continua o plantio do roçado, e, em setembro, inicia-se a segunda colheita do ano de milho, feijão e mandioca, que

prossegue até o mês de outubro, quando novamente se inicia o calendário agrícola. O quadro 1 resume esse calendário.

Quadro 1 – Ceará – Calendário Agrícola no Litoral

Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março
Início do tempo de brocar a terra e preparar as queimadas; Continua segunda colheita de mandioca, milho e feijão; Quarta derruba do coco-da-baía.	Tempo das queimadas e início da limpa nas “terras de várzea” e a colheita nas “terras de sequeiro”.	Início do plantio das “plantas de rama” melancia e jerimum.	Limpa nas “terras de várzea”; Começa o plantio da mandioca, milho e feijão. Primeira derruba do coco-da-baía.	Continua limpa nas “terras de várzea”; Início da adubação dos coqueiros.	Continua limpa nas “terras de várzea”.
Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Continua limpa nas “terras de várzea”. Início da primeira colheita de feijão, e milho plantados no início do ano e da mandioca plantada no ano anterior. Segunda derruba do coco.	Continua a limpa nas “terras de várzea” e colheita de milho, feijão e mandioca. Adubação dos coqueiros.	Continua a limpa nas “várzea” e colheita de milho, feijão e mandioca.	Terceira derruba de coco-da-baía e Segundo plantio de milho, feijão e mandioca.	Continua plantio de milho, feijão e mandioca.	Início da segunda colheita do ano de milho, feijão e mandioca que prossegue no mês seguinte.

Fonte: OLIVEIRA, A. Ma. **Trabalho de campo.** Acaraú/CE: [s.n.], 2003.

O calendário agrícola no litoral se inicia em novembro com a limpa nas “terras de várzea” que prossegue até junho. Os plantios ocorrem em janeiro e fevereiro, julho e agosto, contribuindo para que o ano agrícola ofereça duas colheitas. A primeira entre abril e junho e a segunda entre setembro e dezembro. As atividades de limpa, plantio e colheita estão atravessadas pelas quatro etapas de derrubas do coco-da-baía que acontecem nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Todas essas atividades configuram um ano de muito trabalho nos assentamentos. No caso de ano de seca, os plantios dos roçados e as derrubas do coco-da-baía ficam completamente comprometidos.

No caso dos assentamentos sertanejos, o camponês normalmente começa o preparo da terra com as queimadas em novembro, prosseguindo até dezembro. Nesse mês, inicia-se a limpeza das “terras de baixa” e o plantio das “plantas de rama”. Em janeiro e fevereiro, a limpeza das “terras de baixa” continua e há o início do plantio de milho e feijão, podendo haver colheita da mandioca, plantada no ano anterior. Em março, ocorrem as primeiras colheitas do milho e do feijão e o plantio da mandioca. Em abril e maio, continuam a limpa nas “terras de baixa” e a colheita de milho, feijão e das “plantas de rama”, plantadas em dezembro. Nos meses de junho, julho, agosto e setembro o trabalho no roçado é de manutenção, com limpeza nas “terras de baixa” e a colheita de milho, feijão e mandioca. O quadro em outubro se modifica com o reinício do calendário agrícola a partir da broca ou arranca do mato-fino para novamente se fazer a coivara. Esse calendário está resumido no quadro 2.

Quadro 2 – Ceará – Calendário Agrícola no Sertão

Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Início das queimadas.	Continuam as queimadas e inicia-se a limpa nas “terras de baixa” para o plantio das “plantas de rama”.	Continua a limpa nas “terras de baixa”. Inicia-se o plantio de milho, feijão e a colheita da mandioca plantada no ano anterior.	As atividades anteriores se mantêm.	Primeiras colheitas do milho e feijão e plantio da mandioca.	Continua limpa nas “terras de baixa” e colheita de milho feijão e das “plantas de rama”.
Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Continua limpa nas “terras de baixa” e colheita de milho e feijão.	Continua limpa nas “terras de baixa” e colheita de milho e feijão.	Continua limpa nas “terras de baixa” e colheita de milho e feijão.	A limpa nas “terras de baixa” e a colheita de milho e feijão continua cada vez mais escassa.	A limpa nas “terras de baixa” e colheita de milho e feijão encerram-se.	Inicia-se a broca, arranca do pau-fino para novamente dar procedimento a coivara.

Fonte: OLIVEIRA, A. Ma. **Trabalho de campo**. Canindé/CE: [s.n.], 2003.

O calendário agrícola do sertão tem seu início em outubro com o preparo da terra para os primeiros cultivos. A limpeza das “terras de baixa” prossegue por um longo período, que vai de novembro a setembro. O plantio, que ocorre somente uma vez no ano, entre janeiro e fevereiro, garante a colheita nos meses de março, agosto e setembro. Se o ano for de “inverno ruim” – seca, a broca e a limpa só começam em janeiro, prosseguindo até março. Caso no dia 19 de mar-

ço a chuva não apareça no sertão, a solução, de acordo com os camponeses, é esperar serviço nas “frentes de emergência” (Programas oferecidos pelo governo federal como garantia da sobrevivência da população em situação precária).

É importante ressaltar que os calendários agrícolas estão atravessados pelo calendário católico, portanto, o respeito aos dias santos, as rezas, as experiências e simpatias para saber do “inverno” são práticas culturais que atravessam as atividades de produção agropecuária, como revela a camponesa na fala sobre a previsão do “inverno” no sertão.

[...] O dia oito de dezembro, uns dizem que é feriado, mais para mim é dia Santo, Dia de Nossa Senhora da Conceição. Feriado que eu conheço é o do governo. Dia da República, Dia do Tiradentes, agora o dia dos Santos, como o dia 08 de dezembro que é a festa de Nossa Senhora da Conceição, dia 13 de dezembro Santa Luzia e dia 19 de março de São José. O dia 13 de dezembro é um dia onde os roçados já devem está todos queimados e quem quiser plantar sementes, planta no seco. Aí aquela semente aguenta debaixo do chão até o período de chover. Planta as ‘plantas de rama’, a melancia, o jerimum, o milho, o feijão no dia 13 de dezembro tudo isso pode plantar.

.....

Quando é do dia 12 para o dia 13 de dezembro a gente pega, conforme os meses do ‘inverno’: janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho são seis, seis pedrinhas de sal, pega e bota arrumadinhas na janela. A gente reza uma Salve-Rainha e deixa lá. No outro dia, dizem que as pedras de sal correspondentes aos meses que forem bom de ‘inverno’, mais chuvoso, escorrem aquela água que emenda umas nas outras. E as pedras de sal que correspondem aos meses que tiverem as chuvas menos, aí faz só molhar ali um pouquinho. Essa é uma experiência boa. (Camponesa, 62 anos. Acaraú, 2004).

O respeito ao calendário católico é parte da religiosidade camponesa e a realização de experiências para previsão do “inverno” são práticas culturais mantidas, sobretudo, pelos mais velhos. A experiência descrita é conhecida como “experiência do sal”, uma das mais respeitadas no saber popular.

O desenho espacial dos usos da terra litorâneo e sertanejo nas unidades camponesas pesquisadas está representado a partir de diferentes domínios: espaços de moradia, das lavouras, da casa de farinha e da pecuária. O uso de cada espaço tem suas raízes nas experiências anteriores no trabalho agropecuário, nas condições geoambientais e nas práticas desenvolvidas sob a condição de camponês assentado que, por um lado, está livre do cativoiro, da sujeição imposta pelo patrão, mas, por outro lado, encontra-se em uma nova estrutura de trabalho, no qual se encontra o coletivo. Nesse contexto, foi possível distinguir dois usos da terra: o **litorâneo** (FIGURA 1) e o **sertanejo** (FIGURA 2), predominantes, que revelam seus domínios com suas respectivas divisões.

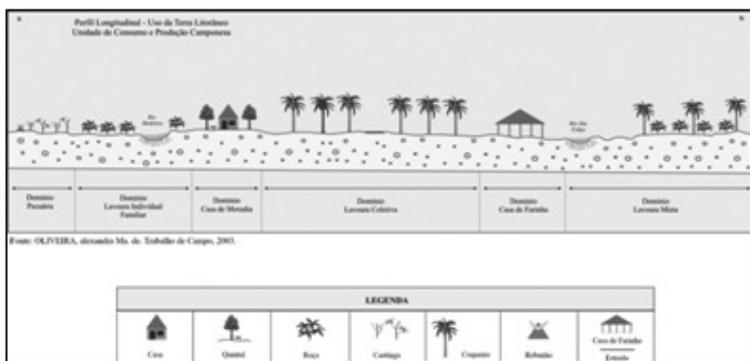


Figura 1 – Perfil longitudinal Uso da Terra Litorâneo

Fonte: OLIVEIRA, Alexandra M. de. Trabalho de campo, 2003.

Como mostra a figura 1 os principais domínios do Uso da Terra Litorâneo, são:

- 1) domínio da casa de moradia, formado pela casa e o quintal;
- 2) domínio das lavouras: plantas do individual (familiar) e plantas do coletivo;
- 3) domínio da casa de farinha;
- 4) domínio da pecuária.

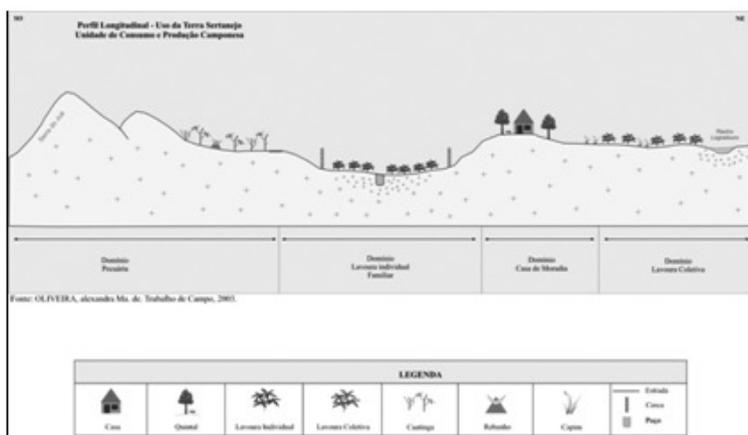


Figura 2 – Perfil longitudinal Uso da Terra Sertanejo

Fonte: OLIVEIRA, Alexandra M. de. **Trabalho de campo**, 2003.

A figura 2 mostra os principais domínios do Uso da Terra Sertanejo são eles:

- 1) domínio da casa de moradia, formado pela casa e o quintal;
- 2) domínio da pecuária: espaço das “mangas” e espaço das “terras soltas”;
- 3) domínio das lavouras: plantas do individual (familiar) e plantas do coletivo.

A integração entre esses domínios de atividades agropecuárias está submetida a diferentes formas de apropriação da terra nos assentamentos. De maneira geral, a terra nos assentamentos é de propriedade comum da associação dos assentados, e o trabalho camponês tende a ser misto: individual (familiar), coletivo e via prática de ajuda mútua, ocorrendo simultaneamente. Vale ressaltar que o trabalho coletivo é compulsório, porque está posto como aquele que vai gerar renda para as reformas do assentamento.

O domínio da casa de moradia e da lavoura individual (familiar) se encontra sob controle direto da família camponesa. O domínio das lavouras coletivas está sob o controle do conjunto dos camponeses. O domínio da pecuária se encontra sob controle dos assentados, ocorre nas terras de uso comum ou terras de pastagem comunal. E o domínio da casa de farinha aparece de forma expressiva, ganhando importância também para as comunidades de fora dos assentamentos.

Todas as formas de produção desenvolvidas possuem vínculos com a(s) unidade(s) de consumo e produção camponesa(s), organizadas nas frações do território conquistadas na luta pela terra e territorializadas nas ações de conquista dos movimentos sociais. Assim, a mesma terra, que, para o proprietário rentista e/ou capitalista possuía valor de troca ou se apresentava como reserva patrimonial, foi instrumento de exploração do trabalho de parte desses camponeses, passou a ter valor de uso, a ser instrumento de organização, produção e vida camponesa.

Uso da Terra Litorâneo

No domínio das *Casas de Moradia*, as disposições das casas em forma de agrovila são explicadas pelo fato da energia

elétrica ter, a princípio, se restringido àquele trecho da estrada. O tamanho das casas e o limite entre elas variam e dependem do consenso entre os vizinhos.

As mulheres e crianças executam o trabalho na casa, no quintal, na escola e na associação. Esse trabalho compreende desde limpeza dos móveis e utensílios domésticos, a confecção do artesanato, cozinhar e cuidar das pequenas criações, como galinha, porco, pato, peru até secretariar reuniões e ministrar aulas. Os quintais não estão cercados e possuem atividades diversas, desde cultivos de fruteiras e hortas até criação de pequenos animais, muitas vezes, em cercadinhos. Mesmo não havendo a propriedade privada da terra, há a apropriação “privada” da casa de moradia com seu quintal.

As plantas cultivadas são, na maioria, como expressou Andrade (1986), ao analisar a terra e o homem no Nordeste, plantas de “fundo de quintal” para uso doméstico. O coco-da-baía é a mais usada por fornecer a água de coco verde. Porém, as fruteiras, de um modo geral, fazem parte das plantas de “fundo de quintal”, como muito bem foi posto no relato seguinte.

[...] Olhe ali no meu quintal eu tenho acerola, tenho manga, tenho banana, tenho abacaxi, tenho ananais, tenho tomate, tenho pimentão, tenho cebola, tenho a graviola, tenho a ata, tenho a goiaba, tenho saputi, milho, tenho o feijão, tenho a batata, tenho a goma, tenho a borra, tenho a farinha d'água, tenho a farinha branca, tenho a banana de diversas qualidades. Tudo eu tenho. Tenho a cana, tenho o capim, tenho a vaca, tenho o porco, tudo eu tenho. Até galinha de granja, agora eu estou com cem frango de galinha de granja. (Camponês, 48a. Acaraú, 2002).

A família camponesa cultiva fruteiras, verduras, legumes, plantas para forragem, todas aparecem como plantas de

“fundo de quintal”. Mas, também, no quintal criam-se pequenos animais considerados criações de “fundo de quintal”. Esse depoimento favorece uma interpretação do quintal de moradia como sendo um espaço de trabalho individual (familiar), voltado, basicamente, para o uso doméstico, onde as lidas domésticas são da alçada feminina.

O domínio da *casa de farinha* é um equipamento comum dos assentados onde ocorre, com mais frequência, a prática de ajuda mútua via troca de serviço entre vizinhos. Esse equipamento tem passado por mudanças. Antigamente todo o equipamento era manual (a roda, a prensa) e feito com a madeira e a palha da carnaúba. Hoje, a maior parte do equipamento passa por um processo de modernização embora poucas sejam as casas de farinha mecanizadas. Mesmo assim, não foi possível reduzir o número de braços na farinhada.

Na casa de farinha também ocorre a divisão do trabalho. No trabalho de produção da farinha de mandioca, para um hectare de mandioca, são necessários, no trabalho masculino, arrancadores, preneiro, forneiro e cargueiro. E no trabalho feminino, raspadeiras e uma cozinheira.

A exemplo das casas de farinha mencionadas por Heredia (1979), as casas de farinha, nesses assentamentos, são espaços de uso conjunto dos assentados em que se revelam relações sociais e pedagógicas, sendo um dos principais pontos de encontro, de bate-papo, de trabalho e aprendizagem. As casas de farinha funcionam o ano todo, embora o número de farinhadas seja maior no “verão”.

Já o *domínio da pecuária* tem pouca representatividade no uso da terra litorâneo. Embora haja uma diversidade de pequenas criações, os animais de grande porte são criados em cercados ou currais. A criação de pequenos animais é bastante desenvolvida nos assentamentos e é fundamental no consu-

mo alimentar diário de ovos e carne. Na unidade familiar, os lugares, as formas e os tipos de criações se diferenciam no trabalho de uso da terra. Como se observa na tabela que segue.

Tabela 1 – Ceará – Uso da Terra Litorâneo – Principais Criações

Criações	Lugar da Criação		Formas de Produções		Tipos de Criações	
	Curral	Quintal	Individual	Coletiva	Subsistência	Comercial
Gado	+	-	x		x	
Aves	-	+	x		x	

Fonte: OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. **Trabalho de campo**. Acaraú/CE, 2003.

Obs. : (+) criação intensiva; (-) criação menos intensiva; (x) criação exclusiva.

No caso do uso da terra litorâneo, os animais mais representativos são as aves, frangos, galinhas, perus, capotes, criados no quintal sob a responsabilidade das mulheres. O rebanho de gado leiteiro quase inexistente e quando ocorre é no curral ficando sempre aos cuidados dos homens. A forma de produção é, exclusivamente, individual (familiar). Essas criações têm servido, praticamente, para a subsistência das famílias.

O *domínio das lavouras*, de um modo geral, situa-se nas terras próximas aos recursos hídricos, rios e cacimbões, consideradas de melhor fertilidade natural. Além das plantas cultivadas no roçado individual (familiar), no domínio das lavouras, encontram-se as plantas do coletivo.

[...] Porque nessa área aqui você planta o feijão, planta o milho, planta a roça, planta a batata-doce, planta o que você quiser, plantar. Você faz o plantio de tomate,

cebola, pimentão. Aí você tira água dali. Quando o feijão está maduro você vai e diz: ‘rapaz, hoje eu vou almoçar o feijão maduro’, não tem outro para dizer nada. Se tiver uma fruta, ananais ou banana, você tira e não tem quem diga nada. Fica uma área perto de casa, que você tem como ir buscar, sem ter que todo mundo ir junto. Aí aquela área é só sua, o que você fizer lá, de tudo que você plantar, quando você sentir vontade de comer uma fruta, você vai pega, leva, come, dá para alguém que você queira dar. (Camponês, 47a, Acaraú, 2003).

A explicação do camponês sobre a razão da importância do lote individual (familiar) passou pela autonomia de plantar o alimento para o consumo e pela liberdade de, a qualquer momento, poder colher o alimento.

O domínio das lavouras revelou diferenças nos lugares, nas formas e nos tipos de cultivos presentes no uso da terra litorâneo. Essa distribuição está resumida na tabela 2.

Tabela 2 – Ceará – Uso da Terra Litorâneo – Principais Cultivos

Cultivos	Lugar do Cultivo		Formas de Produção		Tipos de Cultivo	
	Roçado	Quin-tal	Indi-vidual	Cole-tiva	Sub-sistência	Comer-cial
Mandioca	+	-	+	-	+	-
Milho	+	-	+	-	+	-
Feijão	+	-	+	-	+	-
Coco-da-baía	+	-	-	+		x
Fruteiras		X	x		x	
Verduras		X	x		x	

Fonte: OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. **Trabalho de campo.** Acaraú/CE, 2003.

Obs. : (+) cultivo intenso; (-) cultivo menos intenso; (x) cultivo exclusivo.

No caso do uso da terra litorâneo, os cultivos do roçado plantados no lote individual (familiar) são constituídos pelos legumes e pelas “plantas de rama”: melão, melancia, praticamente, para o consumo familiar e estão sob os cuidados do chefe da família. Assim como as plantas do coletivo: coqueiros, cajueiros e mangueiras, produzidas para o mercado de influência.

Uso da Terra Sertanejo

As *casas de moradia*, em alguns assentamentos, foram construídas próximas as estradas carroçáveis já existentes, dispondo-se em forma de agrovilas. Também, houve assentados que optaram pela disposição das casas em diferentes pontos. Essa forma de distribuição é vista como uma estratégia para que todos possam dar conta de saber o que se passa no terreno e cuidar dos animais que são criados soltos. De uma forma ou de outra, as casas são bem ventiladas e possuem a mesma divisão dos assentamentos litorâneos.

Nesses assentamentos, as mulheres executam o trabalho na casa, a tarefa de militância e profissional que envolve desde os afazeres domésticos até a alimentação dos animais criados no quintal e, ainda, a regência de aulas não se viu, no entanto, presença do artesanato. Os quintais estão cercados e possuem cultivos de frutas e hortas, além da criação de pequenos animais. As cercas são protetoras, como mostrou a camponesa.

[...] Aqui toda casa tem seu quintal cercado, todas têm. Para não deixar os bodes, as cabras e os jumentos invadirem as casas. Porque essa área que nós moramos é uma pequena ‘manga’ (complexo de pastagem artificialmente produzido e cercado e serve de abrigo para

o rebanho no período seco) [...] Aí você, vem de viagem com o animal e não quer soltar para ele ir para longe, quer pegar ele de manhã cedo, aí solta ele nessa área das casas. (Camponesa, 22a, Acaraú, 2002).

As cercas nos quintais têm a mesma função posta nas “lavouras de baixa”, ou seja, proteção. No primeiro caso, se protege a casa e, no segundo caso, as plantas da invasão dos animais. Porém, a possibilidade de ter animais soltos por perto leva ao cercamento dos quintais e, por vezes, das casas.

Nos quintais presentes nas casas de moradia, encontram-se, além do cultivo de fruteiras e canteiros de hortas, as plantas para forragem, a cana-de-açúcar e o capim elefante, como revelou o camponês quando descreveu o seu quintal.

[...] Tem bananeira, siriguela, urucum, cana, acerola, pé de mamoeiro e outras frutas para a nossa necessidade. Tudo a gente tem, aqui no quintal, só para o gasto da casa, mesmo. Tinha uns canteiros de verdura, mas eu fui inventar de criar umas galinhas, as galinhas acabaram com tudo isso, aí pronto. (Camponês, 27a, Canindé, 2002).

O domínio da casa de moradia apresentou a casa como um espaço de reprodução familiar e o quintal como lugar de criações e cultivos de fruteiras, hortas e plantas para forragem. Em ambos, o trabalho das mulheres e das meninas é fundamental.

Já o *domínio da pecuária* apresenta a diversidade de criações presentes nas unidades camponesas. A criação de animais tem sido fundamental no sustento doméstico. Na unidade de consumo e produção familiar, os lugares, as formas e os tipos de criações se diferenciam no interior do uso da terra sertanejo. É o que se observa no tabela 3.

Tabela 3 – Ceará – Uso da Terra Sertanejo – Principais Criações

Criações	Lugar das Criações			Formas de Produções		Tipos de Criações	
	Cur-ral	Quin-tal	Solto	Indi-vidual	Cole-tiva	Sub-sistência	Comer-cial
Gado	-	-	+	x		x	
Cabra/ bode/ Carneiro	+	-	+	-	+	-	+
Cavalo/ jumento/ égua	-		+	+	-	x	
Aves				x		x	
Porco	-		+	x		x	

Fonte: OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. **Trabalho de campo**. Canindé /CE, 2003.

Obs. : (+) criação intensiva; (-) criação menos intensiva; (x) criação exclusiva.

Os tipos de criações domésticas são bem diversificados. O rebanho de gado leiteiro e as aves são acompanhados do rebanho de cabras, carneiros e bodes e, ainda, jumento, égua e cavalo. Boa parte desses animais é criada em “terras soltas”, diferentemente do que ocorre no litoral. A forma de produção que predomina é a produção individual (familiar). A exceção ocorre na criação de cabras, carneiros e bodes, que têm se firmado no interior dos assentamentos enquanto um projeto do conjunto.

Os caprinos apresentam maior resistência a períodos de seca e são mais vantajosos para a comercialização. Os projetos de caprinocultura têm sido introduzidos nesses assentamentos via Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Porém, a introdução desse rebanho tem requerido aumento da quantidade de forragem, nem sempre possível

para esses assentados. Assim, mesmo com a possibilidade de uma produção para a comercialização dos caprinos, o tipo de criação que predomina é uma criação praticamente voltada para o uso da unidade familiar.

O gado existente permanece em “terras soltas”, constituídas de pastagem natural que servem de alimentação para o rebanho no “inverno” (período chuvoso). Nessas terras são criados gados solteiros, além, de porcos, jumentos, cachorros e cabras. As vacas e os bezerros ficam em cercados próximos à casa de moradia.

O pasto natural é constituído de variedades de caatinga, plantas resistentes a seca, porém, de má qualidade para a engorda do gado. Para manter o rebanho bovino, a família cultiva plantas forrageiras como a palma, o capim elefante e a cana-de-açúcar. O restolho do roçado (milho, feijão e mandioca) é utilizado como ração.

Godoi (1999), ao analisar a reprodução camponesa no sertão do Piauí, revelou que muitas famílias desprovidas de gado alugam seus pastos nos meses de agosto e setembro. Em troca do pasto alugado, elas ficam com o leite da vaca. Esse pasto não é necessariamente o capim, podendo ser a palha do milho e do feijão.

A exemplo dos camponeses no Piauí nos assentamentos cearenses, quando não se tem o gado, costuma-se pegar vacas para criar em troca do leite para a alimentação familiar, relação conhecida como troca da vaca pelo leite, como bem relatou o depoimento do camponês.

[...] A gente pega a vaca para cuidar pelo leite. Fica com ela tirando o leite, quando aparta [do bezerro] entrega a vaca ao dono e assim vai. Eu mesmo entreguei uma agora, semana passada. A gente tem a forragem, aí se não botar o animal para comer o vento carrega, quando chove apodrece, vira estrumo. Aí a gente arruma uma vaca bota para comer e fica tirando o leite. (Camponês, 37a, Canindé, 2002).

Essa é uma relação intermediada no direito costumeiro presente na região entre os assentados e os “de fora”, pequenos e médios proprietários de terras que não possuem pasto suficiente para alimentação do gado bovino.

Quanto ao *domínio das lavouras* do individual (familiar) e do coletivo, este possui uma importância fundamental na agricultura sertaneja, embora haja diferenças quanto ao tratamento dado a elas pelos camponeses. Assim como no uso da terra litorâneo, foi possível identificar uma sensível predileção pelos cultivos do individual (familiar). Isso acontece porque de acordo com o camponês, “*a gente sabe que é nosso e, assim, se interessa mais.*” (Camponês, 72a, Canindé, 2002).

Nos assentamentos de uso da terra sertanejo, os lugares, as formas e os tipos de cultivos se diferenciam, como se observa na tabela 4.

Tabela 4 – Ceará – Uso da Terra Sertanejo – Principais Cultivos

Cultivos	Lugar do Cultivo		Formas de Produção		Tipos de Cultivos	
	Roçado	Quintal	Individual	Coletiva	Subsistência	Comercial
Mandioca	x		x		x	
Milho	+	-	-	+	-	+
Feijão	x		x		x	
Cana-de-açúcar		x	x		x	
Capim	-	+	-	+	-	+
Fruteiras	x		x		x	
Verduras	x		x		x	

Fonte: OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. **Trabalho de campo.** Canindé/ CE, 2003.

Obs.: (+) cultivo intenso; (-) cultivo menos intenso; (x) cultivo exclusivo.

As plantas do individual (familiar) cultivadas são de responsabilidade do chefe da família e se diversificam entre os legumes e a mandioca, além das plantas de forragem, como a palma e a cana-de-açúcar, produzidas, praticamente, para o consumo familiar e alimentação de animais. Frutas e verduras são plantadas em pequenos cercados, compostos de cebolinha, coentro, tomate, pimentão, beterraba e repolho, quase sempre próximos aos lotes e distantes da casa, ficando sob os cuidados do filho mais novo. As mulheres se responsabilizam pelas criações nos fundos do quintal, embora possam ajudar nos cuidados das hortas. As plantas do coletivo são, basicamente, o milho e plantas de forragem, como o capim elefante, produzidas para os animais de engorda.

Nesses assentamentos houve uma forte constituição do domínio da pastagem. As lavouras nas “terras de baixa” se encontram cercadas e os animais soltos. É comum o cercamento do leito dos rios intermitentes com a construção de grandes “mangas” para se poder plantar as conhecidas “lavouras de baixa” constituídas, sobretudo, pelo roçado. O roçado se compõe basicamente de feijão, milho e mandioca. Também, é possível encontrar cana-de-açúcar, capim elefante, palma, mamoeiro e bananeira.

Nos usos da terra apresentados, o trabalho familiar orienta a produção e o consumo de animais e de lavouras. Embora haja a comercialização de criações (caprinos) e/ou de lavouras (coco-da-baía) é o uso familiar que comanda o processo, uma vez que a venda é destinada à obtenção de outras mercadorias, também necessárias à reprodução da unidade camponesa, como o pão, o sal, o açúcar, o óleo, em outros casos, a roupa da festa, o material de estudo. Assim, a produção comercial acontece tendo por base a lógica de uso familiar, não se constituindo, portanto, como interesse de lucro.

Enfim, todos os domínios apresentados com suas combinações, constituem sistemas agrícolas desenvolvidos pelos camponeses como forma de encontrar caminhos de convivência com o semiárido e continuidade da unidade familiar. Caminhos que organizem econômica e politicamente os camponeses em torno daquilo que, para Martins (1986), lhes é próprio: o trabalho familiar. É nessa terra de trabalho familiar com suas atividades diversas e cotidianas, que os camponeses assentados caracterizam seu modo de vida.

Considerações Finais

A realidade do campesinato cearense se apresenta como parte constitutiva do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro. Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento atual tem resultado, por um lado, na ampliação das relações especificamente capitalistas no campo, como a compra de terra ou mesmo o uso de produtos químicos. E, por outro lado, os assentamentos conquistados na luta pela terra se mostram como trunfos, da não sujeição, da não expropriação da renda da terra pelo patrão e da continuidade das relações não capitalistas no campo como o trabalho individual (familiar), a ajuda mútua e o coletivo.

A situação atual na vida dos camponeses assentados indica que, de uma maneira geral, todos têm esperanças em se manter no assentamento com o trabalho do campo. Mais, além da esperança na ajuda do governo e da fé divina, cada assentamento procura construir caminhos para conviver na terra semiárida.

A maioria dos assentados revela uma experiência política de organização. A participação de movimentos sociais, entidades preocupadas com a questão no campo como a comissão

pastoral da terra, o movimento dos sem-terra e os sindicatos dos trabalhadores rurais têm contribuído decisivamente na organização política dos assentados.

As associações, o Sindicato, a Secretaria de Agricultura e o Movimento dos Sem Terra são os mediadores entre os camponeses e o Estado e os camponeses e a sociedade civil. Essa situação apresentada indica uma posição política na qual se identificam como participantes de uma situação social na qual seus interesses particulares, diante da sociedade moderna, passam a ser definidos como interesses específicos dos camponeses envolvidos no processo de luta pela terra e pela reforma agrária.

Nessa perspectiva, um conjunto maior de camponeses passa a eleger as associações, os sindicatos rurais, as secretarias de agricultura, os movimentos sociais e outras instituições como representantes de seus interesses específicos. O desenrolar desse processo tem indicado a presença de novas frentes de luta pela terra e pela reforma agrária com participação política dos camponeses na sociedade capitalista.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Editora Atlas, 1986.

BARREIRA, Cesare PAULA, Luiz Antônio Maciel de. Os assentamentos rurais no Ceará: uma experiência a ser seguida? In: SCHIMIDT, Benício Vieira; MARINHO, Danilo Nolasco C; ROSA, Sueli L. Couto (Org.). **Os assentos da Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: UNB, 1998.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

CHAYANOV, Alexandr V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vison, 1974.

FELICIANO, Carlos Alberto. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. São Paulo, 2003. 248p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra – formação e territorialização** em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996. 285P.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1999.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARQUES, Marta Inez M. **O modo camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

MARQUES, Marta Inez M. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará.** São Paulo, 2005. 379P. Tese (doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUES, Ma. Fátima Ferreira. **Terra camponesa como (re)criação.** São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do Estado no Ceará.** São Paulo, 1999. 178P. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

PROGRAMA CÉDULA DA TERRA EM CANINDÉ – CE: UMA DISCUSSÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO PELOS SUJEITOS ASSENTADOS

Francisca Maria Teixeira Vasconcelos

Introdução

A implantação dos programas de compra e venda de terras no Brasil foi concebida em 1996, a partir da criação, no estado do Ceará, do Projeto São José, popularmente conhecido como Reforma Agrária Solidária. A experiência desenvolvida em 1997, com o Programa Cédula da Terra foi estendida posteriormente para outros estados da região Nordeste (Maranhão, Bahia e Pernambuco) e para o norte de Minas Gerais.

O Programa Cédula da Terra criou uma linha de crédito para a compra de terras, por trabalhadores sem-terra ou minifundistas, que, para obterem o direito à terra deveriam estar organizados numa associação, responsável por negociar diretamente a compra da terra com os proprietários. As associações deveriam indicar, no município, a propriedade que seria então adquirida. Após a aprovação do projeto pela unidade técnica estadual, era autorizado o financiamento, disponibilizado pelo Banco do Nordeste do Brasil para o pagamento da terra.

Após a criação do Cédula da Terra, foram instituídos mais dois programas, denominados respectivamente, Banco da Terra (1998) e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (2002). Esses três programas passaram a ser chamados conjuntamente de “reforma agrária de mercado”. Essa denominação foi dada pelo movimentos socioterritoriais de luta pela terra, que veem esta política como incapaz de

gerar mudanças basilares na estrutura fundiária, representando um entrave à implementação da reforma agrária via desapropriação (prevista na Constituição brasileira). Desse modo, a principal questão referente à posição contrária dos movimentos sociais à reforma agrária de mercado, reside em saber até que ponto esse modelo de intervenção fundiária garante a democratização do acesso a terra.

Para a realização da pesquisa, em primeiro lugar foi necessário fazer um estudo bibliográfico que fundamentasse a questão da terra, a luta pela Reforma Agrária e os movimentos sociais no campo. Em segundo lugar, foi feita coleta de dados secundários em órgãos oficiais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria da Agricultura e Pecuária (Seagri), no Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em instituições como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e nos arquivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O terceiro momento da pesquisa contou com a realização de trabalhos de campo, através dos quais, se realizou um levantamento de dados gerais sobre as famílias e sobre os assentamentos, por meio de entrevistas realizadas junto aos assentados. Consistiu em um contato mais íntimo com atividades e eventos cotidianos do “assentamento”, como reuniões da associação e idas aos roçados, as quais possibilitaram a análise, interpretação e sistematização dos dados obtidos no decorrer da pesquisa. No decorrer do trabalho de campo, entrevistamos lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé, da CPT, do MST, com técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e com os coordenadores do Programa Cédula da Terra.

Territorialidades e Territorialização nos “Assentamentos” da “Reforma Agrária de Mercado” em Canindé-CE

Segundo Alencar (2005), os assentamentos provenientes desses programas são resultantes do processo de financiamento bancário, e não do ato de desapropriação de terras que não estão cumprindo a função social. Sendo assim, esses assentamentos devem ser entendidos enquanto imóveis e os assentados enquanto mutuários. Neste sentido é que, no decorrer do trabalho, em se tratando da terminologia empreendida, ao tratar das áreas adquiridas com os recursos advindos dos três programas que constituem a “reforma agrária de mercado”, será dado destaque às palavras *assentamento* e *assentado*.

O trabalho que ora desenvolvemos é decorrente do estudo da “reforma agrária de mercado” que corresponde a 70% (setenta por cento) dos “assentamentos” integrantes do Programa Cédula da Terra e que estão localizados no município de Canindé-CE. Como recorte espacial, selecionamos cinco assentamentos: Cacimba Nova, Campos do Jordão, Nova Olinda/Juá, Santa Clara e Oiticica. Quanto ao recorte temporal, definimos o período de 1998 a 2006.

Os “assentamentos” selecionados foram analisados a partir da perspectiva de (des)construção do território, numa tentativa de interpretação das novas mudanças e transformações ocorridas no espaço agrário, a partir da criação dos programas de compra e venda de terras. O conceito de território empregado no decorrer da pesquisa terá como referência alguns autores, os quais citaremos a seguir. Para Raffestin (1993), a concepção de território compreende um espaço cujo domínio é estabelecido a partir de relações de poder.

Já para Haesbaert (2004, p.89) a inerência entre relações de poder e identidade, assinala que “toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de al-

guma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos”. A ideia de território de Haesbaert foi importante para entender a construção da identidade territorial nos assentamentos, ou seja, a relação dialética que perpassa o processo de domínio e apropriação desses espaços pelas famílias que deram entrada na compra da terra.

Fernandes (2005, p.3), ao tecer considerações acerca do estudo dos movimentos socioterritoriais e sócioespaciais, expressa que o território “é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder.”. Essa concepção permite compreender as relações socioterritoriais inerentes aos “assentamentos” Santa Clara, Juá, Campos do Jordão, Oiticica e Cacimba Nova. Assim, a territorialidade destes deve ser entendida a partir da apreensão das relações sócio-históricas.

Com base na discussão sobre território, enfatiza-se o município de Canindé-CE, enquanto lócus de intervenção do poder público, que tem, como objetivação, a amenização do processo de luta pela terra, a qual vem sendo rearticulada desde o final de década de 1980, porém, sendo fortalecido pelas ações do MST, que visa a posse da terra por milhares de famílias que não dispõem desse bem.

Canindé é um município bastante peculiar no que concerne à implantação de assentamentos rurais no estado do Ceará porque, os trabalhadores rurais historicamente oprimidos pela distribuição desigual da terra, pelos longos períodos de estiagem têm lutado, incessantemente, pela conquista de um novo território. Essa luta, em particular, é fortalecida pelas forças obtidas na peregrinação em torno de São Francisco das Chagas de Canindé.

Dessa maneira, Canindé, ao longo das últimas décadas do século XX, despontou no cenário da luta pela reforma agrária. Tal fato garantiu conquistas no plano da contestação popular, como a ampliação do número de assentamen-

tos rurais neste município. Os desdobramentos decorrentes da luta pela terra têm transformado a configuração socioespacial, com a implantação dos programas de compra e venda de terras ocorridos desde o final do século passado.

A pesquisa constatou que mesmo diante das lutas e da compra e venda de terras, o município de Canindé possui estrutura fundiária desigual em que 1.364 imóveis rurais são pertencentes a pequenos proprietários, o que corresponde a 214.380,25 ha. Por outro lado, há 44 grandes propriedades, que, sozinhas, monopolizam 83.880,60 ha, isto é, 40% das propriedades rurais locais (INCRA, 2006).

Os dados fundiários do município permitem constatar que Canindé, apesar de ser um município que apresenta grande número de projetos de assentamentos rurais, ainda possui grandes propriedades que concentram parte significativa das terras rurais, terras que deveriam estar sendo utilizadas, pela grande quantidade de trabalhadores rurais sem terra que ainda existem. Barquete (2003) sobre esta questão afirma,

Entendo que a concentração fundiária em Canindé representa um grande obstáculo para o êxito de qualquer política de conteúdo agrário, mesmo as de alcance reduzido como a que aqui analisei; mas não somente a concentração das terras por minorias. O expressivo contingente populacional sem ocupação e qualificação profissional, resultante das políticas que buscam a inserção do país na economia internacional, alerta para o risco de opções centradas apenas na redistribuição de terras e no fortalecimento de setores produtivos. (BARQUETE, 2003, p.154).

Desde a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, no município de Canindé, o principal meio de acesso à terra tem sido através do processo de desapro-

priação realizado pelos governos federal e estadual. Isto se deve por conta da intensa mobilização dos trabalhadores rurais para a conquista de assentamentos. Na área em estudo prevalecem latifúndios, demandando a pressão dos trabalhadores junto ao INCRA, para a abertura dos processos de desapropriação.

Canindé, considerando os assentamentos federais, apresenta 1.455 famílias assentadas em 31 projetos. Já os assentamentos estaduais absorvem 230 famílias em 10 projetos de assentamentos, enquanto os programas integrantes da “reforma agrária de mercado” reúnem, conjuntamente, 155 famílias em 11 “assentamentos”. Vale destacar que o número de famílias assentadas em projetos estaduais e federais em Canindé representa em torno de 13% do total no estado do Ceará.

Em Canindé, enquanto de um lado territorializa-se a luta pela terra, com a conquista de 31 assentamentos desde a elaboração do I PNRA e o assentamento de 1.455 famílias, perfazendo um total de 62.087,71 há (INCRA/IDACE, 2006), por outro lado, avançam os projetos da política do Mercado de Terras (Cédula da Terra e Banco da Terra, no período compreendido entre 1998 e 2006).

Tomando como referência os dados dos relatórios anuais do MST, constata-se que, no fim do ano de 2006, em Canindé, a luta pela terra alcançou o efetivo de 500 famílias distribuídas em quatro acampamentos por todo o município. Porém, no período 2003-2006, primeiro mandato do governo Lula, foram assentadas somente 60 famílias em 3.184,28 ha.

Os “assentamentos” integrantes da “reforma agrária de mercado” são formados por famílias sem terra, que se reúnem em associações e dão entrada ao processo de compra da terra. No entanto, posteriormente a esse processo de compra, os trabalhadores das comunidades estudadas se encontram en-

divididos e sem condições de desenvolver a produção que os permita pagar a parcela da dívida. Entende-se que tal política tem se espacializado bastante no território nacional e estadual, no entanto, os trabalhadores rurais envolvidos, têm apresentado inúmeras dificuldades de sobreviverem no local.

Estudos realizados por Alencar (2002) indicam que, em princípio, tal política apresenta aspectos positivos, dentre os quais o fato dos trabalhadores rurais passarem a possuir uma casa para morar e terem acesso a crédito. Em contrapartida, dentre os aspectos negativos, tal política demonstra ser inviável, uma vez que terras “adquiridas” pelos assentados são de péssima qualidade e que, quase sempre, os imóveis comprados não possuem nem sequer água para atender as necessidades básicas das famílias, contribuindo para o fato dos mesmos não conseguirem gerar excedente para a sobrevivência digna, quanto mais para o desenvolvimento da atividade agropecuária, com geração de renda e o posterior pagamento da terra.

Oliveira (2005, p.72) no estudo sobre “a contra-reforma agrária do Banco Mundial no Brasil”, diferentemente de Alencar

revelou a ocorrência de sujeitos sociais produtores de sua própria subsistência, responsáveis por uma economia de excedentes, por menor que seja, com origens, práticas sociais e relações de trabalho propriamente camponesas.

A afirmação de Alencar se aplica inteiramente à realidade aqui estudada uma vez que os “assentamentos” apresentam muitos problemas de ordem estrutural como: falta de água para produção, falta de infraestrutura, escola e assistência técnica.

A opção em discutir a territorialização nos “assentamentos” da “reforma agrária de mercado” em Canindé-CE decor-

re da própria lógica de criação dessa política, uma vez que a constituição do território capitalista, presente no meio rural brasileiro, se dá a partir da apropriação da terra, de forma desigual, e da sua contenção como reserva de valor e patrimônio pelos proprietários rurais.

Neste processo, a terra, que na concepção do trabalhador rural é *terra de trabalho*, representa sua vida. Para o capital, esta denota outro sentido, o de terra de negócio, ou seja, ela representa apenas mais um instrumento de acúmulo de renda e de expansão do capital. O poder do mercado a torna mercadoria, tirando o significado de Mãe-terra, de Terra-território, a transformando em valor de troca, em terra de negócio e exploração. (SILVA, 2003).

Os trabalhadores rurais, para terem acesso a um pedaço de chão, são obrigados a se submeter aos ditames do capital, com o fim de conquistar uma fração do território. Esta oportunidade, na maioria das vezes, aparece como a única alternativa de retorno a seu espaço de origem, ao trabalho na terra e à possibilidade de territorialização.

Desta forma, ao se estabelecer as relações de poder, como um dos indicadores para detectar a existência ou não de territorializações nos “assentamentos” do Programa Cédula da Terra em Canindé, tomou-se como norte dessa discussão a seguinte indagação: quem domina ou influencia quem nesse espaço?

Como dito anteriormente, nesses “assentamentos” o processo de entrada na terra acontece de forma diferente dos assentamentos via desapropriação. Essas famílias não passam pelo processo de *socialização política*, ou seja, não vivenciam as etapas: *espaço de comunicação, de interação e de luta e resistência*. Logo, esses sujeitos apresentam dificuldade na compreensão de sua realidade, porque essas etapas

representam a construção e transformação do espaço desses sujeitos, através do conhecimento produzido, entre os mesmos, da apreensão da realidade na qual estão inseridos, como também da troca de experiências, da construção de uma identidade, e posteriormente, da efetiva conquista de uma fração do território, o assentamento (FERNANDES, 1999).

O pensamento de Fernandes faz perceber que a falta de vivência do processo de *socialização política* ou de qualquer uma de suas etapas, contribui para que surjam relações de dominação, opressão no interior dos assentamentos. No caso em análise, tal fato pode ser observado através de várias relações sociais. Uma delas é a forma como as famílias entrevistadas se referem às pessoas que ficaram à frente da negociação para a compra da terra.

No “Assentamento” Cacimba Nova as famílias se referiam ao primeiro presidente da associação, que negociou a compra da terra, como aquele que *“ficou a frente de nós, sendo “dono e gerente. Gerenciando nós. Sendo o nosso gerente né? Administrador né. Botando nós pra trabalhar né.”* (Sr. César, Cacimba Nova, 2007) e ainda,

Ele nunca trabalhava um dia de coletivo mais nós. Só vivia daqui pra Canindé e de Canindé pra cá e quando alguma coisa num saía do jeito que ele queria só faltava bater na gente. Tinha gente aqui que morria de medo dele. Se tremia todim (Sr. Luiz, Cacimba Nova, entrevista, 2007).

No “assentamento” Juá, as relações de poder local estão sob o domínio de duas famílias, cujos filhos foram se casando entre si, e assim constituindo a maioria. A realidade do assentamento mostrada pela pesquisa, aponta que apenas duas famílias não possuem parentesco com as demais, e sentem-se perseguidas por estas.

Sobre este assunto, Barquete (2003) refere-se às relações de parentesco nas áreas de assentamentos rurais federais no sertão de Canindé,

De fato, os laços de parentesco são frequentemente, e não são raros os casos em que um determinado assentamento tem suas vagas quase que inteiramente preenchidas por uma parentela. Sob tais condições, muitas vezes, esses grupos familiares assumem e se revezam no controle da organização social e produtiva do assentamento, restringindo o espaço de representatividade do conjunto dos assentados. (BARGUETI, 2003, p.136).

Nos “assentamentos” Oiticica, Campos do Jordão e Santa Clara, a relação de parentesco não é revelada no decorrer da pesquisa, no entanto, o exercício desigual das relações de poder surgem na figura não só dos presidentes, mas nas relações de poder verificadas na relação IDACE/ “assentamento”, quando os mesmos se referem à representante do instituto como “nossa patroa”. De forma geral, todas as famílias entrevistadas demonstraram, direta ou indiretamente, uma tendência a relacionar o “assentamento” a algum representante do IDACE de forma paternalista, porque de certa forma coloca a representação do Estado como “mãe”.

As situações detectadas no decorrer da pesquisa possibilitaram perceber que os processos de organização territorial estão presentes nas relações que se estabelecem entre os assentados, as lideranças e o Estado. No entanto, cabe salientar que, parcela significativa dos assentados tem pouca participação nas decisões, porque estas são sempre tomadas à revelia do coletivo. Esta constatação nos leva a dizer os processos de territorialização estão se dando desigualmente, de forma delimitada para alguns em detrimento do território dos outros Haesbaert (2004).

Percebe-se que, do ponto de vista das relações de poder, espacialmente exercidas nesses “assentamentos”, o poder se evidencia nas figuras dos presidentes de associações, técnicos agrícolas e representantes do IDACE, ou seja, são essas pessoas que vêm exercendo o domínio dos assentamentos mascarando às relações socioterritoriais intrínsecas as organizações sociais.

No interior dos “assentamentos” também estão inclusas relações contraditórias não só do processo de apropriação do espaço, como também do nível de identidade e dos sentimentos de pertencimento ao novo local, pois, conforme Claval (1999),

[...] os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades. (CLAVAL, 1999, p.16).

A identidade é construída a partir de subjetividades individuais e coletivas, e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial.

Com o propósito de compreender o tipo de identidade existente nos respectivos “assentamentos” verificou-se que de forma geral, ao traçar suas organizações territoriais, as relações sociais se dão a partir dos laços de parentesco e de compadrio, como Oliveira (2005) também já havia detectado em alguns “assentamentos” do Projeto Cédula da Terra em Canindé e em Acaraú-CE.

Em todos os assentamentos há parentes e compadres, que além de descendentes, são camponeses sem-terra que possuem laços familiares fortalecidos com casamentos, apadrinhamentos, heranças e vizinhanças. Nesses casos,

considero que a linguagem de parentesco teve um papel organizador na seleção das famílias. Longe de ser uma relação harmoniosa, a linguagem de parentesco pode se tratar de uma relação conflituosa, cheia de percalços. A sociabilidade, o compadrio, as relações de vizinhanças presentes na unidade territorial e social estão atravessadas por uma série de sentimentos que se contrapõem no movimento cotidiano dos assentados. (OLIVEIRA, 2005, p.177).

Percebe-se através do trabalho de campo a tendência concernente à identidade das famílias enquanto trabalhadores rurais, que dependem única e exclusivamente da terra como forma de sobrevivência. Esses grupos são identificados pelo sentimento de origem, em que a identidade dá-se pela rede de relações sociais consolidadas historicamente. Há tendência de reproduzirem a vida social similar àquela que vivenciaram nos contextos anteriores ao “assentamento”, no entanto, a nova forma organizativa contribui para a constituição de novos valores.

A identidade exerce papel importante na articulação interna do “assentamento”, porque vai dar o sentido de pertencimento ao coletivo, a determinado grupo social Chelotti (2003). Esta tem um vínculo muito forte com a questão espacial, pois os indivíduos se reconhecem a partir da sua territorialização em determinado lugar.

Outros aspectos comuns à identidade dos “assentados” relacionam-se ao tipo de força de trabalho utilizado no sistema de produção, predominantemente familiar, e às atividades agrícolas exploradas. Todavia, detectou-se em parte significativa das áreas, a dificuldade de desenvolvimento do sistema de produção coletiva, posto que para isto se efetivar, tornam-se necessárias mudanças de valores. Neste sentido, apreendeu-

-se a dificuldade de identificação das famílias em relação ao trabalho coletivo. Nas entrevistas surgiram falas que afirmavam ser melhor a produção organizada de forma individual.

Assim, considerando-se a atividade produtiva nos “assentamentos” pesquisados, a exploração da terra se dá de forma mista, com a integração entre a agricultura e a criação de pequenos animais. Oliveira (2005), ao tratar sobre as diferentes formas de uso da terra em assentamentos da reforma agrária de mercado no Ceará, afirma:

No período de cultivo das lavouras do individual (familiar) cada família se organiza para escolher o local mais apropriado para seu roçado. No caso dos assentamentos onde ocorrem a criação de animais soltos, existem as cercas que protegem as diversas lavouras do individual (familiar), dispostas de forma contígua dentro de um grande cercado. Essas lavouras cultivadas são chamadas de roçados do individual ou lavouras do individual. E são justificadas pela possibilidade de o camponês colher o alimento quando quiser, e pela apropriação “privada” dos produtos do trabalho individual (familiar). No coletivo, as famílias se organizam em grupos para escolher o melhor local para as lavouras e/ou para construir os apriscos. Esses cultivos e criações são chamados de roçados do coletivo e/ou criações do coletivo ou, ainda apenas área do coletivo. Essa área se justificada pela necessidade de manter os projetos produtivos dentro do assentamento, manter a terra produzindo. A distribuição das riquezas produzidas por essas atividades, mantidas via trabalho coletivo, são divididas pelo tempo de trabalho de cada membro envolvido, apropriadas coletivamente pelos camponeses assentados. (OLIVEIRA, 2005, p.296).

A análise se aplica à realidade dos “assentamentos” Ca-

cimba Nova, Campos do Jordão, Nova Olinda/Juá, Santa Clara e Oiticica, áreas onde o sistema de produção agropecuário é feito de forma coletiva e individual. Sobre as condições da produção agropecuária nesses “assentamentos”, o depoimento a seguir revela que:

Quem mora assim em interior como nós é muito complicado. Ninguém ganha nada. É capaz de passar um bucado de mês e você num ver a cor de dinheiro nenhum. Quem trabalha na agricultura depende de ano bom, que mesmo sendo bom só da pra botar o de comer dentro de casa e, quando o ano é ruim aí nós se lasca. Era pra nós trabalhar em várias atividades: uma parte na roça, outra em horta, outra ali e outra acolá. Porque quando uma dessa parte faltasse tinha uma pra segurar. Quando você num tem isso, você faz um bucado de legume no inverno, mas quando chega o verão você tem que vender milho, você tem que vender feijão, porque de primeiro tinha o algodão, que o algodão era que aguentava todos os desaforo. Você fazia milho, fazia feijão, isso aí era só pro costume da casa e dos animais. Com o algodão entrava o primeiro de janeiro você ia no patrão e comprava coisa até o fim do ano, quando você pegava o algodão e pagava toda as sua conta e depois ainda comprava umas duas criação. O algodão acabou e nem o milho nem o feijão paga conta de ninguém. Só dá mesmo pra você comer e olhe lá. Quando sobra, que é muito difícil é o jeito a gente vender um tiquim pra comprar uma roupinha ou um remédio pra um menino. Quem entrou num “assentamento” já com uma coisinha, já é melhor. Mas nós não, não deu pra juntar nada não e nem tá dando. Aqui no “assentamento” não tem uma produção que gere renda. Apesar do nosso solo ser bom e da gente ter água. Mas é como eu digo, quando Deus dá um inverno bom nós tudo trabalha, mas quando chega o verão nós tudim para. Era pra nós

correr pros baixio, com motor bom pra puxar água e a gente continuar plantando não só o milho e feijão, mas cenoura, beterraba, chuchu. Quer dizer, nós passava o verão ganhando dinheiro e não acabava com tudo que tinha dado no inverno. Teve um senhor aqui que trazendo água num balde lá do cacimbão pra horta chegou a tirar repolho de cinco quilo, sem botar veneno nem nada. O que eu digo é que se tivesse planejamento nós tava bem, mas do jeito que tá, o governo pode é botar dinheiro aqui dentro que nunca amelhora. (Sr. Chico Irineu, morador do “assentamento” Juá, entrevista, 2007).

A fala do Sr. Chico Irineu demonstra a vontade de investir em uma outra produção como alternativa ao cultivo do milho, feijão e mandioca – a plantação de hortas, a produção de mel, dentre outros. O “assentamento” Juá é o único entre os analisados no qual se está tentando desenvolver a apicultura, apesar dos “assentados” terem tentado anteriormente, no entanto, sem obter sucesso. Através das falas, também se percebe que os problemas existentes na agricultura local têm relação direta com a falta de mais organização interna, por parte das famílias.

Neste sentido, nos “assentamentos” estudados, percebeu-se que os indivíduos, mesmo possuindo objetivos em comum, em muitos casos, não conseguem construir afinidades no âmbito das relações sociais, ideia de comunidade, ou senso de pertencimento aos grupos. Os conflitos internos aparecem através da dificuldade no processo de construção da identidade social do “assentado” e, conseqüentemente, como obstáculos para a concretização de suas expectativas. Esses conflitos podem ser resultantes de necessidades imediatas e/ou de objetivos diferenciados por parte das famílias. Suas formas e significados são diferentes, tornando-se necessária a interação dos grupos e o desenvolvimento das territorialidades coletivas.

Vale ainda ressaltar que se torna impossível, em alguns dos “assentamentos” estudados (Santa Clara, Juá e Oiticica), não se conceber a existência de uma identidade territorial a partir das relações estreitas desses sujeitos com o local onde atualmente estão inseridos. Contudo, registrou-se o que já foi anteriormente assinalado por Diniz (2002, p.57), para quem “a representação de uma identidade coletiva não significa a homogeneidade interna do grupo que compartilha de uma identidade comum.”. Diferenças internas podem existir, como por exemplo, os conflitos e disputas em torno da gestão do assentamento, da diferenciação no nível de renda, do acesso a determinados recursos, dentre outras.

A situação problemática vivenciada pelas famílias que residem nessas áreas, levou-nos a questioná-las sobre o que entendem em relação à terra, ou seja, se a consideram pertencente a elas ou não, bem como qual o nível de pertencimento ao local. Em resposta a este questionamento, há uma regularidade notória nas declarações:

Eu acho que essa terra não é nossa não. Mesmo nós vindo pagando, nós ainda num terminemo né. Ainda falta mais dez ano pra frente e nós tem medo que aconteça alguma coisa e num dê mais certo pagar; aí vamo ter que sair. Só num sei pra onde né. (Zé Raimundo, Oiticica, entrevista, 2007).

Como que isso aqui é nosso? Nós fumo jogado aqui dentro. Parece um bocado de bicho solto dentro de um cercado, sem água e sem comida. Nós nunca paguemo nem vamo pagar por que num vai dá. Num dá nem pra comer. Nós vamo dormir esperando quando amanhecer o dia; vão jogar nós acolá fora. Queria que aparecesse um canto melhor. Nós vamo ter que aprocurar outro canto

pra viver. Aqui num dá não. Os patrão antigo da gente faz é mangar de nós. (José Maria, Cacimba Nova, entrevista, 2007).

Para parte significativa das famílias, a terra é do IDACE. É como se estivessem sendo moradoras do instituto e este fosse seu atual patrão. De maneira geral, demonstram medo e insegurança com relação ao “assentamento”, principalmente nas áreas em que não conseguiram pagar nenhuma parcela de compra da terra. No caso do “assentamento” Juá, as duas famílias que detêm o domínio do “assentamento” demonstram claramente o apego à terra, ao “assentamento”. Vêm a terra como uma conquista. No entanto, para as demais famílias que não possuem grau de parentesco com as duas dominantes, a terra, mesmo sendo paga, não será delas, por que os assentados não enxergam a possibilidade de vir a ter vez e voz nas instâncias de discussão e decisão.

Desta maneira, o sentimento de pertença apresenta-se de forma bastante comprometida. Os resultados também revelaram que, no caso dos “assentamentos” Santa Clara, Juá e Oitica, existe o sentimento de amor ao local, e o desejo de que seus filhos casem-se com pessoas da comunidade ou da região e morem no “assentamento” ou nas regiões circunvizinhas.

Entretanto, de maneira geral, no decorrer das entrevistas e de nossa convivência com as famílias, não existiu referência à terra enquanto propriedade particular, ou seja, ninguém utilizou a expressão “minha terra” ou “meu local”.

As respostas dos entrevistados para o questionamento “Você aconselharia a alguém participar dos programas de compra e venda da terra? Por quê?” registra-se a seguinte fala, considerada reveladora da relação “reforma agrária de mercado” e territorialização de trabalhadores rurais:

não aconselharia não. Sabe por quê? Porque eu não sou criminoso. Porque quem inventou esses “assentamento” só pode ser criminoso né? Botar gente como nós, de bem num lugar ruim desse que nem lagartixa sobrevive. (Sr. Pedro, Cacimba Nova, entrevista, 2007).

O processo de territorialização das famílias de trabalhadores rurais integrantes da “reforma agrária de mercado” apresenta problemas específicos devido aos interesses divergentes dos vários segmentos envolvidos, como demonstraram os diálogos estabelecidos com os trabalhadores rurais e suas famílias. Deste modo, pode-se concordar com Bonnemaïson, apud Haesbaert (2004) para quem, assim como os habitantes de Turva, os “assentados” da “reforma agrária de mercado” em Canindé, não conseguiram construir o território de pertence, mas se identificam com ele a partir da origem sertaneja, valores, dos hábitos, costumes que constituem a cultura local.

A territorialização, enquanto processo de construção do território, nos remete ao entendimento de Cruz (2007), acerca da identidade enquanto processo em construção. A identidade não é voltada apenas para o agora “quem somos”, mas também deve ser voltada para o futuro “vir a ser.”

Verificou-se, a partir do estudo empreendido, que territorialidades diversas existem nos assentamentos investigados. Territorialidades que apresentam conflitos entre si, decorrentes inclusive da ordem de prioridade na assessoria que os sujeitos assentados ocupam junto ao IDACE, e aos instrumentos econômicos integrantes do processo, os bancos. Dessa maneira, Raffestin (1993, p.161), ao discorrer sobre a definição de territorialidade, afirma que a mesma pode ser caracterizada como estável ou instável, “na primeira, nenhum

dos elementos sofre mudanças ao longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças sensíveis a longo prazo.”

O nível de territorialização detectado nos “assentamentos” dos projetos pesquisados no Programa Cédula da Terra aponta para a superposição e simultaneidade de territorialidades contraditórias, por conta dos atritos entre os diferentes poderes envolvidos. Trata-se de uma política agrária que reproduz e legitima a ordem hegemônica do poder econômico e político, atualmente vigente. A situação de pobreza e dificuldades só vem reafirmando a diferença subalternizada a que foi relegada a classe de trabalhadores rurais sem-terra no país.

Diante da situação diagnosticada, a falta de preparação prévia das famílias, antes de adentrarem a terra vem dificultando a organização das mesmas em grupo, em forma de coletivo, obstaculizando a viabilidade da produção que venha a gerar excedente, como também, dificultando o afloramento de relações sociais democráticas internas. No entanto, como observado, no processo de construção das diversas territorialidades das famílias, as identidades são produzidas a partir da religiosidade, dos laços de parentesco e de compadrio.

Afirma-se que “guardadas as devidas particularidades”, como por exemplo, nos “assentamentos” da “reforma agrária de mercado” pesquisados por Oliveira (2005), os “assentamentos” refletem um comprometimento do processo de territorialização dessas famílias, pois, no mínimo, considera-se como pontapé inicial desse processo, a implicação de um fato geográfico, ou seja, a conquista da terra em si, que nas áreas por nós pesquisadas, não se dá pela luta e sim pela compra e venda da terra, recaindo essas famílias no endividamento, fator aliado a outras dificuldades anteriormente tratadas, em quase todas as áreas.

Considerações Finais

A política de “reforma agrária de mercado” vem, desde o final da década de 1990, fazendo parte, de forma cada vez mais concreta, da atual configuração territorial do espaço agrário brasileiro, reforçando o domínio e apropriação da terra pelo sistema capitalista de produção.

Desta forma, afirma-se que a implementação da “reforma agrária de mercado” no Sertão de Canindé, surge como parte do contexto maior, que é a construção de um “Novo Mundo Rural”, onde o Estado apresenta como principal novidade a sua intervenção no quadro fundiário, a partir de transações de compra e venda da terra, em contraposição à desapropriação de latifúndios por interesse social. Nessa perspectiva, a “reforma agrária de mercado” deve ser encarada apenas como parte das formas encontradas pelo Estado, no processo de mediação das divergências entre a classe dos proprietários rurais e de trabalhadores rurais sem-terra.

Dentre as primeiras impressões percebidas, destacam-se os graves problemas relativos à estruturação desses assentamentos, com destaque para a falta de acesso a recursos básicos como: água, assistência técnica, educação, serviços de saúde e habitação de qualidade. Esse cenário é totalmente contrário à afirmação de Fernandes (1999), sobre o que a política de reforma agrária deva contemplar um conjunto de projetos que compreendam políticas de crédito, educação, moradia, saúde, assessoria técnica social, infraestrutura comunitária, produção, tecnologia, entre outros.

Verificou-se que, no processo de aquisição das propriedades, houve mau uso dos recursos, beneficiando terceiros, reforçando a tese de que a transação de compra de terras não aparece de forma tão transparente, incluindo, pessoas que

não tiveram envolvimento no processo inicial de compra da terra.

As entrevistas demonstraram que, no momento de entrada na terra, as famílias não tinham esclarecimento sobre em que programa estavam se inserindo, como se dava seu funcionamento, suas normas etc. Algumas chegaram a achar que estavam entrando em um assentamento do INCRA. Esse aspecto tem levado, juntamente com as dificuldades apresentadas anteriormente à desistência de famílias em participar do programa. O exemplo é Campos do Jordão, em que do número inicial de quinze famílias, só restam no momento, cinco. Esses fatores indicam que o processo de territorialização das famílias é bastante frágil e complexo, uma vez que a permanência na terra é o que inaugura a construção de um novo território.

A opção por fazer parte dessa política, demonstra a esperança que essas famílias tinham quanto a possível melhoria da qualidade de vida, aliada ao acesso à terra. Neste sentido, o maior choque advindo da nova realidade por estas vivenciada, se deu com esclarecimentos de que estariam endividados por vinte anos, e de que a terra comprada não reunia condições físico-naturais de desenvolver a produção agropecuária que viesse a gerar excedente de renda para o pagamento das parcelas.

Na tentativa de esclarecer o principal objetivo da pesquisa, que era o de entender até que ponto a política “reforma agrária de mercado” tem contribuído para a territorialização das famílias, a análise das informações relativas as relações de poder exercidas, identidade coletiva e pertencimento ao local, apontaram a ocorrência de outros problemas.

Em face do exposto, as dificuldades têm se refletido na forma de exploração agropecuária, na organização interna, no

trabalho coletivo e no funcionamento da associação, havendo frágil articulação das modalidades coletivas de tomadas de decisão. Observou-se que a atuação da associação, bem como as assembleias realizadas, reproduzem relações de poder que dificultam o desenvolvimento dos trabalhadores associados, como também a atuação dos técnicos dentro de alguns “assentamentos”. Esse quadro tem comprometido o processo de apropriação do espaço por todas as famílias que residem nos “assentamentos” estudados.

Quanto ao sentimento de pertença, detectou-se que, de acordo com as entrevistas, esse sentimento aparece de forma mais clara apenas quando as mesmas já viviam na área ou nas proximidades. Nos casos das famílias que já se conheciam, esse fator contribuiu para o fortalecimento dos laços de solidariedade e para a permanência das mesmas no local.

Como afirmar a constituição destes “assentamentos” enquanto territórios para as famílias, quando estas apresentam, em seus depoimentos, sentimentos de arrependimento, afirmando perda da autonomia, e ainda quando algumas são contundentes em desaconselhar à inserção nesses programas de compra e venda?

Fernandes (1999) atribui ao processo de socialização política um recurso básico para a conquista da fração do território que é a terra. No caso das famílias integrantes dos programas de compra e venda, esse não é um processo vivenciado pelas mesmas, o que contribui para a não ocorrência da conquista do território, posto que, além de não terem perpassado o processo de luta e de preparação para a entrada na terra, a maioria sequer conseguiu dar início ao pagamento de compra da terra. Nesse sentido, como se conceber a conquista desse território? As famílias podem ter ocupado os territórios, mas não os conquistaram.

De acordo com as entrevistas realizadas, o que se pôde verificar em todos os “assentamentos” foi a existência de territorialidades instáveis (RAFFESTIN, 1993), decorrente das mudanças ocorridas em suas vidas, da incerteza do futuro. Essa é a maior marca do cotidiano de vida dessas famílias, ou seja, a certeza e a perspectiva apresentada por essas famílias é que atualmente elas devem muito; que a terra em que entraram não é sua e, para grande parte dos entrevistados, nunca virá a ser.

Assim, a partir da realidade dos “assentamentos” integrantes do Programa Cédula da Terra no espaço agrário canindeense, as territorialidades detectadas nas áreas em estudo apontam, em linhas gerais, para o agravamento da pobreza, paralelo ao endividamento das famílias e da continuidade de subordinação das mesmas. Essa situação tem se refletido no modo de vida dessas famílias, que se sentem enganadas e sem perspectiva de futuro.

Antes da entrada no Programa Cédula da Terra, as famílias já haviam sido (des)territorializadas da terra, quando eram moradores, rendeiros e/ou parceiros. Num segundo momento, após a entrada das famílias nos “assentamentos”, as condições encontradas indicam que estas foram novamente territorializadas pela lógica dominante. Desta forma é que, no âmbito da territorialização verificada nessas áreas, considerou-se que a entrada das famílias na terra financiada, via Cédula da Terra, não é conquista concretizada, e sim temporária e/ou parcial.

Referências

ALENCAR, F. A. G. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. Fortaleza, 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, UFC.

ARAÚJO, F. M.; G. B.; HAESBAERT, R. (Orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BARQUETE, P. R. F. **O engodo do novo mundo rural: reflexões a partir de Canindé-CE**. Fortaleza, 2003. 210f. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, UFC.

CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. Presidente Prudente, 2003. 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

DINIZ, A. S. A criação dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Org). **Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 37-60

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FERNANDES, B. M. 500 anos de luta pela terra. **Revista Cultura Vozes**. São Paulo, n. 2, p. 11-31, mar./abr. 1999.

OLIVEIRA, A. M. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. São Paulo. 2005. 379f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, USP.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 135p.

SILVA, C. N. M. **Religiosidade e política**: a construção da espacialidade das Romarias da Terra no Estado do Ceará. Fortaleza 2003. 178f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento em Geografia. UECE.



JAPUARA: LUTA, RESISTÊNCIA CAMPONESA E ACESSO A TERRA NO TERRITÓRIO DOS SERTÕES DE CANINDÉ-CE

*Anna Erika Ferreira Lima
José Levi Furtado Sampaio*

Introdução

Os princípios norteadores do poder público, regras e procedimentos que regulam as relações entre este e a sociedade, se constituem como elementos fundamentais para efetivação das políticas de Reforma Agrária do Brasil.

Partindo desse pressuposto, buscamos estudar as políticas públicas de acesso à terra aplicadas na Microrregião do Sertão Central – Ceará, mais especificamente no Assentamento Japuaara. Esse apresenta, como principal via de acesso, a BR 020, possui uma área de 5.439 hectares e foi dividido em 44 parcelas, se encontrando a 120 km da capital cearense e 8 km ao Sul da sede do município de Canindé, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000). Possui uma população de 30.028 habitantes no espaço rural e 39.573 no urbano.

Canindé, desde a década de 1970, se configura como palco de diversos conflitos por terra, justificados pela desigualdade social e econômica que se manifesta na distribuição injusta da terra, em seu acesso restrito, na subutilização de lotes e ocupação ilegal, mas o município também foi a primeira área onde se implementaram as pioneiras políticas públicas agrárias no Ceará. Neste contexto, Japuaara é um exemplo histórico da luta, resistência camponesa e da intervenção pública através da desapropriação da fazenda homônima.

As ações políticas e a luta camponesa trazem esperanças e aspirações de mudanças sociais. Assim, objetivou-se contri-

buir para um maior conhecimento das políticas públicas de Reforma Agrária, através de um estudo das políticas de acesso a terra, realizadas na Microrregião dos Sertões de Canindé-CE, dentro de um contexto histórico-geográfico, tomando como objeto a Fazenda Japuara, desapropriada em 1972, com vistas a identificar os agentes e tensores que provocam os conflitos pela terra na área e como aqueles atuaram, compreendendo, assim, como ocorreu o processo de desapropriação e seus efeitos para o espaço em análise.

Com o intuito de atingir os objetivos traçados, a metodologia foi norteadada em três fases, que visaram compreender o recorte espacial e temporal do objeto. Na primeira, foi realizada a revisão de literatura sobre Reforma Agrária, assentamentos rurais e políticas públicas de acesso a terra. Na segunda fase, realizaram-se três trabalhos de campo, para estabelecer contato com os assentados, efetivar registros fotográficos e entrevistas focalizadas com lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Representantes do Poder Público, de organizações não governamentais (ONGs) e agentes pastorais pertencentes às Comunidades Eclesiais de Base (CEB), técnicos de órgãos públicos e sobreviventes do conflito de 1971, perfazendo um total de 6(seis), além de análise dos artigos jornalísticos da década de 1980.

Na última fase ocorreram as apreciações das entrevistas, transcritas pelos próprios pesquisadores, bem como concretização da redação do Relatório Final, o qual tem sido essencial para organização de Seminários junto às comunidades rurais do município e fonte bibliográfica para estudos subsequentes, como já está ocorrendo. Tais estudos estão sendo realizados pelos pesquisadores (Graduação e Pós-Graduação) do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais – LEAT, da Universidade Federal do Ceará (UFC), visto que os resulta-

dos e conclusões referentes à atual situação da primeira área de desapropriação, por tensão social, do estado do Ceará, são base para trabalhos que tomem como temática o camponês cearense.

A Política de Desapropriação por Interesse Social: uma Nova Página na História da Política Agrária

Conforme o Censo Agropecuário do IBGE (1995-1996), o Brasil é um País de alta concentração de terra. Entretanto, segundo Heerdt (2005), as grandes propriedades, com pelos menos mil hectares, representam apenas 1% do total de propriedades e controlam 45,1% da área. Tida por muitos autores como uma questão polêmica, ao mesmo tempo em que é um atributo da natureza e fator primário de produção, a discussão sobre a distribuição mais equitativa da terra tem inflamado diversos fóruns, visto que esta possui incutidos interesses políticos, sociais e econômicos. Nessa perspectiva, afirma-se que a questão agrária não é uma problemática recente no âmbito nacional, mas sim, de origens coloniais, que devem ser consideradas para se chegar à compreensão sobre a propriedade da terra e dos conflitos ocasionados pela concentração fundiária.

Assim, destaca-se a política de desapropriação por interesse social e como esta veio atuar na busca de parcimonizar os ânimos camponeses. Logo, pode-se dizer que essas políticas cumprem “a ambígua função de amortecedora de tensões.” (JACOBI, 1989, p.8).

No final da década de 1950 e início da década de 1960, a reforma agrária (RA) se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país.

Nesse período, os conflitos no campo adquirem outra configuração sob a égide do Partido Comunista Brasileiro-PCB. Essas lutas começam a reivindicar a reforma agrária, tendo por objetivo eliminar o latifúndio, tido como um impasse para iniciar o conjunto de transformações que o Brasil necessitava.

Em 1962, os conflitos passaram a encontrar mediação de concepções de direitos, das leis, promovendo toda uma mobilização com o intuito de cumprir ou ampliar esses direitos, existindo o reconhecimento de categorias sociais que até então não possuíam visibilidade no espaço público. Nesse período ocorreu a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963),

[...] que estendeu alguns dos direitos do trabalhador urbano para o trabalhador rural, provocando, por sua vez, a reação dos proprietários rurais, com a demissão dos trabalhadores e expulsão dos moradores. (ALENCAR, 2005, p.40).

Diferentemente das constituições anteriores (1934 e 1937),

[...] na Constituição de 1946 foi garantido o direito a propriedade privada da terra, nos casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. (MOURA, 2002, p.21).

Foi a primeira vez que se levantou a possibilidade do uso social da terra. Esse ideal foi colocado pelo Senador Luís Carlos Prestes, segundo o qual, dever-se-ia desapropriar as terras más utilizadas e distribuí-las a quem de fato quisesse produzir, desapropriando-as.

Em 1964 foi iniciada a ditadura militar, e com ela novamente o debate sobre a Reforma Agrária veio à tona. Para os

militares, a solução para tal questão estaria na modernização do campo, promovendo o benefício de grandes proprietários rurais, com recursos públicos. Restou aos camponeses a possibilidade de migração para as cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) ou para a região Norte. Essa mobilidade provocou a formação de outros problemas, como aumento da miséria e o agravamento do quadro de exclusão social, tanto na zona rural quanto na urbana, sendo que no campo, as disputas se acirraram cada vez mais.

Foi estabelecido então o Estatuto da Terra em 1964, que introduziu o princípio da função social da propriedade no Brasil, a partir da Emenda Constitucional Nº 10, de novembro de 1964. A consequência dessa inovação foi o advento do Estatuto da Terra, que, em seu artigo 2º preceituou que seria “assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.” (ESTATUTO DA TERRA, 1964, p.14). Além do exposto, o Estatuto da Terra (1964, Lei Nº 4.504), criado pelo Regime Militar, teve como objetivo ser “um instrumento de contenção das tensões, das mobilizações sociais” como afirmou o historiador Mário Grynszpan, em entrevista ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Notícias Agrárias (fev. de 2005).

Na prática, o Estatuto não solucionou o problema agrário, mas criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) o qual substituiu a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), instituição importante para a implementação de políticas fundiárias. Este, mais tarde, foi substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

As lutas camponesas eclodiam por todo o território nacional, principalmente, na década de 1970. Os conflitos fundiários triplicaram e o Estado, ainda na perspectiva de controlar

a questão agrária, determinou a militarização do problema da terra, o que proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores, visto que o agravamento das desigualdades sociais, como o aumento da concentração fundiária e da miséria da população, ocasionaram o maior êxodo da história do Brasil. O que era colocado pelo presidente Garrastazu Médici era “[...] levar homens sem terra a terras sem homens”, por meio da abertura de fronteiras para “[...] projetos de colonização, públicos e privadas, que, de alguma forma, serviram de escoadouro para as demandas por terra.” (MEDEIROS, 2003, p.26). Evidentemente que esse *slogan* não era de todo verdadeiro; o objetivo era calar as reações dos homens do campo.

No entanto, a prática das políticas, implementadas pelo Inca, continuaram beneficiando quem detinha o poder, porém a inserção da Igreja Católica nesse debate, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (1975), proporcionou uma nova dinâmica aos conflitos no campo, visto que, nesse momento, as organizações possuíam lugares de debates, onde os trabalhadores acharam “[...] condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos.” (FERNANDES, 1999).

Realizando uma reflexão sobre o agrário, a Geografia vê a dimensão da luta social pela conquista da terra submetendo-a a dois momentos distintos:

[...] o primeiro da conquista e o segundo da permanência na terra. Tal processo, hoje, (re) dimensiona-se à medida que a discussão pela reforma agrária intensifica-se, não apenas na distribuição de terras, mas também na potencialização de seus projetos. (HORA, 2001).

Nesse quadro, adentramos a discussão das tensões sociais por terra no Ceará, bem como na ação política fundiária

na implementação do primeiro projeto de desapropriação por interesse social do Estado. Sendo a Fazenda Japuara o objeto de estudo, alocada na Microrregião dos Sertões de Canindé. Ou seja, falaremos da conquista e posteriormente da permanência dos seus atores sociais na área em estudo.

Luta e Resistência no Ceará: Desapropriação por Tensão Social em Foco

Jacobi (1989) considera que as políticas sociais estão “[...] permeadas pelas contradições e tensões entre os imperativos da reprodução do capital e as necessidades de reprodução da força do trabalho.” (p.9). Nesse contexto, o Estado acaba por se tornar o interlocutor das demandas sociais dos diversos movimentos reivindicatórios, e indutor das políticas que regulam a dinâmica geral da sociedade. Assim, afirma-se que as políticas públicas agrárias são frequentemente associadas a conflitos no campo, sendo, portanto, formas de intervenção com fim de diminuir as tensões sociais, buscando consensos.

No Ceará, a primeira propriedade destinada para fins de reforma agrária foi a Fazenda São Jerônimo em 1958, que beneficiou cerca de 31 famílias no município de Pacatuba. Na década seguinte, diversos Sindicatos Rurais foram criados pela Igreja por meio da Fundação Pe. Ibiapina, no Município do Crato. Estes fortaleceram os movimentos sociais no campo no Estado do Ceará. A socióloga Mônica Dias Martins, em seu livro *Os Desafios da Cooperação nos Assentamentos de Reforma Agrária do Ceará* de 1994, coloca de maneira sistematizada que três conflitos por terra marcaram a história agrária do cearense. Foram eles: o da Fazenda Japuara (1968-1971), no município de Canindé; da Fazenda de Lagoa da Capivara

(1974), em Aracoíaba e de Monte Castelo (1978), em Quixadá. Logo, em virtude do caráter pioneiro da desapropriação por interesse social no Ceará, iniciamos nossa pesquisa com a Fazenda Japuara, nos Sertões de Canindé.

A Fazenda Japuara pode ser considerada um exemplo de história social camponesa. Em seu livro *A Militarização da Questão Agrária*, José de Souza Martins, coloca que “cada conflito é um conflito” (1994, p.94), que acaba por promover especificidades em cada caso, sempre relacionadas à terra, criando uma nova ordem no campo, que, conforme Barreira (1992) “[...] os direitos dos trabalhadores passavam a ser não mais os outorgados pelos proprietários mas os conquistados e amparados pelos mecanismos legais.” (p.54). A Fazenda Japuara é um exemplo peculiar, visto que foi nessa área que se efetivou o primeiro conflito de terra no Estado que promoveu a execução da política fundiária de ‘Desapropriação por interesse social’, no ano de 1971. Resultado de processos: econômicos, sociais e políticos. Nesse contexto, será realizado primeiramente um resgate histórico dessa luta camponesa, tão essencial para a Geografia Agrária cearense.

Ao que se refere à Fazenda Japuara, esta pertencia, inicialmente, ao Sr. Anastácio Braga, que, por meio da utilização do sistema de parceria (a partir de 30% sobre o algodão produzido deveria ser entregue ao proprietário da terra, assim, era concedido o direito de morar na Fazenda), conseguiu reunir diversos trabalhadores em seu latifúndio. O primeiro proprietário, conforme Barreira (1992), ainda em vida, fez um acordo no ano de 1968, com Firmino da Silva Amorim, seu parente, que realizara na Fazenda algumas benfeitorias. Como este era pobre, somente iria comprar a propriedade em parceria com outra pessoa, Sr. José Fenelon. Entretanto, Anastácio Braga morre e inicia-se uma questão (judicial)

entre Firmino e os herdeiros, que não deram prioridade na venda de Japuara ao antigo ocupante, mas sim ao comerciante Júlio César Campos.

Sendo assim, Firmino Amorim entrou com um processo na justiça para receber a indenização pelas benfeitorias que havia realizado na Fazenda, mas, César Campos solicitou imissão de posse, e ganhou a causa. “Em 1969 foi expedido o respectivo mandato, não só contra o antigo ocupante, como também contra os moradores-parceiros.” (BARREIRA, 1992, p.50), em número de 59 trabalhadores rurais, além das suas famílias.

Em 1970, a Justiça de Canindé determinou o despejo dos moradores de Japuara, sendo que Francisco Pio (primo de Firmino Amorim), por intermédio do advogado Lindolfo Cordeiro, recorreu e conseguiu a suspensão da sentença, se utilizando do Estatuto da Terra (1964). Júlio César Campos, não conformado com a deliberação da justiça, resolveu fazer o despejo por conta própria. Determinou o recrutamento de homens, sob pagamento, para destruírem as casas dos moradores e a barragem do açude. Assim, se estruturaram as causas do conflito de 1971, que terminou com quatro mortes e uma dezena de feridos. Foram três os principais motivos, de acordo com os jornais da época e os moradores da propriedade:

- O primeiro motivo foi em decorrência da questão do açude. Conforme entrevista com o atual presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Japuara, Sr. Valmir Mendes de Sousa, o açude era de grande importância para a Comunidade.
- O segundo motivo teria sido a Delegacia Sindical em Japuara, que passou a ter mais força após a vitória na justiça pela permanência dos trabalhadores na

Fazenda, contra a vontade do proprietário.

- O terceiro motivo girou em torno da mudança na forma de pagamento dos trabalhadores. O primeiro proprietário de Japuara realizava o pagamento por meio da terça (30% da produção para o dono da terra), mas César Campos passou a exigir a meia (50% da produção). Isso provocou revolta entre os moradores, que não aceitaram tal imposição. A partir dessa reação, o fazendeiro passou a falar em expulsar os moradores. Esse confronto ocasionou mortes, desses, um morador, um agente da Delegacia de Ordem Política e Social e um policial.

Dos atores sociais presentes no campo, destaca-se a participação da Igreja. Na década de 1950 a Igreja Católica passou a participar dos debates sobre a reforma agrária, mas foi no início dos anos 1970 que ela se posicionou claramente, apoiando e dando incentivo para as lutas de resistência dos trabalhadores do campo, por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEB (nas figuras do Pe. Moacir e da Irmã Cleide), assumindo a postura de denunciar as situações de injustiça no meio rural, como por exemplo foram as áreas onde se encontram posseiros. Foi por intermédio da Igreja que diversos conflitos por terra chegaram ao conhecimento da sociedade civil, ganhando dessa forma, apoio e novos aliados para continuar resistindo às pressões de quem se encontrava no poder, levando o camponês à dimensão do ‘direito’, ou seja, da consciência dos seus direitos. No caso de Japuara, Frei Lucas, que chegou à Fazenda em 1968, esteve presente em todos os momentos do conflito, intervindo junto ao Sr. César Campos, para que esse desistisse da expulsão dos trabalhadores, apoiando as famílias quando os homens estavam foragidos e buscando ajuda

e apoio de outros fazendeiros e comerciantes para amenizar a situação que a Comunidade estava atravessando. A Igreja foi essencial na busca por um abrandamento do conflito.

Assim como a Igreja, outro ator social importante é a Federação dos Trabalhadores Rurais. Pode-se falar, primeiramente, que os sindicatos têm por objetivo, segundo Barreira (1992), divulgar e esclarecer os direitos reais dos parceiros-moradores, além de, como dito anteriormente, controlar a violação dos contratos estabelecidos. Por essas razões eram mal vistos pelos proprietários de terras, principalmente, na década de 1970.

Em Japuará, os trabalhadores rurais não tiveram tanto apoio do STR de Canindé, mas sim da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará. Isso ocorreu porque, conforme sindicalistas da época, o STR cuidava mais de problemas previdenciários e direitos trabalhistas nas comunidades rurais, reconhecendo que o departamento jurídico não estava ainda bem estruturado para receber causas dessa natureza (conflitos fundiários). Ressalta-se ainda que

enquanto os sindicatos rurais trabalham o ‘direito’ colado ao legal, às leis, a Igreja trabalha uma dimensão mais utópica, o ‘direito’ fazendo parte da ‘dimensão humano-cristã. (BARREIRA, 1992, p.91).

Os trabalhadores rurais, após quatorze dias foragidos, se entregaram e foram encaminhados para o Corpo de Bombeiros em Fortaleza. Posteriormente, seguiram para a Delegacia de Canindé. Após o conflito, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará entrou com o pedido de desapropriação junto ao Inbra (1971). Com apenas um mês e dois dias a desapropriação foi efetivada, concedendo a 39 famílias, 44 parcelas, que variavam de 26 a 44 hectares, cada.

Nesse contexto não se pode deixar de destacar o quadro físico e social desolador que o sertão cearense, como o Nordeste em geral enfrentava, a Seca. Nesse panorama, o Estado demonstrou, com a atitude de desapropriação com menos de dois meses, o medo que fatos como o da Fazenda Japuara desencadeassem novos movimentos de trabalhadores rurais, visto que essas manifestações representariam possibilidade de moradia garantida e trabalho familiar, nessa época. Outro elemento que merece atenção foi a conotação policial dada à luta pelos jornais nesse período, os quais não se referiam ao conflito como um problema social, ocasionado pela concentração de terras e as relações de poder, mas sim uma ação de vândalos.

A consolidação veio em 1973, soando como uma forma do Estado, via Incra, se livrar do “problema” Japuara. Foram concedidos apenas dois Créditos para a Fazenda (Habitação e Apoio). Na realidade, conforme os entrevistados, o Incra atuou como um apaziguador, não proporcionando o mínimo de condições para os trabalhadores manterem sua produção, comercialização e educarem os filhos, não existindo uma Reforma Agrária, mas sim uma ação colonizadora.

Considerações Finais

Como pudemos verificar, as políticas sociais estão permeadas pelas incoerências e tensões das necessidades de reprodução da força do capital. O Estado acaba por se tornar o mediador das demandas dos diferentes movimentos sociais reivindicatórios e indutor das políticas que regulam a dinâmica geral da sociedade.

Vale destacar que a ação recorde do INCRA, no que se refere à desapropriação em menos de dois meses da Fazenda Japuara não ocorreu, apenas, devido à pressão social dos camponeses, mas, naquela conjuntura, o Sertão cearense, bem como o Nordeste, passava por uma seca, e, por sua vez, o Estado temia que fatos semelhantes desencadeassem novos movimentos de trabalhadores sem terra. Foram beneficiados, então, cerca de 44 parceleiros. Atualmente, parte significativa dos que vivem na área compraram as parcelas de antigos beneficiários e apresentam uma posição apática sobre o quadro de abandono da Fazenda. Isso se dá em virtude da falta de vivência do processo de desapropriação, visto que “a luta marca a vida e fica na memória. Aos que lutam, a memória persiste e jamais se esquece da história”, conforme afirmou o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé, Sr. Zezito. Após a desapropriação, os parceleiros não obtiveram apoio do INCRA, podemos até afirmar que este foi o elemento intermediário para o acesso a terra, apenas o apaziguador dos ânimos.

Quando estivemos na Fazenda, das oito residências que visitamos 90% dos moradores trabalham com agricultura para subsistência, predominantemente, plantando milho, feijão e cana. Outro ponto relevante é o fato da Comunidade estar devendo 122 mil reais ao Banco do Nordeste do Brasil, dívida resultante da má administração da fábrica de Cerâmica. O Sr. Valmir enfatizou que essa quantia só chegou a tal cifra porque, junto ao financiamento da Cerâmica, outros moradores se aproveitaram do empréstimo e cresceram mais 15 mil reais para cada um (eram 4 os parceleiros da Comunidade que fizeram o empréstimo), o resultado foi o acúmulo da dívida.

Referências

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma geografia das políticas fundiárias no Estado do Ceará**. 2005. 297f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFC, Fortaleza: UFC, 2005.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

FEITOSA, Padre Neri. **Japuara e a Tragédia de 1971**. Canindé: Gráfica Canindé, [s/d].

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, número 1, ano 93. Editora Vozes. Petrópolis, 1999.

HEERDT, Mauri Luiz. **Reforma agrária: uma questão de vida**. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/pimenet/missaojovem/mjrefagrariaquestao.htm>> Acesso em: 3 jul. 2005.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. **Geografia dos assentamentos rurais**. Disponível em: <http://abralli.com/016meio_ambiente/016meio_ambiente_geografia_dos_assentamentos_rurais.html> Acesso em: 9 jul. 2005.

JACOBI, Pedro. Estado capitalista: transformações na dinâmica de intervenção e papel das burocracias. In: _____. **Movimentos sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARTINS, José de Sousa. **A Militarização da questão agrária**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da cooperação nos assentamentos de reforma agrária do Ceará.** Fortaleza: Editorial do Banco do Nordeste do Brasil S. A. 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Reforma agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MOURA, Antônio Marcos Pontes. **A Questão da Terra no Ceará:** 'Reforma Agrária' e suas implicações. Monografia. Fortaleza: UFC, 2002.

OLIVEIRA, Leandro de. **Análise da estrutura rural no Brasil com ênfase no direito de propriedade e nas lutas pela reforma agrária.** 1999. Disponível em: <http://www.geocities.com/pro_jure/conflito.htm >. Acesso em: 12 maio 2005.



PARTE 2

ESPAÇO AGRÁRIO, TENSÃO E CONFLITO: ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO/DO CAMPO



ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA TERRA

Jecsan Girão Lopes

Francisco Amaro Gomes de Alencar

Introdução

Várias são as acepções que se formaram sobre os movimentos sociais ao longo de suas atuações históricas. Para Gohn (2000), os movimentos sociais desenvolvem ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes sociais e articulados em uma conjuntura socioeconômica e política de um país.

A noção desenvolvida por Grzybowski (1987, p.31), é a de que os movimentos sociais no campo “são ações coletivas de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, visando o seu reconhecimento enquanto sujeitos de sua história.”

Os movimentos sociais são forjadores de cidadania e de espaços de poder, de construção da democracia, entendida como um processo de conquista e consolidação de organizações e práticas democráticas na chamada sociedade política, e processo de ampliação da participação e de autonomia da sociedade civil, criando condições de maior igualdade econômica e política, enfim, processo de criação de uma nova legalidade (GRZYBOWSKI, *op cit*).

No escopo desses movimentos, em particular os do campo, tem se erigido várias frentes de luta em diferentes partes do território nacional. No entanto, eles se destacam por alguns traços em comum, a realidade injusta nas quais estes sujeitos, nesse processo de exclusão e de resistência, estão submetidos e a ânsia da (re)construção dos espaços e dos territórios, ou seja, dos espaços de poder.

A falta de postura interventiva estatal frente à necessidade de uma efetiva política de reforma agrária parece ter estimulado e dado um maior impulso aos trabalhadores rurais, que passam a efetivar diferentes formas de luta em diferentes movimentos sociais para conquistar a terra da qual estão excluídos.

Os movimentos sociais no campo têm mostrado expressões e ações diversas; nesse sentido, vale ressaltar que

[...] não se pode considerar os trabalhadores rurais como uma categoria única e homogênea, também não se pode considerar a sua luta como única e igual em sua expressão. Mas em seu sentido político, a luta é uma só e tem como resultado a conquista de espaços de participação política. (FERNANDES, 1996, p.29).

A seguir, apresentamos baseado em dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e do Incra (2007), informações sobre os movimentos, instituições e organizações que lutam pela terra no Brasil. Muito embora os números que serão apresentados sejam consideráveis, tenho ciência de que esse número é muito maior, haja vista que existem muitos movimentos que, pelo pequeno número de participantes ainda não ganharam visibilidade frente as organizações privadas e estatais.

Movimentos Sociais e Ocupação de Terra no Brasil

Fazendo uma triagem dos dados sobre o processo de ocupação de terra no Brasil, distribuído por suas regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e por seus vários movimentos e organizações sociais, observamos, de modo setorizado o que se segue. A região Norte apresenta uma quantidade abundante de movimentos atuando na luta pela terra, dos mais

aos menos expressivos, como por exemplo, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), União das Nações Indígenas (UNI), Sindicato dos Trabalhadores do Servidor Público Federal (SINDSEP), Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SINTEAC). Esses diversos movimentos que atuam na luta pela terra são uma das confirmações da importância da terra para o camponês.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) têm maior expressividade de atuação na região ora analisada. O MST só não atua, neste caso, no estado do Amapá e a CPT em Roraima e Tocantins e, por sua vez, as Federações de Trabalhadores na Agricultura que não atuam no Amapá e em Roraima (ver Quadro 1).

**Quadro 1 – Movimentos que Lutam pela Terra –
Região Norte**

ESTADOS	MOVIMENTOS-ORGANIZAÇÕES
Acre	<ul style="list-style-type: none"> - Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA); - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); - Federação da Agricultura do Estado do Acre (FAEAC); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre (FETACRE); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); - Sindicato dos Pequenos Agricultores e Assalariados (SIN-PASA); - Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SINTEAC); - Sindicato dos Trabalhadores do Servidor Público Federal (SINDSEP); - União das Nações Indígenas do Acre e Sul da Amazônia (UND).

Amapá	<ul style="list-style-type: none"> - Central Única dos Trabalhadores (CUT); - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA).
Amazonas	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão Indigenista Missionária (CIMI); - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI); - Grupo de Trabalho Amazonense (GTA).
Pará	<ul style="list-style-type: none"> - Central das Associações de Trabalhadores Rurais de Marabá, Redenção, Itupiranga e Conceição do Araguaia; - Conselho dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia (CATRUMCA); - Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação das Associações dos Produtores dos Estados do Pará e Amapá (FAERPA); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); - Movimento Brasileiro Sem Terra (MBST); - Movimento de Luta pela Terra (MLT); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Brasileiros (MTRB); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
Rondônia	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); - Movimento Camponês Corumbiara (MCC).
Roraima	<ul style="list-style-type: none"> - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
Tocantins	<ul style="list-style-type: none"> - Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAET); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR).

Fonte: INCRA (2007), Org. LOPES, Jecson Girão.

Na região Norte, muito embora se tenha uma diversidade de movimentos que lutam pela terra, ainda é a que apresenta o menor número de ocupações de terras nos anos de 1998-2007; de acordo com dados do DATA LUTA ocorreram nesse período 681 ocupações de terra com a participação de mais de 98 mil famílias, que representam respectivamente 9,01% e 8,75% em relação ao total do país (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Número de Ocupações de Terra e de Famílias Envolvidas, Região Norte, 1988 – 2007

Estados	Número de ocupações	%	Número de famílias	%
Acre	22	0,29	1.991	0,18
Amapá	02	0,03	120	0,01
Amazonas	09	0,12	2.486	0,22
Pará	449	5,94	73.999	6,61
Rondônia	95	1,26	12.335	1,10
Roraima	09	0,12	893	0,08
Tocantins	95	1,26	6.184	0,55
Total	681	9,01	98.008	8,75

Fonte: (DATA LUTA, 2008), Org. LOPES, Jecson Girão.

A luta pela terra nessa região é marcada pela violência, vale lembrar o massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 que, de uma vez só, vitimou 19 pessoas. De acordo com dados da CPT, de 1996 a 2007 foram vitimados nessa região 230 trabalhadores(as) rurais (ver Tabela 2). Esses assassinatos, segundo Barreira (1992, p.46-47) são executados, principalmente por pistoleiros.

Percebemos que a luta dos movimentos sociais e outros por terra e justiça social, no caso da região Norte, proporcio-

nam aos seus participantes a iminência de morte mais do que em qualquer outra região do país. No entanto, isso não tem impedido a ação destes trabalhadores rurais. Os dados têm mostrado que eles vêm avançando e cada vez mais lutando e conquistado a terra de trabalho, espacializando-se e territorializando-se, construindo constantemente o espaço e o território campesino.

Tabela 2 – Assassinatos de Trabalhadores Rurais, Região Norte – 1996 – 2007

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Assassinato	27	12	18	11	08	08	24	35	16	17	26	10
Total	230											

Fonte CPT – Org. LOPES, Jecson Girão.

A região Nordeste, de acordo com os dados do Inca (2007) está na terceira posição em número de movimentos atuantes em torno da questão da terra. Os dados a seguir mostram a grande quantidade e diversidade de movimentos, destacando-se os estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Maranhão que apresentam o maior número de movimentos na luta pela democratização da posse e uso da terra.

No caso dos Movimentos, os destaques são para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da terra (CPT) e para as Federações de Trabalhadores na Agricultura. Em relação ao MST sua participação se desenvolveu com ações em todos os Estados da região. A CPT desenvolveu suas ações em oito Estados, excetuando-se o Rio Grande do Norte. E por sua vez, as Federações que atuaram em sete estados, excetuando-se os estados da Bahia e de Alagoas (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Movimentos que Lutam pela Terra – Região Nordeste

ESTADOS	MOVIMENTOS-ORGANIZAÇÕES
Alagoas	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão Estadual dos Assentados (CETA); - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Liga dos Camponeses Pobres de Alagoas (LCP); - Movimento dos Trabalhadores (MT); - Movimento de Luta pela Terra (MTL); - Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
Ceará	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
Bahia	<ul style="list-style-type: none"> - Central Única dos Trabalhadores (CUT); - Comissão Estadual dos Assentados (CETA); - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAG/BA); - Fundação do Desenvolvimento do São Francisco (FUND-FRAN); - Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); - Movimento de Luta pela Terra (MLT); - Movimento dos Carentes Sem Terra (MCST); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); - Movimento pela Terra (MPT); - Organização Terra e Liberdade (OTL); - Pólo de Unidade Sindical Camponesa (PUC); - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata de São João, Bom Jesus da Lapa, São Félix do Coribe, Feira da Mata e Carinhanha;
Maranhão	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA); - Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH);

Paraíba	<ul style="list-style-type: none"> - Central Única dos Trabalhadores (CUT); - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG/PB); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); - Sindicato dos trabalhadores Rurais de Campina Grande.
Pernambuco	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); - Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
Piauí	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG/PI); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
Rio Grande do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado Rio Grande do Norte (FETARN); - Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
Sergipe	<ul style="list-style-type: none"> - Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC); - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Fonte: Incra (2007). Org. LOPES, Jecson Girão.

Esses movimentos no período de 1988 a 2007, em conformidade com os dados do DATA LUTA, promoveram o maior número de ocupações de terra do Brasil no período analisado. Foram efetivadas 2.804 ocupações, o que representa 37,09% do total do País, onde estiveram presentes 392.164 famílias, 35,03% do total do país. Vale ressaltar que os estados de Per-

nambuco, Bahia e Alagoas realizaram 1.156, 41,22% do total da região, 497, 21,29% do total da região e 429, 15,29% do total da região respectivamente. (ver Tabela 3).

**Tabela 3 – Ocupações de Terra e de Famílias –
Região Nordeste, 1988 – 2007**

Estados	Número de ocupações	%	Número de famílias	%
Alagoas	429	5,67	57.610	5,15
Bahia	497	6,57	83.354	7,74
Ceará	94	1,24	10.399	0,93
Maranhão	106	1,40	17.023	1,52
Paraíba	171	2,26	18.474	1,65
Pernambuco	1.156	15,29	152.587	13,63
Piauí	78	1,03	10.031	0,90
Rio Grande do Norte	130	1,72	16.112	1,44
Sergipe	143	1,89	26.574	2,37
Total	2.804	37,09	392.164	35,03

Fonte: DATA LUTA (2008). Org. LOPES, Jecson Girão.

A região Centro-Oeste, consoante os dados do Incra (2007), é a região que conta com o menor número de movimentos. Mais uma vez no caso dos movimentos que efetivam as ocupações, o MST em todos os Estados da região, mostrou suas suas formas de luta, fato ocorrido também com as federações de trabalhadores na agricultura (Fetags) e por sua vez, a CPT aparecendo em três dos quatro Estados da região. Outros movimentos como o Movimento pela Reforma Agrária (MRA), Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST) e Movimento pela Reforma Agrária e pela Liberdade (MRAL) também atuam nessa parte do Brasil (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Movimentos que Lutam pela Terra – Região Centro-Oeste

ESTADOS	MOVIMENTOS-ORGANIZAÇÕES
Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal (FETADF); - Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); - Movimento pela Reforma Agrária (MRA); - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MTRST).
Goiás	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás (FETAEG); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
Mato Grosso	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAGRI); - Independentes (não vinculados a movimentos organizados de trabalhadores sem-terra) - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
Mato Grosso do Sul	<ul style="list-style-type: none"> - Central Única dos Trabalhadores (CUT); - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAGRI); - Movimento pela Reforma Agrária e pela Liberdade (MRAL); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Fonte: Inera (2007). Org. LOPES, Jecson Girão Lopes.

Os números de ocupações que esses movimento fizeram na região, de acordo com os dados do DATA LUTA, 2008 mostram que ocorreram 1.103 ocupações, representando 14,59% do total do país, com 190.283 famílias envolvidas, 16,99% do total nacional.

O estado de Mato Grosso do Sul é o que mais constou de ocupações, 551, correspondendo a 49,95% do total da região, sendo que participaram mais de 91 mil famílias. O estado de Goiás vem em seguida com uma quantidade de 375 ocupações no período o que representa 34% do *quantum* total do Centro-Oeste, sendo que para essas ocupações houve uma participação de mais de 54 mil famílias. Mato Grosso com 138 ocupações com 38.323 famílias e o Distrito Federal com 39 ocupações e pouco mais de 6 mil famílias envolvidas (ver Tabela 4).

Tabela 4 – Número de Ocupações/Famílias Envolvidas, Região Centro-Oeste, 1988 – 2007

Estados	Número de ocupações	%	Número de famílias	%
D. Federal	39	0,52	6.048	0,54
Goiás	375	4,96	54.242	4,84
Mato Grosso	138	1,83	38.323	3,42
M. Grosso do Sul	551	7,29	91.670	8,19
Total	1.103	14,59	190.283	16,99

Fonte: DATA LUTA (2008). Org. LOPES, Jecson Girão.

A região Sudeste é a segunda região com o maior número de movimentos sociais que lutam pela terra de trabalho. De acordo com os dados do Incra (2007), a região conta com 27 movimentos de luta, sendo 21 diferentes. Desse total, 12 são os que atuam no estado de São Paulo, nove em Minas Gerais,

quatro no Espírito Santo e dois no Rio de Janeiro. Ainda de acordo com os dados, o MST está presente em todos os quatro Estados da Região, a FETAG em três e a CPT em dois. Vale ressaltar que também desenvolve ações, movimentos como o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), o Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLST de Luta), a Liga Operária Camponesa (LOC), o Movimento de Luta pela Terra (MLT), o Movimento Terra Brasil (MTB), os Brasileiros Unidos Querendo Terra (BUQT) entre outros. (ver Quadro 4).

Quadro 4 – Movimentos que Lutam pela Terra – Região Sudeste

ESTADOS	MOVIMENTOS-ORGANIZAÇÕES
Espírito Santo	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão de Assentamentos do Estado do Espírito Santo (COMASSES); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (FETAES); - Movimento Ruralista dos Agricultores Sem Terra (MRAST); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTRST);
Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Animação Pastoral Rural (APR); - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); - Liga dos Camponeses Pobres (LCP); - Liga Operária Camponesa (LOC); - Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); - Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLST de Luta); - Movimento de Luta pela Terra (MLT); - Movimento Popular dos Sem Terra (MPST); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR).

Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG/RJ); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> - Associação dos Remanescentes de Quilombos de Caçandoca (ARQC); - Brasileiros Unidos Querendo Terra (BUQT); - Central Única dos Trabalhadores (CUT); - Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação da Agricultura Familiar (FAF); - Federação dos Empregados Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAESP); - Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); - Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasil (MTRSTB); - Movimento Terra Brasil (MTB); - Sindicato Rural de Colômbia (SRT-Colômbia); - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SIN-TRAF); - União Sindical dos Trabalhadores (UST).

Fonte: Incra (2007). Org. LOPES, Jecson Girão Lopes.

Os movimentos sociais que lutam contra a terra concentrada e buscam a conquista da terra da dignidade na região Sudeste realizaram, no período de 1988 a 2007, a quantia de 1.961 ocupações, o que representa 25,94% do total das ocupações feitas no país no período considerado. Estas ocupações tiveram a participação de 274.157 famílias, o que corresponde a 24,49% do total nacional. Os Estados que mais somaram ocupações foram São Paulo e Minas Gerais. O primeiro com 1.171, dando um percentual regional de 59,71%. Participaram

das ocupações 187.451 famílias. O segundo, com 601, representando 30,64% do total da região, com a quantidade de 60.135 famílias envolvidas. O estado do Rio de Janeiro somou apenas 96 ocupações, com o envolvimento de 13.818 famílias, ao passo que as ocupações de terras do estado do Espírito Santo perfizeram um total de 93, em que foram envolvidas 12.753 famílias (ver Tabela 5).

Tabela 5 – Número de Ocupações de Terra e de Famílias Envolvidas, Região Sudeste, 1988 – 2007

Estados	Número de ocupações	%	Número de famílias	%
Espírito Santo	93	1,23	12.753	1,14
Minas Gerais	601	7,95	60.135	5,37
Rio de Janeiro	96	1,27	13.818	1,23
São Paulo	1.171	15,49	187.451	16,74
Total	1.961	25,94	274.157	24,49

Fonte: DATA LUTA (2008). Org. LOPES, Jecson Girão.

E por fim, a região Sul que apresenta apenas sete movimentos, sendo entre as regiões do país o menor número. Vale ressaltar que é no Sul que se origina um dos movimentos sociais mais expressivos na luta pela terra no Brasil, o MST. No entanto, outros movimentos fazem-se presentes, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST), a Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA). Mais uma vez o MST é destaque, pois atua nos três Estados da região. (ver Quadro 5).

Quadro 5 – Número de Ocupações de Terra e de Famílias Envolvidas, Região Sudeste, 1988 – 2007

ESTADOS	MOVIMENTOS-ORGANIZAÇÕES
Paraná	- Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); - Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
Rio Grande do Sul	- Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB); - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); - Movimento dos Sem Terra de Tupanciretã (MSTT); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
Santa Catarina	- Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA); - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Fonte: Incra (2007). Org. Lopes, Jecson Girão.

No que concerne ao número de ocupações realizadas por esses movimentos, de acordo com os dados do DATA LUTA, a região foi a segunda que menos realizou ocupações como forma de luta. Foram 1.012 no intervalo considerado, com 165.042 famílias envolvidas. O estado do Paraná foi o que mais recebeu essa forma de ação dos movimentos sociais, foram 651 ocupações, o que representa 64,32% do total da região, sendo que para tal participaram ativamente 84.949 famílias. Já o Rio Grande do Sul com 198 ocupações, envolvendo 58.269 famílias vem logo depois, com 19,56% do total regional. E, por fim, Santa Catarina com 163 manifestações ocupacionais que envolveram 21.824 famílias. (Ver Tabela 6).

Tabela 6 – Número de Ocupações de Terra e de Famílias Envolvidas, Região Sul, 1988 – 2007

Estados	Número de ocupações	%	Número de famílias	%
Paraná	651	8,61	84.949	7,59
Rio Grande do Sul	198	2,62	58.269	5,20
Santa Catarina	163	2,16	21.824	1,95
Total	1.012	13,38	165.042	14,74

Fonte: DATALUTA, 2008, Org. Lopes, Jecson Girão.

No Brasil como um todo, no intervalo de 1988 a 2007, em consonância com os números do Dataluta (2008) os movimentos sociais realizaram 7.561 ocupações de terra como mecanismo de expressão de suas indignações contra a excludente e desumana concentração de terra. Estiveram nessa empreitada 1.119.654 famílias sem terra e/ou com pouca terra.

Tratando dos movimentos “sócio-territoriais” e de suas atuações vejo que, de acordo com dados do Dataluta (2008) do ano 2000 a 2007 realizaram ocupações 93 movimentos. Em 2000 foram 17. No ano de 2001 a soma de movimentos foi 15. Em 2002 (14), 2003 (38), 2004 (34), 2005 (25), 2006 (31) e 2007 (32). (Ver Tabela 7).

Tabela 7 – Movimentos Sociais que Realizaram Ocupações – 2000 a 2007

ANO	QUANTIDADE	MOVIMENTO
2000	17	CONTAG, COOTERRA, CPT, CUT, LOC, MBUQT, MLST, MLT, MST, MT, MTB, MTR, MTRST, MTRSTB, MTRUB, UFT.
2001	15	ACUTRMU, ASA, ATUVA, CONTAG, CPT, CUT, LOC, MAB, MLST, MLSTL, MLT, MSST, MST, MT, MTR.

2002	14	CCL, CETA, CLST, CONTAG, CPT, LCC, LCP, LOC, MAST, MCC, MCST, MST, RACAA/SUL, USST.
2003	38	CAR, CETA CLST, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, GRUPO XAMBRE, LCP, LOC, MAB, MAST, MLST, MLT, MLT, MLTRST, MMA, MNF, MSO, MSST, MST, MSTA, MTA, MTAA/MT, MTB, MTBST, MTL, MTR, MTSTCB, OLC, OTC, QUILOMBOLAS, SAF, SINPRA, ST, STL, UAPE, VIA CAMPESINA.
2004	34	ACRQBC, ADT, ARTS, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FAF, FETRAF, LCP, MAB, MAST, MLST, MLT, MPA, MPT, MSONT, MSST, MST, MTB, MTD, MTL, MTR, MTRSTP, MTS, MTST, MTV, MUST, MUT, OLC, OTC, QUILOMBOLAS, SINTRAF, VIA CAMPESINA.
2005	25	ACRQCB, AMPA, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FAF, FST, LCP, MAST, MCNT, MLST, MLT, MPA, MPRA, MST, MTD, MTL, MTR, MUB, OAC, MTA, QUILOMBOLAS, TUPÃ 3E.
2006	31	ACRQ, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CUT, FAF, FERAESP, FETRAF, FRUTO DA TERRA, FUVI, GRUPO SEM TERRAS, LCP, LOC, MAB, MAST, MBUQT, MATR, MLST, MLT, MPRA, MPST, MST, MTD, SINTRAF, MTAA/MT, MTL, OITRA, QUILOMBOLAS, TPÃ 3E.
2007	32	ACAMPADOS, ACRQ, ASTECA, ASTST, CETA, CONAQ, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CTV, CUT, FAF, FERAESP, FETRAF, LCP, MAB, MAST, MLST, MLT, MLUPT, MPA, MPRA, MPST, MST, MTB, MTL, MTRST, OITRA, OLST, QUILOMBOLAS, INITERRA, VIA CAMPESINA.
TOTAL	2000-2007	93

Fonte: DATALUTA (2008). Org. Lopes, Jecson Girão.

Compreendendo a Espacialização e a territorialização da Luta Camponesa

Os números e as informações acima mencionados mostram o retrato desventurado da realidade agrária nacional que faz com que mais de um milhão de famílias, cerca de quatro milhões de pessoas realizem esse tipo de ação, legítima, porém, a nosso ver, ferindo diametralmente suas dignidades de seres humanos.

Nesse sentido, entendo que a ocupação de terras tornou-se a estratégia de luta mais eficaz utilizada por estes movimentos como forma de pressionar o Estado para que se tomem medidas mais concretas em relação à problemática da concentração de terra no País, que subjuga e marginaliza os trabalhadores e trabalhadoras do/no campo. O fato é que as famílias de trabalhadores rurais passam a ter ciência de que, sem o enfrentamento direto do percalço, dificilmente conseguirão realizar seus anseios, objetivos e sonhos.

Os números citados aludem à importância dos movimentos sociais no campo, pois se os mesmos não tivessem feito essas ações de pressão frente ao Estado, muito provavelmente, o número de famílias assentadas seria bem menor ou, numa perspectiva pessimista, chegariam a números insignificantes.

As resistências dos sem-terra se manifestam através desses movimentos sociais, mediante aos conflitos internos, inerente aos próprios movimentos e a externos, contra o latifúndio, contra o sistema de produção, frente às relações de trabalho desfavoráveis e aprisionantes, contra o Estado conflituoso e agregador de poder. Demonstram, não somente a luta pela terra, como o (re)conquistar e o permanecer, mas também, a luta por melhores condições de trabalho, salários, créditos, assistência técnica, comercialização da produção etc.

Esses sujeitos coletivos que se unem para efetivar a luta pela terra e por condições para produzir na terra (reforma agrária) têm expressado que já existe uma espacialização conjuntural enraizada da luta pela terra nas instâncias políticas, sociais e econômicas do campo brasileiro. Nessa perspectiva, os movimentos sociais no Brasil mostram seu importante potencial democratizador, tanto dos próprios movimentos de trabalhadores rurais, como das relações que estes estabelecem no campo político-institucional em que de certa medida estão imbuídos, bem como vão agregando, nesse contexto, os recém-ingressos, assim como os que irão chegar.

Nessa visão está embutida a perspectiva de que, nos movimentos sociais há um processo educativo de aprendizado de cidadania, de construção de novas experiências e formas de organização social realizadas no cotidiano dos trabalhadores rurais. (SANTOS, 2001, p.170).

Nesse aspecto, é expresso no espaço o processo de luta, onde é, no mesmo, que ocorrerá segundo Fernandes, as suas espacializações. Nesse sentido,:

espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio das ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações [...] (FERNANDES, 1996, p.136).

Grzybowski (*op cit.*, p.59-60) por sua vez escreve que:

enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar; a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses,

direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais.

O entendimento da organização da luta pela terra em movimentos sociais, expresso atualmente em escala nacional, como mecanismo de transformação da permanente e aterradora concentração fundiária brasileira e do poder político, econômico e social repressivo proveniente da concentração da terra por poucos, deve ser compreendida, a meu ver, como um processo revolucionário, transformador, dado em sentido processual.

Antes de abordar este sentido da revolução, que na realidade se dá mediante a um processo ininterrupto ao longo dos anos, gostaria de apresentar o sentido da revolução tida como um processo sucessivo concentrado, ou histórico, no qual segundo os que a propõem gerará a transformação e o equilíbrio recíproco das diferentes classes sociais, a qual culminará na mudança estrutural da sociedade. Isso é o que pontua Prado Jr:

[...] processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em períodos históricos relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes sociais. (PRADO JR., 1987, p.54).

Por outro lado, não entendo aqui a revolução como a união de um grupo social, tendo em vista a derrubada de um governo mediante litígio exacerbado, processado numa escala curta de tempo através de força e violência.

Na realidade, ela deve se efetuar num processo que é,

em sentido de escala, regional, nacional e extranacional, operacionalizado de modo concomitante. É fundamentalmente local, porque não tem em vista, *a priori*, a derrubada de governo, é também nacional, pois bate de frente com o poder político, alicerçado pelo aprisionamento da terra na esfera nacional, ao passo que é, ao mesmo tempo, também, extranacional, à medida que ocorrem os embates contra o andar do sistema capitalista de produção, que se fundamenta baseando-se na propriedade privada concentrada mediatizada pelos governos, que tem em sua base de sustentação o sistema de produção capitalista.

Afirmo, todavia, que essa premissa deve ser absorvida como resultado contraditório, desigual e combinado em si mesmo, sendo que estes são elementos intrínsecos do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo como sistema de produção. A sua contraditoriedade se manifesta na busca do intervir, do ruir os pilares políticos desse poder, não na tomada do poder efetivamente. Esse intervir se processa e se manifesta ao mesmo tempo com venturas e desventuras, êxitos e lástimas, dado em um andamento que é, sem sombra de dúvidas, histórico, não curto, efetivado no espaço, com vislumbres territoriais.

É, portanto, nesse ideário, nesse ambiente de luta por mudanças da realidade agrária concentrada, excludente, antissocial e da luta por dignidade desses sujeitos enquanto homens (trabalhadores e trabalhadoras) de direito e deveres, que compreende, mesmo que, ainda bem no limiar, o conflito dos movimentos sociais na busca da terra de trabalho, da espacialização e territorialização dos mesmos.

Pois à medida que os homens vão praticando e conhecendo o espaço, estes vão adquirindo significado. Nesse sentido, Raffestin escreve que:

espaço e território não são termos equivalentes [...] É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço: é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Compreendido assim, posso dizer que o território é um produto do trabalho do homem, que promove a construção de uma aquisição de um pedaço do vivido territorial. Ele se configura variadamente, de formas múltiplas e com vários fins, podendo ser econômico, cultural, administrativo, político, jurídico etc.

Destarte, território é o resultado das possibilidades, é o resultado da ação humana em um processo longínquo de se efetivar cabalisticamente. Por isso, o território também é um elemento imponente e poderoso nas mãos de quem o detém e representa possibilidades para quem não o detém, como por exemplo, os sem-terra. Oliveira afirma: “o território é sim produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência.” (OLIVEIRA, 1999, p.74).

No entanto, compreendo que na formação do território não se deve desprezar, as relações que se efetivam neste, estas em sua totalidade, pois se não fizesse tal consideração, estaria desconsiderando a premissa da territorialidade, que expressa a seguinte coisa:

de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem

ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. (RAFFESTIN, *Op cit.*, p.158).

Nesse entendimento, o território aplaca uma identidade advinda da coletividade que nele desenvolve a vida e que ao mesmo tempo o produz. Aludo, portanto, que o território é um todo visível, real, concreto, no entanto, como se manifesta pelo vivido, é também, ao mesmo tempo maleável, dinâmico e incoerente, encharcado de possibilidades que só emergem a realidade quando são carimbadas e espacializadas no território. Dessa forma, o território é a produção humana com o fim de que se continue a existência, subsidiada pelos recursos. Dentre eles está o espaço.

Antes de continuar, gostaria de deixar claro que o Estado exerce a função de regente, regulador de territórios, principalmente do seu território. Quero deixar explícito com isso a real e fundamental importância do papel e do poder do Estado no processo de apropriação e dominação territorial frente às organizações dos movimentos sociais. Assim, julgo essencial para que se entenda a expressividade e a abrangência, do ponto de vista da quantidade e da qualidade da luta pela terra de trabalho.

Tendo feito este esboço inicial sobre a participação do Estado nesse processo, compreendo que é simplesmente como processo que a territorialização dos movimentos sociais do/no campo do país deve ser compreendida. Todavia, esta premissa só se torna plausível à medida que a espacialização está imbuída no processo, pois tanto a territorialização quanto a espacialização se manifestam de modo concomitante, recíproco e mútuo.

Na espacialização está expressa a repercussão da luta, sua notoriedade, suas formas de luta. Fernandes (1996, p.136) dando um exemplo de movimento social ele assevera que,

o MST, esse sujeito coletivo, se espacializa pela sua práxis, por meio da (re)produção, por suas experiências de luta. Este processo é desenvolvido pelo trabalho, pela ação criativa, reconstruindo o espaço de socialização política.

Nesse sentido, é que o MST e outros movimentos vão espacializando a luta pela terra no Brasil, é, portanto, através de suas práxis e atuações críticas, que os mesmos buscam através do embate, em sua dimensão espacial, a materialização nos diversos espaços do país. É desse modo que os movimentos vão se espacializando, estes em oposição à concentração da terra, a exclusão, a miséria, ao aumento da violência e da subjugação. Em síntese, essa espacialização se efetiva, no raio de atuação da luta, tendo em vista a esperança de melhores condições de trabalho e de dignidade de vida de um modo geral.

Enquanto processo, a espacialização está intimamente ligada a outro processo, como já mencionado, o da territorialização. Porém, a territorialização é posterior. A luta se dá influenciada, em linhas gerais, pela esperança da conquista do assentamento da luta.

Desse modo, esta etapa, em certo sentido, é superior, não no sentido hierárquico, mas no sentido de ser um degrau a frete, sem que isto signifique superioridade, pois a territorialização, muito embora esteja à frente, depende da espacialização, estando imanente a ela, pois à medida que a conquista da terra possibilita a fixação da luta, esta é, por outro lado, também, a espacialização dessa luta que se deu por meio do embate com os latifundiários e com o Estado.

Assim, posso afirmar que a territorialização é posterior e “superior” à espacialização, pois ela é um indício de luta contínua. Portanto, as concretudes dessas lutas se materializam nos assentamentos rurais de forma mais clara. Ao fazer a

troca de posição, poderia dizer que o assentamento é o lugar onde esses entraves saem da esfera espacial e passa para a da territorial, sendo nesse momento uma materialidade da luta, um tanto, mais coesa.

Compreendido dessa maneira, que o lastro da questão da questão agrária (reforma agrária) deve ser entendido como ações e intervenções de ordem política tendo como suporte e vislumbres as relações de influência e de poder. Assim, essa questão, na realidade, é essencialmente política (MARTINS, 1991). É, portanto, o Estado com seu papel regulador e interventor, principalmente, do seu território, mesmo que atravessado por conflitos internos e externos (GRAMSCI, 2000), que deve agir sobre a questão reivindicadora dos movimentos sociais que lutam pela democratização da terra de trabalho e da dignidade da vida. Porém, o que vislumbro é uma contrariedade de ações por parte do Estado frente às aspirações dos movimentos sociais, ao passo que a tão sonhada reforma agrária fica somente na esperança e nos sonhos desses milhares de trabalhadores e trabalhadoras que anseiam pelo acesso e uso da terra, na qual possibilitaria condições dignas de sobrevivência, merecidas não só a estes, mas a cada ser humano que tenha mister.

Em sendo o Estado que detém o poder jurídico e administrativo para a realização das desapropriações de terra para a reforma agrária, posso asseverar que, por outro lado, cabe aos movimentos sociais a organização da luta e da reivindicação pela terra, o que causará, desse modo, um emblemático embate entre diferentes interesses. Afirmo isso baseado no seguinte exposto: o Estado não quer transformar a estrutura agrária territorial concentrada que vigora no seio atual do campo brasileiro. Ao passo que é o mesmo Estado que propõe a reforma agrária, mediante vários programas tidos como de

reforma agrária que, em grande parte, caminha em sentido oposto aos anseios dos movimentos sociais que lutam pela verdadeira socialização da terra.

O Estado, também, detém a maior força e o poder financeiro para a efetivação das medidas que possibilitem as desapropriações, esta como etapa da aplicação de uma reforma agrária, para conseqüentemente ocorrer uma modificação radical na/da estrutura fundiária brasileira.

Considerações Finais

Partindo das colocações feitas, a territorialização é compreendida como a conquista da terra, do assentamento, que se constitui em um novo território, que é micro, formado dentro do território estatal que é mais amplo. Assim, o território é um espaço transformado pelo trabalho social.

Destarte, pontuo que o objetivo fundamental dos movimentos sociais rurais é a intermitente busca da concretização e reorganização de seus espaços de poder, o território, tendo como intuito primaz materializar sobre este os seus direitos de seres humanos, de cidadãos, conquistando assim, a liberdade dos grilhões da marginalidade do uso e da posse da terra. Assim, a luta travada pelos movimentos sociais é pela terra e esta, não é outra senão a do trabalho, da cidadania, da dignidade, da vida em oposição frontal ao arranjo conjuntural impositivo do território capitalista estatal, privado, concentrado, excludente e subjugante.

Ademais, entendo que a análise da luta camponesa compreende espaço, território, sujeito e tempo de forma dialética constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumentam conseqüentemente o número de camponeses em luta pela terra nas mais variadas instâncias nacionais. Assim, a luta pela terra é elemento inerente à história do campesinato

brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. É, em resumo, a luta pelos espaços do poder, o de ingressar e o de permanecer no exercício do poder.

Marques (2004) entende essa luta como sendo mais um capítulo da história social do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa

Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais; entre modelos de desenvolvimento. É um confronto por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido, entretanto, a conflitualidade não.

Referências

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996. 285p.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004**, Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, p.142-156, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminho e descaminho dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/fase, 1987.

LOPES, Jecson Girão. **A (re) construção do território e da dignidade camponesa no assentamento Cachoeira do Fogo – Independência/CE**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – UFC. Fortaleza, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____; e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

CELEBRAÇÃO DA COLHEITA: FESTA CAMPONESA DE COMUNHÃO E CUMPLICIDADE

Vileci Basílio Vidal

O Cio da Terra

Debulhar o trigo

Recolher cada bago do trigo

Forjar no trigo o milagre do pão

E se fartar de pão

Decepar a cana

Recolher a garapa da cana

Roubar da cana a doçura do mel,

Se lambuzar de mel

Afagar a terra

Conhecer os desejos da terra

Cio da terra, propícia estação

De fecundar o chão.

(Milton Nascimento)

Partilha de Saberes e Sabores

A celebração da colheita é um ato de partilha dos saberes e dos sabores alimentares das famílias camponesas presentes nas refeições comunitárias no dia da comemoração. A festa não se faz só com reza, mas também com comida e outras expressões que vêm da sabedoria do povo. Na Diocese do Crato, no estado do Ceará, esta comemoração teve início no dia 25 de maio de 1993, na paróquia de Nova Olinda, organizada e coordenada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT-CE),

com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos Municípios (STR) de Nova Olinda e Altaneira. O motivo dessa celebração foi reunir os trabalhadores que estavam nas frentes de serviços, por ocasião da seca de 1993. Nessa atividade aconteceu uma missa para aproximadamente novecentos trabalhadores, alistados nas frentes de serviços desses municípios.

Avaliamos que a celebração poderia ser valorizada como espaço para manifestar um ato de agradecimento especial ao Deus Criador, pela união dos trabalhadores, pela organização e momento profético de manifestação das reivindicações e protestos frente às dificuldades de acesso as políticas públicas para o trabalhador rural. Diante destes fatos, assumimos o compromisso da celebração na mesma data do ano seguinte, 1994, no dia 25 de maio, dia do trabalhador rural. Os sindicatos lembraram que uma celebração semelhante já havia acontecido, uma vez entre eles, por ocasião da festa do milho.

A festa de 1994 foi anunciada como sendo a terceira e, desta vez aconteceu com muita fartura de comida. Todos apresentaram ofertas de legumes, que depois foram destinadas para as famílias carentes da cidade de Nova Olinda. E, assim foi se tornando mais organizada, com a integração dos municípios vizinhos. A quarta celebração aconteceu em 1995, na cidade de Altaneira e a sexta no ano de 1996, em Santana do Cariri.

Daí, então, as celebrações da festa da colheita passaram a ser alternadamente entre estes três municípios, Nova Olinda, Altaneira e Santana do Cariri. A cada ano evidencia-se uma temática ligada às lutas das famílias camponesas, como: suas organizações, preservação ambiental, produção de qualidade, segurança alimentar, sementes, cidadania, alternativas de convivência com o semiárido.

A celebração da colheita está contextualizada numa reflexão sobre a realidade em que

o semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreender de um ângulo só (MALVEZZI, 2007, p. 9).

É espaço também de expressão das riquezas culturais, de saberes e sabores. A celebração da colheita ajuda a visualizar as questões do campo, tais como: analfabetismo, frágil estrutura de ocupação e renda e desconhecimento de técnicas elementares de preparo, conservação e uso do solo. Esta contravisão permite que as famílias camponesas percebam as contribuições delas na construção de um território diferente no semiárido, agradável e digno para viver a vida.

Além de focar os saberes camponeses, como memória de resistência, é momento de manifestação da cultura, enquanto produção agrícola de vários sabores que vêm afirmando-se: através da diversidade na produção, e pela superação da monocultura, produzida pelo agronegócio, que contribui para a desertificação e problemas de ordem socioambiental. Os novos sabores alimentares produzidos e apresentados durante as celebrações se expressam como conquista da política de segurança alimentar, fruto das experiências agroecológicas que as famílias camponesas estão desenvolvendo.

Das Tendias as Redes

Celebrar a colheita é celebrar a vida e exercitar a partilha que já existe entre as famílias camponesas, é lembrar a história do povo de Deus. Esse povo realizava três grandes festas durante o ano por ocasião das romarias a Jerusalém. (*Êxodo* 23, 14-19).

Estas comemorações de Israel tiveram origem no espaço agrícola e pastoril, posteriormente foram incorporadas à celebração da Aliança por conta da tradição do Êxodo. As festas marcavam o ritmo da vida do campo, lembrando que o Senhor da vida é Javé. A primeira festa era a da Páscoa e dos Pães sem fermentos (*Levítico* 23, 5-8), celebrada na primavera. A segunda festa era da Messe, também chamada de festa das Semanas (*Êxodo* 34,22 e *Levítico* 23, 15-22), celebrada sete semanas ou cinquenta dias depois do início da colheita do trigo. A terceira era a festa da Colheita, também conhecida como festa das Tendras (*Levítico* 23, 33-44), “era a mais popular e se realizava no outono, no final da estação dos frutos.” (BÍBLIA SAGRADA, 1990, p. 96). Durante a festa das Tendras, que durava uma semana, fazia-se cabanas de folhagem, relembrando os acampamentos hebreus no deserto durante os quarenta anos de caminhada. Nesta comemoração acontecia a oferta dos primeiros peixes como reconhecimento pelo dom de Deus que se realizava através da natureza.

As celebrações da festa da colheita realizadas nas paróquias de Nova Olinda, Altaneira e Santana do Cariri, atualizam e mantêm viva a memória da festa das Tendras do povo hebreu, como sendo um momento festivo, de confraternização e partilha das famílias camponesas. É a páscoa dos camponeses! Pois, páscoa é passagem, é libertação; e esse momento de celebração com os trabalhadores e trabalhadoras rurais que marca o início de um tempo de fartura, em que se oferece o dízimo dos primeiros frutos da colheita, destinados aos pobres impossibilitados de colher.

A força motivadora da celebração da colheita é a espiritualidade da luta pela terra e na terra. No trabalho da Comissão Pastoral da Terra, acreditamos que nas cruces e encruzilhadas da vida, no calvário agrário, o povo faz teologia.

Articula sua vida com Deus. Esse momento celebrativo é de intensa revelação da autenticidade dos trabalhadores e trabalhadoras camponeses através da poesia, da encenação teatral, do corpo, da música, da dança, dos sabores das comidas, dos saberes acumulados e das técnicas alternativas de produção diversificada. Tudo isso se torna presente e se transforma na grande festa. A espiritualidade revivida tira do isolamento a família camponesa, faz da comunhão de todos um mesmo agradecimento que fortalece a rede das comunidades camponesas que gera cumplicidade entre todos e faz valer a experiência de que Deus é forte nos fracos (2 *Coríntios* 12,9) e que escolhe os fracos e os que nada são, para envergonhar os fortes e reduzi-los a nada (1 *Coríntios* 1,27s). A clareza da espiritualidade gerada da terra está no fato de compreendê-la como direito de todos, doação de Deus, mas com a responsabilidade, daqueles que nela trabalham, de cuidar, cultivar e guardar (*Gênesis* 2,8-17; Sl 115,16).

A terra é dádiva e conquista. Pertence aos “mansos”, isto é, os pobres e justos herdarão a terra (*Salmos* 37,11.29; *Mateus* 5,5). Os camponeses são aqueles que libertam a terra dos gananciosos, das garras dos egoístas, dos capitalistas para que esta possa cumprir a função social, conforme consta na Constituição Federal 1988, art. 186, ter uma ocupação comunitária, com abundância de vida para as plantas, os animais e as pessoas (*João* 10,10). A consciência que fortalece e mobiliza os trabalhadores e trabalhadoras rurais nas suas lutas, é a mesma que os conduz ao ato de agradecimento a Deus (PE-LOSO, 2002, p.60-63).

São essas celebrações e agricultura das famílias camponesas que geram perspectivas da sustentabilidade no campo, coloca a produção agroecológica como uma alternativa contra-hegemônica para a convivência com o semiárido. E neste contexto de discussão,

a experiência de reforma agrária, desenvolvida entre 1927 e 1936 no Sítio Caldeirão, município do Crato, pela Irmandade da Santa Cruz do Deserto, tendo a frente o beato José Lourenço, talvez seja não somente a primeira, como uma das mais bem sucedidas já acontecidas no Ceará. (BARROSO, 2005, p.15).

Segundo Barroso (2005), o êxito do Caldeirão só foi possível devido aos valores religiosos e culturais que lhe deram fundamento. Era uma comunidade que vivia em festa, por conta das moagens dos engenhos, das farinhadas e dos acontecimentos religiosos durante o ano. O lema da comunidade era trabalho e oração. O trabalho era coletivo e o resultado deste, distribuído em comissões entre as famílias. O senso de ética comunitária era aguçado, de tal forma, que a comunidade compreendia que os bens ali existentes pertenciam a todos.

As celebrações das colheitas contribuem com a dinâmica de organização das comunidades rurais, na perspectiva da estruturação de uma economia solidária, tendo como ideal o modelo de produção e a compreensão da vida, em que as famílias camponesas aprendem entre si a dinamizar a luta pela emancipação social, criando redes de solidariedade.

Desta forma, torna-se visível o espírito de contentamento, o prazer e a vontade de inovar os métodos educacionais da lida com a natureza. Neste processo, a cidadania torna-se uma virtude a ser conquistada no exercício de práticas que sejam para o bem comum. A noção de cidadania passa a ser, então, participação na comunidade desenvolvida na prática efetiva de pequenos grupos em luta contra os efeitos desagregadores da globalização. Como diz o provérbio africano “Pessoas pequenas, em lugares pequenos, fazendo pequenas coisas, provocando grandes transformações!” Assim, as ações das famílias camponesas com práticas sociais, econômicas, políticas,

culturais e religiosas que definem a cidadania como processo em que se articulam redes de relações, transformam-se em grandes ações que provocam mudanças.

As Festas das Colheitas no Brasil e Ceará

O jornal da pastoral da terra enfatiza a VI festa da colheita, realizada no dia 13 de junho de 2009, no assentamento São José do Ferreirinha, conhecido como assentamento Dom Tomás Balduino, na Cidade de Goiás, no estado de Goiás,

Mais de duas mil pessoas, entre moradores de 30 assentamentos da região, agricultores familiares, integrantes de movimentos sociais, população local, entidades e órgãos ligados à Reforma Agrária, participaram das comemorações. A Festa da Colheita foi organizada pela CPT Goiás em parceria com os assentados. (*Jornal Pastoral da Terra*, p.16).

Durante a festa ocorreram apresentações folclóricas, como: folia de reis, catira, música, teatro e samba crioulo. O almoço foi feito com alimentos produzidos nos assentamentos da região, além de doação de alimentos para os projetos sociais da Cidade de Goiás.

No estado do Ceará as celebrações são organizadas e coordenadas pela CPT-CE, já se expandiram por três dioceses. No Crato, que compreende os municípios de Altaneira, Nova Olinda, Santana do Cariri, Assaré, Milagres, Aurora e Lavras da Mangabeira; de Crateús, que é composta pelos municípios de Tamboril, Independência, Tauá, Parambu, Quiterianópolis e Nova Russas; de Iguatu, que é formada pelos municípios de Cariús, Cedro, Icó, Acopiara e Saboeiro.

O Jornal *O Roceiro* é um informativo da diocese de Cra-teús, que descreve a festa da colheita na comunidade do Ga-vião, município de Parambu, como o grande momento festivo de confraternização e valorização da cultura, a exemplo das quadrilhas juninas, da dança de São Gonçalo, do reisado, das coreografias e peças teatrais, apresentação de flautistas e san-foneiros. No município de Nova Russas, duas comunidades comemoraram a colheita. A primeira foi Irapuá, que destacou os grupos de produção como os grupos de mulheres que traba-lham com artesanato, que criam galinhas caipira, de criação de ovinos e de apicultores, a bênção da casa do mel e o jantar de confraternização, com comidas típicas da colheita. A segunda comunidade foi a Espacinha, nessa o destaque foi para a inte-gração da festa da colheita com a festa da padroeira, Nossa Se-nhora de Fátima, e distribuição de mudas de *nim*¹, para plantar no quintal das casas, como compromisso da luta pela vida.

No município de Independência, o objetivo da 15^a cele-bração da colheita, que ocorreu em 2008, foi o agradecimento a Deus pelo que se conseguiu colher no roçado, o criatório e o ar-mazenamento d'água nas cisternas e açudes. Nestas festas estão envolvidas mais de 50 comunidades da zona rural e de bairros da cidade, congregando em torno de 5.000 pessoas. De acordo com *O Roceiro* “é uma ocasião muito importante para reforçar a comunidade, a cultura camponesa, o compromisso com a im-plantação ou reforço da casa de sementes.” (2008, p.7).

¹ “O NIM é uma planta originada da Índia, trazida para o Brasil em 1992. Trata-se de uma árvore de crescimento rápido, que em poucos anos, atinge mais de 10 metros de altura. Produz os seus primeiros frutos entre 3 e 5 anos depois do plantio. Nas condições do Nordeste chega a produzir frutos 2 vezes por ano. Ela se desenvolve bem em regiões semi-áridas, por ser resistente à seca e suportar temperaturas elevadas, adaptando-se facilmente a diferentes tipos de solos”. Para mais informações, consultar o site: <http://www.esplar.org.br/publicacoes/nim.htm>.

A festa da colheita de 2008, no município de Altaneira, foi semelhante à festa das Tendras, pois aconteceram as Santas Missões Populares, durante uma semana, que compreendeu o período de domingo da Trindade Santa até o domingo seguinte, 25 de maio, quando se deu o encerramento com a missa da colheita e a participação dos trabalhadores e trabalhadoras dos municípios de Nova Olinda e Santana do Cariri. No processo de preparação do evento houve apresentação de vídeos nas comunidades, com experiências exitosas de convivência com o semiárido e coletas de sementes que foram distribuídas no grande dia de encerramento das missões.

Esta experiência realizada nas comunidades rurais cria relações de afinidade entre os trabalhadores e trabalhadoras, tornando-os protagonistas de suas histórias; desenvolvendo a consciência crítica, agregando forças sociais, políticas, bem como gera outros valores, uma outra cultura política e consciência cidadã. Essas celebrações são festivas cheias de sentido, conduzem ao desdobramento de ações inovadoras, causadoras de mudanças, significados aprendidos e apreendidos, como também socializadas pelos camponeses que se identificam com os mesmos, confirmam e testemunham uns diante dos outros. As referências destes sentidos e significados estão na trajetória e experiência de vida das pessoas envolvidas; no resgate dos valores herdados pelo meio ambiente em que vivem; e do registro das entidades de que participam.

Quando os significados são desvendados, produzem estímulos e geram respostas discursivas, ações gestuais, ou ações coletivas e movimentos; criam-se processos identitários, individuais e coletivos. (GOHN, 2005, p. 31).

Reflexões sobre as Celebrações

A festa da colheita aponta novas perspectivas de convivência com o semiárido, propondo aos protagonistas, que são os trabalhadores e trabalhadoras rurais, a assumirem o processo das lutas das questões agrárias, com a contribuição da arte. Porque, a arte expressada pelas comunidades camponesas produz linguagem simbólica através do canto, da dança, da poesia, das encenações teatrais, da arte culinária, comidas típicas e da reza - tão expressiva da realidade camponesa, que encanta e define o apoio dos demais setores da sociedade. Neste sentido, a arte é uma forma de conhecimento privilegiado que movimenta a razão, o corpo e o sentimento na dimensão da espiritualidade dos trabalhadores e trabalhadoras que lutam e se mobilizam em torno de suas reivindicações da conquista da terra, território, enquanto espaço geográfico de articulação de práticas políticas e de memórias históricas.

Nas celebrações da colheita, a arte aparece como força mobilizadora e integradora das comunidades, criando vínculos e construindo identidades. Assim sendo, compreende-se que cada lugar tem suas particularidades locais. E, não existe um só semiárido, mas vários povos com manifestações culturais, políticas, religiosas e históricas, num processo social em movimento.

A proposta da agricultura camponesa trabalha a favor da preservação e de outro desenvolvimento ecológico que contraria a política do agronegócio, que tem sido agressiva ao meio ambiente. E a revalorização da agricultura tradicional camponesa objetiva ajudar a inovar e construir a emancipação dos trabalhadores rurais, e de resistência aos grandes projetos do capital, através das mudanças feitas no campo pelos projetos alternativos, tais como: as experiências de captação, manejo e

utilização de água para o consumo humano e produção de alimentos, produção e armazenamento de forragem para a criação de animal. A rede de solidariedade entre as comunidades camponesas nos territórios ajuda a definir as relações sociais e a proporcionar, através dos eventos das celebrações, vínculo de comunhão e cumplicidade na manifestação da cidadania com relações afetivas, concretas na partilha de saberes, sabores e companheirismo.

O costume de celebrar a colheita é bíblico, por isso renova a fé dos trabalhadores e trabalhadoras na realização de suas promessas. Ajuda a refazer a memória da caminhada, da luta pela terra e por melhores condições de vida para os que nela trabalham. Há várias formas de celebrar a colheita: nas festas juninas, que acontecem, sobretudo nas cidades nordestinas; durante a realização da festa dos padroeiros; na celebração de aniversário dos assentamentos; feiras agroecológicas e de artesanato; almoços comunitários; manifestações culturais, como as cavalgadas, entre outras.

Toda obra de Deus merece um louvor e, para a família camponesa, a celebração da colheita é o grande momento da festa e da partilha, em que a produção e a criação são oferecidas como forma de agradecimento por tantas bênçãos concedidas, por Deus Pai, criador do universo para aqueles que lidam com a terra e vivem da terra.

Referências

BARROSO, Oswald. **A arte e a cultura na construção da reforma agrária**. Fortaleza: INCRA/CE, 2005.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. Tradução, introduções e notas de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. PASTORAL DA TERRA. Goiânia, 2009. Disponível em: CPT – www.cptnacional.org.br.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

JEFFERSON E MAURÍZIO (Org.). **O Roceiro**. Tauá: Gráfica Farias, julho / agosto de 2008.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

PELOSO, Ranulfo (Vários). **Saberes e olhares**: a formação de educação popular na Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ESPLAR. O que é nim. Disponível em: <http://www.esplar.org.br/publicacoes/nim.htm>. Acesso em: 25 abr. 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: 35 ANOS DE LUTAS EM DEFESA DOS POVOS OPRIMIDOS DO CAMPO

Maria Alves Lima

Introdução

Na década de 1960, quando a ditadura militar se instituiu oficialmente no território brasileiro, militares e governos promoveram um grande acordo político, entre os grandes proprietários de capital e os grandes proprietários de terra, como forma de fortalecer o poder estabelecido, utilizando a terra como moeda de troca, favorecendo a concentração do poder, terra e capital entre os grupos em questão.

Nesse pacto, o governo federal ofereceu a Amazônia ao grande capital, através dos incentivos fiscais, da pura e simples doação de recursos públicos às grandes empresas, especialmente do Sudeste. O estado militar reforçou o peso da propriedade fundiária na definição do poder, ao converter os grandes capitalistas em fazendeiros e proprietários de terras.

A renda da terra, o preço da terra, nessa racionalidade, passa a operar como se fosse capital. Nesse sentido, a exploração do trabalho devia gerar não só lucro, devia remunerar, também, a terra como se fosse capital. Isso eleva a taxa de exploração do trabalho e impõe ao trabalhador uma menor remuneração do trabalho que poderia chegar ao limite, isto é, o trabalho gratuito, trabalho escravo, ocasionando uma violenta exploração do trabalhador rural.

Foi essa nova face da realidade econômica, social e política, que mostrou à Igreja o tipo de capitalismo que se desenvolvia no nosso País, o seu caráter desumano, brutalizante e indecente.

É neste contexto que um grupo de bispos, de leigos, de sacerdotes e de religiosas, decide reunir-se para criar a Comissão Pastoral da Terra-CPT em 22 de junho de 1975. É em plena repressão militar e violência contra os trabalhadores e suas organizações, que a CPT nasce e ergue-se em defesa dos oprimidos do campo, que lutam para garantir o direito de acesso a terra, a água e vida digna. A princípio, a CPT tinha a função de assessorar, interligar e dinamizar as lutas de resistência dos lavradores, tirando-os do isolamento.

No início, este trabalho era, principalmente, voluntário, missionário e itinerante, pouco institucional e sem grande estrutura nacional, e regionais. Hoje, a CPT está presente em todo território nacional, organizada em 21 regionais.

No decorrer dos seus 35 anos, a CPT continua afirmando seu caráter solidário, profético, ecumênico, fraterno e afetivo, prestando um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo. A CPT reafirma sua pastoralidade, realizando um trabalho de base junto aos oprimidos do meio rural, como convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria.

O Início da CPT no Ceará

Na dia de 18 de abril de 1976, Dom Antonio Batista Fragoso, Bispo da Diocese de Crateús, escreve uma carta aos padres e equipes paroquiais dessa diocese, falando de uma reunião realizada com os bispos do Ceará, ocorrida na Diocese de Limoeiro do Norte, em que discutiram sobre o uso e posse da terra no Ceará. Na ocasião, Dom Fragoso informa que no âmbito nacional estava sendo organizada a Comissão Pastoral da Terra, uma pastoral que trata especificamente da defesa dos direitos do trabalhador do meio rural. Após as informações,

os presentes acharam que seria importante formar uma comissão provisória no regional Nordeste I, que encaminharia as primeiras iniciativas relacionadas aos problemas da terra no Ceará, como também procuraria formas de articular e organizar uma pastoral, para acompanhar os camponeses. Em 16 de setembro do mesmo ano, Dom Frágoso envia um relatório para as paróquias da Diocese de Crateús, onde novamente trata do tema CPT, e diz:

Em Limoeiro do Norte foi instituída uma comissão provisória organizada, dando os primeiros passos a contribuir na realização do trabalho sobre o uso e posse da terra no Ceará.

A primeira equipe Regional da Comissão Pastoral da Terra no Ceará era formada por 27 pessoas, sendo dois agricultores e um agente por Diocese. Hoje no Ceará, existem equipes da CPT nas Dioceses de Crateús, Crato, Iguatu, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Quixadá e Sobral. Há também um Conselho formado por um representante de cada Diocese e a Coordenação Regional, que é eleita em assembleia, sendo composta por três membros.

Nestes 35 anos, destacamos como fatos importantes na caminhada da CPT, Ceará:

- 1) o apoio e presença na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, pela conquista e permanência na terra;
- 2) a luta pelo acesso a água de qualidade e convivência integrada no semiárido;
- 3) a defesa do meio ambiente e fortalecimento dos direitos humanos.

Consideramos que o trabalho desenvolvido nas Dioceses tem proporcionado aos camponeses e camponesas um nível

de consciência crítica, perante a realidade e os acontecimentos, mais dinamismo e segurança junto às organizações de base, abertura para conhecer e aprender com experiências concretas e alternativas para o Semiárido, intercâmbio entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais e entidades parceiras, fortalecimento da fé e da esperança diante dos desafios do cotidiano.

Vale ressaltar que a Bíblia, nesse contexto, foi e continua sendo a grande motivadora e luz nas reflexões e no enfrentamento dos conflitos e superação das dificuldades, através da organização das comunidades.

O Que Faz a CPT Ceará

Contribui para que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais do estado do Ceará tornem-se, cada vez mais, sujeitos de sua história, conquistando plenamente a sua cidadania, e através das organizações e movimentos por eles constituídos possam influir nas decisões sociais, econômicas e políticas da sociedade. E que a cultura, espiritualidade e projeto de vida do povo do campo, sejam um instrumental interpretativo da realidade, que possibilite a edificação de um desenvolvimento global, respeitoso a todos os sujeitos humanos que vivem no nordeste e aos ambientes ecológicos próprios do semiárido.

A CPT não tem um objetivo em si, é antes um serviço, alcança seu alvo, à medida que o campesinato assume, em plenitude, sua história, sua organização, seu projeto social. Fomos criados para “cuidar” e “guardar.” (*Gn 2,15*) esta terra. A Pastoral da Terra é um serviço eclesial para que a luta pela justiça agrária se torne cada vez mais leiga.

É na terra que nos vemos inseridos por opção e, sobretudo, por missão eclesial, por causa dos pobres que nela vi-

vem: o índio, o negro e de modo especial os camponeses. A nossa atuação, dá-se principalmente entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais, que lutam por um pedaço de terra, para dela tirar o seu sustento e que buscam novas formas para produzir e conquistar uma vida digna.

A Bíblia ajuda a expressar em súplicas as amarguras da vida. Anima a verificar, com gratidão, as pequenas e grandes vitórias. Encoraja a desejar e lutar pela terra liberta. A Bíblia é, pois, experimentada dentro do ambiente da oração comunitária. A espiritualidade é o ninho em que a Escritura é escutada.

A Missão da CPT

A CPT tem como princípio fundamental de sua atuação e existência, o fortalecimento da esperança do povo na luta e a perspectiva da utopia. Na linha dos valores e certezas do Reino, preocupando-se menos com recursos e mais com a qualidade da presença e da intervenção, participando concretamente em todas as iniciativas que contemplem a superação das injustiças, da miséria e da fome de todos os brasileiros e brasileiras, latino-americanos e latino-americanas.

Há de se continuar com a sua dimensão profética, solidária e ecumênica, mantendo coerência na fé e na religiosidade popular e reafirmando a sua identidade pastoral.

A missão original da CPT é de estar junto do povo, especialmente na perspectiva de ser uma pastoral de fronteira, na luta que não pode parar, acolhendo e construindo o Reino: “Já e ainda não”.

A CPT reafirma a sua compreensão que os bens existentes e criados por Deus devem servir às pessoas como um todo, e não serem apropriados por alguns. E se incorpora à missão de preservar e estabelecer condições dignas para to-

dos os seres vivos, considerando a terra, a água e as sementes como patrimônio de toda a humanidade.

Convocada pela memória subversiva do evangelho, da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres e aos pobres da terra e da água. A Comissão Pastoral da Terra quer ser uma presença ecumênica, solidária, afetiva, fraterna, profética e de esperança, prestar um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar o seu protagonismo.

A CPT reafirma seu caráter pastoral e retoma, com novo ardor, o trabalho de base junto aos povos da terra e das águas como: convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria. Nos seus processos coletivos: de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra e de produção sustentável. Nos seus processos de formação integral e permanente: a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade.

Na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças: sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas; e buscando envolvimento de toda a comunidade cristã e da sociedade, na luta pela terra e na terra, no rumo da “terra sem males”.

Os Eixos da CPT

O primeiro eixo é a terra. Observamos um conflito de um lado, a política nacional que prioriza os interesses do mercado financeiro, dos grandes projetos (monoculturas de grãos, mineração, barragens, hidrovias, exploração intensiva dos cerrados, madeiras) e incentivo à grande produção para exportação, e, do outro, o desprezo para com a situação e os interesses dos agricultores e agricultoras familiares.

A CPT defende a necessidade de organização da produção numa perspectiva sustentável (resgate das sementes crioulas, luta contra os transgênicos), propondo um novo modelo agrícola e agrário, articulado a uma discussão mais ampla na sociedade.

Há de se apoiar iniciativas produtivas da agricultura familiar camponesa com desoneração das dívidas e disponibilidade de incentivos (plano safra) e acompanhamento.

É fundamental a organização e articulação de unidades produtivas que considerem tanto a perspectiva da autossustentação, como a da participação e protagonismo dos seus integrantes, e que sejam articulados os pequenos projetos produtivos com experiências alternativas, de forma que possamos construir, a partir da base e da atuação no âmbito local, a superação do modelo econômico vigente no país, que só beneficia os grandes proprietários.

Também desejamos contribuir na construção de uma nova proposta de organização cooperativa, que leve em conta a situação dos pequenos produtores e pequenas produtoras rurais e que possa se constituir numa resposta, tanto à necessidade de geração de renda como de afirmação da sua dignidade.

Quando tratamos da questão fundiária, precisamos incorporar na abordagem de nossas iniciativas o tema da crise no emprego, tanto no campo como na cidade, que traz inviabilização das condições de sobrevivência e agrava a questão agrária brasileira.

Há de se persistir no enfrentamento do latifúndio, lutando pelo limite da propriedade rural, combatendo incisivamente a grilagem e implementando iniciativas que levem à modificação da atual estrutura fundiária (através de desapropriações, retomada de terras públicas, e expropriação de

terras onde forem encontrados plantas psicotrópicas ou trabalho escravo), garantindo terra e condições de sobrevivência para toda a população do campo. Especialmente os agricultores e agricultoras familiares, sem-terra, posseiros, arrendatários e assalariados, bem como às populações indígenas, os remanescentes de quilombos, ribeirinhos e pescadores artesanais.

No eixo Terra propõem-se apoiar: a retomada da terra por parte dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e ocupação por parte dos sem-terra; a resistência à grilagem e garantia dos direitos dos posseiros e extrativistas; a contestação radical do latifúndio seja produtivo ou improdutivo, por ser sempre concentrador e excludente; a mobilização nacional pela definição, na Constituição Federal, de um módulo máximo de propriedade da terra e a supressão, na mesma Constituição, do inciso II do artigo 185, que impossibilita a desapropriação de áreas consideradas “produtivas”; denúncia da iniquidade dos grandes projetos de desmatamento, mineração e monocultura, assim como do uso de agrotóxicos e transgênicos; o desmascaramento da falsa reforma agrária oficial, com medidas a exemplo do Programa Banco da Terra – que é apenas uma política de mercado e favorecimento do latifúndio; o resgate e promoção da agricultura familiar camponesa e comunitária, orgânica e ecológica, apropriada às diversidades regionais.

O segundo eixo é água. Constatamos, a partir da análise da realidade e das políticas implementadas, que há um processo de privatização da água.

A CPT vê a água como um bem sagrado e político, como direito fundamental e patrimônio da humanidade e de todos os seres vivos, e entende que o debate sobre a sua utilização deve ser ampliado e inserido numa perspectiva estratégica de benefício a todos.

Especificamente em relação à política relacionada à água do atual governo brasileiro, a CPT entende ser fundamental a participação das organizações populares que melhor representem as aspirações dos principais atingidos pelos seus problemas, para que interfiram nos comitês e conselhos na definição dos programas e leis.

No eixo Água, busca desenvolver ações que favoreçam: a captação e acesso a água, principalmente para as populações do semiárido nordestino; a preservação dos rios e lagos, com a defesa dos direitos e dignidade das populações ribeirinhas; a contestação da privatização usurpadora das fontes e mananciais, e contestação dos grandes projetos de barragens, hidrovias, irrigação e transposição, em especial a do Rio São Francisco.

O terceiro eixo são os direitos humanos. A CPT quer avançar e aprofundar a afirmação da posição de sujeitos de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais explorados (especialmente em relação ao trabalho escravo), considerando, nesta questão, também a grande incidência de filhos e filhas de famílias camponesas, que trabalham em casos de famílias urbanas em troca de alguma comida e roupa, sem a viabilização de perspectivas para a melhoria das condições de sua vida.

Há de se criar e ampliar os mecanismos de denúncias do trabalho escravo e violação dos direitos trabalhistas, aprofundando o empenho em todas as instâncias da CPT, ouvindo especialmente o clamor dos e das denunciantes.

Desejamos aprofundar a retomada das lutas pela defesa de direitos e resgate de sua cultura por parte das populações tradicionais (negros, índios, ribeirinhos).

A CPT também assume a posição de denunciar a criminalização dos movimentos sociais e populares no país e

desenvolver novas estratégias frente ao agravamento dos conflitos agrários (especialmente no que se refere ao aparecimento de milícias armadas, novas ameaças de morte a agentes de pastoral e a trabalhadores e trabalhadoras rurais).

No eixo Direitos, estimula e apoia processos que garantam: a constante e permanente reivindicação do direito ao trabalho e à sua dignidade; contra o desemprego, a precarização das condições de trabalho, o trabalho escravo e o infantil; a participação ativa e organizada na indignação nacional contra todas as formas de violência e impunidade, e da construção da Justiça a serviço do povo.

Quarto eixo são os movimentos sociais e populares do campo. Constatamos uma situação de esvaziamento e enfraquecimento dos movimentos sociais e populares (especialmente o movimento sindical).

Vemos um papel especial da CPT nos encaminhamentos relacionados à sua rearticulação, superando divergências novas e velhas e a sua fragmentação, e criando condições para que os movimentos assumam o seu papel no âmbito das instâncias de decisão política, frente aos embates dos problemas nacionais. De modo particular, cabe à CPT contribuir, neste momento, no processo de articulação das forças sociais e populares do campo para um processo mais estratégico de libertação.

É também perspectiva de nossa atuação, o estabelecimento de parcerias com todas as iniciativas que estejam próximas e comunguem com a nossa missão de transformar a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro.

Como a CPT Faz

A metodologia é como uma estação rodoviária, nela se integra ponto de passagem, ponto de partida e ponto de che-

gada. No entanto, as metodologias aplicadas no conjunto da CPT são diferentes porque são diferentes as pessoas envolvidas e os contextos que as envolvem.

Os agentes da CPT Ceará definem sua Metodologia como: caminho, jeito, forma, postura, que nasce de convicções, com objetivo de contribuir para que camponeses e camponesas tornem-se protagonistas da sua história, no contexto em que vivem.

A metodologia requer, o Planejamento, o Monitoramento e a Avaliação. Não há outro jeito de realizar um trabalho popular verdadeiro, utilizando eficiente e eficazmente os recursos humanos, materiais e financeiros, sem um bom planejamento. Para garantir que as atividades planejadas alcancem os objetivos definidos, faz-se necessário monitorar a atividade, acompanhar de forma sistemática, tendo em mente os objetivos propostos. A avaliação tem como função ver o valor, aquilatar, ponderar, medir, comparar. Avaliar é um exercício de reconstruir processos, refazer caminhos e reencontrar as referências. Uma avaliação assim entendida, realiza um diagnóstico prospectivo (análise visando soluções) e, como tal, torna-se parte integrante do replanejamento. Por isso, é feita sempre no começo, no meio e no fim dos processos educativos, sempre como capacitação dos agentes e dos grupos acompanhados. Um outro método frequentemente utilizado pelas equipes é o: ver, julgar, agir, avaliar e celebrar, tudo isto apoiado na pedagogia de Paulo Freire: ação - reflexão - ação.

Reafirma-se como princípio metodológico a prioridade do trabalho de base, sendo presença e escuta para cumprimento da Missão profética da CPT. A partir da realidade, respeitando a diversidade camponesa, característica das áreas onde há atuação das equipes, abertos ao diálogo e vigilantes

para evitar práticas inadequadas; buscando maior incorporação das práticas e saberes que respeitem e valorizem etnias, gênero e geração.

Considerações Finais

Os principais destinatários dos objetivos da missão da Comissão Pastoral da Terra são as famílias camponesas que estão na terra ou na luta pela conquista de sua terra. Mas é sumamente importante uma leitura da realidade que leve em conta as mudanças estruturais ocorridas nas últimas décadas, como a “urbanização” de um mundo camponês, que antes era predominantemente rural e hoje vive sob uma massificação do discurso capitalista urbano-industrial, através da televisão, rádio e internet.

Contata-se a necessidade de destinar mais atenção aos povos e comunidades tradicionais que estão em luta pelo seu território (índios, quilombolas etc.) e, para isso, se faz necessário a busca de novas parcerias.

Outro público que já é acompanhado, mas que se mantém como desafio de aprofundar o debate e qualificar a compreensão, é composto pelos migrantes e trabalhadores assalariados, que vão servir de mão de obra superexplorada ou escravizada nas fazendas e plantios de monocultivos.

Essa diversidade de destinatários que hoje se apresenta, remete aos integrantes da CPT o desafio de trabalhar com todos, mas na perspectiva do cumprimento da Missão.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a prática**: escritos de viagem e estudos sobre a educação. São Paulo: Loyola, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CALDART, Roseli. **A pedagogia do movimento sem-terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANUTO, Antônio e POLETO, Ivo. **Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra**. São Paulo: Loyola, 2002.

CASALDÁLIGA, D. Pedro e outros. **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT dez anos de caminhada**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática para a liberdade**. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. e BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho**. São Paulo: Ática, 1986.

MARTINS, José Souza – **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. A Igreja face a política agrária do Estado. In: PAIVA, V. (Org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Ed. Loyola, 1986.

Paiva, V (org.), O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A luta pela terra: a CPT 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.

PELOSO, Ranulfo e outros. **Saberes e olhares: formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra**. São Paulo: Loyola, 2002.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A Revanche camponesa**. Goiânia: Editora Universidade Federal de Goiás, 1999.

POLETTO, Ivo. A Terra e a Vida em Tempos Neoliberais. Uma releitura da história da CPT. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A luta pela terra: a CPT 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.

Sites:

<http://www.cptnac.com.br/?system=news&eid=26>. **O nascimento**. Comissão Pastoral da Terra.

<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=392&eid=126>. **Carta da XIX Assembléia da CPT**. Comissão Pastoral da Terra.

RESERVAS EXTRATIVISTAS NA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ: CONFLITOS, LUTAS E DIREITO AO TERRITÓRIO¹

Maria do Céu de Lima

Introdução

O papel das unidades de conservação, classificadas no grupo das *unidades de uso sustentável*, em particular a criação de reservas extrativistas como estratégia de resolução de conflitos por terra e por território em comunidades pesqueiras marítimas do Ceará, é a questão central deste artigo.

Desde 1994, venho pesquisando sobre a (re)produção social do espaço na zona costeira do Ceará. Inicialmente, a investigação pautou a reflexão sobre o uso e ocupação da terra, o processo de valorização das terras costeiras e as dimensões da territorialidade construídas sob a égide do binômio terra-mar.² Em foco, as comunidades pesqueiras marítimas, cujos espaços de assentamentos estão enraizados à beira-mar mediante determinadas condições de produção da vida, das relações sociais e de sociabilidades na zona costeira. Daí resultou, entre outros textos, a tese de doutorado³, na qual, além de dimensionar as características do modo de vida e da cultura, da

¹ Trabalho apresentado no *V Simpósio de Áreas Protegidas* ocorrido em Manaus, em novembro de 2011.

² A condição da biodiversidade é uma produção social, e sua manutenção ou degradação resulta de processos socioespaciais. Necessário se faz avançar na crítica do sistema do capital e na superação do modelo econômico dominante (MÉSZAROS, 2011).

³ Intitulada *COMUNIDADES PESQUEIRAS MARÍTIMAS NO CEARÁ: território, costumes e conflitos*, apresentada, em 2002, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

dinâmica das atividades produtivas e das razões dos conflitos por terra e por territórios, buscou-se, ao mesmo tempo, compreender o significado das estratégias e articulações, construídas em diferentes escalas, no curso das lutas empreendidas pelos pescadores e pescadoras artesanais por:

- I) melhores condições de vida;
- II) permanência da pesca artesanal e outras atividades tradicionais;
- III) direito à terra e ao território; e
- IV) construção de projeto social valorizador da diversidade social e cultural dos povos do mar.

Em causa estavam as experiências das comunidades pesqueiras marítimas de Redonda (Icapuí), Prainha do Canto Verde (Beberibe) e Batoque (Aquiraz) (LIMA, 2002)⁴. Interessamos discutir, em especial, a situação dos conflitos por terra e por território e os desafios de duas dessas comunidades (Batoque e Prainha do Canto Verde) que se tornaram Reservas Extrativistas (RESEX).

Do ponto de vista da análise geográfica aqui colocada, essa questão vincula-se à discussão sobre a tendência de urbanização do espaço costeiro, dos embates (conflitos e resistên-

⁴ Foram escolhidas porque têm em comum, em suas histórias, além dos conflitos por terra e por território, o modo de vida das comunidades pesqueiras marítimas, que é marcado “pela vinculação com a natureza, inclusive através de vasto conhecimento e técnicas de manejo, pouca ou nenhuma acumulação de capital, importância de atividades de subsistência ainda que mantendo relações com o mercado, importância dos mitos, símbolos e rituais associados à caça, pesca, coleta, utilização de tecnologias compatíveis e de impacto limitado sobre os ecossistemas naturais, reduzida divisão técnica e social do trabalho, importância dada a unidade familiar na construção de seu modo de vida, auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta, noção de território onde o grupo social se reproduz social e economicamente.” (DIEGUES, 1994).

cias) que se produzem sob a insígnia do “desenvolvimento” segundo a lógica da complexidade multiescalar. Isso pressupõe a necessidade de refletir sobre a produção espacial, atividade do pensamento que implica a “tentativa de desvendar os conteúdos mais reveladores do espaço geográfico enquanto espaço histórico e social.” (CARLOS, 1996).

Assumimos, neste texto, uma abordagem fundada na busca da compreensão da relação sociedade-espaço. Interessa-nos investigar dimensões e condições fundadoras na construção de um novo entendimento sobre a possibilidade de resolução de históricos conflitos por terra e por territórios e suas implicações no modo de vida, no uso dos recursos naturais e na garantia de patrimônios em duas comunidades pesqueiras marítimas na zona costeira do Ceará. O que resulta ou resultará da decisão política do Governo federal em atender o pleito das comunidades envolvidas para a regularização da posse da terra via criação de reservas extrativistas? Em discussão, as experiências em causa.

Para Compreender a Questão do Uso e Ocupação da Terra na Zona Costeira do Ceará

Registram os estudiosos sobre o uso e ocupação da terra que os campos de dunas (areais), as falésias (identificadas por morros ou serras), as gamboas e os apicuns (conhecidos também como salgados), presentes em várias partes da Zona Costeira (ZC) durante os séculos XVII, XVIII, XIX e parte do século XX, não foram considerados adequados para a realização de atividades vinculadas aos ciclos econômicos que mobilizaram, a cada época, os governos e os *senhores de terra e dos negócios na costa nordestina*. Em razão de suas características geoambientais, apresentavam solos pobres e frágeis,

o que indica, em parte, o entendimento de que este era um espaço desabitado, e que, portanto, seriam as áreas denominadas “terra de ninguém”. No entanto, os registros históricos indicam que a zona costeira sempre foi habitada. A presença dos povos indígenas nesse espaço é registrada em documentos, estudos acadêmicos e na literatura como datando de épocas anteriores à chegada dos colonizadores. Além disso, os deslocamentos de grupos em busca de novas paragens, a exemplo do que aconteceu com os(as) escravos(as) libertos e/ou em fuga, foram consolidando, ao longo da zona costeira, assentamentos que, em sua maioria, se transformaram em colônias de pescadores (SILVA,1988) e comunidades pesqueiras (LIMA, 2002).

Se houve um longo período em que a ocupação da zona costeira esteve marcada, principalmente, pelas necessidades e condições vividas pelos povos originários, e depois pelas *populações de saberes complexos*, a realidade costeira ganhou novos contornos a partir do momento em que houve mudança na lógica de apropriação da terra, pois se instaurou um processo de valorização dos espaços à beira-mar, inicialmente, e, posteriormente, nas áreas costeiras adjacentes.

Sobre o uso e ocupação da zona costeira cearense, caracterizados principalmente a partir do século XX, cinco situações históricas foram descritas por Lima: a **primeira**, observada até fins da década de 60 do século XX, relativa à ocupação pela cidade portuária (Fortaleza) e cidades costeiras (Camocim, Aracati e Paracuru), e uma expressiva diversidade de comunidades (pescadores, indígenas e camponeses),⁵

⁵ Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto Nº 6040/2007).

quase sem interligações, pois os acessos eram difíceis e precários os caminhos e estradas. A realidade do final da década de 1960 configura-se pelo início do processo de valorização e intensificação do uso dos espaços costeiros. A **segunda**, a partir do início da década de 1970, inicia-se com o processo de construção dos “paraísos cearenses” (com a “descoberta” da praia de Canoa Quebrada), quando surgem os “viajantes” em diferentes localidades praianas. Inicialmente, deu-se a chegada de pessoas às casas dos pescadores pedindo pouso; o veranismo chegou aos municípios costeiros vizinhos a Fortaleza (Icarai e Cumbuco, município de Caucaia; Prainha, município de Aquiraz). A **terceira**, até meados da década de 1980, quando surgiram os grileiros e especuladores imobiliários nas praias. As casas de “nativos” (na sua maioria de taipa) foram e ainda são compradas e, em seguida, transformadas em segundas residências – o veranismo alcançou municípios cearenses distantes da Capital; pescadores e mulheres de pescadores deixaram seus afazeres costumeiros e passaram a ser “caseiros”, e se evidenciaram vários casos de disputa pela posse da terra. A **quarta**, final da década de 1980, e início da década de 1990, remete ao processo de urbanização (turística) e “incorporação produtiva” do *litoral* cearense à economia nacional e internacional. Na **quinta** e última fase, a partir de meados da década de 1990, somam-se às dinâmicas anteriores em curso a implementação das fazendas de carcinicultura (em áreas do ecossistema manguezal) e, no início da primeira década do século XXI, a instalação dos parques eólicos (sobre os campos de dunas) (LIMA, 2008).

Em razão dessa realidade, os dados mostram que as comunidades pesqueiras do Ceará vivem, atualmente, a perspectiva da expulsão dos seus territórios, confrontando-se com diferentes agentes, tais como especuladores imobiliários,

atravessadores, veranistas, empreendedores turísticos, turistas, carcinicultores e empresários do setor de energia. Sabem que é essencial, porém difícil, romper com os discursos de legitimação (“geração de emprego e renda”) e com a chamada produtividade da pesca predatória, a atividade turística de massa, a implantação da carcinicultura e a instalação de parques de produção de energia eólica. Estas atividades chegam e se instalam, quase sempre, com apoio e financiamento estatal, geralmente descumprindo a legislação ambiental existente. Seus proprietários e governos (federal, estadual e municipais) atuam como se a introdução de tais atividades fosse a oportunidade para a superação da miséria e das condições de vida das populações costeiras (povos originários e comunidades tradicionais) no Ceará. Há interesses privatistas e ganhos remuneratórios que, mesmo diante dos exemplos de práticas e projetos que causam grandes impactos socioespaciais nos territórios das comunidades, a muitos seduzem.

Essa nova realidade caracteriza-se pela perspectiva de “modos de vida em confronto” em espaços ocupados historicamente pelas comunidades pesqueiras marítimas. Os conflitos evidenciam a disputa pela posse da terra, a identificação dos crimes ambientais, o aflorar de mecanismos de desagregação e a afirmação do modo de vida dos pescadores e marisqueiras frente às tentativas de imposição de formas modernas de viver na zona costeira cearense. Um destaque a ser considerado no cenário político: a partir de meados da década de 90 do século XX, com mais intensidade as questões ambientais e territoriais foram sendo compreendidas como inerentes às lutas sociais das comunidades de saberes complexos em sua diversidade, incorporando-se, aos poucos, às pautas de reivindicações construídas pelos movi-

mentos organizados da zona costeira cearense em diferentes momentos e encontros. Num quadro síntese anuncia-se: se em determinadas comunidades a desagregação e a perda do domínio sobre seus territórios se deram, nas comunidades que conseguiram se organizar – contando com apoios externos – *a história se fez, também, de conquista na luta.*

O debate sobre alternativas para garantir a permanência das comunidades em seus territórios ganhou força no Ceará com as possibilidades inscritas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), aprovado em 2000 e regulamentado em 2002.⁶ Na zona costeira do Ceará várias discussões foram articuladas com a participação do NEA-IBAMA-CE, e realizadas nas comunidades para o entendimento dos instrumentos de gestão participativa por meio de oficinas e seminários. Discutiram e encaminharam através das associações de moradores a criação de Resex em seus territórios as comunidades de Batoque (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento Maceió (Itapipoca), Tatajuba e Xavier (Camocim). (Mapa 1). Os processos foram abertos na Superintendência do IBAMA-CE e encaminhados ao IBAMA para os procedimentos necessários. Segundo informação disponível, os processos do Assentamento Maceió (Itapipoca), Tatajuba e Xavier (Camocim) ainda estão no ICMBio/ Divisão de Criação de Unidades de Conservação (Brasília).

⁶ A publicação do SNUC, aprovado em 2000 e regulamentado em 2002, teve repercussão significativa na atuação vigorosa dos movimentos sociais vinculados às populações tradicionais e na discussão sobre o papel do controle social na gestão, que depois foi consolidando a obrigatoriedade de formação de conselhos gestores (com diversidade de participantes) para as unidades de conservação. Outro aspecto importante a ser considerado é a atuação e as diferenciadas práticas das organizações não governamentais. (GUERRA; COELHO, 2009).



Mapa 1 – Mapa das Reservas Extrativistas Decretadas e Solicitadas na Zona Costeira do Ceará

Dos processos encaminhados foram constituídas, pelo Governo federal, até o presente momento, as reservas extrativistas do Batoque e da Prainha do Canto Verde na zona costeira do Ceará. Em razão de conflitos entre os envolvidos e das condições locais de mobilização, estas unidades encontram-se em estágios diferenciados de implementação.

Unidades de Conservação de Uso Sustentável: Batoque e Prainha do Canto Verde

A primeira das unidades de conservação de uso sustentável na zona costeira foi a Reserva Extrativista do Batoque (município de Aquiraz)⁷, em 05/06/2003, por requisição da

⁷ A comunidade pesqueira marítima de Batoque localiza-se no município de Aquiraz, a 54 km de Fortaleza, entre a Reserva Indígena dos Genipapokanindé e a Área de Proteção Ambiental Municipal do Balbino, no município de Cascavel-CE. O acesso a Batoque é feito a partir da CE 040; saindo dessa rodovia estadual, que tem pavimentação asfáltica, segue-se até Pindoretama (sede municipal), de onde se toma uma estrada vicinal (de terra) até chegar à comunidade, percorrendo-se em torno de 10 km. A ocupação da área onde

comunidade, através da Associação de Moradores, e muito comemorada por ser uma conquista histórica, haja vista que desde o final a década de 1970 a comunidade lutava contra a especulação imobiliária e pela garantia do direito à terra. Eis que surgiu um instrumento de gestão ambiental que podia colaborar para “manter a preservação e conservação do meio ambiente, a sustentabilidade social e a garantia do espaço territorial dos batoqueiros.” (COELHO, 1999; 2001). Com o reconhecimento foram fortalecidas as práticas ecológicas de uso e a forma de exploração que os batoqueiros estabelecem com a terra, a lagoa e o mar; em destaque, o trabalho artesanal e os meios de vida que garantem o modo de ser comunidade tradicional.

A segunda experiência foi a Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde (Beberibe), criada em 5 de junho de 2009, com uma área total de cerca de 29.216,71 hectares, com limites marinhos e terra firme. A Comunidade Pesqueira Marítima de Prainha do Canto Verde⁸ entendeu, na década de 1980,

se assenta a comunidade, segundo os moradores, ocorreu em torno do ano de 1860. Contam os mais antigos moradores que uma família (os Vitorino) chegou e se instalou com o propósito de explorar a pesca, coletar a tabuba e desenvolver culturas de subsistência. O núcleo comunitário territorializa uma área marcada pela presença do campo de dunas, da lagoa e do mar.

⁸ A comunidade pesqueira marítima de Prainha do Canto Verde situa-se a 126 km de Fortaleza, no município de Beberibe. O acesso é feito a partir da CE 040; saindo dessa rodovia estadual segue por uma estrada asfaltada até a comunidade. De acordo com as narrativas de antigos moradores e do estudo realizado pela equipe (local) da Escola Bom Jesus dos Navegantes, os primeiros moradores que aportaram nessa paragem, em torno de 1850, estavam em busca de garantir a sobrevivência a partir da realização da pesca. No livro adotado pela referida escola, intitulado Nossa História, p.24, um registro indicativo: “[...] um homem chamado Raimundo Canto Verde foi um dos primeiros moradores da comunidade [...] Ele e sua família eram escravos de um senhor de terra no Campestre da Penha e trabalhavam com agricultura.” (LIMA, 2002). O núcleo comunitário territorializa-se sobre o campo de dunas, que são um elemento caracterizador da paisagem local e em muitas porções da zona costeira cearense.

a importância das lutas para, inclusive, garantir a permanência da pesca artesanal e dos outros meios de vida essenciais à existência da comunidade. Era necessário resistir aos ataques externos de grileiros e especuladores e, ao mesmo tempo, desarticular a ação dos que eram do lugar, mas que também se aliavam (e se aliam) aos interesses contrários à comunidade. A partir daí constituiu-se um grupo de famílias (inicialmente liderado por mulheres) que exerceram um elevado nível de articulação e politização, impulsionadas pela luta da terra, pela coragem de enfrentar agentes externos em defesa da garantia do direito ao território onde vivem e do qual dependem para a sua sobrevivência e das gerações futuras. Muitas foram as dificuldades enfrentadas e as lutas travadas, inclusive no campo jurídico, desde a década de 1980; em 2001, inicia-se o processo de formalização do pedido de criação da Resex pela comunidade, com atos administrativos da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde. O reconhecimento do direito ao território pelos praieiros resultou na criação da segunda reserva extrativista no Ceará.

No documento “Memorial sobre o Processo de Criação do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde” está assim definido:

Esta unidade de conservação representa a oficialização e o reconhecimento por parte do governo federal, do nível de organização e união que se encontra a comunidade da Prainha do Canto Verde, que através de significativas e simbólicas ações, vem mostrando que a lógica de apropriação de terras públicas ou de territórios de comunidades tradicionais por parte de especuladores imobiliários e grileiros de terra, pode e deve ser questionada pelos povos que habitam o litoral, os quais possuem a consciência que a permanência deles em suas terras ancestrais

não só significa uma profunda ação de justiça ambiental, como também constitui uma importante estratégia de conservação de recursos naturais e da cultura dos povos das marés. Essas comunidades desenvolveram ao longo de décadas, toda uma cultura relacionada com o uso e vivência com o ecossistema marinho. Este conhecimento, dito como tradicional ou etnoconhecimento, relacionados, sobretudo, com o comportamento ecológico das espécies marinhas, ciclos de maré, artes de navegação, construção de embarcações, plantas medicinais e crenças e lendas do imaginário popular, fazem parte de uma [sic] rico patrimônio, que na realidade constitui o principal tesouro a ser preservado pela Reserva Extrativista. (MMA/ICMBio/GT Resex PCV, 2010).

As referidas comunidades atendem ao que foi estabelecido nas diretrizes definidas pelo SNUC e pelo Decreto Nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, e se caracterizam, principalmente, por explorarem recursos naturais e por terem como marca de suas territorialidades as dimensões marítima e continental. Como milhares de pescadores artesanais brasileiros e nordestinos, nas águas do Atlântico navegam e constroem, através da marcação e da prática da mestrança⁹, os lugares de captura essenciais à realização das pescarias. Nas áreas à beira-mar (“que no passado valiam quase nada e, hoje, são tidas como lugar incomum, com estratégicas potencialidades”)¹⁰ e próximos de outros ecossistemas costeiros constituíram os núcleos comunitários. Nos oceanos, patrimônios da humanidade, a posse é coletiva, a sua exploração se viabiliza nas formas em que cada grupo social percebe. A porção do território em que vivem as comunidades pesqueiras marítimas

⁹ Ver Maldonado (1993).

¹⁰ Ver Moraes (1999).

tem sido, historicamente, apropriada coletivamente. A posse foi, por muito tempo, demarcada na circunscrição do espaço ocupado pelas benfeitorias (habitações, quartos de pesca, coqueirais, vazantes e outras áreas de exploração extrativista); os locais de moradia e quintais, ladeados por cercas rústicas, são transmitidos segundo a tradição do *direito nato* de uso (“de pai para filhos e netos[...].” Essa é, inclusive, a justificativa que era mais comumente utilizada por antigos moradores entrevistados para explicar a ausência de documento da terra e das benfeitorias. Apesar de não ter tido a orientação sobre a necessidade de legalizar sua posse, uma parte dos moradores das comunidades pesqueiras marítimas considera que está assentada sobre *terrenos de marinha* (LIMA, 2002).

Apesar da comemoração em torno da constituição das duas unidades de conservação, a Comunidade da Prainha do Canto Verde foi surpreendida com mais uma agressão. Um empresário cearense, possuidor de uma casa na vizinhança, proprietário de uma rede de ensino em Fortaleza, entrou com uma ação na justiça reivindicando judicialmente 315 hectares da área continental, passando a atuar junto à comunidade para provocar um processo de divisão entre os moradores. Apoiou a criação de uma segunda associação de moradores na comunidade, conhecida como Associação dos Independentes da Prainha do Canto Verde e Adjacências - AIMPCVA. Ao mesmo tempo em que estabelecia práticas assistencialistas, com promessas de construção de um posto de saúde e de doação de ambulância e distribuição de cestas básicas, divulgou junto a uma parte dos moradores que a criação da Resex significaria perdas para a comunidade. Várias famílias acreditaram na falácia e passaram, também, a questionar a criação da reserva extrativista da Prainha do Canto Verde. O processo de

criação foi analisado por servidores públicos do ICMBio e nele não foram encontradas irregularidades. Apesar da permanência do conflito no interior da comunidade, os encaminhamentos necessários à consolidação da RESEX vêm sendo feitos: mobilização para a participação comunitária, criação do Conselho Deliberativo da Prainha do Canto Verde e a expectativa da assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), que regulamentará a posse da comunidade.

Conclusão

Sobre as implicações socioespaciais da constituição de UDS em territórios das comunidades, portadoras de saberes complexos e que vivem sob a égide do binômio terra-mar, como estratégia de resolução dos conflitos, ainda é uma perspectiva em construção. A criação das Unidades de Conservação tem gerado diversas discussões. Há mudanças sociais e disputas internas e externas em curso. A busca da compreensão dos elementos que envolvem essa problemática passa pelo desvendar da relação sociedade-espço, das questões culturais, da política territorial, do papel da posse e da propriedade privada da terra, dos direitos sociais, da concepção de conservação dos patrimônios naturais e do papel do Estado (e seus agentes). Para além dessa discussão, o que ainda está em questão são as condições para a garantia do modo de vida e dos territórios das comunidades pesqueiras.

A realização da tarefa posta requer um esforço de análise da problemática em torno das possibilidades que as unidades de conservação apresentam como resolução dos conflitos que

marcam a condição de vida das comunidades pesqueiras.¹¹ Que a troca de experiências com outros pesquisadores contribua para a nossa atuação como pesquisadora e representante da Universidade Federal do Ceará no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde (CDREPCV).

Referências

ALMEIDA, Henrique Luis de P. S. de; LIMA, M. do C. de (Coord.). **Uso e ocupação da terra por comunidades tradicionais na zona costeira do Ceará**: diagnóstico socioambiental participativo. Relatório TERRAMAR/Depto de Geografia-UFC, 2003 (CD).

ANEEL. Resumo da Situação **Atual dos empreendimentos no Estado do Ceará**. Disponível em: <www.aneel.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2011.

ACSELRAD, H. COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e territórios**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2008.

BRASIL, Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Lei Nº 9.985, de 18 de JULHO DE 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 julho, 2000.

¹¹ Em andamento projeto de pesquisa UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL NA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ: território, modos de vida e resolução de conflitos (Depto de Geografia-UFC), que tem como questão central discutir o processo e as implicações socioespaciais da constituição das unidades de conservação classificadas no grupo das unidades de uso sustentável, em particular das reservas extrativistas, na garantia do direito à terra e ao território pelas Comunidades Pesqueiras Marítimas (CPM) da Zona Costeira do Ceará, como estratégia de resolução de conflitos.

_____. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto Nº 6040, de 07/02/2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 fevereiro 2007.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

COELHO, A. M. G. **Caracterização sócio-econômica da comunidade do Batoque no litoral leste do estado do Ceará**. Fortaleza: IBAMA/NEA, 1999.

_____. Conflito sócio-ambiental: comunidade do Batoque e o Grupo Oderbrecht. INFORMANDES. **Jornal do ANDES – SN**, Brasília, n. 104, 2001.

DIEGUES, A. C. S. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

GUERRA, A. J. T; COELHO, M. C.N (Org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

LIMA, M. do C. de. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, conflitos e Lutas**. 2002. Tese (Doutorado) (Departamento de Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

_____. Pesca Artesanal, Carcinicultura e Geração de Energia Eólica na Zona Costeira do Ceará. **Revista Terra Livre (AGB)**, 2008.

MALDONADO, S. C. **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.

MÉSZÁROS, I. **Crise estrutural necessita de mudança estrutural**. Disponível em: < <http://www.ufrb.edu.br/educampo/index.php/documentos/arquivos-de-noticias/11-istvan-meszaros-crise-estrutural-necessita-de-mudanca-estrutural>>. Acesso em: 26 jul 2011.

MMA/ICMBio. **Relatório Técnico GT Resex PCV Port 550/2010**: memorial sobre o processo de criação do conselho deliberativo da reserva extrativista da prainha do Canto Verde. DOU 29 de outubro de 2010.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEINFRA/CE. **Parques eólicos do Ceará – PROINFA**. Fortaleza, 2009.

SILVA, L. G. **Os pescadores na história do Brasil**. Recife: CPP, 1988.

SILVA, M. C. S da. **Organização e autonomia da comunidade de Redonda. 2004 Icapuí/CE**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2004.

VIDAL, M. R. **Proposta de gestão ambiental para a reserva extrativista do Batoque – Aquiraz/CE**. Dissertação PRODEMA/UFC. Fortaleza: 2006.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: AS CONQUISTAS DA LUTA ANTE A OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO

Adelaide Ferreira Coutinho

Rita de Cássia Gomes Nascimento

Sávio José Dias Rodrigues

Introdução

A luta pelo direito à educação ou ao conhecimento historicamente construído é um desafio histórico colocado para a sociedade brasileira. Sabe-se que, no campo dos direitos sociais, a educação deve ser garantida pelo Estado, portanto, deve ser pública, gratuita e com qualidade social; deve ser um processo permanente, sem, contudo, subjugar-se à noção de educação sob o viés neoliberal, que, na atualidade, continua a proclamar a educação para todos, porém, flexibilizando-a, focalizando-a, privatizando-a sob o preceito da relação custo-benefício tão afeito ao mercado.

O caminhar do campesinato na luta pelo direito a terra ampliou-se para a luta pela reforma agrária e esta à exigência de políticas públicas de saúde, educação, moradia, transporte, acesso a assistência técnica, crédito diferenciado, água, energia entre outras. Porém, a necessidade de acesso a educação pelos povos do campo motivou o surgimento de diferentes formas de luta, movimentos e concepções – da Educação Rural à Educação do Campo – esta última, no final dos anos 1990, em decorrência da luta dos movimentos sociais camponeses, propiciou o Movimento Nacional Por uma Educação do Campo.

As experiências construídas nos últimos dez anos (1998 a 2008), pelos movimentos sociais do campo, intelectuais, militantes, organizações camponesas e as políticas

públicas voltadas para a *Educação do Campo* têm estimulado estudos, pesquisas e publicações, principalmente nas universidades públicas. Esse fato justifica essa investigação visando resgatar a história da participação dos movimentos sociais, da família e comunidades assentadas tendo em vista a conquista da escola nos assentamentos e áreas de reforma agrária maranhenses. Nesse sentido, identificaram-se as lutas e conquistas efetivadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), por uma Educação do Campo. Também se buscou explicitar os projetos políticos em educação por parte do governo brasileiro que se materializaram na oferta de educação aos camponeses, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e outras ações de mesmo teor.

Ressalta-se que a pesquisa empírica e documental constituiu-se de uma investigação¹ entre os alunos egressos e matriculados nas 8(oito) turmas de Magistério do PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA, da coordenação e lideranças que participaram dos I e II projetos de formação de educadores e educadoras em Magistério de nível médio, no estado do Maranhão, realizados no período de 2002 a 2009.

Por meio das fontes bibliográficas e das “vozes” dos sujeitos pesquisados permitiu-se a análise da realidade sócio-histórica da educação do campo, - através do registro das histórias de luta e experiências desenvolvidas em 75

¹ Esta pesquisa foi intitulada Terra e Educação: a história da participação dos movimentos sociais do campo e das famílias assentadas pela conquista da escola pública, nos assentamentos e áreas de reforma agrária, no Estado do Maranhão – trajetórias do MST e ASSEMA.

assentamentos², organizados pelo MST e ASSEMA, de 21³ municípios maranhenses, sob a jurisdição do INCRA⁴ – nas duas últimas décadas, pela conquista não só de escolas, mas das condições para funcionamento das mesmas, o que passa, necessariamente, pela contratação de professores, equipamentos, materiais pedagógicos, merenda e transporte escolar, saúde do educando, ou seja, as condições concretas em que se desenvolvem a prática educativa nessas áreas de assentamento e o que ainda há por fazer para que se consolide a escola do campo no Maranhão, com a qualidade almejada por esses sujeitos.

O aspecto central dessa reflexão foi a defesa da educação do campo pelos movimentos sociais camponeses, em particular a ASSEMA e o MST, ante as políticas governamentais empreendidas pelo Estado brasileiro, no âmbito do estado do Maranhão. Visou-se fazer um registro histórico e a análise desse movimento político empreendido para tal fim. Também, perceber a visão dos movimentos sociais e assentados quanto à oferta e qualidade da educação recebida, principalmente as respostas por parte do Estado, a essa reivindicação que visa à consolidação da Educação do Campo, um paradigma em processo de construção no Brasil. Esse percurso revelou conflitos, consensos e consentimentos entre Estado e sociedade na ela-

² São 63 localidades entre assentamentos e suas vilas. Esse universo é o mesmo onde residem os alunos do Magistério e que foram acompanhados pelos estudantes universitários que fizeram parte da pesquisa. A análise dos dados considerou os assentamentos.

³ Buriticupu, Bom Jardim, Bom Jesus das selvas, Lagoa Grande, Monção, Pedro do Rosário, Nina Rodrigues, Vargem Grande, Matões do Norte, Lageado Novo, Estreito, São Pedro dos Crentes, Porto Franco, Imperatriz, Davinópolis, Açailândia, Buritirana, Amarante, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga, Peritoró, Lago do Junco e Lima Campos.

⁴ Em sua totalidade a escolarização do PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA já beneficiou 3.200 alunos, pertencentes a 59 Projetos de Assentamentos localizados em 37 municípios maranhenses.

horação e aprovação das políticas públicas, particularmente para a educação básica do campo. Verificou-se que o Estado, nas últimas décadas, constituiu-se como o principal indutor dessa política social, conforme revelam os processos políticos com essa finalidade no Brasil, porém, na contramão desse direito, acirram-se as contradições decorrentes do modelo econômico e de produção, sob o paradigma do agronegócio e seus representantes nos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Os Movimentos Sociais do Campo no Maranhão: a Luta por Políticas Públicas no Contexto da Ofensiva do Agronegócio

O Maranhão apresenta um déficit histórico de negação da escola pública para o camponês e seus filhos, o que faz o estado liderar estatísticas de analfabetismo, ter índices negativos de rendimento escolar, revelar altas taxas de evasão e repetência, realidade expressa pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Apenas 114 municípios conseguiram atingir o índice entre 5,0 e 2,8, enquanto 96 ficaram abaixo da média, com um índice variando entre 2,7 e 1,8, incluindo-se entre os municípios com pior desempenho nacional (MARANHÃO, 2008).

Contraditória e desigual, a realidade socioeconômica do campo maranhense se apresenta, assim, a partir de processos históricos de exclusão do camponês e ampliação crescente da miséria. O desenvolvimento/expansão do modo de produção capitalista no campo maranhense, a partir, principalmente da (re)produção de territórios da agroindústria, bem como a permanência da força de poderes locais, tem ampliado crescentemente os processos de expropriação do camponês e sua consequente expulsão da terra.

Todo esse quadro tem possibilitado, desde a década de 1980, o acirramento das tensões sociais no campo ma-

ranhense e possibilitado a organização dos camponeses em movimentos sociais, num cenário de crescimento ofensivo do agronegócio.

O município de Balsas, por exemplo, polariza no Maranhão os negócios da soja, com grande movimentação de capitais referentes a essa cultura. Sendo uma das “cidades do agronegócio” do Nordeste, como afirma Elias (2006), para denominar as cidades que se reestruturam a partir da dinâmica que toma o agronegócio como modelo de produção voltado exclusivamente para o mercado. Assim, os fixos criados em Balsas são em grande parte para atender o funcionamento da atividade agrícola, com a abertura de lojas e de bancos visando essa atividade.

O agronegócio no Maranhão também é representado por outras atividades, que fazem parte das transformações do campo maranhense. Pode-se ilustrar com a produção de celulose na Região de Imperatriz, principalmente representada pela Indústria de Celulose e Papel (CELMAR), criada em 1992 a partir de capitais de empresas como a Risipar, a Vale do Rio Doce, além da empresa japonesa Nissho Iwai.

No Leste Maranhense tem-se o plantio de eucalipto e a produção de carvão vegetal para abastecer as siderúrgicas próximas a estrada de ferro Carajás-São Luís, com a presença de grandes empresas como a Maranhão Gusa (MARGUSA), através da Maranhão Reflorestadora (MARFLORA); o Grupo Industrial João Santos, através de várias empresas que o compõem; e a Cia Suzano de Papel Celulose. Tanto a MARGUSA como a MARFLORA tiveram posses de terras nessa região colocadas sob suspeita devido a indícios de irregularidades (SHIREISHI NETO, 1995).

Por sua vez, no município de Açailândia, localizado na região Tocantina, intensifica-se a atividade do carvoejamento

para a produção de ferro-gusa que influencia fortemente as mudanças nas relações de trabalho, inclusive com várias ocorrências de trabalho escravo. Na mesma região, em Imperatriz, tem-se a produção de Celulose pela empresa CELMAR, que modifica a estrutura fundiária, com a grande concentração de terras que essa atividade promove.

Esses são somente alguns dos exemplos das novas atividades que se instalam no Maranhão e que possuem grande apoio e legitimação das forças jurídico-políticas a serviço do capital. A monopolização das terras é marca dessas atividades do agronegócio, promovendo a grilagem e o despejo de camponeses em diversas localidades. Como os documentos da CPT (2008) demonstram, em 2007, 201 famílias foram despejadas de suas terras, muitas vezes de forma violenta com a presença de “capangas” e “pistoleiros”; segundo o mesmo documento, destaca que a ocorrência de pistolagem no Maranhão, no ano de 2007, foi de 296.

Somente do ano de 1997 ao ano de 2007, o número de conflitos saltou de 17 para 76 conflitos, com uma concentração nas regiões do agronegócio, sobretudo, do agronegócio da soja.

No contexto de aprofundamento e agudização da desigualdade da realidade socioeconômica brasileira emergem os movimentos sociais do campo. Estes nascem no seio da luta de classes como processos históricos de resistência e luta da classe trabalhadora em todo o mundo. Os movimentos camponeses configuram-se no embate do processo de intensificação da indústria como expressão de modernização e urbanização, apresentando novas relações organizativas do trabalho. Decorrentes do modo de produção capitalista nessa nova fase, o campo sofre as agruras de um modelo de desenvolvimento que também deu origem ao chamado mercado de trabalho, expropriando e deixando milhões de camponeses na miséria.

Essa realidade, quando se fez presente no processo da chamada modernização da produção no campo brasileiro fortaleceu a grande propriedade e acirrou a contradição de modelo de produção existente. De um lado, o assalariamento, expulsão de homens e mulheres de suas terras, expropriação da força de trabalho e, de outro, a luta camponesa para resistir a esse modelo que, mais tarde, culminaria em dois polos: o agronegócio e a agricultura camponesa.

Esses fatores são determinantes para a formação de dois movimentos sociais que mereceram destaque nessa pesquisa: MST e a ASSEMA.

Nesse movimento histórico das lutas camponesas no Brasil, é que o MST (nacionalmente) e a ASSEMA (mais localizadamente), cada um de acordo com suas identidades, ganham vida, força e representatividade, fazendo o percurso das lutas de Canudos, Contestado, Ligas Camponesas e ampliando o horizonte de mudança da sociedade. Para Stédile (1999), essa luta pela terra no Brasil só terá um futuro, e somente se transformará em ferramenta/agente político de mudança, se vier a ser uma luta nacional.

A organização do MST nas ocupações dos latifúndios improdutivos, as relações de convivência nos acampamentos e assentamentos, o intenso trabalho de base visando a formação da consciência crítica, caracterizam a organização como expressão de luta popular no Brasil, tornando-o referência para a América Latina. Gohn (1997, p.305) enfatiza que:

O MST transformou-se no maior movimento popular do País nos anos 90. Entre 1994 a 1997 a atuação do MST se ampliou consideravelmente e ele elaborou projetos para frente que passou a ser sua maior bandeira de luta: a Reforma Agrária. O problema do aumento da violência urbana, gerada pelo desemprego, levou a sociedade

brasileira, de modo geral a apoiar a luta dos sem-terra pela reforma agrária, na esperança de fixar o homem do campo, diminuir a pobreza nas cidades e diminuir aquela violência. Assim a reforma agrária foi deixando de ser um tabu no Brasil, passando-se a construir uma nova representação sobre essa realidade [...]

Cabe ressaltar que o MST investe na formação cultural das famílias que organiza, como uma necessidade para que a organização avance politicamente. Esse processo de elevação do nível de conhecimento cultural e político vem se materializando na prática do Movimento na luta por políticas públicas e na organização das comunidades. Para seus militantes, o conhecimento é algo que deve permitir a transformação das pessoas, como um instrumento necessário à transformação social.

Portanto, o MST compreende que o conhecimento não é privilégio e propriedade da classe que detém o poder, mas fruto da produção coletiva humana na história. Por isso, a defesa da socialização contrária aos processos privatizantes e excludentes dominantes. Porém, o MST tem claro que no Brasil a socialização das riquezas culturais e econômicas só acontecerá efetivamente através da mobilização, organização e luta da classe trabalhadora. A ASSEMA é resultante dessa luta que tem por princípio a construção de novas relações no campo, emergidas no contexto específico da região do Médio-Mearim. Os trabalhadores de Esperantinópolis, Lima Campos, São Luiz Gonzaga e Lago do Junco reuniram-se e tendo constatado que só a conquista da terra não seria suficiente para mudar suas condições de existência – trabalho, vida e defesa do meio ambiente – e preservar os babaçuais, partiram para a criação da ASSEMA, congregando as quebradeiras de coco da Região Médio Mearim, no Maranhão. A associação

cria um programa de produção voltado para o resgate do equilíbrio extrativista e da agricultura sustentável, denominado Sistemas Agroextrativistas (ASSEMA 2, s/d).

Como movimento e organização com características regionais, a ASSEMA é uma entidade sem finalidades lucrativas, que visa fortalecer e estimular a organização e luta das famílias de trabalhadores(as) rurais que vivem da agricultura e do extrativismo vegetal (agroextrativismo), reivindicando e propondo junto ao poder público e à iniciativa privada, formas/alternativas de desenvolvimento sustentável. Tem sede no município de Pedreiras e está organizada em dezessete Áreas de Assentamentos para a Reforma Agrária, de seis municípios maranhenses.

A organização criada vem buscando incentivar o sistema cooperativista e associativista sem se desvincular da luta sindical e dos movimentos sociais. As ações predominantes voltam-se para a economia de base familiar, propiciando aos trabalhadores (as) compatibilidade ambiental na produção de alimentos que atendem o próprio consumo e os mercados interno e externo – óleo vegetal, sabonete, carvão vegetal, farinha de babaçu, frutas desidratadas, compota de frutas, papel reciclado, arroz, milho, mandioca e feijão orgânicos e ecológicos (ASSEMA, s.d). Assim, no entorno da ASSEMA estão cooperativas, associações comunitárias de áreas de assentamentos, grupos informais, associações de mulheres e sindicatos de trabalhadores rurais, além de uma escola familiar agrícola.

Mesmo considerando-se os avanços/conquistas da luta camponesa, há um recrudescimento, por parte do Estado, a cada tentativa de ruptura com o modelo de desenvolvimento e de reforma agrária anunciados. Pode-se dizer que, nos mais de vinte anos de implantação dos projetos de assentamentos, se reeditam os mecanismos repressivos sob novas roupagens,

mas não se distanciam da repressão violenta que ocorria na segunda metade dos anos 1980, conforme Ferrante (1997).

Portanto, o cenário de retomada do crescimento econômico não tem os assentamentos como indutores do desenvolvimento do campo e nem a agricultura camponesa familiar, mas o grande negócio da agricultura e pecuária industriais de exportação, sob o mecanismo da monocultura nos grandes empreendimentos de base tecnológica e que usa a mão de obra assalariada, ao mesmo tempo, para complemento e aumento da produtividade, numa relação de superexploração, que se pode identificar, inclusive, pelo trabalho infantil e juvenil e pelo trabalho escravo, acirrando a proletarianização do campo.

É nesse cenário de lutas que a educação ganha corpo diante da omissão ou intenção deliberada do Estado em não oferecer condições de vida social aos assentados. Pela via da educação, os movimentos sociais encontram novas formas de luta e de acesso ao conhecimento sistematizado, ferramenta importante para a compreensão das relações entre Estado, movimentos sociais do campo e assentados da reforma agrária.

Por uma Educação do Campo: as Vozes dos Sujeitos do Campo

Refletir sobre as políticas de Educação do Campo tendo como ponto de apoio os sujeitos do II Projeto de Formação de Educadores e Educadoras do Campo na Reforma Agrária, mais especificamente estudantes maranhenses, jovens e adultos, marcados por negação de condições de vida e trabalho, que, fundado numa relação alienante e excludente baseada na propriedade privada, destitui-se de caráter humanizante para assumir, segundo a lógica capitalista, a feição de trabalho assalariado e fetichizado. Nestas relações sociais estabelecidas

no capital, a questão socioeducacional integra o quadro de múltiplas determinações da vida do camponês.

Perceber a complexidade que gira em torno desta dimensão através da vida escolar dos sujeitos pesquisados, penetrando nas demandas e carências que as escolas do campo comumente sofrem – demandas estas que se apoiam num quadro histórico de permanência e mudanças pontuais – implica num movimento de estranhamento do real, uma vez que as suas falas são carregadas de uma história viva, que se reflete nas condições de existência e perspectivas de futuro que estes jovens possuem.

Estes sujeitos expressaram variadas perspectivas sobre o campo e a realidade existente em relação à escola em suas comunidades. Traçam, em suas falas, um quadro diagnóstico alarmante sobre a escola que possuem, os desejos por uma nova realidade, e as sugestões de luta e enfrentamento para o alcance da mesma. Refletem, portanto, anseios possíveis e viáveis no âmbito do alcance de políticas públicas de Estado, configurando-se muitas vezes, nas falas destes estudantes, como exigências básicas que expressam a ausência do interesse político e jurídico de atendimento qualitativo dos direitos sociais aos povos do campo, que só tem se evidenciado no contexto das lutas e enfrentamentos dos movimentos sociais.

Do total de sujeitos entrevistados identificou-se uma faixa etária que varia entre 17 a 30 anos, destes, 54% são do sexo masculino e 46% do feminino, a maioria se encontra cursando o Ensino Médio no próprio projeto. Deste quantitativo, a minoria coloca que não trabalha, enquanto que 88% desenvolvem trabalhos que se situam prioritariamente nas atividades agrícolas da roça da família, nas fazendas próximas em atividades de caráter temporário e precarizadas, na quebra do coco babaçu, nas atividades domésticas, na venda das

produções das cooperativas, como é o caso da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COOPALJ), que atua na região do Médio-Mearim. Além das atividades de docência tanto nas escolas da sua comunidade, principalmente no caso dos acampamentos, quanto nos projetos de alfabetização dos movimentos sociais nas quais estão inseridos, como é o caso do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos “Sim, eu Posso” do Movimento dos Trabalhadores Rurais, realizado a partir do ano de 2008, tendo como apoio o método cubano de alfabetização, visando à erradicação do analfabetismo nas áreas de assentamento do MST no estado do Maranhão.

As reivindicações almejam tanto a construção da escola nos assentamentos, bem como melhorias da estrutura física e pedagógica. Neste sentido, a organização coletiva, como instrumento de pressão sobre o Poder Público Municipal, tem presença marcante nos depoimentos de alunos, tanto na expressão das conquistas quanto do fracasso manifestado na indiferença dos governantes frente às demandas populares.

Alguns estudantes deixam evidente a consciência do enfrentamento e luta de classes frente à ofensiva do poder hegemônico, explícita, por exemplo, com a mobilização na comunidade exigindo melhores condições, que vão desde a construção de escolas, melhoria nas condições de trabalho dos professores e questões salariais, até mesmo aos princípios pedagógicos desvinculados da realidade camponesa e dos movimentos sociais, como é o caso da fala do estudante que justifica o surgimento da luta pela escola em sua comunidade, e a consciência da necessidade do embate frente à defesa dos direitos sociais.

Sim, através das reuniões dentro da comunidade reunindo os moradores chamando a atenção do governo municipal

porque os alunos estavam sem aula, e sem lugar para estudar, porque para estudar precisava ir para a cidade de bicicleta, chegando a noite, os professores ensinavam mais [mas] recebiam pagamento, sem ter um planejamento, então a comunidade se reuniu e foram lutar pelos seus direitos que são negados. (ESTUDANTE DO II PROJETO).

É importante destacar que, no campo do enfrentamento entre as forças políticas, jurídicas e econômicas as formas de lutas são definidas pelo nível de organização coletiva e as respectivas correlações no âmbito do poder. A radicalização do embate entre coletividade campesina e o poder público municipal ocorre num movimento dinâmico que vai da ausência de diálogo ao diálogo que gera consenso e/ou conflito. Desta forma, os ganhos obtidos da luta pela escola do campo têm origem na intensificação da mobilização coletiva dos camponeses, pela via de seus movimentos sociais que têm forçado a emergência do debate e a aprovação de políticas e programas voltados a esta escola.

Tal questão é visualizada nas declarações dos sujeitos pesquisados, que indicam haver diálogos e acordos com as prefeituras dos seus municípios em relação ao direito à educação e a construção dos aparelhos escolares. Essa conquista nas comunidades ocorre conforme os interesses políticos dos governantes no exercício do poder e as visões que estes têm acerca do que seja um assentamento, inclusive a que jurisdição pertence. Predominantemente, os dirigentes municipais identificam os assentamentos como áreas federais ou estaduais, isentando-se das responsabilidades em promover políticas públicas nessas regiões. Ilustra-se com as referências dos estudantes sobre o problema.

Tivemos dificuldade para o término da 2ª escola. Foi mobilizados as pessoas do assentamento e fomos até a

prefeitura reivindicar a construção da escola, de início o prefeito não queria acordo. Começamos a quebrar tudo, até que houve um acordo e ele terminou de construir a escola. (ESTUDANTE DO II PROJETO).

Esta experiência para mim foi muito árdua porque para conquistarmos a escola Padre Laurindo Neto no Assentamento foi preciso colocar o “pé na parede” e não fomos mais para as salas de aula em barracões empoeirados e pois queríamos era um prédio escolar de qualidade e bons professores. E foi que aconteceu depois de dois anos de luta conseguimos mesmo tendo pedido muito. Mas dessa experiência colhemos bons frutos, pois hoje temos um prédio escolar de boas qualidade só que os educadores precisam se aprimorar nos princípios do MST. (ESTUDANTE DO II PROJETO).

Sim, já participei de mobilizações e encontro de educadores. O que posso falar sobre elas, é que de fato a luta é árdua e que o governo em se tratando de políticas públicas relativas à educação, tem deixado a desejar, mas que com nossa organização podemos reverter esse quadro. (ESTUDANTE DO II PROJETO).

Sim, já participou de várias mobilizações pela conquista da escola em especial no meu próprio assentamento, fazemos lutas permanentes no intuito de conquistar uma escola para a comunidade. Há mais de seis anos que iniciamos essa luta por escola, para que atenda as necessidades de nossas crianças e jovens para que não precise sair de seu assentamento para estudarem, mas no entanto, ainda não conseguimos conquistar a escola que queremos e a educação que queremos. (ESTUDANTE DO II PROJETO).

As falas acima reiteram que a conquista da escola do campo é fruto da luta dos assentados e dos demais traba-

lhadores do campo, e que nas realidades onde esta não acontece, fica mais distante a conquista deste direito, ou quando é ofertada, a qualidade é desejável. Há um reconhecimento de alguns entrevistados sobre este fato.

Sobre as melhorias acerca da política de educação para as escolas do campo, os sujeitos desenvolveram suas concepções sobre campo e Educação do Campo permitindo a visualização das necessidades e referências de leitura de mundo. De forma mais específica, destacam as demandas estruturais das escolas, principalmente em relação à edificação, melhorias e ampliação dos prédios escolares com construção de bibliotecas, espaços para práticas corporais e laboratórios de informática.

Nota-se, ainda, que neste ponto os estudantes trazem à tona a discussão sobre a construção de uma escola formal e regularizada, uma vez que o funcionamento de salas de aula em barracões improvisados, espaços de igrejas, prédios abandonados, casas dos professores (muitas vezes leigos) é uma realidade presente, como é destacado no relato do estudante que põe como necessidade: *“Construir uma escola com uma boa Educação, com um espaço para todos os educandos, uma biblioteca para que possa pesquisar, uma escola com cadeiras boas etc.”* (ESTUDANTE DO II PROJETO).

Outra sugestão para melhoria das escolas toma como referência a formação do educador do campo. Expõe, assim, tanto a necessidade de qualificação docente inicial e continuada, quanto a consideração da importância da abordagem política e pedagógica da realidade camponesa. No relato de alguns dos sujeitos pesquisados *“as escolas do campo devem ser melhoradas, os ensinamentos, pois estas escolas não têm professores capacitados.”* (ESTUDANTE DO II PROJETO).

Nesse sentido, para estes estudantes, há que se construir políticas educacionais efetivas voltadas para a realidade so-

cioeducacional do campo que contemple formação docente, tendo como foco o paradigma em construção da Educação do Campo que, para Caldart (2004, p.17), refere-se ao

[...] processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. Isto quer dizer que se trata de pensar a educação (política e pedagogicamente) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (que é um processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado tempo histórico.

A Educação do Campo pressupõe, nesse sentido, uma concepção de campo própria que parte da ótica dos sujeitos sociais do campo, considerando sua diversidade. Parte, assim, de um olhar multidimensional que pensa a educação a partir da *totalidade dos processos sociais, das políticas públicas e da formação humana* visando à construção de sujeitos concretos e historicamente situados (CALDART, 2004). Daí se compreende o olhar dos sujeitos da pesquisa, que, enquanto indivíduos que estão próximos e/ou participam das experiências de luta dos movimentos sociais do campo, entendem o espaço do campo como local de produção de vida *plena e cultura*, expressões que garantem a ação educativa do trabalho. Tal perspectiva é visível nas suas definições das necessidades das escolas do campo.

As escolas do campo precisam de mais apoio para que os educadores/ educadoras possam ver a vida do homem do campo como um todo no sentido de que no campo

também é lugar de vida plena e precisam serem respeitados os seus modos de vida suas culturas suas organizações de classes, seus hábitos e seus costumes etc. Por tanto a educação do campo precisa de um processo político pedagógico que vise o homem do campo [...] (ESTUDANTE DO II PROJETO).

A minha visão diante disso, acredito eu que a educação do campo deve esta vinculada a cultura do povo do campo, com políticas educacionais voltadas a uma escola do campo. Buscando desde o projeto pedagógico um tema que aborde realmente a necessidade da comunidade. (ESTUDANTE DO II PROJETO).

A escola do campo deve atender as necessidades dos educando de acordo com o que pede a sua cultura o seu modo de vida. Há também uma necessidade ainda não atendida em muitas escolas do campo, que é a atuação de educadores formados para atuarem realmente nessa área e que estes estejam trabalhando a questão 'reforma agrária' com seus educando. (ESTUDANTE DO II PROJETO).

Queremos uma educação do campo que valorize o contexto social em que está inserido, o educando camponês. Que o possibilite agir conscientemente para a emancipação do campo enquanto espaço digno de vida e acima de tudo uma escola que propague uma política educacional libertadora em prol de uma construção ideológica crítica. (ESTUDANTE DO II PROJETO).

Educador comprometido com o aprendizado do aluno. Educação voltada pro campo. Contextualização do ensino-aprendizagem com a realidade do campo. Maior preocupação com a estrutura da escola, materiais didáticos para realização das atividades escolares. (ESTUDANTE DO II PROJETO).

A educação do campo deve ser uma educação onde podemos interagir com os professores e com a comunidade e socie-

dade. E que a comunidade participe do planejamento das aulas para todo o ano. (ESTUDANTE DO II PROJETO).

Estes indivíduos definem, de forma rica e ampliada, a concepção de Educação do Campo que se apropriaram nos estudos em seu processo de formação, nas práticas organizativas dos movimentos sociais às quais são articulados, e das suas vivências diárias enquanto camponeses que carregam em sua história de vida a ausência e/ou a precarização da educação escolar em seus assentamentos. É, portanto, um conceito que se movimenta e está incorporado à dinâmica dos movimentos sociais, em contraposição ao paradigma agrário capitalista, que tem sustentado tanto a educação do tipo rural e o caráter das políticas públicas para este espaço.

Considerações Finais

A totalidade concreta – educação do campo – é complexa e constituída por múltiplas relações e sujeitos, de acordo com Kosik (1976). Nesse sentido, o processo de apreensão das mediações pertinentes a construção do objeto nos permitiu revelar dados, processos e conjunturas que pudessem fomentar as críticas e organização do relato de pesquisa, necessário para demonstrar a trajetória histórica dessa realidade concreta (síntese) por meio do pensamento. Isto porque

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diversos. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida [...] (MARX, 1993, p.16).

Significa dizer que o fazer pedagógico dos movimentos sociais do campo tem como premissa importante que a práti-

ca revolucionária precisa de uma teoria revolucionária e vice-versa. Assim, a concepção de educação do campo, construída nesses últimos dez anos, se faz força de mobilização e de expressão pela práxis de seus sujeitos (militantes, educadores, educandos) que têm no pensamento crítico-radical comprometido com a transformação e como pressuposto a indissociabilidade entre a teoria e a prática, a força de seu movimento.

A luta pela conquista da terra tem sido o motor dessa história em permanente movimento. Ela contribui para a constituição de homens e mulheres capazes de moverem-se num processo pela busca da transformação de suas vidas e do coletivo, ou seja, lutar pela reforma agrária e pela educação e as demais políticas públicas, como parte de uma única totalidade.

No percurso desse estudo, a literatura produzida pelos intelectuais dessa causa – educação do campo – afirma que a educação pública sob a hegemonia dos interesses e da cultura campesina não prescinde do Estado público de direitos, não isenta o Estado e seus sucessivos governos de promoverem essa e outras políticas públicas.

Pode-se dizer que a garantia dos direitos sociais tem na educação uma das ferramentas mais importantes para que se afirmem os demais direitos humanos universais, entre eles a participação política. Assim, a educação do campo não significa delegar a responsabilidade de sua garantia aos movimentos sociais camponeses – eles são partes dessa realidade –, nem tampouco, conseqüentemente, isolá-los enquanto presenças importantes na elaboração e execução dessas políticas pelo Estado, mas vê-los como importantes interlocutores e lideranças para o debate em torno da política educacional e para a implementação de suas diretrizes no país.

Para as lideranças dos movimentos sociais, alunos e educadores a conquista de escola/educação do campo só se rea-

lizará por meio da luta coletiva, no processo de organização, do compartilhar ideias e saberes, interagindo com os diversos sujeitos da ação educativa e com a realidade social.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete & MOLINA, Mónica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Minha terra tem palmeiras e gente de muita fibra**. Pedreiras-MA: ASSEMA, [s/d].

_____. **Sistema agroextrativista**: uma parceria com a natureza. MA: ASSEMA, [s/d].

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo - Brasil 2007**. Goiânia: CPT Nacional, 2008.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Assentamentos Rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal? In: MULS, Nair Costa; DUQUE, Ghislaine. **Raízes**, ano XVI, n. 15, dez. UFPB, 1997.

GOHN, Maria da Glória. 'Teorias sobre movimentos sociais na era da globalização: a mobilização política – MP'. In: _____. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos** (Paradigma norte-americano [III], p.69-120). São Paulo: Loyola, 1997.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo-SP: Hucitec, 1993.

SHIREISHI NETO, Joaquim. Grilagem de Terra no Leste Maranhense. In: ANDRADE, Maristela de Paula; *et al* (Orgs.). **Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luis: Estação Gráfica, 1995.

STEDILE, J. P. E. FERNANDES B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.



PARTE 3

**ENTRE O PODERIO DO AGRONEGÓCIO
E A RESISTÊNCIA CAMPONESA**



ATIVIDADE CAFEIEIRA DO MACIÇO DE BATURITÉ: FORMAÇÕES SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DA NATUREZA

Selma Maria Peixoto Alcântara

José Levi Furtado Sampaio

Introdução

É difícil compreender o desenvolvimento da atividade cafeeira no Maciço de Baturité sem entender a dinâmica histórica de apropriação da natureza pelo homem e os processos socioeconômicos que se desencadearam. A dimensão destes processos pode ser percebida na perspectiva da história ambiental, a qual se caracteriza pela ligação da história natural à história social (DRUMMOND, 1991).

No passado, esta atividade representou riqueza e poder aos grandes produtores. O produto era conhecido no sudeste como o “feiticeiro” a distribuir riquezas. Apesar disso, no século XX, a cafeicultura no Maciço de Baturité tem perdido espaço para o novo “feiticeiro”, o turismo.

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa mais aprofundada. Buscou-se compreender o processo de apropriação social da natureza no Maciço de Baturité, que se caracteriza por apresentar uma área de Mata Atlântica no estado do Ceará. Para isso, consideraram-se as atividades econômicas, em especial a agricultura, com ênfase no café, e o turismo, que se estabeleceram em diferentes momentos históricos e suas implicações.

A introdução da atividade cafeeira na Serra de Baturité segue a lógica de produção já estabelecida nacionalmente, a qual tem como pressuposto a alta produtividade e alto custo ambiental. Para alcançar as metas, os produtores são submetidos ao sistema de cultivo insustentável em longo prazo.

Há quatro importantes momentos quando se trata da forma de cultivo das lavouras cafeeiras no Maciço de Baturité: o primeiro ocorre no começo do século XIX, quando a planta do café foi introduzida na região, com o plantio a pleno sol; o segundo ocorre no final do século XIX e primeira metade do século XX, quando os produtores gradualmente se voltaram para o sistema de cultivo de sombreamento; o terceiro ocorre na década de 1970, quando se retomou a prática de cultivo a pleno sol, com adubação química; e o quarto momento a partir da segunda metade da década de 1970, quando houve um retorno ao cultivo de sombreamento, que permanece até os dias de hoje.

A partir da década de 1960 a atividade entra em declínio. Apesar das tentativas de revigoração da cafeicultura na região, muitos produtores transferiram sua renda e trabalho principalmente para o turismo. Todavia atribui-se essa migração a outros fatores, dentre eles: o aumento dos custos para produção do café; as desvantagens competitivas comparadas ao setor de serviços; a pressão do setor imobiliário sobre pequenos produtores.

Concepções da Natureza

Desde os primórdios, a capacidade cognitiva permitiu ao homem agir de forma a adaptar o meio onde está inserido às suas condições de sobrevivência. Esta habilidade se materializou em atividades como a coleta, a caça, a agricultura, a indústria, as quais se desenvolveram de acordo com o pensamento que influenciava a sociedade naquele momento.

A forma de atuação do homem sobre a natureza para transformá-la estava intimamente vinculada à maneira como esta era conhecida pela sociedade. Fosse esta tratada como

um mundo provido de inteligência, do qual o homem faz parte, Collingwood (1986), ou como algo sem inteligência e dependente da vontade de um ser superior, criador de tudo. Seguindo esse raciocínio a relação sociedade-natureza suscita questionamentos entre aqueles que se propõem pesquisá-la.

A superioridade cognitiva do homem em relação a outros seres vivos lhe permite transformar o ambiente e justificar a sobreposição da sociedade à natureza e sua afirmação de autoridade sobre os demais organismos da terra. A ideia de superioridade estabelece a relação dominador-dominado, a qual tem prevalecido nas diversas teorias dos séculos XIX ao XXI (COLLINGWOOD, 1986).

Marx (2004) considera a relação sociedade-natureza como inseparável, sendo a primeira dependente da segunda, considerada como natureza inorgânica. A universalidade humana está presente na universalidade da natureza que é para o homem um meio de vida imediato, assim como instrumento vital. É pelo trabalho que o ser humano modifica as formas das matérias naturais com o fim de satisfazer suas necessidades. Essa atitude pode ser percebida pela forma como se tem historicamente tratado a natureza, em especial as áreas de florestas.

A transformação da paisagem florestal a favor da atividade produtiva reflete o tipo de relação entre sociedade e natureza discutido acima, expresso pelo domínio da primeira sobre a última. Marx em sua argumentação afirma que:

A vida genética, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente [...] que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem (é) do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz etc. formam teoricamente uma

parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para fruição e para digestão –, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente desses produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer (MARX, 2004, p. 84).

O homem, assim como o animal, é parte da natureza. Esta é considerada como a natureza inorgânica do homem, o qual vive dela e a transforma ao mesmo tempo em que é transformado. A prática de uso do fogo, por exemplo, expressa essa totalidade do homem como ser capaz de transformar a realidade, em favor de si mesmo através do processo contínuo de modificação da natureza.

Realizada desde os primórdios, a partir da agricultura, o manejo do fogo é aprimorado, passando a ser utilizado numa perspectiva de preparar a terra para o plantio. Seja no período dos primórdios ou nos dias atuais, o homem se utiliza do seu corpo inorgânico em seu próprio favorecimento. Tomando como referência o embasamento teórico acima apresentado, passaremos a considerar, para efeito de análise, a exploração da natureza através das atividades econômicas.

Exploração da Mata Atlântica – o Poder na Prática

No Brasil, as áreas de floresta têm sido exploradas baseadas na superioridade humana sobre a natureza. O reflexo disso está na maneira como, desde o período colonial, tem-se explorado os recursos da natureza na agricultura. Trata-se de modelo que prioriza o cultivo de uma única espécie em grandes extensões de terra.

Os efeitos desta degradação, resultado do modelo agrícola de exportação baseado em práticas monoculturais, é reproduzido até os dias atuais. A atividade cafeeira no país assume este modelo como padrão de desenvolvimento.

Segundo Silva (2008), a oligarquia cafeeira pouco atendeu para o manejo de suas plantações, considerando sempre a alternativa de rotacionar os solos empobrecidos por novos espaços na floresta.

A alternativa do cultivo em sombra já havia sido experimentada em outros países, contudo no Brasil esta alternativa foi ignorada, como descreve Dean (2004)

Em outros lugares e climas, o café era cultivado na sombra, uma prática que imita seu hábitat original e que parece melhorar sua qualidade. No Brasil, em vez de preservar parte do dossel nativo, a floresta inteira era destruída na preparação do plantio – salvo, aqui e acolá, um pau-d’alho. Essas árvores eram poupadas, porque eram consideradas o mais seguro de todos os padrões e, pois, exibidas para um comprador potencial da fazenda como prova de produtividade de seus cafezais [...] não está claro se o desprezo pelo café sombreado foi uma inovação deliberada. Aparentemente, os primeiros fazendeiros tinham pouca noção de como se plantava café em outros lugares e simplesmente aplicavam técnicas tradicionais

de derrubada e queimada em uma escala maior e ainda mais drástica. (DEAN, 2004, p.197).

Além desse impacto direto sobre a mata, a atividade cafeeira favoreceu um aumento populacional, que demandava infraestrutura de habitação, estradas, bem com a produção de alimentos para suprir as necessidades básicas. Tudo isso contribuiu para desmatar as áreas de Mata Atlântica.

Não se trata de uma agricultura itinerante, com a possibilidade de descanso para a terra; pelo contrário, a exploração é contínua e intensa, com a utilização de mão de obra escravizada, sem chances de defesa. “A conservação dos recursos naturais iria mostrar-se irrelevante em sociedade na qual a conservação da vida humana era irrelevante.” (DEAN, 2004, p.75).

No Brasil, nas áreas em que a atividade cafeeira foi introduzida, o processo de queimada e destruição das matas foi acelerado pelas lavouras e pela própria organização que se formou em torno da atividade. Trata-se da lógica mercantil que estimula outros fatores, como crescimento populacional, investimento em instalações, transportes. Tudo contribuiu para pressionar a expansão de áreas desmatadas. (DEAN, 2004).

Daquele período aos dias atuais, a devastação acelerou-se consideravelmente. Originalmente as áreas de Mata Atlântica correspondiam a partes significativas da costa brasileira, se estendendo ao interior do país. Segundo dados do IBGE, Câmara (2005), a área original de cobertura da floresta era de 1.363.000 km², representando 16% do território¹.

A floresta existia nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Es-

¹ Em Schäffer e Prochnow (2002) encontramos o total de 1.306.421 km² como distensão da Mata Atlântica original.

pírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso do Sul. Em 1995, o Ministério do Meio Ambiente estimou a área de abrangência da Mata Atlântica em 98.878 km², representando 7,25% da cobertura original.

Os números acima expressam a relação sociedade-natureza de caráter gradualmente destrutivo. Tal relação foi experimentada em todo o país ao longo dos anos com o fim de garantir níveis de produtividade cada vez mais altos para atender o mercado de consumidores, tornando a cada ano o desmatamento mais extenso. No Ceará, a lógica não foi diferente, como trata o item seguinte.

Relação Sociedade-natureza e Atividade Cafeeira no Maciço de Baturité – Ceará

Nas serras cearenses onde o café foi introduzido, a atividade agrícola esteve, desde o início, intimamente vinculada às técnicas de cultivo tradicionais já utilizadas nacionalmente, e sofreu a influência do padrão hegemônico de produção baseado na exploração exaustiva da monocultura, em detrimento das áreas de mata.

O processo de degradação vivenciado nas áreas da floresta cearense onde a cafeicultura foi introduzida seguiu a lógica de apropriação das terras, experiência vivenciada no restante do país, a qual é marcada pela exploração social. Este tipo de relação sociedade-natureza, e entre os próprios homens, se estabeleceu dentro dos princípios que garantissem a reprodução do capital. O despertar da consciência de conservação esteve, na maior parte das vezes, atrelado à ideia de garantir a perpetuação das atividades produtivas e da própria sobrevivência do homem, sem reflexão mais profunda das relações sociais de

trabalho, sendo este “o princípio da organização social no sistema capitalista.” (SOBRAL, 2005, p.36).

Na Serra de Baturité, a introdução da atividade cafeeira seguiu a mesma racionalidade vivenciada no estado. Em seu início, a cafeicultura foi praticada sem a percepção de que, utilizando-se o sistema de cultivo importado da região Sudeste, caracterizado pela exposição do cafeeiro ao sol, em longo prazo, a mesma não se sustentaria do ponto de vista ecológico e socioeconômico.

Sem orientação científica e pelo método rotineiro de devastação das matas, teve de declinar pela modificação sequente ou subsequente do *habitat*, de modo a reclamar a proteção da arborização e diminuir a produção. (CATÃO, 1937, p.66).

O café do Sul do país era colocado como sinônimo de riqueza, referencial do progresso. Não por acaso, ao se referir ao produto, um eminente historiador o tratava como “feiteiro a distribuir fortuna” (STUDART, 1928, p.99).

A introdução do café no maciço marca o início de novo período para a serra. Sempre com os olhos na realidade paulista, os produtores serranos acreditavam ter encontrado uma atividade que justificasse os custos da produção.

Foi quando eles começaram a ouvir a história do café no Sul que estava dando muito dinheiro, enriquecendo muita gente. Então eles começaram a imaginar que poderia também ser plantado aqui na serra. A partir de 1824 surgiu a intenção de plantar o café e permanecer como uma cultura permanente [...] o café diferentemente, fixou a população aqui. Ele precisava de muita mão-de-obra. O café precisava ser colhido, brocado, tem que limpar, tem que manejar ele, tem que pilar, é muito

trabalhoso. Ele necessita de fixação de mão-de-obra. Foi aí que começou a fixação, foi aí que começou a surgir os primeiros sítios da serra. Os primeiros sítios da serra começaram a surgir a partir desses movimentos de adaptação do café. (Marcélio Farias, autor do livro *Nossa História de Conceição a Guaramiranga*, 44 anos. Depoimento em julho de 2007).

A visão que predomina desde este período toma como base o sentido de natureza como criadora de valor de troca e submetida às necessidades da sociedade. O início da cafeicultura é um exemplo disso. A ascensão da atividade conseguiu promover rápido povoamento na região, porque centenas de trabalhadores migravam de outras regiões em busca de oportunidade de trabalho nas lavouras da serra.

É importante ressaltar que, nos diferentes períodos de produção cafeeira, várias formas de cultivo interferiram diretamente no ambiente e o seu impacto não pode ser descrito de forma pontual, mas articulado a processos históricos.

Tal afirmação é confirmada ao se observar que, apesar de no final do século XIX e na década de 1970 se realizarem o mesmo modelo de cultivo (a pleno sol), as técnicas utilizadas se diferenciam. Tais distinções estão inseridas em duas realidades que se distinguem.

No primeiro momento considera-se o conhecimento dos produtores locais da praxis por estes praticadas na utilização dos solos e da lavoura cafeeira. A referência é o cultivo do Sudeste. A distância geográfica e cultural entre as duas regiões resultou numa técnica que, em termos gerais, se assemelhava àquela já existente na serra, mas ao mesmo tempo com traços locais. As covas foram delineadas em forma de uma espinha de peixe, com caminhos que se abrem em “V” chamados cumieiras (carreadores). Este arranjo espacial buscava facilitar o escoamento da água.

Em referência ao ano de 1971 o senhor Hugo afirma que,

[...] Em 70 eles mandaram desmatar (não tinha Semace, não tinha Ibama, não tinha nada), mandaram tirar a ingazeira. Porque a concepção dos climatologistas lá no Sul era que a ingazeira sugava a água do solo e como no Nordeste a mentalidade é de que tudo é seca, eles fizeram aqui uma devastação. Teve um lado bom, as ingazeiras foram cortadas, tava tudo cheia de parasitas e elas rebrotaram, então onde era arborizado voltou a ser arborizado. (HMB, médio produtor, 78 anos, depoimento em agosto de 2008).

Enquanto a mudança para o sistema de cultivo a pleno sol esteve sempre vinculada ao interesse de aumento da produtividade, as mudanças para sistema de cultivo de sombreamento estiveram associadas mais às condições físicas da serra do que a consciência ecológica propriamente dita. Todavia, nos dois momentos, os produtores vislumbraram tornar o café da região uma mercadoria com representatividade no mercado nacional.

Não por acaso tentou-se no século XIX imitar o café de São Paulo, considerado símbolo de prosperidade. Em sua descrição sobre as condições das plantações de café no Ceará, Catão (1937) apresenta uma mercadoria com características distintas que a tornam “como dos melhores do globo”.

O autor também se refere a uma época em que as matas estavam sendo devastadas. Este período corresponde à transição do sistema de cultivo de pleno sol para o sistema de cultivo de sombreamento. A queda na produtividade (e consequentemente no lucro) e a percepção de que as relações de produção hegemônicas não se sustentariam em longo prazo, culminaram nesta substituição. Mesmo porque o declínio

desta atividade significou o declínio de toda uma estrutura socioeconômica e financeira estabelecida a partir do que a atividade representava. Muitos produtores faliram, sítios foram vendidos e famílias inteiras tiveram que amargar a realidade de manter-se apenas na aparente ostentação até ali vivenciada.

Apesar da produtividade inferior ao sistema de cultivo a pleno sol, o sistema de cultivo de sombreamento se manteve até a década de 1960, garantindo com isso maior equilíbrio ecológico à produção cafeeira, apesar das oscilações na produção já esperadas nesta atividade.

Em 1966, a maioria dos produtores substituiu os cafezais por bananeiras, flores, hortas, somente tornando a produzi-lo em 1973, quando o governo federal voltou a investir nesta atividade. Entretanto, passou-se a estimular o sistema de plantio a pleno sol.

Como mencionado anteriormente, apesar de ser o mesmo processo de cultivo do século XIX, agora era feito considerando técnicas agrônômicas mais precisas. Estas técnicas não impediram o desastre. A produção não correspondeu minimamente ao esperado, havendo um encharcamento do café.

[...] quando fizeram esse plano de replantio, de renovação, eles se preocuparam em reter água e mandaram fazer bancada em curva de nível e encharcou o café, o café morreu encharcado, embrejado. Isso quando fizeram esse plano em 70. (H. M. B., médio produtor, 78 anos, depoimento em agosto de 2008).

Após o malogro da experiência de plantio a pleno sol na década de 1970, houve o retorno para o sistema de cultivo de sombreamento, que persiste até os dias atuais. A alternância entre os sistemas de cultivo implicou mudança de hábitos e reorganização produtiva, em que alguns produtores diversifi-

caram a produção, reviram as relações de trabalho, enquanto trabalhadores migraram para outros setores, principalmente o setor de serviços.

Este deslocamento foi crescente de tal maneira que, nos últimos seis anos, na Serra de Baturité tem havido a substituição de sítios por casas de veraneio ou hotéis. Pequenos e médios produtores têm vendido seus sítios, tornando-se caseiros ou funcionários de hotéis e restaurantes. O gráfico 1 apresenta esta mudança.

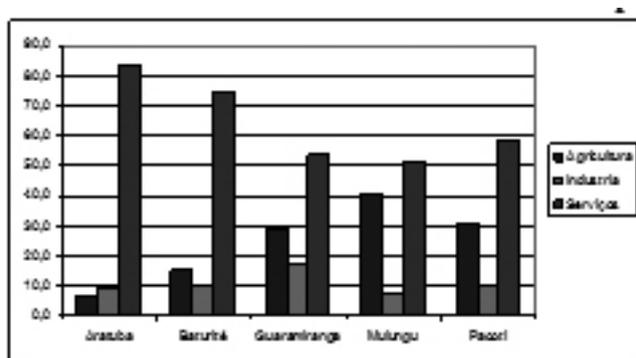


Gráfico 1 – PIB Setorial dos Municípios

Fonte: IBGE, 2006.

Apesar disso, os cafeicultores mantêm a produção, trabalhando com um sistema de cultivo consorciado. Mesmo reconhecidos como alternativos, há cultivos que promovem alto nível de destruição ambiental, o sistema de sombreamento florestal está inserido dentro da lógica de produção capitalista, a qual tem como fim a produção de mercadorias em quantidade para atender as necessidades do mercado. Gera-se, então, o conflito: manter a competitividade quando, na prática, a produtividade neste tipo de cultivo é inferior ao da produção convencional.

A ideia do produto café como “feiticeiro a distribuir fortuna” é independente do sistema de cultivo e mascara a estrutura de poder, a qual se estabelece dentro das lavouras cafeeiras em que, para se alcançar resultados econômicos satisfatórios, foi necessário ignorar a possibilidade de salários capazes de garantir a reprodução física dos trabalhadores. Esses elementos começam a ganhar sentido a partir do contato com o cotidiano dos trabalhadores da lavoura cafeeira.

Entre 1949 e 1960, com uma saca de café se conseguia pagar até 90 dias de trabalho na roça, enquanto esta mesma saca em 1961 pagava apenas 22 diárias ao trabalhador e hoje equivale apenas a 7,6 dias (Arquivo pessoal do médio produtor H. M. B., 2008).

Esta queda no poder de compra do café, somada à baixa produtividade (em média cinco sacas por hectare), comparada ao mercado cafeeiro externo, mesmo o sombreado, desestimulam a produção desta mercadoria. No passado, a região chegou a produzir dez sacas por hectare, conforme Scipião; Ximenes & Farias (2005). Além disso, as gerações recentes têm se desviado para outras atividades, e a queda da renda oferecida nas relações de troca do café está associada a diversos fatores que interagem entre si.

Aumento dos Custos para Produção do Café

As famílias tradicionais da região se firmaram economicamente através dos ganhos com a atividade cafeeira. Até o final da década de 1950, os grandes sítios estavam repletos de trabalhadores/moradores que se alternavam entre as diversas tarefas da unidade produtiva. Apesar do número considerável de trabalhadores, os gastos com aquela força de trabalho eram mínimos. Na década de 1960, o presidente João Gou-

lart passou a defender a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, culminando numa revolução nas áreas rurais, e, conseqüentemente, na atividade cafeeira. Os trabalhadores/moradores dos sítios, desde então apoiados pela lei, passaram a pressionar os cafeicultores para pagamento de seus direitos trabalhistas. Esta atitude levou a um conflito latente entre produtores e trabalhadores e findou na demissão dos últimos. O pagamento de salário mínimo, férias e outros direitos estabelecidos pela lei tornou insustentável a manutenção da atividade na região.

A prosperidade do café aconteceu num período onde 40 pessoas trabalhavam para uma [...] Antes de 1960 eram 20 pessoas trabalhando para uma. O pagamento era miserável aos trabalhadores. Quando criaram os sindicatos na época de João Goulart, os produtores passaram a ter mais cuidado e ficaram preocupados porque agora os trabalhadores estavam apoiados pela lei. (Zé Valdivino, ex-feitor, 77 anos, depoimento em fevereiro de 2007).

Nas décadas subsequentes, a cafeicultura passou a ser destacada pelos altos custos que envolvia. Em 2010 havia um número reduzido de moradores nos sítios que produziam café e a maioria dos trabalhadores externos era contratada num regime de pagamento por diárias.

Desvantagens Competitivas Comparadas ao Setor de Serviços

Entre os produtores está clara a “revolução de bacanas comprando terrenos”. Uma burguesia urbana tem investido seu capital na região, mediante a compra de restaurantes, hotéis e pousadas. Tais empreendimentos findam por comprometer a força de trabalho absorvida anteriormente pela

agricultura, uma vez que conseguem oferecer rendimentos mensais mais atrativos.

Pressão do Setor Imobiliário sobre Pequenos Produtores

Nos últimos anos, áreas antes destinadas ao plantio estão sendo palco de construções luxuosas, especialmente nos municípios de Guarimiranga e Pacoti, para atender o crescente fluxo turístico na região. Segundo dados do IBGE, entre 2007 e 2008 não houve expansão nas áreas agriculturáveis de nenhum dos cinco municípios estudados. Este fato é atribuído às novas leis que regem o uso e ocupação da APA (Área de Proteção Ambiental) do Maciço de Baturité. Por outro lado, cresce o número de condomínios.

Atualmente a Serra de Baturité é palco da magia de “novo feiticeiro” – o turismo, o qual cria novas possibilidades e aproxima a população dos novos padrões criados por ele. Entre os festivais e as temporadas, o brilho do antigo ouro negro é ofuscado pelo glamour de um novo padrão de sociedade, que atrai e conquista os antigos agricultores e seus descendentes. Este movimento não é exclusivo desta região, mas atinge diversas outras paragens do Ceará.

O *encanto* dos altos rendimentos no terceiro setor esconde aspectos importantes da realidade local. Existe a capacidade de suporte físico que tem sido desconsiderada, assim como a desqualificação da cultura e habilidades da população. Esta tem sido contagiada pelos hábitos e práticas urbanas.

A própria gestão da APA traz benefícios e limitações à cafeicultura. Apesar de cultivado em um sistema agroflorestal, o qual se caracteriza pelo consórcio de diversas espécies que se combinam numa determinada área. O plantio de café requer área para sua expansão. Tal demanda tem entrado

em conflito com as normas de gestão do manejo local. Hoje existe questionamento entre os produtores: como produzir sem expandir?

Não adianta preservar a mata se for uma mata fechada sem alimento pra ninguém, sem alimento pros animais. Sem alimento pra ninguém. Em determinado momento a relação entre o homem e o animal foi tão grande, que o afastamento do homem do meio dele também é prejudicial. Você tem que fazer uma coisa com os dois juntos porque senão a própria mata é prejudicada. (G. F., médio produtor, 83 anos, depoimento em julho de 2007).

O depoimento do senhor G.F. mostra a consciência que tem se levantado entre alguns produtores mais experientes. Estes reconhecem a importância de se preservar os recursos naturais, mas reforçam a necessidade que ao homem seja oferecida condições de reprodução da força de trabalho, através da continuidade da atividade produtiva da cafeicultura.

Houve a vantagem de um abandono das culturas, inclusive a do café: o mato comeu, mas em compensação as casas foram fixadas junto com esse mesmo movimento, elas vão poluir os rios [...] Se um sitiante compra a terra e deixa o mato comer, não planta mais café, arranca o café. Ou faz um chalé pra ele pra passar só um fim de semana e ao mesmo tempo não planta mais nada, então isso agrava tanto a situação da fixação do agricultor como a fixação do animal que não tem mais o alimento. Deixando o mato comer, vai agravar tanto para a fixação do agricultor quanto dos animais, que não têm mais o alimento. Então nós temos um negativo e um positivo. Conserva o meio ambiente, mas atinge diretamente os animais, principalmente o homem. (Marcélio Farias, advogado, 44 anos, depoimento em julho de 2007).

O discurso daqueles que se dispõem a refletir sobre as condições de preservação e socioeconômicas nos remete ao conflito de como preservar e produzir dentro de uma APA. No depoimento do senhor Marcelo Farias identificamos três questões importantes: conservação da floresta, necessidade do produtor de produzir e a especulação imobiliária no local.

Nos anos 2009 e 2010, algumas iniciativas ocorreram buscando o resgate da cultura e economia cafeeira no maciço de Baturité. Dentre elas pode-se citar a organização dos produtores locais em torno da Associação dos Produtores Ecológicos do Maciço de Baturité (APEMB), pela qual se ativou a minifábrica de torrefação do café. A ação aproxima os produtores do beneficiamento do produto. Até então o café era colhido, torrado e descia para a cidade Fortaleza, onde era beneficiado. Hoje, parte dos produtores torram seu café na minifábrica da associação.

Outra iniciativa foi a reunião de vários atores locais para a construção dos Arranjos Produtivos Locais. A ação teve início em 2009 e já gera alguns frutos, dentre eles a construção de planos de negócios para a cadeia produtiva do café.

Considerações Finais

A forma de apropriação da Natureza e uso da terra no Maciço de Baturité têm sido marcados, ao longo da história, pelo conflito entre os interesses econômicos e a necessidade de sobrevivência dos seres humanos. Seja no setor da agricultura ou no turismo, a sociedade exerce seu domínio sobre a natureza.

A partir da perspectiva de dominador, o homem impõe a natureza seus anseios e a utiliza como meio para alcançar suas metas. Na atividade cafeeira não poderia ser diferente,

o desinteresse enfrentado pela mesma decorre da busca do homem por novas possibilidades de reprodução e satisfação de suas necessidades dominantes.

Todavia, a perda da relevância econômica não tira a importância do produto café como um elemento identitário na região estudada. Desta forma, hoje diversos atores sociais têm se organizado na perspectiva de revitalizar a atividade cafeeira no Maciço de Baturité, lócus de festivais que contribuem para resignificação dos lugares.

Referências

CATÃO, Pedro. Baturité – Subsídio geográfico, histórico e estatístico. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 51, 1937. COLLINGWOOD, 1986.

COLLINGWOOD, Robin George. **Ciência e filosofia**. 5.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 5.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal – Ceará**. Fortaleza: IBGE, 2008.

_____. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes. v. 32. Fortaleza: IBGE, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SCHÄFFER, Wigold B.; PROCHNOW, Mirian. **A Mata Atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira**. Brasília: Apremavi, 2002.

SCIPIÃO, Tatiana Teófilo; XIMENES, T.; FARIAS, J. **Arranjo produtivo local de café ecológico sombreado no maciço de Baturité**, Ceará. Governo do Estado. Escritório Regional de Desenvolvimento. 2005. Disponível em: <http://www.apl.ce.gov.br/content/aplicacao/sdlr/_includes/pdfs/apl%20-%20macico%20-%20cafe_ecol_sombr.pdf>. Acesso: jan. 2008.

SILVA, Simone Rezende da. **Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOBRAL, Fábio. **A concepção circular de homem em Marx: um estudo a partir dos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844**. São Paulo: Editora Nojosa, 2005.

STUDART, Guilherme (Barão de). Ligeiras notas sobre o café no estado do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 42, 1928.

EXPERIÊNCIA CAMPONESA NO CARIRI: COMUNICAÇÃO E AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE PEQUENOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA¹

Milene Madeiro de Lucena

José Levi Furtado Sampaio

À luz do caso da disseminação do Sistema Agroflorestal (SAF) de produção entre famílias camponesas na região do Cariri, no Sul do Ceará, o presente artigo investiga a complexa trama de mediações que a relação entre comunicação, cultura e política articula, de maneira que a comunicação é vista a partir da socialidade, “da constituição do sentido e da construção e desconstrução da sociedade”, conforme Martín-Barbero (2003, p.18), para quem “as transformações na socialidade remetem a movimentos [...] de reencontro com o comunitário.”

A socialidade, gerada na trama das relações cotidianas que tecem os homens ao juntarem-se, é por sua vez lugar de ancoragem da práxis comunicativa e resulta dos modos e usos coletivos de comunicação, isto é, de interpelação/constituição dos atores sociais e de suas relações (hegemonia/contra-hegemonia) com o poder. (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.17).

Por essa razão não se investiga formas específicas de comunicação, mas os diversos processos comunicativos que, nesse contexto cultural e ambiental, vão influenciar a forma-

¹ O presente artigo foi construído a partir das reflexões da dissertação “Na trilha dos Kariri: implicações dos processos de comunicação na disseminação dos sistemas agroflorestais por camponeses cearenses”, apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da UFC, em 2012.

ção histórica dos/as camponeses/as agroflorestais, desde a tradição oral típica das sociedades indígenas e populares do Nordeste, passando pela enculturação promovida pela colonização numa ação articulada entre colonizadores, a igreja católica e o Estado em formação, pela implantação da educação formal e pela expansão da globalização pela via tecnológica, quando os meios de comunicação de massa vão assumir papel de destaque na socialidade. Tais processos favoreceram a hegemonia da lógica econômica capitalista. Homens e mulheres do campo vão sofrer, direta ou indiretamente, as consequências de tais transformações em seu meio sociocultural e no espaço geográfico. Mas num processo dinâmico e também dialético, vão resistir e criar formas particulares de relacionar-se com esse universo complexo de interações culturais, sociais, ambientais, políticas e econômicas. Em seus depoimentos dão ricos testemunhos disso.

Registra-se, através da voz, as histórias de vida e o pensamento de quatro famílias camponesas, de quatro municípios da região: Crato, Nova Olinda, Potengi e Santana do Cariri². É através delas que vislumbramos a relação entre sociedade e natureza naquele contexto local, mas a partir de uma leitura que o articula ao espaço global.

² Os/as chefes das famílias que participaram do estudo são: Juvenal Januário Matos (74 anos) e Dursulina Gomes de Matos (77 anos), no Crato; José Raimundo de Matos (José Artur, 68 anos) e Sebastiana Luiza de Matos (dona Bastinha, 68 anos), em Nova Olinda; Jeová de Oliveira Carvalho (74 anos) e Tereza Maria da Silva Carvalho (dona Terezinha, 63 anos), em Potengi; José Cazuza da Silva (José Padre, 73 anos) e Francisca Rodrigues (56 anos), em Santana do Cariri. Todos/as os membros das famílias autorizaram a divulgação dos seus nomes reais.

Os SAF's no Contexto da Luta Contra-hegemônica Frente ao Modelo Ocidental Capitalista

Paralelamente à lógica de acúmulo de capital pelo viés do desenvolvimento econômico, os anos 1960 trazem para o mundo o debate pautado pela necessidade de valorização da natureza e internalização das externalidades socioambientais ao sistema econômico, sob a bandeira do ecodesenvolvimento. Os anos 1970 presenciam a expansão dessa consciência, após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), “quando foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade.” (LEFF, 2001, p.16).

Anteriormente a isto, o campo da Agroecologia começa a se constituir ainda nos anos 1920, consumando-se após a segunda guerra mundial, quando ecologistas do mundo inteiro passam “a analisar ecossistemas de produção a fim de promover mudanças na produção agrícola, possibilitando a sustentabilidade do agroecossistema.” (CANDIOTTO; CARRIJO; OLIVEIRA, 2008, p. 223). No Brasil, o seu florescimento se dá a partir dos anos 1980, quando o padrão de modernização da agricultura brasileira vive um esgotamento. Fatos que confirmam a avaliação de Floriani e Floriani (2010, p.5), segundo os quais

a agroecologia emerge do cenário de crise da modernidade. Constrói-se no âmbito de uma epistemologia ambiental que enseja estratégias cognitivas alternativas diferenciadas do conhecimento tecnocientífico que cria condições para a radicalização dos riscos da sociedade moderna industrial.

Dentro da estratégia agroecológica, diferentes técnicas e métodos agrícolas se combinam. Então eles estão a permacultura, o plantio direto, pousios rotacionados, a reutilização da água, os sistemas agroflorestais (SAF's), entre outros (CANDIOTTO; CARRIJO; OLIVEIRA, 2008). Na contramão do modelo agroindustrial, a agroecologia enquanto ciência e a agroflorestação enquanto prática, favorecem o uso de práticas agrícolas que integram ser humano e natureza, promovendo uma formação ambiental nova,

entendida como a construção de uma racionalidade produtiva fundada no potencial ambiental de cada região para um desenvolvimento descentralizado e sustentável. (LEFF, 2001, p.221).

Floriani e Floriani (2010) situam a agroecologia como um saber ambiental do campo da complexidade, fundamentado em um novo paradigma que exige a abordagem interdisciplinar e o diálogo de saberes e apontam a sociobiodiversidade como propriedade emergente deste sistema. Segundo eles,

da mesma maneira que nos sistemas naturais, os sistemas culturais aumentam sua complexidade sistêmica com o aumento do número e da diversidade dos elementos e, também com o caráter cada vez mais flexível das inter-relações – interações, retroações, interferências (MORIN, 2008b, p.292), apontando para a emergência de estabilidades dinâmicas (graus de sustentabilidade) dos sistemas complexos. (FLORIANI; FLORIANI, 2010, p.20).

As reflexões desses autores acerca da agroecologia como ciência do campo da complexidade são pertinentes e vêm dialogar com a compreensão que aqui se constrói sobre comuni-

cação popular, quando a relacionamos à perspectiva proposta por Leff (2001) no âmbito do saber ambiental. Busca-se problematizar o campo da comunicação à luz do saber ambiental que questiona o conhecimento fragmentado e

leva a um diálogo e amálgama de saberes, desde os níveis mais altos de abstração conceitual até os níveis do saber prático e cotidiano onde se expressam suas estratégias e práticas. (LEFF, 2001, p.153).

Esta leitura favorece a percepção dos elos entre os processos de comunicação popular, a conquista da autonomia por parte dos/as camponeses/as agrofloretais no Cariri, a valorização e vivência da diversidade que os sistemas agrofloretais encerram e a retomada do prazer no processo de produção.

Nas pequenas agroflorestas cultivadas com alegria por homens e mulheres já repousam fauna e flora diversas – sabiás, mandacarus, laranjeiras, ipês, timbaúbas, faveiras, juremas, aroeiras, urucum, milho, feijão, banana, saguis, camaleões, aves e abelhas, são algumas das espécies citadas pelos/as camponeses/as. Parte destas são exóticas e outras nativas retornam ao seu habitat aos poucos. Na sua área, seu Juvenal se alegra em dizer que já tem árvore que não consegue abraçar o tronco, a exemplo da timbaúba. E ensina com base na experiência e sabedoria de quem se dedica a esse trabalho e causa há mais de vinte anos: *“É preciso respeitar o tempo da natureza, não é do dia pra noite que se recupera a terra. Demora, mas a gente consegue recuperar. Sou muito feliz”*.

Através do trabalho dos/as camponeses/as agrofloretais no Cariri tem sido possível melhorar as condições socioambientais de comunidades antes vulneráveis, fazer a gradativa recuperação dos solos degradados, de riachos e matas ciliares, viabilizar o aumento da produção diversificada e saudável, ga-

rantir segurança alimentar para as famílias, rompendo com o ciclo de pobreza que as ameaçava, através da implementação de alternativas contra-hegemônicas ao modelo de desenvolvimento praticado no Estado, que vem desfavorecendo as famílias camponesas.

Para defender conquistas tão importantes, há entre os/as camponeses/as pesquisados/as uma entrega radical ao ideal de cuidar da vida. E em nome disso são capazes de fazer sacrifícios, adquirir novas posturas, insistir na reeducação de suas famílias, como mostram Jeová e seu Juvenal, respectivamente:

Eu era mais carpinteiro do que camponês e com a agroecologia comecei a achar que estava indo contra os meus ideais, derrubar a madeira pra fazer móveis, achei que era muito contraditório trabalhar as duas coisas, a agroecologia e a carpintaria. Aí comecei a deixar a carpintaria depois que comecei a fazer alguns cursos de agroecologia. Fui na Bahia com o Ernst Götsch, em abril de 1995.

A cultura camponesa não é valorizada porque as próprias pessoas que fazem não valorizam. Essa questão do capitalismo que quer avançar, quer tomar tudo. Aí nós mesmos compramos coisa de fora, eu brigo com os meus mesmo pra que mude, porque nós temos o milho, temos o arroz, temos diversas coisas, aí compramos coisas de fora. Um refrigerante, por exemplo, tem um suco de fruta, mas deixam a fruta apodrecer, vai pro mato e compram um suco que eu chamo o pó da morte. Querem coisa que é fantástica, eu não gosto de coisa que é fantástica [...] Então, realmente quem não está valorizando são as pessoas, mas o valor existe e é um valor seguro. É o que eu digo à turma: eu tô com a idade que tô e não é todo caba que aguenta o que eu faço, não! Não é porque não quer, é

porque não pode, é porque existe algo, eu não como essas coisas que eles comem, eu prefiro meu feijãozinho com farinha, com arroz, com cuzcuz, carne eu também não gosto muito, frango de granja não gosto.

Melhores condições de trabalho. Eis outro diferencial do sistema agroflorestal conforme José Padre, que dá um depoimento rico de detalhes sobre as transformações que observou em sua região:

Quando cheguei aqui com 5 anos de idade isso aqui tudo era mata braba, que eu cansei de brincando mais os outros meninos se deitar no chão pra ver os olhos dos paus, porque era alto. Aí o povo largou a derrubar a mata pra fazer carvão, queimava na roça mesmo, foi assim que foi destruindo. Aí ficou o cara trabalhando nas capoeiras finas. Quando eu comprei aqui fazia nove anos que tinha sido plantado mandioca, mas nem mato não nascia. A primeira coisa que eu plantei foi esse milho do governo, ainda deu uns trinta quilos de milho, o povo passava e dizia que aqui não dava nada, mas eu respondia que se desse ao menos a palha tava bom. Os meninos da ACB³ já tinha incentivado a gente e eu sem acreditar. Aí fui começando a plantar, a folha foi caindo e começando a estrumar. A terra é o seguinte, pode tá morta do jeito que tiver, se você for lá fora e trazer um feixe de rama e cobrir ali, pode passar só o verão coberto, quando for no inverno você já vê nascer mato. Acho melhor a agrofloresta porque de primeiro quando a gente brocava e

³ Associação Cristã de Base, organização não governamental que tem sede no Crato e trabalha, há 30 anos, com os/as camponeses/as no Cariri, com o objetivo de contribuir para sua organização e autonomia, tendo como base um forte compromisso ambiental.

queimava, quando a gente ia trabalhar na roça era uma quintura que não tinha quem aquecesse e hoje você entra aí e trabalha toda hora, não se sente mal hora nenhuma, porque tem as sombras e o ar é diferente.

Êxodo rural. Qual sua relação com o SAF? Dona Bastinha fala sobre isso:

Tinha um deles [dos filhos] que foi embora pra São Paulo e parece que levou bem dois filhos, aí lá parece que ganhou mais dois. Aí vivia também sacrificado, sofrendo em tudo né? Aí resolveu voltar, andou aqui e quando chegou disse: Não, aqui tá muito diferente do tempo de quando eu fui embora! E eu vou é voltar. Eu disse: Volte meu filho! Aí voltou e fez uma casa lá do outro lado, depois já se construiu uma casa na cidade, tá morando na cidade porque ele trabalha, né? E os filhos estudando e assim vai.

O filho de que fala dona Bastinha, é Erisval José de Matos, 40 anos, que foi para São Paulo em 1994, com a primeira esposa e um filho. Lá eles tiveram mais dois filhos e um deles é Emerson José da Silva Matos, 16 anos, que hoje faz o curso de agropecuária no Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Ceará, no Crato. A família voltou para Nova Olinda em 2001. Segundo Erisval,

a vida aqui melhorou em tudo. A vida de meu pai e de minha mãe que era uma vida sofrida, melhorou. Pra meus irmãos também melhorou. Depois da agrofloresta vem muita gente visitar meu pai de outros países e de escolas. É diferente dos outros. E a gente chega lá e sempre tem algo pra comer, uma fruta ou outra coisa, não precisa tá comprando. Hoje em dia, graças a Deus, a gente tá bem por aqui, não penso em voltar pra São Paulo.

“Depois que eu comecei a agrofloresta, meus filhos, meus netos voltaram para minha casa”. As palavras do camponês José Artur são elucidativas a respeito do significado do sistema agroflorestal na sua vida e da sua família. Após a adoção do sistema, o seu sítio se diferencia dos vizinhos que adotam o modelo convencional não apenas pela diversidade e riqueza ambiental da área, mas também pelo fato de que seus/suas filhos/as e netos/as costumam estar por lá e desejam dar continuidade ao seu trabalho, como diz seu filho Evanildo José de Matos, 43 anos:

Depois da agrofloresta de pai nossa vida mudou sim, foi o que fez a gente tá onde está hoje. A gente viu na época quando começou, que era melhor caminhar por aqui e colocar o comércio [frutaria] na cidade. Meu irmão veio embora de São Paulo até! Antes eu era mais acabrunhado, a história do matuto. A importância do trabalho lá é a saúde, porque acho que se o nosso povo trabalhasse como a gente trabalha, viveria mais. Se todo mundo tivesse a consciência de meu pai seria diferente. O pessoal tão se distanciando da roça porque não tem como trabalhar mais hoje, porque a terra não presta mais. Pai, há uns 20 anos nessa prática de não queimar, hoje tá levantando a terra dele. Hoje os nossos amigos que queimaram a terra, que destruíram com capim, tão procurando um canto de trabalhar e não acham mais.

Diferenciando o antes e o depois da adoção do sistema, José Artur diz:

a diferença é que hoje a gente tem um bocado de neto por aqui e quando a gente trabalhava explorando o solo a gente não tinha nada não. Se desse feijão a gente trazia da roça, se desse um ano escasso não tinha o que

trazer. Hoje com essa pequena área de dois hectares que a gente tem, todo dia que você descer lá tem as coisas. A netarada tem uns que moram em Nova Olinda, outros aqui perto e todo final de semana e em tempo de férias das escolas tão tudo aqui. Por que é que eles vêm? Porque tem o que ver, porque se não fosse não vinha nem aqui, ia era pra rua brincar. Mas como chegam e tem o que comerem aqui, vêm direto pra cá. É porque as crianças, elas são quem passarim. Eles vão atrás de alguma coisa, né? Por isso que eles vêm, porque aqui toda vida tem o que eles mastigar, é quem passarim, como eu disse. Na floresta aqui quando não tinha nada, também não tinha passarim e hoje aqui é o que se vê.

No decorrer desse estudo, além de José Artur, entre os/as demais camponeses/as pesquisados/as percebeu-se que há essa busca pelo comunitário e pelo rompimento com a lógica capitalista de produção agrícola. Nas reuniões, trocas de experiências, feiras, no labor cotidiano, enfim, continuamente exercitam a solidariedade e estimulam o fortalecimento da cidadania, num processo em que, através da práxis comunicativa, fortalecem a si e a outros atores sociais em busca de autonomia, liberdade e sustentabilidade.

O exemplo de seu José Artur também é destacado por Francisco de Assis Batista, 70 anos, fundador e técnico da ACB:

Antes a gente tinha até vergonha de dizer que era agricultor, porque a roça era muito triste. Agora, hoje, eu sempre coloco o exemplo de Zé Artur, que é o cara que tá lá dentro da roça ainda. E os filhos e netos de Zé Artur, quando termina a aula partem pra roça, chegam na sexta e só voltam na segunda. E antes do sistema agroflorestal era o contrário, na sexta-feira o Zé Artur já vinha dormir na rua [na cidade], pra ficar com os filhos. Agora

não, hoje a roça tem o que ver. Você tendo uma roça que tem fartura todo mundo gosta.

Os/as camponeses/as agroflorestais do Cariri se inscrevem num movimento amplo que se dá na América Latina, onde, segundo Leff (2001, p.47),

emerge um novo paradigma de produção, baseado no potencial ecológico de sua geografia e na pluralidade de suas identidades étnicas. Este paradigma ambiental promove a sustentabilidade a partir de suas bases ecológicas e culturais, através da descentralização da economia e da diversificação dos tipos de desenvolvimento, mobilizando a sociedade a reaproximar-se de seu patrimônio de recursos naturais e a autogerir seus processos de produção.

Há neste percurso um reencontro dos/as camponeses/as com a sua memória histórica ou cultural, no sentido apontado por Martín-Barbero (2003), que os/as liga às tradições indígenas do povo Kariri e que os/as faz retomar na modernidade o ideal de construção da “Terra sem Males”, numa espécie de “utopia ambiental”, que conforme Leff (2001, p.57-58), “mobiliza a sociedade a construir uma nova racionalidade social e produtiva”, o que não significa a ausência de conflitos, mas a busca por uma relação mais saudável, menos destrutiva, entre sociedade e natureza.

Em nome da construção dessa utopia, se no presente eles/as combatem o desperdício da experiência, conforme Santos (1999-2001), ao assumirem posturas contra-hegemônicas, o que sinalizam para o futuro? O que pensam, esses homens e mulheres, estarem construindo e o que desejam para o futuro? Afinal, é também o seu compromisso com o futuro que os/as movimenta.

Para o forte e esperançoso seu Juvenal:

O futuro pra meus bisnetos e a futura geração tá nas mãos de cada um de nós. Não tenho dúvida disso aí. Porque quando a gente diz assim, eu acho que não vai acontecer, não vai mesmo. Nós vamos ter que ficar de cabeça erguida e dizendo, não mexa aí, que aí tem dono. Quando ficar quatro ou cinco nessa frente, alguém não vai entrar ali. Porque não é só uma pessoa que tá vendo. Agora enquanto ficar uma pessoa só e o outro dizendo que não vai dar certo, aí fica ruim. Agora vamos ter que procurar empunhar essa bandeira e a minha esperança é primeiramente Deus e mais as pessoas que a gente tenta sempre cultivar. Acredito que tá nas nossas mãos, nas mãos de cada pessoa, o futuro bem próximo de o povo se organizar e ter consciência de que zelando a natureza nós vamos ter vida digna e condição de vida mais longa. Eu peço e almejo isso, já com a minha idade avançada, que eu tenho certeza que não posso viver mais trinta ou quarenta anos pra frente, mas eu ainda tenho a esperança de ver algumas pessoas segurando essa bandeira. Não é fácil, mas não é impossível. Acredito que não vai parar, nós não vamos ficar encalhados porque alguém tá ameaçando, porque a ameaça é grande, vem de longe, a gente vem nessa luta há muito tempo. Hoje [dia 2 de janeiro de 2012] nós tivemos a felicidade de uma festa, a comemoração de 50 anos do Sindicato [dos Trabalhadores Rurais do Crato]. Cinquenta anos de lutas, de desafios, 50 anos de muitos desastres, mas também temos algumas vitórias porque tem muitas pessoas segurando essa barra. Não podemos cruzar os braços diante dos obstáculos que vinham acontecendo e continuam, nós sabemos que temos muitas coisas que foram mudadas e minha esperança é que vamos vencer.

Dona Bastinha confirma seus fortes laços familiares e se preocupa com o exemplo que deixa para filhos/as e netos/as:

O que a gente imagina em deixar pra família, os netos, os bisnetos, um dia quando a gente chegar a se mudar desse mundo para o outro, é eles chegarem aqui e dizerem: isso aqui foi meu avô, minha avó que deixou, fazia assim, ensinava a gente como é que podia fazer. É isso que a gente imagina. Porque se a gente for desgastar, um dia quando a gente desaparecer daqui não deixa exemplo nenhum pra eles. Eu acho que isso aí é um exemplo que a gente vai deixar. Aí tinha umas matas e eu cansei de ver uns tios meus dizerem: isso aqui vai ficar pra quando um dia meus netos procurar o que é uma mata saber o que é. E hoje em dia acabaram as matas, tá só a terra morta e eles não vão chegar a conhecerem o que é essa mata onde tinha lá. E aqui a gente tá atrás de conservar pra ver se um dia, com o reflorestamento, deixa alguma coisa na terra.

Para o futuro, o incansável Jeová também é esperançoso quanto à continuidade do seu trabalho:

alguém deve continuar esse trabalho que a gente faz, ou pouco ou muito. Porque na marcha que nós vamos, acho que vai ser obrigado as pessoas mudarem o sistema de trabalho porque a terra tá empobrecendo cada dia mais. O solo tá ficando pobre e quando o solo fica pobre, o homem também fica pobre. Então vai ter que mudar. Ou que queira ou que não queira, futuramente vai ter que mudar.

E José Padre, em sua simplicidade, demonstra uma grandeza sem tamanho:

Eu considero que daqui a alguns anos, que eu não vou alcançar, mas já tô começando a alcançar, né? Porque quando eu comecei a plantar pequi nessa mata, o cara dizia: rapaz você é bobo, isso aí não vai servir pra você. Eu dizia: não rapaz, isso aqui eu não planto só pra mim não, eu planto é pros outros. Então isso aqui, quando eu viajar pra outro canto, vai ficar pra quem ficar aqui. Vai ficar o pequi, vai ficar a jaca, vai ficar a manga, vai ficar a tangerina, a laranja... quer dizer que tudo vai ficar. Então se eles que ficar, entender que só tem aquilo porque eu plantei e for continuando, cada vez mais vai melhorando. Mas se entenderem que não vale nada, podem acabarem, podem derrubarem. Porque tem muita gente que fala que eu sou besta porque trabalho desse jeito, mas aí o cara não entende que é porque ele só pensa nele. Ele não pensa num filho, não pensa num neto, não pensa em ninguém, né? Porque isso aqui não serve só pros netos e nem os filhos da gente. Serve pra outras pessoas de fora. Eu tô com 73 anos e conheço essa serra bem. Se meus pais têm trabalhado nesse sistema, aqui era um lugar dos ricos. Se não dá de tudo, mas dá um bocado de coisa. Eu acho que tenho mais coisa que muito vizinho, é uma grande diferença se você comparar. Quando eu cheguei aqui, vizinho tinha um sítio de caju, o dono dele morava no Juazeiro, ele vinha só colher. Ele vinha com a família buscar as castanhas. Aí quando ele veio embora do Juazeiro pra cá, eu tava começando. Ele viu meu serviço e dizia: rapaz deixa de ser besta, como é que tu vai trabalhar nesse trabalho? Eu falava pra ele fazer assim também e ele dizia: não, eu vou brocar e queimar e plantar mandioca. Eu dizia: rapaz, você fazendo do jeito que eu tô fazendo, nem vai matar o caju e vai colher o feijão e a mandioca. Porque eu plantei e colhi, né? Aí ele disse que não ia fazer, ele

largou a foice, derrubou tudo e vá ver hoje? Já tá com uns seis anos que foi roça e você vê como é que tá, os cajueiros acabou-se, tá só a capoeira. Aí no fim, hoje, eu vejo os filhos dele vêm aqui e apanha coisa no meu terreno. Isso não é errado? Eu faço isso? Você não vê um meu sair daqui pegando coisa em canto nenhum.

É pelo compromisso com a sustentabilidade comunitária e ecológica que o florescimento dos SAF's entre camponeses/as no Cariri tem o potencial de beneficiar as futuras gerações, à medida que substitui “o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado”, conforme sugere Santos (1999-2001, p.21) ao propor a sociologia das emergências para contrair o futuro e expandir o domínio das experiências sociais possíveis, em oposição à *razão proléptica* – “a face da razão indolente quando concebe o futuro a partir da monocultura do tempo linear.” (*Idem.*, p.21).

Enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio das experiências sociais possíveis. (SANTOS, 1999-2001, p. 27),

ou seja, das expectativas sociais e com ela busca-se

uma relação mais equilibrada entre experiência e expectativa, o que, nas actuais circunstâncias, implica dilatar o presente e encurtar o futuro. Não se trata de minimizar as expectativas, trata-se antes de radicalizar as expectativas assentes em possibilidades e capacidades reais, aqui e agora. (SANTOS, 1999-2001, p. 25).

Segundo a sociologia das emergências (*Idem*), a multiplicidade e diversificação das experiências possíveis se revelarão através de alguns campos sociais, dos quais destacamos três: *experiências de conhecimentos* – que se pauta na existência de diálogos e conflitos possíveis entre diferentes formas de conhecimento, sendo o diálogo entre a agricultura industrial e a agricultura camponesa ou sustentável uma das ricas possibilidades desse campo; *experiências de desenvolvimento* – que compreende os conflitos e diálogos possíveis entre formas e modos de produção diferentes, e aqui os sistemas agroflorestais surgem como modo possível e disponível nas margens do modo de produção capitalista; *experiências de comunicação e de informação*, que promovem

diálogos e conflitos possíveis derivados da revolução das tecnologias de comunicação e informação, entre os fluxos globais de informação e os meios de comunicação social globais, por um lado, e, por outro, as redes de comunicação independentes transnacionais e os media independentes alternativos. (SANTOS, 1999, 2001, p. 29).

Diante dos apelos do *espaço maquinizado* ressaltado por Santos (2006) ao se referir às características do *meio técnico* que se impõe no jogo de relações de força entre hegemonia e contra-hegemonia, estabelecendo ritmos cada vez mais velozes aos seres humanos, a ponto de ameaçar em grande parte sua natureza interna tanto quanto a exterior, Santos (1999-2001) destaca a necessidade do diálogo, das trocas de experiências a fim de favorecer a pluralidade. Muitos, infinitos são os diálogos possíveis. Realizá-los exige ousadia, coragem, não acomodação, fé na utopia.

Na sombra de suas agroflorestas, as famílias camponesas pesquisadas vivenciam esse desafio. Favorecem a con-

versa entre modos de produção ancestrais e modernos, entre saberes científicos e populares, entre redes locais e globais de produção de conhecimento, entre as gerações de pais, filhos/as e netos/as, para que no futuro, como nos ensina Bosi (1994), os avós não sejam esquecidos e sua memória seja uma ponte confiável para um caminho sustentável. É da essência de sua práxis comunicativa, o cuidado com a vida.

Mediações Camponesas – Agir Comunicativo com a Natureza e a Sociedade

No cotidiano simples das famílias camponesas pesquisadas, a forma de comunicação mais valorizada é o diálogo que, segundo seus depoimentos, favorece o aprendizado, a troca de experiências, a intimidade entre as pessoas, o crescimento pessoal, o fortalecimento dos valores e saberes locais. Em casa, na escola, na rua, nos encontros e cursos, com os/as visitantes que recebem costumeiramente, os/as camponeses/as, seus filhos/as e netos/as têm a exata noção de que a comunicação é um bem essencial para o desenvolvimento humano e a enxergam para além dos limites dos meios massivos. Na prática, demonstram o que Habermas considera ao tratar a estrutura racional do agir comunicativo, que aqui discutiremos à luz da leitura de Boufleuer (1997) sobre este autor, que embora voltada para o campo da Pedagogia dialoga perfeitamente com a discussão que nos propomos a fazer acerca da importância da comunicação para a sustentabilidade comunitária e ecológica das experiências que ora pesquisamos.

Segundo Boufleuer (1997, p. 15),

resgatada e devidamente identificada, a racionalidade comunicativa mostra-se atuante no processo de reprodução da sociedade sob o ponto de vista de suas estruturas sim-

bólicas: as tradições culturais, as solidariedades sociais e as identidades pessoais. Com isso o conceito de agir comunicativo torna-se importante e fecundo no campo das ciências sociais, uma vez que revela o modo de racionalidade presente em processos de reprodução da sociedade. Reprodução no sentido de integração social operada através da reprodução simbólica do mundo da vida.

“É através da comunicação que a pessoa descobre a cultura dos outros”, diz José Januário de Matos, 45 anos, filho de seu Juvenal e dona Dursulina, demonstrando ampla compreensão do processo comunicativo. Seu Juvenal considera mesmo que “a comunicação é a alma do desenvolvimento”, mas ressalta que de nada vale ouvir, aprender e não praticar: “se nós não comunicarmos, se não procurarmos repassar as coisas fica complicado, mas muitas vezes você repassa, a pessoa ouve, aprende mas não pratica. Então morreu ali”.

Para Cícero José de Matos, 35 anos, filho de José Artur e dona Bastinha, sem comunicação a pessoa fica “fora do mundo”. Ele se considera produtor de um conhecimento que merece ser repassado e o faz “conversando e ensinando como fazer”. Sua irmã Eniranda Maria de Matos, 44 anos, se concentra na questão familiar, porque diz que não dissemina o SAF para fora: “a convivência familiar é onde a gente aprende de tudo. A comunicação é importante para repassar as coisas pros filhos”.

Outro aspecto importante das relações que se desenvolvem em torno das agroflorestas e que diz respeito à rede global que as articula e fortalece, foi ressaltado por José Padre, no momento em que recebia pesquisadores do Centro Ecológico do Rio Grande do Sul em sua propriedade para fazerem a medição da produção de biomassa para cálculo do sequestro de carbono: “acho que contribuo com meu exemplo, pra que

os pesquisadores levem pra fora”, disse. Na mesma direção, os netos de José Artur e dona Bastinha, Gerson Felinto de Matos, 17 anos, Gêssica Felinto de Matos, 18 anos, e Emerson consideram que uma das mudanças provocadas na vida da família pelo trabalho agroflorestal dos avós foi o fato de eles se tornarem mais conhecidos e terem mais contato com o mundo, devido as visitas que recebem. O avó também fala desse intercâmbio constante:

muita gente vem aqui do Brasil inteiro, não tem um estado que não veio aqui. De fora teve gente da Bélgica, Alemanha, Suíça, Suécia, Estados Unidos, Japão, Argentina e a França. A gente dá as entrevistas e acho que eles colocam pela internet. Eles acham muito bonito esse trabalho.

Talvez pela diversidade de pessoas que visitam a agrofloresta dos avós, o que favorece uma troca cultural intensa e um forte sentimento de valorização, assim como pela vitalidade das relações familiares que seus avós, pais e tios/as ressaltam, Gerson, Gêssica e Emerson consideram que aprendem mais com o convívio familiar e entre amigos, através de conversas, do que com os meios de comunicação de massa. Isto aponta para o fato de que, no seu processo de socialização, permeado pelos processos de comunicação, há importante valorização da cultura e dos modos de ser típicos de sua comunidade. Isso termina por gerar um sentimento de pertença importante que irá possibilitar maior autonomia no desenvolvimento local.

Os depoimentos demonstram que o agir comunicativo nessas famílias é orientado para o acordo, de tal forma que

pressupõe-se que os participantes da interação possam chegar a um saber comum [...] Em outros termos, no agir comunicativo pressupõe-se que os participantes possam chegar, por manifestações de apoio ou de crítica, a um

entendimento acerca do saber que deve ser considerado válido para o prosseguimento da interação. Nesse caso, as convicções intersubjetivamente compartilhadas constituem um potencial de razões que vinculam os sujeitos em termos de reciprocidade. (BOUFLEUER, 1997, p.24).

No entanto, como o cotidiano da sociedade não é feito apenas de consensos, como demonstra a própria história indígena e camponesa no Brasil, paralelamente à racionalidade comunicativa, atua a racionalidade instrumental, que utiliza o mecanismo de influência recíproca, própria do agir estratégico, por meio do qual

o ator não vê no companheiro da interação um sujeito com o qual é possível estabelecer um acordo intersubjetivo. Por isso sua opção será de agir sobre ele, de induzi-lo a aceitar uma convicção como válida, utilizando-se, num caso mais extremo, até de mentiras e ameaças. [...] A interação que resulta desse influxo externo de uns sobre outros se assenta em convicções monológicas e por isso não consegue estabelecer o mesmo vínculo de reciprocidade que caracteriza a orientação para o acordo. (BOUFLEUER, 1997, p. 24).

Conforme Boufleuer (*Ibidem.*, p. 25),

toda ação social [...] implica algum tipo de comunicação linguística [...] No mecanismo estratégico, a linguagem aparece tão somente como meio de transmissão de informações [...] Já no mecanismo comunicativo a linguagem aparece como geradora de entendimento e fonte de integração social.

A confusão entre estas formas de linguagem leva muitas pessoas a reduzirem o processo comunicativo à simples troca de informação, de maneira que os meios de comunicação de

massa assumem papel estratégico na construção simbólica da realidade, à medida que se “vendem” como espaço de afirmação de culturas, embora se organizem, de fato, como espaço de afirmação de ideologias. Dessa forma, incorremos no risco de “confundir cultura (que é fenômeno humanizador) com ideologia (fenômeno de dominação e, portanto, desumanizador).” (WHITAKER; BEZZON, 2006, p.61). Segundo Whitaker e Bezzon (2006, p.62), “há uma dialética entre produção de cultura e humanização que torna o ser humano desesperadamente necessitado da cultura.” Por outro lado, “fenômenos de opressão e dominação pertencem ao plano da ideologia.” (*Ibidem.*, p. 62).

Há, obviamente, intersecção entre o plano da ideologia e o da cultura, na medida em que os processos de dominação colhem, da cultura, os traços que facilitam a opressão e os manipulam, encobrendo parte da cultura com sombras de perversidade e provocando o ilusionismo e a fantasmagoria que disfarçam a dominação. (MARX; ENGELS, 1980). (WHITAKER; BEZZON, 2006, p. 62-63).

Os meios de comunicação de massa são espaços ricos onde se desenvolve a intersecção de que fala Whitaker e Bezzon (*Ibidem*) e terminam por fazer muitas pessoas não perceberem o fio tênue que separa cultura de ideologia e comunicação de simples troca de informação. Eline Oliveira da Silva, 28 anos, filha de Jeová e dona Terezinha, associa comunicação com informação, talvez por ser bastante influenciada pelo poder simbólico da televisão: “a comunicação é importante demais. É através dela que a gente vai crescendo. A pessoa sem informação não é ninguém”. Eline não manifesta um sentimento de pertença a sua comunidade, sente-se como uma estrangeira, a observar com um olhar que percebe mais as

carências do lugar, do que suas potencialidades. Talvez por isso ela diz não colaborar muito na disseminação do SAF, a não ser quando acompanha o pai, trabalhando como monitora nos cursos sobre recursos hídricos. Por outro lado, sua mãe, que tem fortes laços com a sua comunidade desde a infância, diz que contribui para essa disseminação nas conversas com as pessoas e se considera uma boa comunicadora por gostar de participar: *“não gosto de ficar calada ouvindo o que não é certo”*.

É através dos diversos processos de comunicação interpessoal que a maioria dos/as entrevistados/as diz contribuir para disseminação do SAF. E isto requer paciência, porque é pela pedagogia do exemplo que a disseminação acontece de fato, pela conjunção entre o falar/ouvir/apreender e o observar/refletir/fazer. Percebe-se que a disseminação e o florescimento do SAF são lentos como o tempo da natureza, que exige calma para maturação das experiências. Nisso esses/as camponeses/as rompem com a monocultura do tempo linear, evitam a armadilha de acreditar na supremacia da urgência que caracterizam tanto os ideais da Revolução Verde quanto dos meios de comunicação de massa. Demonstram que sua práxis comunicativa vem provocando transformações na socialidade, através das mediações entre comunicação, cultura e política, favorecendo o reencontro com o comunitário e a ética ambiental, numa postura contra-hegemônica.

“Quando eu trabalho penso no futuro da gente. Se todo mundo trabalhasse no sentido que a gente trabalha, o futuro seria bem melhor”, responde Cícero, quando lhe pergunto se a sua opção por trabalhar com agrofloresta representa uma contraposição ao sistema capitalista. Mas como vivemos em uma sociedade que em grande parte é guiada pela racionalidade econômica desse sistema, José acredita que uma das

dificuldades na disseminação do SAF entre camponeses/as é a *“questão do dinheiro, o lucro. Mas no futuro vão perder muito”*. O mesmo pensa seu irmão João Januário de Matos, 49 anos: *“as pessoas acham que não têm tanto lucro”*. Gés-sica também acredita nisso e acha que *“a ideia de que não é rentável”* afasta alguns camponeses dessa alternativa. Já Maria Erivanda Oliveira da Silva, 38 anos, e sua mãe, dona Terezinha, discordam e acham, respectivamente, que é *“acomodação no modelo convencional”* e *“porque as pessoas não acreditam na mudança”*. Eliane Oliveira da Silva Borges, 41 anos, concorda com a mãe e a irmã, e diz que o mais difícil é *“porque vai ter que mudar a cultura da pessoa todinha, que já foi criada achando que tem que queimar e usar agrotóxico. Também os poderes públicos não se interessam muito.”*

São extremamente significativas as reflexões dessas pessoas que vivenciam o paradoxo de fazer diferente, de propor outra lógica de produção, consumo e socialidade, em meio à sociedade majoritariamente capitalista. Dialeticamente, elas se equilibram entre as contradições que existem entre a racionalidade comunicativa e a racionalidade instrumental.

A este respeito é importante destacar, conforme Boufleuer (1997, p.26), que

Habermas argumenta que a racionalidade diz respeito nem tanto ao saber em si ou à sua aquisição, e sim à forma como os sujeitos capazes de linguagem e de ação fazem uso desse saber (Cf. 1992, I:24).

A reflexão sobre a racionalidade aponta para duas direções distintas [...] Se tomarmos como modelo as ações do homem sobre a natureza, em que há a utilização de um saber (convicção) não-comunicativo, estaremos optando por um conceito de racionalidade cognitivo-instrumental que [...] tem a conotação de uma auto-afirmação com

êxito no mundo objetivo possibilitada pela capacidade de manipular informadamente e de adaptar-se inteligentemente às condições de um entorno contingente. (HABERMAS, 1992, I, p.27).

Mas se tomarmos como modelo as manifestações simbólicas dos homens, que encarnam saberes (convicções) intersubjetivamente partilhados, estaremos optando por um conceito de racionalidade comunicativa. Esse conceito aponta para a capacidade de agir sem coações e de produzir consensos mediante a fala argumentativa, com que os sujeitos da comunicação “asseguram a unidade do mundo objetivo, a intersubjetividade do contexto em que desenvolvem suas vidas.” (BOUFLEUER, 1997, p.27 e 28).

Nesse sentido, de acordo com Boufleuer (1997, p. 28, 29),

o agir comunicativo resulta da aplicação, em contextos de ação social, do modelo de racionalidade que emana dos processos de entendimento linguístico que buscam o reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade criticáveis. Já o agir estratégico resulta da aplicação, em contextos de ação social, do modelo de racionalidade que emana dos processos de intervenção na natureza com o fim de uma manipulação com êxito. No primeiro caso a linguagem aparece com todo o seu potencial de motivar a convicção e de gerar consenso. No segundo ela não passa de um meio de transmissão de informações e de influência de uns sobre os outros e sobre a situação da ação, induzindo o comportamento.

Aqui cabe um parêntese para observar que o trabalho agroflorestal dos/as camponeses/as pesquisados/as demonstra que também é possível se pautar por uma nova racionalidade ambiental na relação com a natureza, através de um agir comunicativo e não estratégico para com a mesma, guian-

do-se por uma ética ambiental nova. Numa dinâmica em que os seres humanos dialogam e aprendem com a natureza, como costumam ressaltar José Artur, seu Juvenal, José Padre e Jeová. Eles conseguem manter com a natureza uma relação que se diferencia em muito do modelo de racionalidade que em geral guia os processos de intervenção na natureza, como ressaltou Boufleuer (*Ibidem*) anteriormente. Por essa razão, caminham no sentido de viabilizar uma maior sustentabilidade comunitária e ecológica, porque tanto em sua relação com a sociedade quanto com a natureza privilegiam o agir comunicativo. Isso se evidencia, ao observarmos mais detidamente a teoria da ação comunicativa de Habermas (1989a *apud* BOUFLEUER, 1997, p.38 e 39) que

tem seu fundamento no potencial de racionalidade inerente à linguagem comunicativa. Tal linguagem se distingue daquela que é empregada para finalidades de manipulação, ideologização, coação e influência, ou seja, a que é empregada de modo estratégico [...] Por essas razões, Habermas diz que a linguagem, em seu uso comunicativo, é portadora de “energias de ligação interna”, que a tornam transparente e geradora de processos de entendimento que podem ser considerados racionais. O que se observa é uma unidade de interações e de conteúdos que se expressam na fala comunicativa. [...] A transparência ou auto-evidência dos atos de fala comunicativos está, por assim dizer, na coincidência entre o “querer” (intenção), o “dizer” (conteúdo) e o “fazer” (ação). Revela-se, assim, a tríplice função da linguagem comunicativa: dar expressão de aquilo que se tem em mente (função expressiva), sobre algo no mundo (função representativa), para comunicar-se com outro (função interativa) (HABERMAS, 1990a, p.78). A presença simultânea dessas três funções atuando numa unidade de sentido compõe a estrutura do ato de fala comunicativo.

Através de sua opção radical pela ética do cuidado e compromisso com a natureza, com as atuais e futuras gerações, esses/as camponeses/as promovem transformações profundas naquilo que Habermas denomina *mundo da vida*, que, conforme Boufleuer (*Ibidem.*, p.43),

equivale a um saber de fundo que intuitivamente dominamos sob a forma de auto-evidências e que adquirimos por crescermos numa mesma cultura e compartilharmos uma mesma experiência.

O mundo da vida pressupõe uma comunidade com os outros e sua reprodução simbólica se dá através da ação comunicativa, que serve à tradição e à renovação de saber cultural, à ação social e ao estabelecimento de solidariedade e ao desenvolvimento de identidades pessoais, conforme Habermas (*apud* BOUFLEUER, 1997).

Na reprodução do mundo da vida em suas agroflorestas, os/as camponeses/as e suas famílias formam uma comunidade que se diferencia do modelo hegemônico capitalista ao mesmo tempo em que convive com os imperativos deste. Nesse universo complexo de relações com o poder, de disputa entre hegemonia e contra-hegemonia, se dão as mediações desses/as camponeses/as em favor de saberes que eles/as consideram valiosos e da construção da socialidade, na perspectiva apontada por Martín-Barbero (2003). Eles/as se ancoram em uma práxis comunicativa que os constitui como atores sociais autônomos/as, à medida que

[...] é do seio mesmo da práxis comunicativa que o homem se revela como aquele que é irredutível a algo manipulável e se tematiza o sentido radical de seu agir histórico, pois a práxis comunicativa, como práxis argumentativa potencial, pressupõe, como condição de possi-

bilidade, o mútuo reconhecimento de todos os membros desta comunidade, numa palavra, em princípio, todos os homens, como parceiros de igual direito, capazes de captar o sentido das pretensões levantadas e das razões apresentadas para sua legitimação. Ora, isto significa reconhecer o homem como um ser consciente e livre, capaz de autodeterminação a partir de sua própria razão e, portanto, como um ser autotélico, não simplesmente redutível à manipulação (OLIVEIRA, 1989b, p.186). (BOUFLEUR, 1997, p. 86).

É em consequência dessa práxis comunicativa, que eles/as declaram as muitas vantagens de ser camponês/a, mesmo diante das pressões contrárias: ter uma alimentação melhor e, portanto, ser mais saudável; ter a liberdade de produzir o que se planta e não depender do comércio para se alimentar; saber o que se come e não se alimentar de produtos com agrotóxico; a união com a natureza; a satisfação quando se tira a safra; trabalhar para si; gostar do que se faz; morar no sítio; o sossego e as relações de solidariedade.

As Feiras Enquanto Espaço de Comunicação e Sustentabilidade

Entre os espaços de reprodução simbólica do mundo da vida, no Cariri os/as camponeses/as agrofloretais contam com as Feiras de Produtos Agroecológicos apoiadas pela ACB. Apesar de acontecerem no Crato, as mesmas são abertas para camponeses/as de outras cidades da região que tenham o compromisso de produzir respeitando os princípios agroecológicos. A primeira feira foi criada em 2003 e acontece até hoje no Centro da cidade, às sextas-feiras, reunindo atualmente entre quatorze e vinte camponeses/as. As outras duas são mais recentes e acontecem na Praça Dona Ceicina, no

bairro do Seminário, aos sábados, reunindo seis camponeses/as, e no distrito de Ponta da Serra, aos domingos, com participação de cinco camponeses/as. As feiras têm apoio estrutural da ACB, mas são coordenadas em conjunto com os/as camponeses/as.

Conforme Franca (2004, p. 33), as feiras têm os objetivos de “possibilitar o escoamento da produção e o acesso ao mercado para produtores e consumidores numa perspectiva de comércio justo e solidário”, além de suprir a demanda por produtos agroecológicos apontada na Pesquisa de Mercado para Produtos Agroecológicos do Cariri. Realizada pela ACB, em 2004, a pesquisa se deu

nos municípios de Crato, Nova Olinda e Jardim, envolvendo consumidores, feirantes e quitandeiros, proprietários de estabelecimentos de áreas de alimentação, como restaurantes, pousadas, hotéis, escolas, hospitais, lanchonetes. (FRANCA, 2004, p.33).

A feira, além de viabilizar a comercialização direta daquilo que os/as camponeses/as produzem, evitando a figura dos atravessadores, é um espaço rico de comunicação da nova forma de produzir e de se relacionar com a natureza que eles/as representam. Para seu Juvenal, que comercializa nas feiras do Centro e da Praça Dona Ceicinha,

a feira da ACB é um excelente espaço de divulgação, além de comercialização. Fizemos uma feira da economia solidária no primeiro sábado de julho [de 2011] e as pessoas quiseram que a gente voltasse, todo sábado, na Praça Dona Ceicinha. E decidimos três pessoas pra começarem, todo sábado, porque já é um lugar a mais pra escoar, mas agora a gente já tá tendo dificuldade é de dar conta da demanda. Hoje, graças a Deus, tá dando

certo a comercialização dos produtos orgânicos. Se mostra que é um comércio que tem que respeitar o de lá, mas nós não vamos deixar que o de lá atropela o nosso não. Muita gente já tá começando a conhecer e procurando.

Segundo Jeová, a sociedade do Crato está compreendendo bem a proposta das feiras, mas ele ressalta que

é preciso que a gente entenda que nós temos duas economias. Temos a economia solidária e a economia capitalista. Enquanto essa economia solidária não tiver peso de ir contra essa economia capitalista, nós vamos sempre ter problema. É preciso que a gente se organize pra que essa proposta tenha força de ir contra o capital. A gente sabe que até mesmo o governo Lula destinou valores desproporcionais pra agricultura familiar e o agonegócio. E isso pra nós não é uma conquista. A gente ainda tem muito o que fazer nesse sentido. Mas eu acho que a feira é uma proposta muito importante tanto pra ACB divulgar suas ideias, como também para os agricultores que vêm trabalhando na agricultura orgânica. A gente nota que já tem mudado muito a questão social, como também de produção. Os agricultores que trazem os produtos são animados e tendem cada vez mais a produzir melhor e melhorar a renda familiar. Isso pra nós é uma gratificação muito grande. A feira [do Centro] cresceu do ano passado [2010] pra cá, eram onze e já estamos em mais de dezessete feirantes.

Sobre o muito a fazer, ressaltado por Jeová, Leff (2001, p. 15) considera que no contexto da globalização e da crise ambiental que decorre dos paradigmas que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico negando a natureza, a sustentabilidade ecológica surge como

um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.

Para os/as camponeses/as em geral, a questão da comercialização da produção é um dos maiores desafios, porque há uma quebra na relação entre produtores/as e consumidores/as, através da figura dos atravessadores que ficam, inclusive, com a maior parte do lucro. As feiras vêm, então, permitir a comunicação entre produtores/as e consumidores/as, criando entre eles/as relações que antes não existiam. Criam-se assim laços de amizade e confiança que, através do mercado convencional, não é possível.

Outro grande diferencial dos/as camponeses/as agrofloretais pesquisados/as é o fato de não produzirem em grande quantidade, porque suas propriedades são pequenas. Dessa forma, o que produzem é, na maior parte, destinado para o consumo familiar.

Entre eles/as, como a comercialização da produção ainda é pequena, a aposentadoria e os benefícios concedidos pelo Governo Federal são considerados importantes fontes de renda.

José Artur e dona Bastinha são aposentados como trabalhador/a rural e vendem apenas o excedente na frutaria dos filhos em Nova Olinda. Entre as famílias pesquisadas, percebe-se que a deles é a que mais produz, ainda que a área trabalhada seja de apenas dois hectares. Isso garante a eles uma maior segurança alimentar, como demonstra José Artur:

Nosso alimento é todo daqui, os netos e filhos aproveitam também da nossa produção. Aqui tem anos que o grosseiro das panelas tira daqui, vai comprar um macarrão, um

café. Até esse ano [2011] eu fiz um plantio de café, porque trouxeram uns pés e eu plantei, o bicho carregou muito, aí esse deu muita muda e eu plantei uns 200 pés de café. Quando for no tempo dos netos, pelo menos vai chegar um tempo de nem café eles comprar.

Jeová e dona Terezinha também são aposentados - ele como trabalhador rural e ela como professora. Como a produção agrícola de Jeová hoje é bem pequena em razão de sua dedicação aos trabalhos da ACB⁴, grande parte da alimentação da família é comprada no mercado convencional. Segundo dona Terezinha, “logo que casamos, tínhamos quase a alimentação completa. Com a saída dele, mudou. Hoje, quase tudo vem de fora”. Isso incomoda Jeová e na sua avaliação:

a gente ainda tem um vício muito grande porque a gente se educou nisso e pra mudar é muito difícil. Por exemplo, o refrigerante que a gente bebe, em vez de beber suco de palma, acerola, produtos que a gente tem em casa. Só que o pessoal é educado pra beber refrigerante, finda caindo nesse desastre. E os enlatados pra mim também é uma desgraça. Quando eu trabalhava na roça nossa alimentação era mais saudável. Eu plantava tomate, batata, cenoura, beterraba, tudo. Só que como eu estou na ACB não tenho muito tempo, mas no instante que eu voltar vou me alimentar com coisa daqui mesmo.

Conforme seu Juvenal, que também é aposentado como trabalhador rural,

a maior parte da renda é da aposentadoria, porque a minha área é pequena. Mas a gente já tá fazendo uma média

⁴ Jeová é um dos fundadores da ACB e desde então dedica grande parte de sua vida ao ideal de contribuir para o fortalecimento e conquista de autonomia dos/as camponeses/as e para valorização da vida no campo.

de dois mil reais o ano. Existem outros benefícios como a segurança alimentar, minha família é melhor alimentada hoje, a qualidade ambiental, a saúde melhorou.

Dona Dursulina também é aposentada como trabalhadora rural, o que aumenta a receita da família.

José Padre é um dos camponeses que enfrentam grandes dificuldades para comercializar sua produção. Entre as razões apontadas por ele está o fato de sua propriedade ficar no alto da Chapada do Araripe, área que segundo ele tem mais areia, onde a terra não é, naturalmente, adubada. Trata-se de uma área de Cerrado, segundo Jeová, onde não se produz culturas anuais como feijão, arroz e milho tão facilmente como nas áreas baixas, cujo solo é mais rico em matéria orgânica. Outra dificuldade para o escoamento da produção é que sua propriedade é a que fica mais distante da área urbana, são 15 quilômetros até Santana do Cariri. Mas, segundo avaliação dos/as assessores/as da ACB, o maior entrave é a questão cultural, porque José Padre ainda mantém alguns resquícios do modelo convencional, o que termina por tornar o seu processo de florescimento e expansão um pouco mais lento. Talvez pela conjunção desses fatores, ele diz:

A renda ainda é pouca. Ano retrasado [2009] apurei 300 reais do urucum, ano passado [2010] não deu. Esse ano [2011] tô colhendo a primeira safra. As castanhas do caju também vendo pouco. Ano retrasado deu cento e pouco. Macaxeira também tem dado pouco, mas quando tem, vendo em Nova Olinda, no Crato e na casa de farinha. A minha renda é da aposentadoria. Hoje eu tô com uns oito anos que eu me aposentei, mas também se eu não tivesse me aposentado tava passando porque afinal a gente passava, mas era apertado.

Apesar de ser trabalhadora rural, sua esposa, dona Francisca, foi a única que ainda não conseguiu se aposentar, porque teve dificuldades para responder as perguntas dos peritos. A timidez e o medo de falar lhe deixam confusa e nervosa perto de pessoas estranhas. Atualmente, a família de José Padre compra quase tudo que consome para alimentação no mercado convencional - feijão, arroz, carne, açúcar, café, bolicacha. Do sítio consomem as frutas, hortaliças, mandioca.

Está na relação entre produção, mercado e consumo um dos grandes desafios da ação contra-hegemônica dos/as camponeses/as agroflorestais. E as feiras de produtos agroecológicos são espaços fundamentais no sentido de tornar essa relação mais sustentável, saudável e solidária. Entretanto, não se pode ignorar que isso exige a transformação de práticas culturais fortemente enraizadas na vida do povo e na vida dessas famílias, ainda que elas já apresentem muitas evidências de transformação. A dialética entre aquilo que se é e aquilo que se deseja ser, é o que move esses/as camponeses/as na construção de uma utopia. Suas histórias demonstram que isso se dá ao longo da vida, como diz Jeová, ao falar sobre seus sonhos na juventude: “Eu sonhava muito em trabalhar, enriquecer. Eu pensava muito que ia ser muito rico. Eu estou muito bem, graças a Deus. Hoje a minha noção de riqueza é outra, tenho saúde, onde trabalhar, conhecimento”. Para viabilizar essa transformação, espaços como as feiras são essenciais por ampliar as probabilidades de sustentabilidade econômica dos/as camponeses/as e suas famílias, mas também por se tratar de um importante canal de comunicação direta e regular entre eles/as mesmos e com os/as consumidores/as, o que termina também por contribuir para expandir sua experiência no presente, conforme Santos (1999-2001).

Lições da Experiência Camponesa

No decorrer da pesquisa, muitas lições foram dadas por esses homens e mulheres que são capazes de uma riqueza inalcançável para aqueles que não conhecem o valor de viver a favor do tempo da natureza. Hoje, temos a exata noção de que esses/as camponeses/as agroflorestais são construtores/as de um “futuro de possibilidades plurais”, como propõe Santos (1999-2001). Se no presente combatem o desperdício da experiência, para o futuro sinalizam bem mais que a terrível insegurança das sociedades modernas e tecnocráticas, porque no seu fazer cotidiano promovem mais diálogos do que conflitos entre modos distintos de conhecimento, de produção e de comunicação.

Percebeu-se em campo, que esses/as camponeses/as (alguns em maior proporção, outros em menor) promovem o diálogo entre a memória biocultural acumulada pela humanidade ao longo de milhares de anos⁵ e as novas tecnologias que pesquisadores/as ligados a universidades, organizações não governamentais e ambientalistas lhes apresentam, fugindo assim do caminho que no passado os isolou e empobreceu, como ainda acontece hoje com aqueles/as que seguem o modelo agrícola convencional. Inseridos numa práxis coletiva, se colocam como sujeitos na luta contra-hegemônica e por isso enfrentam grandes desafios, representados, sobretudo, pela transformação de si mesmos e de suas famílias, para daí e só depois se tornarem modelos de transgressão para suas comunidades e a sociedade global.

⁵ A este respeito ver: Víctor M. Toledo e Narciso Barrera-Bassols, no livro: “**La memoria biocultural**: La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales”. Icaria Editorial, 2008.

Enfrentam, especialmente, o desafio de ser e fazer diferente em meio a uma gigantesca teia que os incita a seguir o caminho contrário, através dos mais diversos espaços de construção simbólica do modelo hegemônico e homogeneizante da sociedade global capitalista. Dialeticamente, os/as camponeses/as e os grupos aos quais se unem estão conseguindo se apropriar de diversos espaços historicamente ocupados pelos grupos hegemônicos e ainda criar novos, em sua articulação global pela construção de outro ideal societário. Comunicando a existência de outros olhares e outras vozes, através de sua práxis coletiva, provocam o diálogo em nome do acontecimento da pluralidade de ação e de discurso, como condição humana essencial (ARENDDT, 2010).

É perceptível a importância da articulação sociopolítica da qual participam nas esferas local, regional, nacional e internacional. Todos os membros familiares ressaltaram esse fato como algo que os fortalece, apoia e valoriza. Esse é um dado da realidade que, inclusive, os diferencia dos/as camponeses/as convencionais, os quais por estarem inseridos em outra lógica de produção e reprodução da vida, sofrem o isolamento de “pertencerem” a um modelo de sociedade no qual não são percebidos como iguais e portadores de direitos plenos, por parte dos grupos que controlam os espaços de poder.

Ao focalizar sua experiência, percebemos mais claramente de que maneira os processos de comunicação se casaram e casam com os processos culturais e políticos, até chegarmos hoje ao risco de grave diminuição da diversidade ambiental e sociocultural que ameaça a sustentação da vida na Terra (WHITAKER; BEZZON, 2006).

Diante do jogo de forças entre os ideais dos modelos hegemônico e contra-hegemônico, uma das consequências percebidas é a existência de divergências no interior das fa-

mílias pesquisadas, devido à desvalorização do modo de ser camponês, quando se considera apenas o aspecto econômico. Alguns dos filhos dos/as camponeses/as questionam a opção dos pais, por acreditarem que, economicamente, eles/as poderiam ganhar mais se adotassem outro modelo de produção. João e Antônio Januário de Matos, 43 anos, filhos de seu Juvenal e dona Dursulina, pensam dessa forma e só trabalhariam com agricultura se tivessem muita terra para produzir de forma convencional, voltados para o mercado capitalista. Erisval, filho de José Artur e dona Bastinha, acredita que ganha mais trabalhando no matadouro público do que se estivesse no campo, embora ele seja o filho que voltou de São Paulo por perceber que a vida em Nova Olinda havia melhorado com a nova forma de trabalhar dos pais.

Confirmando que a realidade é mais complexa do que a simples oposição entre modelos, ao mesmo tempo, eles reconhecem o valor das transformações e das conquistas de suas famílias após a adoção do SAF. Eles demonstram o quão difícil é romper com um modelo de sociedade que segrega, ao passo que a lógica de produção e consumo que defendem é a mesma que lhes causa privações e torna difícil para eles e seus filhos terem maior autonomia. Eles enxergam o potencial de transformação da opção dos pais, sabem que ela se dá num longo prazo, mas se concentram no curto prazo ao vislumbrarem apenas o aspecto econômico, isolando-o dos aspectos ambientais, culturais e sociais.

É quando vislumbramos esses conflitos, que mais uma vez percebemos a importância do trabalho agroflorestal desses/as camponeses/as. Porque sem a sua coragem e ousadia, a perspectiva de homogeneização sociocultural e ambiental seria muito maior. Do ponto de vista ambiental, a própria presença das pequenas agroflorestas em meio a uma vizinhança

devastada pela erosão, pela perda dos solos, pelo desmatamento, pelo êxodo rural, comunica a existência e a força da diversidade.

Mas, para que a diversidade ambiental seja possível, coloca-se o grande desafio de transformação das relações socioculturais. Muito embora o tempo de recuperação e reprodução da natureza seja lento, como ressaltam José Artur, seu Juvenal, Jeová e José Padre, parece-nos que o tempo necessário para o estabelecimento do equilíbrio e da saúde nas relações socioculturais é ainda mais lento, porque para além da perseverança e paciência que o trabalho com a terra exige, depende de transformações profundas nos seres humanos, sobretudo, após longos anos de apartação da natureza. Depende de nos percebermos como parte e aprendizes da natureza, da possibilidade de vislumbrarmos a vida numa perspectiva sustentável não apenas no curto e médio prazo; não apenas tendo como preocupação central o viés econômico.

Como realizar tais transformações, que nos exigem tempo para maturá-las, em meio à crescente exigência de rapidez na esfera produtiva? Afinal, porque corremos tanto? O que estamos construindo? Há um grande hiato que nos separa da mal contada “preguiça” das sociedades indígenas. Certamente, junto com o silenciamento das centenas de línguas indígenas, perdemos o sentido mesmo que elas davam à existência, sua cosmovisão. Por isso, faremos o exercício de trocar a preguiça, palavra um pouco viciada e pejorativa, pela palavra repouso, que talvez nos comunique melhor a imagem necessária de calma, de tempo para contemplação da vida. Algo não tão simples, porque exige lançar o olhar para dentro de si e para obra que se está construindo. Acostumados que estamos a olhar para fora e muitas vezes a também pensar com olhos alheios, esse é um exercício di-

fícil para muitas pessoas, que dirá impossível! Será que conseguimos encarar com tranquilidade, alegria e esperança, a obra que estamos construindo? De que maneira poderemos incorporar em nosso cotidiano a prática de contemplação e comprometimento com a vida e a natureza, em meio a um mundo que se urbaniza numa velocidade assustadora, ainda que sem conseguir dar respostas que tragam qualidade de vida nas cidades e nos campos?

As respostas para tantas questões são todas pessoais. É a história de cada um/a que conduzirá sua reflexão e ação no mundo. Mas nesse caminhar tão pessoal, talvez a contemplação da natureza nos ensine que “*a vida é sintropia*”, como observa Götsch (1997), que tanto inspirou Jeová e José Artur. Para ele,

os princípios em que a vida se baseia são processos que levam do simples para o complexo, onde cada uma das milhares de espécies, a humana entre elas, tem uma função dentro de um conceito maior. (GÖTSCH, 1997, p.4).

Diversos fios tênues nos ligam a todas as formas de vida, de maneira tal que o equilíbrio dinâmico da vida se dá pela relação entre sintropia e entropia, mas o maior peso cabe aos processos sintrópicos. Enquanto a entropia nos conduz à autodestruição pela geração maior de energia inútil, os processos sintrópicos conduzem ao equilíbrio, à autopreservação, em oposição à perda de energia e desorganização.

Diante disso, questionamos se nas nossas relações sociais e ambientais estamos fazendo as conexões que favorecem mais os processos sintrópicos ou entrópicos. Para responder a isso carecemos de estudos profundos – inter, multi e transdisciplinares. A despeito do quão difícil seja isso, é preciso a mesma coragem e ousadia dos/as camponeses/as agroflorestais. Como diz seu Juvenal, é preciso

teimosia contra tudo que diz não, contra aquilo que nos impele à acomodação, ao ajustamento aos paradigmas que empobrecem a alma e a vida. Se o caminho do equilíbrio corre do simples para o complexo, porque haveremos nós de inverter essa lógica e insistir na supremacia da simplificação e homogeneização?

Na tentativa de fazer uma leitura interdisciplinar sobre o contexto deste estudo, é que procuramos compreender como se dão as conexões entre os processos comunicativos e a trama cultural, política, social e ambiental que no Cariri levou à existência dos/as camponeses/as agrofloretais como ação contra-hegemônica. Algumas nuances foram contempladas, outras dezenas ficaram de fora. Mas percebemos que é no chão de suas casas, no cotidiano de trabalho de suas agroflorestas, na força da articulação comunitária, que os/as camponeses/as vão construindo e comunicando a possibilidade de uma relação entre sociedade e natureza mais integral e harmônica, diferentemente do que nos apresenta o *espaço maquinizado* de que fala Santos (2006).

Ao observar suas histórias de vida percebemos um rico processo de florescimento, o que significa

viver em profunda compreensão de si mesmo e do mundo, gerando crescimento, autonomia, auto-aceitação, maestria ambiental, crescimento pessoal [...] sentindo-se parte da comunidade, flexibilidade condutual, resiliência. (ALBANO *et al.*, 2012, p.31).

Este florescer foi possível graças a uma série de fatores que vão desde a abertura inicial dos/as camponeses/as para romperem com uma lógica de produção e reprodução da vida que os alienava até a persistência necessária para remarem contra a maré dessa lógica.

Nesse percurso, eles/as incorporaram princípios próprios do agir comunicativo, com a natureza e a sociedade, ao passo que contribuem com a construção simbólica da realidade, porque adotam uma linguagem portadora de “energias de ligação interna”, pela conjunção entre o querer, o dizer e o fazer (BOUFLEUER, 1997, p.38). Fazem uso das formas de comunicação, sobretudo a interpessoal, para unificar e interligar natureza e sociedade, baseando-se nos princípios da ética ecológica. E por isso conseguem confrontar com o paradigma hegemônico capitalista, que usa a comunicação de forma estratégica e desagregadora. Conseguem, pela via oposta, intervir no curso dos acontecimentos e propor outro ideal societário, sobretudo porque fortalecidos por uma práxis coletiva e comunicativa, em busca de gerar os consensos possíveis pela sustentação da vida.

Nesse ambiente, o lento processo de transformação humana se conecta ao tempo da natureza. E não poderia ser diferente, para ser coerente. Porque na contramão da velocidade das sociedades modernas, conectadas por cabos de fibra ótica que repassam informações em milésimos de segundo ao mesmo tempo em que ameaçam o incalculável patrimônio ambiental e cultural da humanidade, eles/as estão preocupados/as em como cuidar da Vida. E assim se irmanam com o conceito de sustentabilidade que enxerga o ser humano não como centro do universo, mas como parte da “comunidade de Vida” (BOFF, 2012). Por isso, promovem um tipo de sustentabilidade que aqui ressaltamos como comunitária e ecológica, para sermos redundantes mesmo, já que não há ecologia sem comunidade. Num mundo de tanto esquecimento, tão bem ressaltado por Bosi (1994), nunca é demais a redundância para refrescar a memória. Foi isso, este estudo quis ser, um refrescar da memória sobre aquilo que é tão valioso: o respeito à Vida!

Referências

ALBANO, M. G. *et al.* O Florescer dos Sistemas Agroflorestais no Cariri-CE: uma Contribuição ao Desenvolvimento Humano e ao Resgate do Verdadeiro Amor no Lavar da Terra. In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de; SAMPAIO, José Levi Furtado; ALVES, Alan Ripoll *et al* (Org.). **Diálogos em educação ambiental**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

ARENDDT, Hannah. **La condición humana**. 6ª reimpressão. Buenos Aires: Paidós, 2010.

BARRERA-BASSOLS, Narciso. Diversidad de culturas campesinas, culturales y movimientos sociales: El Bien Vivir como mirada biocultural para el cambio. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA**, 7, 15 dez. 2011, Fortaleza.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: tentativa de definição. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=63805&grv=N>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa**: uma leitura de Habermas. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; OLIVEIRA, Jackson Alano de. A Agroecologia e as Agroflorestas no contexto de uma Agricultura Sustentável. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FLORIANI, Nicolas; FLORIANI, Dimas. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v.5,

n.1, p.3-23, 2010. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/viewArticle/9529>>. Acesso em: 02 maio 2011.

FRANCA, Manoel Jorge Pinto da. **Análise da Sustentabilidade do Sistema Agroflorestal com Agricultores Familiares de Nova Olinda e Santana do Cariri – CE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GÖTSCH, Ernst. **Homem e natureza: cultura na agricultura**. 2.ed. Recife: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 1997.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2.ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. [entre 1999 e 2001] Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf> . Acesso em: 05 ago. 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos).

WHITAKER, Dulce Consuelo A.; BEZZON, Lara A. Crivelaro. **A cultura e o ecossistema: reflexões a partir de um diálogo**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2006.

A SUBALTERNIDADE DO CAMPONÊS FRENTE À EXPANSÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS NO CEARÁ¹

*Thiago Roniere Rebouças Tavares
Francisco Amaro Gomes de Alencar*

Introdução

A expansão das culturas voltadas para produção de agrocombustíveis é uma problemática presente no espaço agrário nacional. Esta realidade pode ser observada pelos “incentivos” a expansão da produção de cana-de-açúcar e o retorno ou introdução de novas culturas como a mamona, o pinhão-manso, o girassol, dentre outras, neste setor conjunturalmente promissor.

Os motivos e as estratégias para impulsionar esta produção surgem num contexto de crises financeiras, alimentares e ambientais, que não podem ser analisadas de forma localizada e isolada. Os investimentos de capital crescentes por parte de multinacionais estrangeiras, juntamente com as políticas públicas do Estado brasileiro de incentivo a produção de agrocombustíveis fazem parte de uma lógica que visa atender, *a priori*, dois objetivos básicos:

- i) assegurar o domínio econômico e o comando político do setor de produção deste setor, em um contexto de migração da matriz energética;
- ii) atender alternativas para reprodução da lógica de acumulação ampliada do capital, com o objetivo duplo de conter as crises do capital e manter suas áreas de expansão.

¹ Este trabalho faz parte da pesquisa em desenvolvimento sobre os impactos sociais e territoriais da expansão das culturas de agrocombustíveis no Ceará.

Desta forma, se faz necessário analisar o avanço do sistema produtor de mercadorias sobre o espaço agrário cearense, em seu processo mais atual, a produção de agrocombustíveis no campo. Processo este, corroborado pelas políticas públicas de incentivo a esta atividade, que tem como diretriz integrar produtivamente a agricultura familiar camponesa ao mercado. Para fazer esta análise, na primeira parte do texto apresentamos uma discussão sobre a crise estrutural do capital e sua expansão via mundialização. Na segunda parte, abordamos sobre o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel-PNPB. Em seguida, estudamos alguns dados relativos ao aumento territorial e de produtores para as culturas de agrocombustível, sobretudo, o caso da mamona. Na quarta parte, discutimos brevemente as características do Agronegócio, e as considerações finais.

A Crise do Capital e sua Expansão via Mundialização

Em âmbito mundial, vivemos em uma época histórica submersa em crises nos mais diferentes setores de desenvolvimento do capital. Crises estas, que diferentemente de outras épocas, ecoa por todos os cantos do planeta. O caso mais recente, a crise imobiliária americana de 2008, serve como exemplo por apresentar as características de ter sido gerada em um dos centros do capital mundial, os Estados Unidos, e afetado o sistema financeiro e econômico mundial.

Mészáros (2002) afirma que à medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, se torna mais plausível acreditarmos que o conjunto do sistema esteja próximo de alcançar certos limites estruturais de reprodução do capital. Segundo este autor, vivenciamos uma nova fase em que o capital, historicamente, ultrapassa os momentos de

crises cíclicas, para adentrar em uma época em que as crises assumem o formato estrutural e sistêmico.

Contudo, Mészáros (2002) mesmo evidenciando a endêmica crise do capital, reconhece que ainda é excessivamente otimista sugerir que “*o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso.*” (p.1089). Em outras palavras, admite a possibilidade do surgimento de novas estratégias que visem manter a vigência do modo de produção, ainda por um bom tempo.

Desta forma, para escapar de sua intrínseca contradição, concretizada por meio das crises, o capital busca se expandir. Sua expansão, simultaneamente, assume dois aspectos. O primeiro diz respeito a *intensificação* crescente da produção e do consumo, a partir da criação de “novos desejos” e de “necessidades” sociais; o segundo pela *expansão geográfica*, em que o capital procura e cria novos espaços para manutenção da acumulação (HARVEY, 2005).

O avanço do sistema produtor de mercadorias, o capitalismo, sobre novas esferas de atividades produtivas, intensificando-as e expandindo-as, realiza-se, segundo Harvey (2005), pela capacidade de criar novas oportunidades para a acumulação, mediante as seguintes condições: primeiro, quando se faz valer de uma organização preexistente de atividades (por exemplo, transformando a agricultura de subsistência do camponês em agricultura comercial); segundo, mediante a diversificação da divisão social do trabalho e expansão dos pontos de troca dentro do sistema produtivo.

Podemos citar, por exemplo, o cenário compreendido no período das décadas de 1960 e 1970, nas quais há uma transformação da produção agrícola brasileira, a partir do incremento das técnicas, de insumos produtivos, da utilização de produtos químicos e outros elementos que come-

çavam a caracterizar a moderna agricultura empresarial de alta produtividade. Intitulada como “Revolução Verde”, este momento é representativo para o avanço e desenvolvimento do capital, orientado pela sua necessidade de intensificação e expansão².

A partir da década de 1980, o conceito “global” advindo das célebres escolas americanas de administração de empresas, como Harvard, Columbia, Stanford, dentre outras, inundou a imprensa econômica e financeira de língua inglesa, legitimando e traduzindo as novas estratégias de expansão do capital internacional (CHESNAIS, 1996). Segundo o autor, este termo foi utilizado para divulgar aos grandes grupos empresariais, a seguinte mensagem:

[...] em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e de controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência suas estratégias internacionais. (p.23).

O termo “global”, assim como a divulgação ideológica de que estava nascendo um mundo *sem fronteiras*, com grandes empresas *sem nacionalidades* concedeu uma estrutura ao corpo teórico do discurso neoliberal e sua difusão espacial.

Chesnais (1996), ao pesquisar as publicações dos estudos feitos por instituições internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), in-

² Esta transformação, também configurada como *modernização dolorosa*, intensificou problemáticas sociais no campo brasileiro, como o não acesso a terra, o êxodo rural, a precarização do trabalhador rural e problemas ambientais, dentre outras. Consultar Graziano da Silva (1982).

dica que o mais interessante, nestes estudos é precisar, com clareza, diferentemente de outras instituições internacionais, que o traço característico da mundialização do capital é

dominada mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior, e, portanto molda as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços. (p.26).

Desta maneira, para Chesnais (1996), a direção tomada pelo capital, quando privilegia o investimento em detrimento do comércio exterior é a de nutrir a esfera financeira do capital comandando, neste sentido, o próprio investimento em áreas de maior garantia de extração da mais-valia.

Este processo pode ser observado, na atualidade, pelo aumento crescente do número de investimentos internacionais no setor de agrocombustíveis. Segundo Mendonça (2010), a participação de empresas estrangeiras na indústria de cana-de-açúcar no Brasil cresceu de 1% em 2000 para 12% na safra 2007/2008. A jornalista continua,

[...] Outro levantamento da *Pricewaterhouse Coopers* revela que existem cerca de 450 usinas no Brasil, controladas por 160 empresas nacionais e estrangeiras, e que o controle estrangeiro chegaria a 15%, incluindo participação acionária em grupos nacionais. De acordo com o estudo do grupo *KPMG Corporate Finance*, de 2000 a setembro de 2009, ocorreram 99 fusões e aquisições de usinas no Brasil. Entre estas, 45 negociações aconteceram no período de 2007 a 2009 e em 22 casos ocorreu a compra de uma usina nacional por um grupo estrangeiro. (p. 20).

Os impactos sociais e territoriais causados pela expansão da cana-de-açúcar não são novidades no Brasil, dentre vários,

podemos citar: o trabalho escravo, a concentração de terras, o avanço da cana de açúcar substituindo outras culturas alimentares, além de gerar diversos problemas ambientais³.

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB

Após alguns anos de estudo, o governo brasileiro publica no dia 13 de janeiro de 2005 a Lei Nº 11.097, que foi resultado do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel-PNPB, que define a porcentagem e a proporção gradativa de introdução da quantidade de biodiesel ao diesel produzido no país. Desta maneira, impulsiona-se a cadeia produtiva, baseada na produção e comercialização dos Agrocombustíveis. O referido programa se insere no contexto por demandas alternativas energéticas que substituíssem o petróleo. Esta política torna-se pertinente, dentre outros motivos, devido à escassez do petróleo e os problemas ambientais associados.

Os agrocombustíveis são, nesta conjuntura, a fonte definida para substituir o petróleo, induzindo o processo de migração para nova matriz energética. Diferentemente do petróleo, de origem fóssil, os agrocombustíveis são derivados de plantas e sementes oleaginosas.⁴

³ A escalada do preço do petróleo, devido a sua crise na década de 1970 provocou o aumento do déficit econômico brasileiro gerado pela importação do petróleo. Desta forma, o Brasil buscou na cana-de-açúcar a produção do Etanol, como nova matriz energética que minimizasse o desequilíbrio em sua balança comercial. Em 1975 foi instituído o Programa Nacional de Álcool (PROALCOOL).

⁴ Ideologicamente, na linguagem escolhida pelos gestores e representantes do capital, o agrocombustível é denominado de biocombustível, na qual houve a substituição do prefixo *bio*, que significa vida, e a retirada do prefixo *agro*, que denunciaria sua origem agrícola, mascarando assim algumas contradições postas na sua produção. Optamos politicamente por utilizar o termo agrocombustíveis.

O PNPB tem como diretrizes: i) implantar um programa sustentável, promovendo a inclusão social; ii) garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; iii) produzir o biocombustível a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas (BRASIL, 2009). Estrategicamente, para consolidar esta cadeia produtiva e dar consistência a suas diretrizes, o governo criou também o Selo Combustível Social. “Selo” este que será concedido aos produtores industriais que adquirirem matéria-prima de agricultores familiares, assim como definirem a renda, o prazo e a assistência técnica necessária aos agricultores. Estes acordos são pressupostos para o financiamento e alguns benefícios tributários concedidos pelo governo aos empresários da agroindústria.

A orientação de suas diretrizes possibilitaria também ampliação do parque industrial brasileiro. Promovendo assim, além da inclusão do agricultor em sua cadeia produtiva, o estímulo a produção em regiões economicamente menos desenvolvidas, no entanto, com enorme “potencial” para produção dos agrocombustíveis.

Os Desdobramentos do PNPB no Espaço Agrário Cearense

No caso do Ceará, especificamente, a produção de mamonca tem sido a principal cultura incentivada a ser produzida pelos camponeses. No estado, há a assessoria técnica aos agricultores por 8 (oito) “instituições” diferentes, que cadastram e articulam diretamente a produção com a usina da Petrobras, localizada no município de Quixadá, Sertão Central Cearense. São elas: Cooperativa de Trabalho das Áreas de Reforma Agrária do Ceará (Cooptrace); Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA); Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil Ltda (Co-

operbio); Instituto Agropolos do Ceará; Cooperativa Cearense de Prestação de Serviços e Assistência Técnica Ltda (COPA-SAT) e a Secretaria de Agricultura de Quixadá.

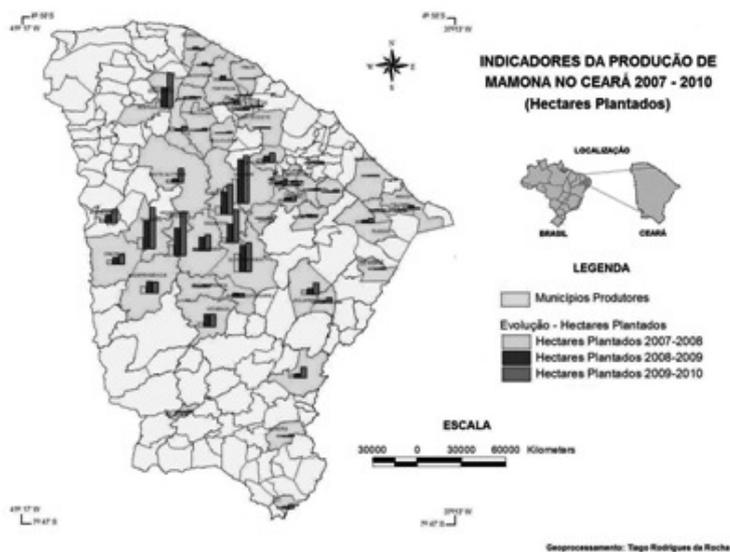
Segundo dados da Petrobras Biocombustível S.A., disponibilizados pelo coordenador técnico da área de “Biodiesel” do Instituto Agropolos do Ceará, houve um aumento considerável da quantidade de hectares plantados para cultivo da mamona, inclusive com o aumento significativo da quantidade de agricultores. Como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Produção de Mamona no Ceará

SAFRA	AGRICULTORES (AS)	ÁREA (ha)
2008/2009	15.194	24.310,00
2009/2010	31.699	71.894,64

Fonte: PBIO 28/07/09 e PBIO 10/03/10.

Estes dados dizem respeito à quantidade de produtores, na atualidade, com áreas voltadas para produção de mamona, assessoradas pelas 8(oito) instituições técnicas. Especificamente, os dados disponibilizados pela Cooptrace, cooperativa ligada ao MST, evidencia também esta tendência. Nos anos de 2007-2008 a quantidade de hectares cultivados por camponeses em 49 municípios do estado foi de **1.928,00 ha**, no ano de 2008-2009 aumentou para **4.819,60 ha** e no ano de 2009-2010 subiu para **6.920,78 ha**, ou seja, houve um aumento em três anos de quase quatro vezes a quantidade de áreas destinadas ao cultivo de mamona. O mapa abaixo mostra este aumento em cada município.



A região do estado com maior produção e maior número de hectares plantados, como pode ser observado no mapa, é a região dos Sertões Central e dos Inhamuns, caracterizada pelo clima semiárido.

Referente à quantidade de produtores, os dados da Cooptrace apontam para um aumento de três vezes e meia o número de assentados produzindo mamona, no período de 2007 ao início de 2010.

Tabela 2 – Número de Agricultores e Relação com a Área Plantada da Mamona

SAFRA	AGRICULTORES (AS)	ÁREA (HA)
2007/2008	900	1.928,00
2008/2009	2.267	4.819,60
2009/2010	3.194	6.920,78

Fonte: Cooptrace. Tabulação: Tavares, T. R. R..

As motivações que têm impulsionado o crescimento da quantidade de produtores a aderirem ao PNPB, se evidenciam pela série de incentivos que o governo, em âmbito estadual e federal, vem oferecendo para estimular a produção. O governo federal, além da garantia de compra de toda a produção, possibilita que a Petrobras estabeleça um teto mínimo de 0,75 centavos por quilo da mamona⁵, bem como propicia o beneficiamento e o transporte da mamona colhida.

Em contrapartida, o governo do Ceará estabeleceu o compromisso de garantir que o preço do quilo da mamona não fique inferior a R\$ 1,00, subsidiando o valor mínimo pago pela Petrobras, com no máximo mais 0,25 centavos. Além disso, distribui sementes e paga por ano R\$ 200,00 por hectare plantado para cada agricultor que estiver cadastrado no programa.

Nas entrevistas realizadas com camponeses nos assentamentos com maior produção do estado no ano de 2010, Santana e Bargado no município de Monsenhor Tabosa, e Monte Alegre em Tamboril, localizados no Sertão dos Inhamuns, percebeu-se a expectativa dos assentados pelos benefícios que a produção tem trazido, sobretudo, devido a garantia de renda no final do segundo semestre, seja pela venda da mamona ou pelo pagamento dos incentivos do governo do estado.

A pesquisa revelou que, de acordo com os técnicos da Cooprace, o agrocombustível produzido pela usina de Quixadá é oriundo da soja importada da região Sul do País, enquanto a mamona produzida no Nordeste brasileiro está sendo armazenada para outros fins comerciais.

⁵ O valor do quilo da mamona é cotado de acordo com a variação na bolsa de Irecê, Bahia.

Os subsídios tributários oferecidos pelo estado para os industriais e camponeses, ajustam e reforçam o modelo de desenvolvimento econômico alicerçado na reprodução ampliada do capital no campo, o agronegócio.

O camponês, sob a lógica desta política pública, se encontra submisso à esfera econômica, participando somente como mero fornecedor de matéria-prima. Ele é o elo frágil desta cadeia produtiva, já que o controle do mercado, na produção e no comércio dos agrocombustíveis, está ao sabor do mercado e das empresas do agronegócio.

Considerações Finais

As políticas públicas de incentivos a produção de agrocombustíveis tem como objetivos possibilitar a expansão do capital e sua intensificação em áreas e setores econômicos passíveis de *ajuste espacial* (HARVEY, 2005). O modelo de desenvolvimento econômico do agronegócio é reproduzido por esta política ao inserir de forma subalterna o sujeito social, camponês assentado, presente no espaço agrário.

Em nossa discussão, privilegiamos observar alguns aspectos que evidenciam o impulsionamento da produção de agrocombustíveis sob o signo do capital. Este processo de migração para uma nova matriz energética, em busca de consolidar o consumo de um “combustível limpo”, se encontra capturado pelo capital que é estrategicamente apresentado como ecologicamente correto.

Referências

BRASIL. **PNPB** – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/programa.html>>. Acesso em: 13 de set. 2009.

CHESSAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista. In: _____. HARVEY, David. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 41-73.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2002.

MENDONÇA, Maria Luisa. O monopólio da terra e a produção de agrocombustíveis. **Caros amigos**, São Paulo, Casa Amarela, 2010, n.157, p.44, abr. 2010.

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO MARANHÃO E CONFLITUOSIDADES CAMPONESAS

Sávio José Dias Rodrigues

Francisco Amaro Gomes de Alencar

Introdução

O avanço do cultivo da soja no Maranhão nos últimos anos faz parte do discurso dos planejadores como redentor do Estado, que historicamente é marcado pela pobreza e concentração de renda. Porém, a expansão do agronegócio da soja, a partir de grandes propriedades vem sendo responsável por vários problemas sócio-ambientais que se intensificam no Maranhão. A pressão que a abertura de grandes campos de plantação de soja está fazendo nos recursos naturais do Cerrado, bem como a expropriação dos pequenos produtores e camponeses da região gera ainda mais problemas nas áreas de expansão do agronegócio. Os conflitos entre grandes proprietários e camponeses, que têm feito sua história nesses lugares, muitas vezes há séculos, pode ser descrito como a face mais evidente da tensão, e que pode traduzir as várias formas do modo de produção que tensionam as populações tradicionais.¹

¹ Cunha e Almeida (2001) ao tentarem definir as populações tradicionais fazem pela via de enumerar os “candidatos a ‘membros’” desta categoria social. Eles ressaltam que é uma categoria pouco habitada, mas que já detém uma existência administrativa (o Centro Nacional de Populações Tradicionais/IBAMA), que congregava inicialmente os seringueiros e castanheiros da Amazônia, mas que se expandiu congregando desde os coletores de berbigão (SC), as quebradeiras de Coco (MA/PA/TO) até os quilombolas do Tocantins, grupos que tem em comum, ao menos em parte, uma história de baixo impacto ambiental e que têm na atualidade o interesse em recuperar ou manter seus territórios. Acrescentamos que as populações tradicionais podem ser definidas também pelo valor simbólico que atribuem a terra e aos recursos naturais, como é o caso dos quilombolas em Alcântara (MA), das quebradeiras de coco babaçu que tem na palmeira a figura “mãe”, ou do camponato que se instalou em regiões de Cerrado no Maranhão e simbolicamente não se apropriam de partes da terra para o uso comum.

Este trabalho tem como objetivo analisar a organização dos camponeses na região de expansão do agronegócio da soja no sul do Estado do Maranhão, mais especificamente no município de Balsas, bem como o principal fato gerador da necessidade de organização desses sujeitos, os conflitos por terra nesse município, a partir da expropriação dos meios de produção ou pela precariedade criada com essa atividade na região.

O município de Balsas é a base empírica para a análise deste processo, já que no Maranhão é o principal produtor de soja, mas na escrita do trabalho muitas vezes se fará referência de maneira geral ao agronegócio, já que os processos que acontecem neste município estão ligados à totalidade-mundo. O recorte temporal, também descrito como sendo o período de 1997 a 2009 é relativo nesse contexto, e assim nos permitimos a liberdade de ampliar algumas vezes no trabalho, esse recorte a décadas anteriores, mas tomando a base dos dados, o fim da década de 1990.

Documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Associação Camponesa (ACA) foram utilizados para a obtenção de dados referentes aos conflitos, bem como do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), para descrever os conflitos no Estado. Dados de órgãos governamentais também dão subsídios às análises que ora se seguem. Assim, também o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros órgãos estaduais foram consultados para a obtenção de dados.

Da Modernização do Espaço ao Atual Sistema Agrário Maranhense

A atual modernidade no campo brasileiro, que tem seu impulso na década de 1970, principalmente por princípios de produtividade da “Revolução Verde”, vem causando na agricultura uma forma peculiar de se produzir, se compararmos a outros períodos históricos. A quarta modernidade, como é dita por Soja (1993), resulta no campo brasileiro num processo de internacionalização da lavoura, que traz para a produção agrícola insumos técnicos que cada vez mais artificializam o espaço, criando o que Santos (1997) denomina de meio técnico-científico-informacional. Neste meio, os processos espaciais de modificação da natureza se intensificam, criando formas atípicas aos lugares e exógenas a eles.

O Espaço se apresenta como pré-requisito social, em que a sociedade não existe sem sua espacialidade e nem o Espaço existiria sem a sociedade. O Espaço se faz como parte dos processos sociais e se reproduz neles. Os processos sociais, cada vez mais tecnificados pela ciência, possibilitam uma maior apropriação e modificação do Espaço. Assim, ele se faz cada vez mais artificial e na sua produção, cada vez mais alienado ao lugar. Assim, a produção espacial é algo para além do lugar, apesar de se ligar a ele.

O modo de produção em que a sociedade se assenta produz seu espaço de vida e o Espaço reproduz o seu modo de produção, em uma relação dialética modo de produção e Espaço se apropriam e reproduzem condições de existência e conflitos entre ambos.

O espaço aparece para Moreira (2007) como resultado da tensão entre localização e distribuição. Ele passa a ser resultado de um sistema de localizações recíprocas e interligadas que se dá por atos de seletividade, em virtude da diversi-

dade estrutural dos elementos. Essa ordem configurativa que é base da organização espacial da sociedade é o arranjo espacial. Como o mesmo autor afirma:

Na base da sua configuração está o jogo de correlação de forças que confere a hegemonia ao dominante – configuração que na sociedade burguesa moderna é dada, veremos, pela sociedade civil mediante seu bloco histórico. (MOREIRA, 2007, p.81).

As modificações que acontecem no espaço agrário maranhense na atualidade são frutos da correlação de forças entre grandes projetos instituídos pelo planejamento estatal, como modernizador do espaço maranhense e as populações tradicionais. No Cerrado essa hegemonia pelo território é dada pela tensão entre grandes proprietários, empresários e camponeses.

A agricultura da soja adentra esse quadro de modificações e arranjos espaciais como produto da modernidade², e em face da necessidade do modo de produção capitalista, em meio às transformações ocorridas nas últimas décadas, como parte de um processo de internacionalização dos espaços nacionais.

O complexo sojicultor³ brasileiro pode ser entendido como um arranjo espacial resultado de conflitos e tensões na

² Essa modernidade pode ser descrita também como marcada por preocupações ambientais, a exemplo dos Selos Verdes e pela preocupação estética com o corpo, em que alimentos “saudáveis” são “reinventados” criando novos produtos a serem consumidos, e assim novas mercadorias entram na circulação para a (re)produção do capital.

³ O Complexo Sojicultor é um Complexo Agroindustrial (CAI), que Giordano (1999) define como sendo uma sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Em alguns lugares, o CAI pode estar mais desenvolvido, agregando mais atividades e com menores perdas, em outros pode estar mais disperso, e, nesse caso, há mais perdas.

região de Cerrado. Este complexo, formado por inúmeras empresas que direcionam a sua produção para o beneficiamento da soja é idealizado para atender o mercado externo, de forma a gerar divisas para o Brasil. O que Ariovaldo U. Oliveira chama de “mecanismo da dívida externa”, explica muito bem o processo de instalação e expansão do cultivo da soja pelos planaltos do Brasil Central. Assim ele explica:

O país fez ou faz a dívida para criar condições ou para ampliar a sua produção. Para pagar a dívida tem que exportar, quer dizer, tem que se sujeitar aos preços internacionais. Como esses preços, no que se refere às matérias-primas (gêneros agrícolas e recursos minerais, exceto o petróleo), têm baixado nas últimas décadas, o país tem que ampliar a produção para poder continuar pagando a dívida. Para poder aumentar a produção, toma mais dinheiro emprestado e conseqüentemente aumenta a dívida, o que faz com que ele tenha que exportar ainda mais, logo, os preços internacionais tendem a cair muito mais. (OLIVEIRA, 2002, p.50).

O município de Balsas, dentro do contexto de expansão dessa atividade, é um novo polo que assimila as inovações técnicas para se tornar competitivo nos mercados mundiais, sendo um novo espaço para o capital.

De forma geral, no Maranhão, onde a estrutura criada para produção e escoamento da soja se alarga pelo estado, se estendendo com a construção de estradas, financiamentos para pesquisa e extensão rural, e o aprimoramento de ferrovias e portos. O crescimento da área de cultivo da soja é marcante, criando novas funções no espaço que não existiam antes. Um exemplo desse fato são as inúmeras empresas de consultoria ambiental, em face da adequação à legislação bra-

sileira para instalação de empreendimentos. Outra atividade que cresce, sobretudo na região de Balsas, é a de empresas especializadas em diagnósticos ambientais e de mapeamentos de áreas. Assim, a agricultura da soja está atrelada a outras atividades, que se ligam em decorrência dos inúmeros processos para a adequação espacial a essa atividade.

O aumento na produção e na área plantada de soja desde a década de 1970 é expressivo. O cultivo da soja no Maranhão na safra de 1977-78 era de apenas 32 ha, tendo lento crescimento até as safras de 1982-83, quando atingiu uma área de 4.263 ha. Em 1988-89 a área plantada foi de 22.850 ha. Devido a obstáculos de logística como, por exemplo, a comercialização do produto a preços baixos, a pequena disponibilidade de recursos no crédito rural etc. fizeram com que na safra seguinte houvesse declínio na área plantada (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1993).

No ano 2000 a área cultivada de soja no Maranhão já era de 178.716 ha, ou seja, aproximadamente 15% do total de área plantada no Estado. Especificamente no município de Balsas, no período de 1994 até o ano 2000, houve um crescimento de aproximadamente 400% na área plantada, passando de 21 mil hectares para mais de 84 mil hectares. No ano 2000 a área plantada de soja significava mais de 70% da área cultivada no Município.

Do ano de 2001 até 2007 o crescimento da área plantada de soja no Maranhão passou de 213.436 ha para 384.474 ha, um crescimento de mais de 80%, tendo uma tendência contínua de crescimento na área plantada no Estado, e também com crescimento consecutivo da participação da cultura da soja na área total plantada no Estado, passando de pouco mais de 17% dessa participação para mais de 23% do total.

A quantidade de soja produzida no Maranhão também obedece a um ritmo de crescimento alto, apresentando aumento no período de 1994 até o ano 2000 de mais de 223%, passando de 140 mil toneladas para mais de 454 mil toneladas. No ano de 2005 o Estado alcança mais de 996 mil toneladas de grãos de soja. Em 2006 há um ligeiro decréscimo de 6,6% na produção, porém, se recuperando em 2007, quando a produção de soja no Estado já é de 1.125.094 toneladas. O aumento registrado no período que vai do ano de 1994 até o ano de 2007 é de aproximadamente 700%.

Um grande trunfo para os produtores de soja do Maranhão e, principalmente para a região do município de Balsas foi a elaboração do “Programa de Exportação Corredor Norte”. Este projeto foi lançado pelo governo federal no ano de 1990, contando com a participação de secretarias e órgãos estaduais, bancos públicos, empresas públicas e privadas e prefeituras do Maranhão, Piauí e Tocantins. Ao todo abrange uma área em 24 municípios dos três estados.

No sul do Maranhão⁴ é onde se localizam as melhores áreas para o avanço da cultura da soja. As empresas que ali se instalam criam uma rede de compensações produtivas baseadas no lucro e que tem como eixo a soja para a exportação, mas que se relaciona com empresas diversas, desde as ligadas ao pré-colheita, até as empresas ligadas ao pós-colheita. Segundo relatório do Sindicato de Produtores de Balsas e da Prefeitura desse município, as empresas de insumos e serviços no ano de 2005 eram em número de 74, e quase todas tinham alguma ligação com a produção da soja, direta ou in-

⁴ Por causa do encarecimento das terras no município de Balsas, a região do Baixo Parnaíba se tornou o “Novo Eldorado” para os produtores de soja, atraindo investidores do sul do país e os “gaúchos” de Balsas que já implantam fazendas experimentais na região.

diretamente, desde as empresas de máquinas que fornecem maquinário agrícola para as fazendas produtoras de soja; as empresas envolvidas com a extração e comercialização de calcário para usos corretivos nos solos ácidos das chapadas; o comércio de fertilizantes, agroquímicos e sementes melhoradas; e finalmente, um ramo ligado principalmente às zonas urbanas, assistência técnica e o de serviços gerais (SINDIBALSAS; BALSAS, 2005).

As inovações técnicas que são basilares no período técnico-científico-informacional, e que justificam as novas relações de trabalho baseados tanto na capacitação técnica por um lado, como na sua precarização, são aparentes no complexo sojicultor de Balsas. Um exemplo dos insumos técnicos e sua utilização que se intensifica em Balsas é a utilização de maquinário agrícola, como é o caso dos dados sobre o uso de tratores no Maranhão e em Balsas.

Tabela 1 – Comparativo da Utilização de Tratores – Brasil/NE/MA/Gerais de Balsas – 1996 - 2006

	Número de estabelecimentos agropecuários com tratores (Unidades)		Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades)	
	1996	2006	1996	2006
Brasil	512.144	519.302	799.742	788.053
Nordeste	36.347	41.493	55.476	58.736
Maranhão	2.269	3.411	3.965	5.866
Gerais de Balsas - MA	211	355	503	1.028
Balsas - MA	122	197	249	622

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1996, 2006. Acesso em: 01 maio 2009.

O aumento do número de estabelecimentos com tratores no Brasil foi de aproximadamente 1,39% no período entre os anos de 1996 e 2006, já no Nordeste esse aumento foi de mais de 14%. Nesse mesmo período o crescimento do número de estabelecimentos agrícolas que utilizavam tratores no Maranhão foi de mais de 50%, sendo que na microrregião de Gerais de Balsas esse aumento ultrapassou os 68%, e no município de Balsas o crescimento foi de aproximadamente 62%, passando de 122 estabelecimentos para 197. O número de tratores no município aumentou quase 150%, enquanto no Brasil houve um decréscimo de aproximadamente 1,5%.

A agricultura da soja se dá em espaços planos para que seja possível a utilização desse maquinário. A região de chapadas no Cerrado maranhense é um espaço privilegiado no estado, assim a obtenção de tratores para o cultivo da soja é essencial para que as fazendas tenham uma produtividade média compensadora.

A modernização da agricultura que há nesses espaços se dá com o objetivo de alcançar os mercados internacionais. A soja produzida no Maranhão é comercializada nas principais bolsas de valores do mundo, inclusive na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e na Bolsa de Valores de Chicago. Os preços alcançados nesses mercados oscilam de acordo com a oferta do produto e com a demanda no exterior; um exemplo é que, entre o ano de 2006 e 2009, o preço da soja comercializada na BOVESPA passou de R\$ 27,00/saca de 60Kg (março/2006) para mais de R\$ 48,00/saca de 60Kg (março/2009) (CEPEA, 2009). Esse aumento se deu de acordo com a demanda criada com o mercado de soja, tanto nacional como internacional.

Além da comercialização desse produto se dar nas principais bolsas de valores do mundo, essa atividade conta com

a capacidade produtiva de grandes empresas como BUNGE, MONSANTO, CARGIL, entre outras que dão suporte financeiro e técnico.

Empresas como a BUNGE se instalam na região com forte capacidade de processamento de grãos e com um aporte de exportação que monopoliza a utilização de portos na região, como é o caso do Complexo Portuário da Ponta da Madeira, onde funcionam três portos (Itaqui, Alumar e Madeira) e que disponibiliza estrutura moderna para o embarque de grãos.

De fato, a modernidade que muda padrões de produção e impõe novas formas de relação com o mercado, em que preponderam os preços internacionais, também muda as relações locais, criando tensões com as populações dos lugares. Essas populações são tidas pelos agentes da modernidade como empecilhos e sujeitos a serem removidos do lugar. O planejamento na nova espacialidade da modernidade se dá com ênfase na produtividade, e assim, as populações camponesas que têm sua produção voltada para relações familiares e comunitárias são negadas, tendo que ou serem substituídas pelos “verdadeiros produtores” na modernidade ou serem ainda introduzidas nos rápidos circuitos do capital, sendo inseridas nos complexos produtores.

A tensão que há com o avanço dessa modernidade entre o uno e o diverso, ou seja, entre o princípio unificador das partes e a diversidade espacial irá criar conflitos para o domínio do território, de recortes do espaço qualificados pelo sujeito, como diria Moreira (2007). Os sujeitos, seja o campesinato ou o empresariado do agronegócio, agentes por excelência da modernização, serão os contrapontos do conflito para o domínio do território.

O Contraespaço Camponês: Conflitos por Terra na Região de Balsas/MA

No conceito de espaço dado por Moreira (2007), ele explica que o espaço nasce da tensão entre localização e distribuição, e que a seletividade é um processo importante que se dá devido a diversidade de estruturas. Essa diversidade é resultado de inúmeros fatores de diferenciação espacial que vão desde os fatores físicos até os econômicos. A seletividade se dá de acordo com a demanda do modo de produção predominante. O município de Balsas/MA é típico para o momento atual e para exemplificar a seletividade espacial. As características do município são favoráveis a expansão da agricultura moderna da soja. O sistema de localizações que está relacionado com as características de Balsas não se dá de forma independente do sistema de localizações em geral. A totalidade do espaço como um todo e as subtotalidades dos processos que se dão no espaço regional fazem com que as relações advindas da agricultura da soja sejam interligadas a outros inúmeros fatores decorrentes do contexto do modo de produção. Assim, a própria expansão da agricultura da soja é fruto de relações extrarregionais, que se ligam ao conjunto de localizações características de Balsas.

O conceito de espaço concebido por Moreira (2007) carrega as contradições presentes no espaço, que são decorrentes da tensão entre as localizações e as distribuições. Ele diferencia a estrutura espacial orientada para o olhar focal ou ainda para o olhar dispersional. A primeira é voltada para a centralidade, uno, e a segunda para a dispersão, sendo que, na primeira, as localizações se dão de forma hierárquica.

A ordem configurativa do espaço é determinada pelo desenho da distribuição das localizações, e a partir daí se pode falar de uma organização espacial da sociedade. Na base da configuração espacial está a correlação de forças que irá conferir hegemonia ao dominante. Porém, a configuração espacial se dá com conflitos, é, nesse caso, o contra-espaço a que se refere Moreira (2007). O recorte espacial em que surge o contraespaço pode nos remeter ao próprio conceito de território. Ele assim diz:

[...] o território é um recorte espacial. O recorte de domínio de um corpo-sujeito determinado. E, assim, o espaço de poder desse corpo-sujeito, o seu ponto de referência no âmbito das relações de hegemonia dentro da espacialidade diferencial no plano global do arranjo. (MOREIRA, 2007, p. 85).

O recorte onde se expande o agronegócio da soja em Balsas se configura como território de expansão capitalista, como uma ampla territorialização nos Cerrados maranhenses relacionada à agricultura da soja que, de forma hegemônica, se apropriam dos espaços, aumentando seus domínios territoriais. Fernandes assim se refere ao processo de expansão do agronegócio no campo brasileiro:

Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe. (FERNANDES, 2008, p.296).

Segundo o autor, são três as paisagens criadas no campo brasileiro atualmente: 1) a paisagem ligada ao território

do agronegócio, que, nesse caso, é uma paisagem marcada pela homogeneidade das formas, com uma desertificação populacional, obviamente criando um consenso em relação ao discurso de vazio populacional das regiões de Cerrado maranhense. Esta paisagem está ligada a monocultura com base no produtivismo para exportação, que se dá na região polarizada pelo município de Balsas, pelo sistema intermodal de transportes que a liga ao complexo portuário de Ponta da Madeira, em São Luis/MA; 2) a paisagem ligada ao camponês subalternizado, ou monopolizado pelo agronegócio, também homogeneizado, tem seu espaço subalternizado, com relações de trabalho ligadas ao agronegócio e o controle tecnológico das grandes empresas que detêm o direito de patentes; 3) a paisagem que caracteriza o território camponês que resiste ao agronegócio se dá em uma escala menor, com a policultura e a produção diversificada de alimentos, principalmente de arroz, feijão, milho e a mandioca, utilizada na produção de farinha. Esses gêneros são a base da produção da população camponesa.

No município de Balsas, as culturas camponesas são forçadas a dar espaço à agricultura da soja, obrigando os agricultores a retirarem suas plantações e substituir pela soja, ainda vender as terras para o agronegócio e se deslocar para outras regiões. O caso do arroz, em particular, é exemplo do processo de substituição dessas culturas, e de uma sobreposição da paisagem, comandada pelo capitalismo, sobre a paisagem campesina. A tabela abaixo demonstra o decréscimo nos últimos anos na cultura do arroz.

**Tabela 2 – Área Plantada da Cultura do Arroz no
Município de Balsas/MA**

Área plantada de arroz em Balsas (2000-2007) – hectares (ha)							
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
19.713	8.493	10.098	7.790	8.600	10.216	4.086	4.086

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2009b).

A área plantada do arroz no município de Balsas nesse período teve um decréscimo de aproximadamente 80%, passando de uma área de mais de 19 mil hectares para uma área um pouco maior que 4.000 ha. Esse decréscimo é em parte devido à pressão exercida pelos agricultores da soja para des-territorializar o campesinato da região e, em parte, a pressão exercida pelo mercado que define a região como espaço da soja. O mesmo processo ocorre com o milho que, no ano 2000 era plantado em uma área de 3.765 ha, e no ano 2007 essa área foi reduzida a 2.400 ha no município. A quantidade produzida para essas duas culturas nos anos de 2000 e 2007 foi de aproximadamente 46 mil toneladas para o arroz e 19 mil para o milho; 7.354 ha e 16.800 ha respectivamente. Também apresentando decréscimos consideráveis para a região.

Entretanto, o campesinato continua lutando na região para se fixar através da produção. Um exemplo é o crescimento de outras culturas relacionadas ao trabalho familiar e comunitário do camponês, como é o caso da mandioca e do feijão que, no período em que houve decréscimos em outros produtos da agricultura camponesa, obteve um acréscimo muitas vezes relativamente alto. A tabela a seguir demonstra a evolução da mandioca e do feijão:

Tabela 3 – Área Plantada da Cultura da Mandioca e do Feijão no Município de Balsas/MA

Área plantada da mandioca e do feijão em Balsas (2000-2007) – hectares (ha)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Mandioca	340	225	225	300	300	300	200	380
Feijão	530	557	200	410	600	900	3.900	3.850

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2009b).

Como podemos perceber, as duas culturas passaram por oscilações, mas que na comparação do ano de 2007 com 2000 sobressaíram, sendo que em relação ao feijão a diferença é consideravelmente alta, representando um acréscimo de mais de 600%. Esse fato também pode ser relacionado a não competitividade espacial com a soja, pois são realizadas em espaços muitas vezes íngremes, e não propícios a soja. Enquanto o milho e o arroz têm que competir espacialmente ou com a própria soja, ou ainda com as áreas que os fazendeiros objetivavam destinar a reserva legal, normalmente nos “baixios”, “pés de chapada”.

O conflito pela imposição de determinada cultura agrícola é uma das categorias dos conflitos existentes entre o agronegócio e o camponês nessas regiões. É um conflito que se dá de forma velada e sem chamar a atenção para a sociedade em geral, pois é somente percebida na comparação dos números. Porém, a luta do camponês contra o avanço do agronegócio se dá para ele como forma de se manter com seus meios de subsistência, para assim poder ser o protagonista da própria história, e não subordinar a vida as demandas do grande capital, exógeno ao seu lugar e a sua cultura.

O conflito, entendido como

[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. (CPT, 2007, p.10),

se manifesta de várias formas, primeiramente o conflito espacial pela produção, que se dá na forma velada, como anteriormente exposto, mas a forma violenta é a mais cruel, pois desaloja, desacredita e deixa órfãos.

No Maranhão, o número de conflitos por terra no período de 1997 a 2008 cresceu significativamente, passando de 17 ocorrências em 1997 para 71 conflitos registrados no ano de 2008, não por coincidência no período de maior crescimento da produção de soja no Estado. O gráfico a seguir demonstra a evolução quantitativa dos conflitos por terra no Maranhão:

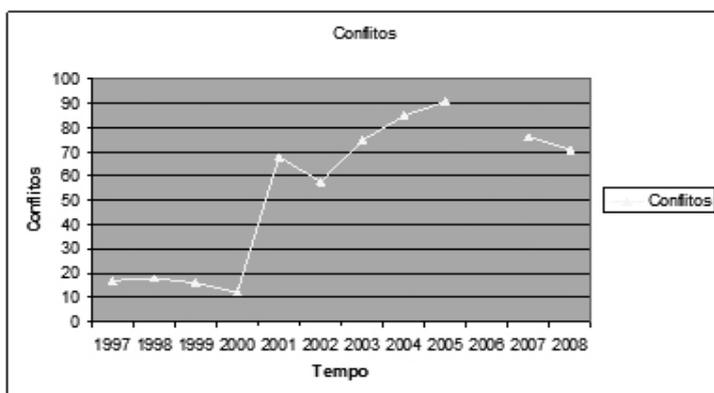


Gráfico 1 – Evolução dos Conflitos de Terra no Maranhão – 1997/2008⁵

Fonte: CPT (2008).

⁵ O ano de 2006 não está representado, pois os dados são desconhecidos nos documentos da CPT, e para evitar dúvida, optou-se por suprimir, sabendo que a falta deste dado em particular não afetará a compreensão do processo, e muito menos as conclusões que se podem ter.

Apesar da pequena oscilação que há entre os anos de 2001 a 2008, ainda assim houve um crescimento no número de conflitos no Estado. Outro dado que demonstra a forte tensão entre o campesinato e grandes proprietários é o número de famílias envolvidas em conflitos de terra. De 2.336 famílias em 1997, em 2008 o número foi praticamente o dobro, com o registro de 4.167 famílias. O gráfico a seguir demonstra essa evolução:

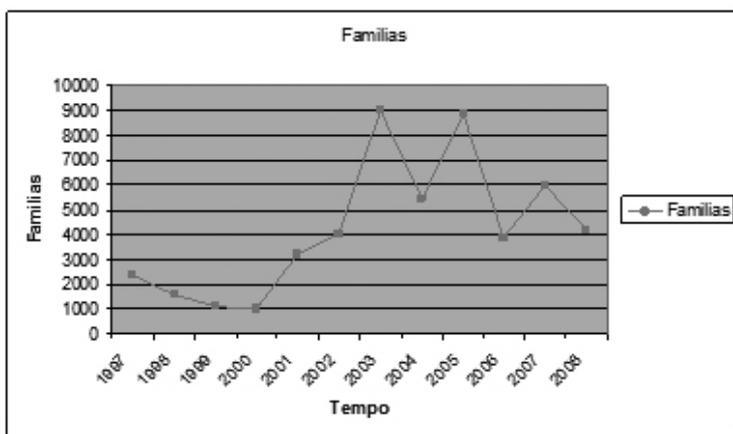


Gráfico 2 – Evolução das Famílias Envolvidas em Conflitos de Terra no Maranhão – 1997/2008

Fonte: CPT (2008).

Esses dois gráficos evolutivos já demonstram o crescimento dos conflitos e das famílias afetadas, mas o dado que mais demonstra a tensão espacial pela territorialização e hegemonia no território é a área em disputa. Em 1997, a área total em disputa no Maranhão era de aproximadamente 56 mil hectares, aumentando significativamente no ano de 2008 para aproximadamente 1(um) milhão e 300 mil hectares. O gráfico a seguir demonstra isso:

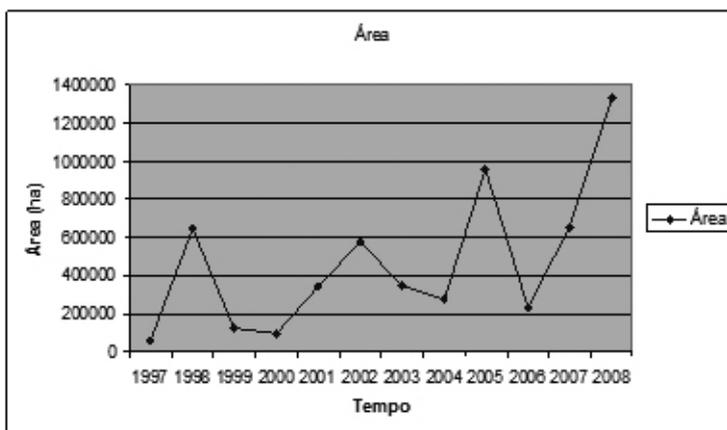


Gráfico 3 – Evolução das Famílias Envolvidas em Conflitos de Terra no Maranhão – 1997/2008

Fonte: CPT (2008).

Esse crescimento se dá com a expansão dos projetos do agronegócio e em especial da soja no Maranhão. É uma contradição clara ao discurso de vazio populacional e demográfico nessas regiões de expansão. O número de conflitos exemplifica a luta camponesa por não perder seus territórios para o capital. O número de famílias demonstra o número de pessoas envolvidas, e a área nos faz crer no sentido devorador voraz do capital por se expandir.

Considerações Finais

O projeto de ocupação econômica dos cerrados maranhenses é caracterizado pela negação das populações que aí se encontram, com a negação de sua cultura, identidade e produção. Nos discursos dos programas de financiamento da agricultura da soja, os espaços em que estes se expandem são

tidos como “Áreas de Cerrado Incorporadas ao Processo Produtivo”, implicando uma clara concepção de “espaços vazios”. O rico Bioma do Cerrado, que é devastado pela paisagem homogênea e tecnicada, também tem sua diversidade social e cultural dos “Povos do Cerrado” seriamente comprometida. Como consequência, o campesinato é expropriado pelo processo de expansão das grandes fazendas ou subordinando-se aos circuitos produtivos da soja.

Além disso, também temos, com a expansão das grandes fazendas, um crescimento dos conflitos de terra nas regiões onde estas se ampliam, que também marca a luta do campesinato por sua territorialização. As lutas camponesas, têm se justificado pela crescente economia da soja, baseada nas grandes propriedades, com um conseqüente empobrecimento das populações rurais, que são obrigadas a se submeter às imposições dos produtores de soja, com subempregos, migrando para as cidades vizinhas ou ainda outras regiões, como por exemplo, em direção ao norte do país, para a região de garimpo na Amazônia.

A territorialização da luta camponesa significa a tomada de territórios para se viver. Territórios onde seja possível a reprodução cultural, social, econômica, a reprodução camponesa em todos os seus aspectos.

Referências

CEPEA. **Indicador CEPEA/ESALQ/BM&FBovespa** – Paranaguá - Series de Preços (desde 13/3/2006). Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/soja>. Acesso em: 02 maio 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (Org.). **Biodiversidade na**

Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. **Competitividade regional e globalização.** São Paulo: Departamento de Geografia, USP. 1999.

IBGE. **Censo agropecuário** – 1996 e 2006. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br; Acesso em: 01 maio 2009.

MOREIRA, Rui. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton; BECKER, Berta K. *et al.* **Territórios, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O Campo Brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje.** 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SINDIBALSAS; BALSAS, Prefeitura Municipal de. **Solicitações e reivindicações da classe produtora do Maranhão.** 2005.

SOJA, Edward. W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução de Vera Ribeiro; revisão técnica de Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1993.

PARTE 4

CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: TERRA, ÁGUA E DIREITOS



DO COMBATE À CONVIVÊNCIA COM A ESCASSEZ DE ÁGUA NO SEMIÁRIDO CEARENSE

Danielle Rodrigues da Silva

José Levi Furtado Sampaio

Introdução

O problema do acesso à água é histórico, geográfico, político, econômico, ambiental, antigo e atual. A solução depende principalmente da intervenção estatal e as soluções têm sido historicamente apresentadas, porém, a complexidade, propicia o surgimento de ações por diferentes atores que compõem o espaço, do qual destacamos dois: o Estado e as Comunidades Rurais.

As estratégias são criadas com vistas a sanar a falta da água. De um lado, temos as populações e comunidades rurais que utilizam estratégias acessíveis e de baixo custo, e de outro, temos as ações que o Estado executa através das políticas voltadas à resolução da escassez de água.

Em maior ou menor grau, a luta pelo acesso à água sempre acompanhou as comunidades ao longo da história do Brasil. O Estado sempre atuou objetivando o armazenamento de água para atender as demandas das atividades: agropecuária, energia, comércio, doméstica, indústria e assim contribuiu relevantemente para a construção do espaço nacional. Mas outros atores em especial as comunidades rurais, também desenvolveram historicamente estratégias de sobrevivência no semiárido estabelecendo relações com a natureza, principalmente com a água.

A Ação Governamental

As ações realizadas, essencialmente, pelo Estado para enfrentar os problemas causados pela seca têm sido de dois tipos: emergenciais e preventivas (BEZERRA, 1996). Apesar de ser antigo

foi somente a partir das grandes secas de 1877 a 1879, entretanto que, realmente, a Coroa portuguesa deu início à realização de estudos com exploradores estrangeiros, para se combater a seca. (NASCIMENTO, 2006, p.135).

Essa é a primeira notícia sobre intervenção governamental em relação às secas no Nordeste, que culminaram na recomendação sobre açudes, perfuração de poços, construção de estradas e melhoria de portos.

O secular problema da seca no Nordeste fez com que o Governo Federal, nas últimas décadas do século passado, iniciasse o programa de açudagem para a região, tendo como obra inicial a construção da barragem do Cedro no município de Quixadá-Ceará (BEZERRA, 1996).

O açude Cedro, em Quixadá, foi um dos três primeiros construídos. Iniciado em 1884 e concluído 22 anos depois, em 1906, o mesmo é concebido como um ícone da inoperância e do desperdício no combate à seca. (NASCIMENTO, 2006, p. 136).

Essa ação de construção de açudes empreendida pelo Estado tinha por objetivo o combate à seca, no entanto, as demandas por água não são atendidas a contento. Sobre isso, coloca Ximenes (2003)

Os programas de açudagem no Nordeste promovidos pelo poder público garantem o suprimento para quase todas

as cidades e povoados, mas há a questão das populações rurais, que geralmente estão muito espalhadas. Aqueles grupos familiares que estão próximos aos açudes se beneficiam, mas esse fato não é a regra e sim a exceção. Daí a importância de programas alternativos de captação e armazenamento alternativos de água. (p.20).

No Ceará, historicamente, as ações de combate às secas promovidas pelo Estado objetivavam a equacionalização do problema, assim como a permanência de mão-de-obra no Estado. Na seca de 1932, José Américo de Almeida, como ministro, impõe ações emergenciais de forma concentrada para garantir que a mão de obra permaneça nos municípios.

Essa medida garantiu uma concentração populacional em seis áreas do Estado, nas quais foram construídos barracões para dar guarida aos trabalhadores que se sujeitaram a se deslocar com as famílias para estas áreas na busca de trabalho e alimento. A situação de fome, porém, era tão grave que a população estava fragilizada fisicamente, favorecendo a contaminação por vírus, porque os ambientes nestes locais ficaram insalubres, sem higiene, provocando doenças mortíferas. (SAMPAIO, 1999, p.116).

As ações realizadas, não resolveram os graves problemas dos camponeses que eram os mais afetados com a estiagem, no entanto, a ideia de combate e enfrentamento da seca, o Brasil foi desenvolvendo o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, para fazer face às demandas crescentes por água no país e o avanço da degradação dos mesmos. Foi assim que, em 1997, concretizou-se a decisão do país de enfrentar, com um instrumento inovador e moderno (Lei 9.433), [...] a Política Nacional de Recursos Hídricos e foi criado o Sistema

Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em 2000, consolidou-se a ampla reforma institucional do setor de recursos hídricos, através da Lei Nº 9.984, que criou a Agência Nacional de Águas (ANA, 2002, p.11).

As reformas ocorridas no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com da Lei nº 9.433, estabelecendo a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), bem como da Agência Nacional das Águas (ANA), por mais modernos que sejam e que tenham buscado a descentralização, integração e participação através dos comitês de bacia, enquanto mantiveram a ideia de combate, não tiveram o êxito desejado quando se trata de elevar a qualidade de vida da população camponesa.

É nesse contexto que se edifica o saber camponês nas estratégias de convivência com a escassez de água. Segundo Duque (1973) à medida que foram implantadas obras governantes, retirou-se a ação criativa dos sertanejos no aproveitamento dos recursos existentes.

A estratégia de convivência com as secas e com o semi-árido

visa a focar a vida nas condições socioambientais da região, em seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender e lidar com esse ambiente para alcançar e transformar todos os setores da vida. (BOFF, 2007).

Nesse contexto, “a captação da água de chuva é uma das formas mais simples, viáveis e baratas para se viver bem na região.” (MALVEZZI, 2007, p.10).

De acordo com Malvezzi (2007)

O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteli-

gente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes. (p.12).

Convivência do Camponês com a Natureza

A presença de rios, lagos ou quaisquer fontes de água foram importantes na ocupação dos territórios, o surgimento de sociedades sedentárias, o desenvolvimento da agricultura e o aparecimento de povoados e vilas (SILVESTRE, 2002). Permanecem, no seio da sociedade capitalista, grupos que mantêm relações tidas tradicionais¹ e simples com o ambiente no qual estão inseridos, dotando-lhes, pois, da capacidade de conhecer profundamente o ambiente natural, podendo, assim, conviver com ele. Nesse contexto, estão os trabalhadores rurais.

Em conformidade com essas práticas tradicionais, os camponeses do semiárido desenvolveram ao longo do tempo a capacidade de ler e prever os fenômenos naturais. Segundo Moura (1986), sua aptidão foi adquirida mediante a relação cotidiana com a natureza, interpretação e leitura dos fenômenos ocorridos e transmissão destes, de geração para geração. Os camponeses dependem do mundo natural, de sua dinâmica, portanto, sua reprodução está diretamente ligada à convivência com esses elementos.

No Nordeste essa relação de dependência, convivência e permanência com a natureza levou o homem do campo a adotar práticas que lhe possibilitassem ajustar-se às condições de estresse hídrico local e/ou irregularidade de chuvas. O camponês conhece o período chuvoso, a localização dos

¹ “Tradicionais” denota clara discordância da ideia de atraso que costumemente é relacionada.

recursos hídricos mais próximos, as vias de acesso a eles, o período mais adequado ao plantio e colheita da produção, os solos mais férteis, a madeira mais apropriada para os fogões e para as cercas.

“O empiricismo dos sertanejos desenvolveu uma intuição apurada sobre as forças telúricas, ao longo dos tempos, com base no lugar de cada um.” (NASCIMENTO, 2006, p.139). Utiliza, portanto, esse saber para adequar-se às condições locais e manter um padrão de produção e reprodução familiar que garanta sua manutenção e reprodução social. “Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de ciência.” (MOURA, 1986, p. 9).

No semiárido, em detrimento da má distribuição de chuvas no tempo e no espaço, há localidades que arcam com as consequências da estiagem no período de entressafra. Em muitas delas, comunidades são levadas a caminhar longas distâncias em busca de água. Elas não contam com serviços de água canalizada e, portanto, necessitam buscá-la *in situ*, o que permitiu a observação da natureza. Essa mesma observação das condições ambientais e, mais atentamente, dos ciclos naturais é que lhes permite desenvolver a habilidade de prever os períodos de chuva ou de estiagem em sua comunidade, antecipando uma informação que os leva a adequar-se às condições que estão por vir. A esse respeito Diegues (2005), baseando-se em Gomes (1998), exprime a noção de que,

Para os sertanejos a observação das estrelas, de certas árvores como o pau d’arco e imbiratama podem também fornecer elementos de previsão para a tão esperada chuva (GOMES, 1998), que ao chegar, inicia não somente o ciclo da vida natural, mas também social e cultural. (GOMES, 1998 *apud* DIEGUES, 2005, p.8).

Nas sociedades, ditas tradicionais, “[...] a água (rios, cachoeiras etc) é um bem da natureza, dádiva da divindade, responsável pela sua abundância ou pela sua escassez” (DIEGUES, 2005, p.2). A água, portanto, na perspectiva camponesa, tem valor sagrado, significado divino, e representa a existência e permanência da vida. Portanto, seu uso não converge para a razão capitalista de produção em larga escala, mas sim, para a sua reprodução social.

Consoante Figueiredo (2003),

Por mais que se imponha uma cultura capitalística a esses seres do sertão e estes se sintam estimulados a se dissociarem do mato que percebem constantemente ao seu derredor, desenvolvem um relacionamento integrado com a natureza. Trabalham com ela como com uma parceira. (p. 111).

Marcados pela religiosidade é comum os sertanejos apearem-se aos santos, para que protejam a produção e interceder pela chuva para garantir água à satisfação das necessidades. Para muitos sertanejos católicos, a clemência da natureza e o fim da escassez de água podem ser conseguidos com a ajuda dos santos, e para tanto, existem muitos rituais com a finalidade de prever os anos bons e ruins da chuva (DIEGUES, 2005, p. 8).

A crença e a fé religiosas, pois, marcam o modo de vida camponês e caracterizam sua relação com a natureza. E a água, nesse contexto, é tida como elemento natural, dotada de valor religioso, mítico, extrapolando, portanto, a carga economicista que está sendo imposta na atualidade.

Água de Chuva: Recuperação de Antigas Práticas

No semiárido, a *água de chuva* é um elemento que propicia o acesso à água para as comunidades camponesas, servindo de recurso para estas.

Com base nas potencialidades e limitações do semiárido, devem ser desenvolvidas tecnologias adequadas para o manejo sustentável dos recursos naturais existentes na localidade e, para as áreas em avançado estado de degradação, que devem passar por um processo de recuperação.

Consoante Gnadlinger (2006), “a coleta de água de chuva foi inventada independentemente em diversas partes do mundo e em diferentes continentes há milhares de anos.” (p.104). Há dois mil anos, já se detinha informações da existência de um sistema integrado de manejo de água de chuva no deserto de Negev, hoje território de Israel e da Jordânia, e também o uso de cacimbas e tanques de pedras para água de chuva na China (EVENARI, 1982 *apud* GNADLINGER, 2006).

Com o progresso técnico dos Séculos XIX e XX, o crescimento populacional e o aumento da demanda por água, essas práticas começaram a cair em desuso. A sociedade urbano-industrial, movida pelo modo de produção capitalista, passou a valorizar a captação e o armazenamento de água em larga escala, atrelando a esse fator um moderno sistema de coleta, transporte e distribuição da água.

Na atualidade, porém, há um incremento da difusão de práticas mais tradicionais pelo semiárido nordestino, por considerar tais comportamentos mais adequados à região, tanto econômica, quanto social e ambientalmente.

Mesmo considerando a irregularidade das precipitações no semiárido, tanto temporais quanto espaciais, esses instrumentos são pensados para o período chuvoso, que, no Ce-

ará, segundo a Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME), compreende os meses de fevereiro a maio, quando cerca de 75% das chuvas anuais são observadas. Segundo Gnadlinger (2006),

[...] a captação de água de chuva se introduzida em larga escala, pode aumentar consideravelmente o abastecimento existente de água a um custo relativamente baixo, e passar para as comunidades a responsabilidade de gerenciar seu próprio abastecimento de água e contribuir para uma agricultura sustentável em regiões semiáridas. (p.103).

O camponês, para manter o padrão reprodutivo, deve utilizar-se de técnicas que, por mais tradicionais ou modernas que sejam, estão subordinadas à natureza.

Não há a política nacional que vise o aproveitamento racional das águas de chuva (CARVALHO, 2005, p.356). Assim, o uso e a difusão da água de chuva no semiárido podem servir de pressão para que políticas públicas no Brasil invistam mais nesse potencial ambiental, para garantir água às populações rurais.

As Tecnologias Sociais a Serviço da Captação e Armazenamento de Água

Diante do quadro natural anteriormente exposto, e da necessidade de armazenamento para as populações do semi-árido, foram desenvolvidas ao longo do tempo estratégias de captação e armazenamento de água, em diferentes escalas e dimensões. “Realmente no semi-árido os reservatórios sempre foram os principais equipamentos de transformação e adaptação das potencialidades às demandas.” (NASCIMENTO, 2006, p. 138).

Em geral, os camponeses captam e armazenam em pequena escala de abrangência e a utilização do produto está relacionada à satisfação das necessidades básicas, como des-sedentação e alimentação.

A leitura sobre as práticas camponesas para armazenamento e estocagem de água permitiu classificá-las em três tipos de estratégias relativas à água de chuva.

O *primeiro* é representado por aquelas fomentadas e geridas pelo Estado, a quem, em geral, cabe a gestão das águas. Comumente, são pensadas em grandes escalas, para satisfazer atividades que demandam maiores quantidades de água, como a agricultura, a irrigação e/ou o abastecimento de grandes cidades. O *segundo* surgiu pela necessidade da distribuição dos recursos hídricos de maneira mais equitativa, de forma que promovesse a democratização da água. Esse foi pensado por trabalhadores, movimentos e pastorais sociais comprometidos com a causa dos mais necessitados e precariamente incluídos em nosso território. A captação de água é feita em pequena escala e está fora da racionalidade capitalista de produção, pois prima pela reprodução social, podendo inserir-se no mercado. São exemplos destas as “mandallas”, cisternas de placas, barreiros, etc. O *terceiro* tipo de estratégia representa aquela desenvolvida há séculos por populações tradicionais, cujo envolvimento e dependência da natureza levaram-nas a desenvolver a capacidade de conviver com o potencial local para satisfazer as necessidades básicas. Como exemplo, podemos citar os caldeirões.

Os dois últimos tipos de estratégias são revalorizados e recobrados dos costumes das populações mais tradicionais, para aplicação no meio rural do semiárido.

“Essas tecnologias de captação e manejo de água de chuva costumam ser chamadas de tecnologias sociais.” (GAN-

DLINGER, 2006, p.111) ou sociais, como são mais conhecidas. “Elas estão espalhadas por todo lugar, mas, por serem extremamente simples, nem sempre o *status* de tecnologia lhes é facilmente conferido.” (LASSANCE JUNIOR e PEDREIRA, 2004, p.65).

As tecnologias sociais utilizam-se de técnicas, que podem ser tradicionais ou modernas, porém, o fim é sempre o armazenamento de água. Na realidade, a mesma tecnologia e/ou técnica pode ser utilizada em estratégias de capacidade, dimensões e fins diferentes.

No contexto das comunidades rurais, as estratégias utilizadas se baseiam em princípios simples, de baixo custo, que, muitas, são desenvolvidas há séculos por comunidades das zonas áridas e semiáridas do mundo e estão sendo recuperadas na atualidade.

As técnicas de convivência com o semiárido, utilizadas para o armazenamento de água, mais conhecidas são:

1. pequena escala de abrangência – cisterna de placas, barreiros, cacimbas, caixios, caldeirão ou tanque na pedra, “mandallas”, cacimbões e barragens subterrâneas; e,
2. grande escala de abrangência – açudes e barragens.

Cisternas de Placas

No entendimento técnico, a cisterna de placas, segundo Gnadlinger (1997) citado por Ribeiro (2005),

[...] é um reservatório construído de diferentes formas e materiais, completamente vedado e fechado em cima para armazenar a água da chuva que escorre dos telhados ou da superfície da terra. (p. 21).

As cisternas de placas pré-moldadas, que servem de reservatório para acumular a água da chuva e proporcionar o abastecimento durante o período de seca, permaneceram por muito tempo apenas como uma boa ideia (LASSANCE JUNIOR e PEDREIRA, 2004, p.67). Hoje a difusão das cisternas de placas alcançou dimensões mais amplas.

A paisagem do sertão nordestino está mudando sua fisionomia, pois se tornou comum ver o branco das cisternas compondo o cenário das comunidades rurais.

O branco das cisternas está se tornando cada vez mais presente na paisagem do semi-árido brasileiro, e demonstra que está se formando uma rede de abastecimento de água com base na captação de água da chuva em pequenos reservatórios de custo baixo, se comparado às grandes obras hídricas. (SARAIVA, 2006, p. 123).

As cisternas de placas são divididas em três partes: a) área de captação; b) calha ou conduto de água e, c) tanque de armazenamento de água.

O armazenamento de água das cisternas de placas utiliza o telhado como área de captação. O morador deve estar atento para o fato de que as primeiras chuvas devem servir para lavar o telhado, onde se acumulam as impurezas. Para isso, desvia-se o tubo condutor para fora da cisterna e, somente quando se observar que a água já escorre limpa, é que se põe o condutor na posição normal. É preciso estar atento às condições da calha para evitar desperdícios e, a cisterna deve ser sempre bem tampada para evitar a entrada da luz solar, a consequente proliferação de algas (lodo) e para reduzir perdas por evaporação.

Coletando água durante certo período, a cisterna é capaz de abastecer o consumo de uma família de cinco pessoas du-

rante oito meses. Outros fatores relevantes para considerar a importância da cisterna de placas nas comunidades rurais, distribuídas pelo semiárido nordestino, é a possibilidade de acesso à água que se cria em locais em que há grande dificuldade para tal. Também é relevante o grau de mudança na qualidade da água consumida por essa camada da população, que, na maioria dos casos, tinha que se submeter ao consumo de água de fontes degradadas e poluídas, como açudes e barreiros.

O uso eficiente das cisternas, no entanto, passa pela capacidade de administrar adequadamente o sistema. É necessário evitar qualquer tipo de poluição da água armazenada na cisterna, mantendo-a vedada e limpa, para que não entrem animais de pequeno porte através da calha. Deve-se seguir rigorosamente as instruções de uso e manejo, quando do recebimento do equipamento.

Barreiros

Segundo documento produzido pelos técnicos do Banco do Nordeste (BNB) (2004), os barreiros

[...] são pequenos reservatórios de cerca de 3.000 m³, destinados a armazenar a água das chuvas; seu objetivo é possibilitar a realização de aguações em períodos críticos de irregularidade das chuvas, caso venha a faltar água, por exemplo, durante o desenvolvimento inicial da planta ou na floração. (p.17-18).

Os barreiros construídos com arte, acumulam água no período chuvoso e servem às atividades secundárias dos usuários. Em geral, no semiárido cearense, recebem água nas primeiras chuvas de novembro dezembro e começam a secar

em setembro, tanto pela intensidade de uso dos moradores, uma vez que é coletivo, como pela evaporação. Na maioria das vezes são reservatórios rasos, pequenos, sem área de captação e na maioria dos casos são utilizados apenas para o consumo animal (CAVALCANTI e RESENDI, 2002, p.5).

Por ficarem totalmente expostos à ação do clima, uma vez que não possuem nenhuma cobertura, experimentam elevadas taxas de evaporação.

Nas comunidades próximas aos barreiros, estes são locais de referência de reprodução da vida social. Em geral, são utilizados para a dessedentação animal, banho de pessoas e animais e lavagem de roupa – expressão que na linguagem popular é igual a “bater roupa”. É na lavagem de roupa que as mulheres costumam se reunir e estabelecem os contatos de mais proximidade com as vizinhas, seja nas cantorias ou nas conversas, é um momento de socialização.

Em períodos em que não se contava com a água das cisternas ou de outras fontes hídricas, as águas dos barreiros serviam para consumo humano. Não é aconselhável consumir água dos barreiros, porque estão suscetíveis à poluição, ficam expostos e têm como área de captação as próprias proximidades, carreando as impurezas do solo para a “bacia” dos barreiros. Além disso, a lavagem de roupa também polui a água com os produtos químicos provenientes do sabão. Assim, quando mal manejados podem constituir-se como fonte de contaminação hídrica.

O próprio nome do barreiro conota sua coloração, amarronzada, barrenta, em decorrência da quantidade de materiais argilosos levados para o sistema, que ficam em suspensão. Por isso, os barreiros são limpos pela comunidade, periodicamente, para evitar o acúmulo de sedimentos no fundo.

Cacimba e Cacimbão (Poço Amazonas)

Conforme o conceito oferecido por Gnadlinger (2006) a cacimba

[...] é um poço raso, muitas vezes feito de pedra, com uma abertura de até 2 metros, coberto com uma tampa de madeira ou cimento e com um carretel ou uma bomba manual para retirar a água. (p.115).

Essas medidas, no entanto, variam muito. Em geral, a cacimba possui uma “boca” estreita, fina e muitas vezes alcançam mais de 12m de profundidade. A cacimba serve tanto para fornecer água para consumo humano e animal, como para a agricultura.

A profundidade das cacimbas varia de lugar para lugar, pois depende da profundidade onde é encontrado o “veio d’água”. Geralmente faz-se um corte mais largo na “boca” e o rebaixa até determinada profundidade, partindo daí constrói-se a parede de tijolos para evitar contaminação, queda de barreiras e de animais e se cobre com laje de concreto, deixando-se uma abertura para a retirada da água.

Há localidades em que a contaminação é inevitável, porque localizam-se próximo às residências que não dispõem de rede de esgoto, afetando, portanto, a água da cacimba, via percolação.

Segundo o BNB (2004), ela também é conhecida como

[...] poço amazonas ou cacimbão, é de construção simples, normalmente com 20 metros de profundidade e localizada em áreas baixas da propriedade; na maioria das vezes vem a secar com a ocorrência de estiagens longas. (p. 17).

O Cacimbão, contudo, tem uma estrutura diferente da cacimba. Ele possui boca mais larga, maiores dimensões e a água do lençol freático “aponta logo”, surge com menor profundidade.

Poços amazonas, chamados de cacimbões, têm água em quantidade e qualidade suficientes para a implantação de pequeno plantio irrigado. Há a preocupação com o manejo da água objetivando reduzir a vazão do poço durante as secas, alta evaporação, risco de salinização da terra e facilita a que os trabalhadores solicitem, através de projetos, motores e energia rural a preço mais baixo conforme as ofertas diferenciadas para uso no campo.

Caxios

Segundo Gnadlinger (2006), os caxios

[...] são reservatórios em subsolo cristalino com um ou mais compartimentos e de mais de três metros de profundidade, com fundo e parede de pedra, que não deixa a água se infiltrar e se perder. (p.116).

A construção de um caxio, segundo Schistek (1999), exige condições bem adequadas, portanto, não podem ser construídos em qualquer localidade. Primeiramente, além da existência de rochas cristalinas, é preciso que haja espessa camada de rocha intemperizada, chamada de piçarra. Dessa forma, pode ser cavada manualmente, de modo que a impermeabilidade seja preservada.

Os caxios não são comuns no semiárido cearense, pois exigem condições muito próprias. É preciso que este seja construído próximo as baixadas. Costumam ser cercados para evitar acidentes ou acesso de animais. Para os animais, são construídos caxios com esse objetivo.

Os caxios, muitas vezes, têm formatos irregulares, pois dependem dos diversos graus de dureza da rocha onde são construídos. Eles vão sendo aprofundados ao longo dos anos. Costuma-se dividi-los em duas partes, com um muro de pedras. O objetivo é deixar a água acumular-se em um dos lados, enquanto o outro pode ser aprofundado. E assim vão sendo aprofundados alternadamente.

Esse tipo de construção demora alguns anos até sua finalização, uma vez que a escavação vai sendo realizada aos poucos e alternadamente.

Caldeirão ou Tanque de Pedra

Na lição de Schistek (1999), o caldeirão

[...] é uma caverna natural, escavada em lajedos (às vezes aumentada nos períodos de seca), que representa excelente reservatório para armazenar água das chuvas para uso humano, animal e agrícola.

Diferentemente das outras estratégias de armazenamento, o caldeirão ocorre naturalmente. Trata-se de uma fenda natural na rocha, aprofundada pela própria comunidade, que retira a terra e o cascalho da parte mais profunda, desobstruindo-a.

Uma tentativa de alargamento artificial realizada pelos trabalhadores rurais ocorre por meio da queima de madeiras na cavidade dos tanques e, logo em seguida resfria-se bruscamente a rocha com água fria.

Esse gradiente térmico provocado causa deslocamento da rocha, cujos pedaços são retirados posteriormente com ferramentas. O alargamento não chega a ser muito significativo, mas esse fato demonstra o significado das depressões naturais para a sobrevivência do sertanejo. (XIMENEZ, 2003, p.23-24).

A utilização dessa estratégia é facilitada na região Nordeste por causa da frequência com que a rocha aflora à superfície. Comumente essas rochas apresentam cavernas onde a água se acumula naturalmente. Por haver uma abertura estreita, a evaporação se reduz bastante. Segundo Schistek (1999) [...], os caldeirões em forma de trincheiras, com pequena largura, grande comprimento e profundidade, são os que têm as melhores condições de eficiência de estocagem da água por longo período, em decorrência da reduzida área de evaporação.

Essa estratégia apresenta algumas vantagens, tais como:

a rocha é impermeável, a água é limpa e é o meio de abastecimento de água potável mais barato de todos já expostos. Sua localização, entretanto, é distante das casas e, muitas vezes, surge ao acaso, pois, a rocha não permite que se amplie a cavidade natural. A quantidade de água é limitada e há perdas por evaporação. (SCHISTEK, 1999).

Barragens Subterrâneas

Uma estratégia utilizada e difundida para o uso na produção agrícola coincide com as barragens subterrâneas. Segundo Silva e Brito (2006), barragem subterrânea

[...] é uma estrutura hídrica que visa interceptar o fluxo de água superficial e subterrânea por meio de um septo impermeável (lona plástica, muro de pedras ou de argila compactada, etc.), a qual serve como alternativa tecnológica para o aproveitamento das águas pluviais, evitando-se que escoem na superfície do solo, onde podem causar erosão, além de não poderem ser utilizadas posteriormente. (p.4).

No semiárido, as barragens subterrâneas desempenham a função de armazenar água para a exploração de uma agricultura

de vazante. Elas permitem guardar água de riachos temporários na terra ao longo do ano, e propiciam a criação ou elevação do nível do lençol freático na área em que é barrada. Dessa forma, propicia um ambiente mais adequado ao plantio. Favorece a produção de alimentos, forragens e abastecimento da casa.

Informa Gnadlinger (2006) que, na sua construção,

[...] é cavada uma “valeta” transversal nos estreitamentos do caminho das enxurradas, ao fluxo horizontal da água em um terreno de aluvião, até chegar à base cristalina. Depois de aberta a valeta, coloca-se uma lâmina de plástico na vertical e o espaço livre da valeta é preenchido com o material retirado da escavação. (p.115).

Ou seja é feita uma escavação horizontal no leito de um rio ou riacho para que a água não percole no período de chuvas e, conseqüentemente, permita maior umidade do solo, possibilitando assim a produção agrícola. Trata-se de uma estratégia que cria condições de umidade no solo, pois consiste na captação e armazenamento de água de chuva debaixo da terra, o que não ocorreria em condições naturais em decorrência de permeabilidade, evaporação e declive do terreno.

Mandallas

Outra estratégia que está sendo difundida pelo semi-árido, nas áreas que propiciam sua implantação, é desempenhada pelas mandallas. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a “mandalla” é uma estrutura de produção consorciada de plantas e animais que garante a subsistência familiar, além de favorecer a produção de excedentes e a inserção da família em empreendimentos sociais. Pode ser abastecida por qualquer fonte de água – açude, cacimbão, córrego, encanação, até carro-pipa, se o custo não for insustentável.

Esse não é um sistema de captação de água, mas um sistema de produção agropecuária em pequena escala, que contribui para a autonomia familiar, no que tange aos aspectos de horário e condições de trabalho, produção para a subsistência e uma pequena comercialização dos excedentes, participação de todos os membros da família no trabalho com as “mandallas” e, convivência mais harmônica com os elementos da natureza, que estão diretamente envolvidos com o sistema.

A “mandalla” tem formato circular na maioria das vezes. No centro fica o reservatório de água que é organicamente enriquecido pela criação de patos, marrecos e peixes. Ao redor da “mandalla” são desenvolvidos nove círculos concêntricos. No primeiro círculo, as criações. Nos círculos restantes, horta, pomar e cultivo de grãos. A meta prioritária da “mandalla” é a sustentabilidade alimentar da unidade de produção familiar rural.

Açudes ou Barragens

Uma barragem, açude ou represa é uma barreira artificial, construída em cursos de água para retenção desta, em grandes quantidades. “Regiões como o Semi-Árido do Brasil buscam enfrentar a situação, através do confinamento da água em reservatórios, com barramentos e açudagem.” (PINHEIRO, 2003, p.22).

No Nordeste, foram desenvolvidos muitos programas de açudagem, visando ao combate à escassez de água. Alguns remontam à década de 1940, quando a “Questão Nordeste” era a seca. Nesse período foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IFOCS, órgão nacional que atuava prioritariamente no Nordeste (CASTRO, 1992). A ação desse órgão, segundo o autor, era a criação de “açudes, açudes e mais açudes.” (p.59).

Sem dúvida, as barragens foram as obras hídricas mais realizadas pelo Estado para lidar com o problema da seca no Nordeste. Ao contrário das estratégias de menor escala, explanadas anteriormente, as barragens têm múltiplas funções. Servem para regular o caudal de um rio, prevenir inundações, diminuir enchentes, abastecer carros-pipa, abastecer zonas agrícolas, industriais, produzir energia elétrica (energia hidráulica), abastecimento de grandes cidades, etc.

Embora sejam os principais objetos de infraestrutura do Ceará, a escala de atuação da barragem não dá conta de toda a problemática de acesso à água do Nordeste. Muitas são as comunidades que, estando distantes ou mesmo próximas dos açudes, não têm direito à utilização da água armazenada nesses empreendimentos. Ou porque são cercados, ou porque as águas já estão outorgadas, ou seja, já têm fins estabelecidos. Nesse aspecto, encontramos os maiores conflitos de uso da água. De um lado, a comunidade, que não tem direito a quantidades mínimas do recurso para sobrevivência, e, de outro, os proprietários dos recursos, que têm objetivos comerciais previamente estabelecidos e não disponibilizam o acesso à água, por parte das camadas menos favorecidas.

A instalação de uma barragem promove perturbações importantes no meio ambiente no qual ela se insere [...] “A esses desgastes juntam-se os traumas gerados pelos deslocamentos de populações.” (CAMDESSUS *et al.*, 2005, p.43).

Conclusão

Não há soluções milagrosas para a escassez de água no semiárido. O que existe são técnicas que possibilitam a convivência do homem com a escassez de água. É necessário descobrir o potencial produtivo dos recursos naturais locais (e

a água de chuva é um deles no semiárido), adaptar as tecnologias às potencialidades e limitações locais e transferir para as comunidades rurais os conhecimentos sobre essas práticas, para que possam gerir seus recursos autonomamente, ou, como dizem os movimentos sociais, para que possam ser protagonistas de sua história.

As estratégias de armazenamento utilizadas pelos trabalhadores rurais na atualidade, contribuem significativamente para democratizar o acesso à água e garantir a manutenção dos padrões de produção e reprodução desses sujeitos. São também, mais eficientes, pois se caracterizam por ser mais incluídas, além dos sistemas encontrarem-se mais próximos à comunidade. São esses que atendem às demandas primordiais.

A presença desses elementos favorece (embora não seja o suficiente), a permanência do homem no campo. Cabe à população gerir seus próprios recursos. Portanto, é uma nova cultura da água que está se formando, uma cultura que descentraliza a gestão dos recursos hídricos envolvendo as comunidades nessa nova gestão das águas.

Cabe ao Estado e aos Movimentos Sociais, bem como à sociedade civil como um todo, pensar e implementar políticas voltadas para a convivência com a escassez de água, de modo que garantam a permanência do camponês no campo e tornem possível o acesso à água para as comunidades rurais das mais diversas localidades.

As estratégias de convivência com a escassez de água transformam não só a aparência do mundo rural, mas a essência de suas relações.

Referências

ANA. **A evolução da gestão dos recursos hídricos no Brasil**. Brasília: ANA, 2002.

BANCO DO NORDESTE. **Agenda do produtor rural: Desenvolvimento se faz todo dia**. Fortaleza: BNB, 2004.

BEZERRA, Evandro. **A Terra e a irrigação no Nordeste**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1996.116p

BOFF, Leonardo. **O semi-árido mais chuvoso do planeta**. 2007. Disponível em: <<http://nossaterra.wordpress.com/2007/11/05/leonardo-boff-defende-convivencia/>>. Acesso em: 22 abr 2008.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTRO, Iná Elias de, 1992. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CAVALCANTI, N. de B.; RESENDE, G.M. de. Que tecnologias os pequenos agricultores da região semi-árida do Nordeste utilizam na seca. 2002. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Equidade e eficiência na agricultura brasileira. Passo Fundo. Disponível em: <http://www.cpatas.embrapa.br/public_eletronica/downloads/OPB649.pdf> Passo Fundo: SOBER/UPF, 2002. Acesso em: 23 maio 2007.

CAMDESSUS, Michel *et al.* **Água: oito milhões de mortos por ano: um escândalo mundial**. Tradução de Maria Ângela Villela. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Aspectos Sócio-Culturais e Políticos da Água**. São Paulo: Plano Nacional de Recursos Hídricos – MMA, 2005.

DUQUE, José Guimarães. **Solo e água no polígono das secas**. 9. ed. Fortaleza: BNB, 1973.

FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque. **Educação Ambiental Dialógica e Representações Sociais da Água em Cultura Sertaneja Nordestina**: Uma contribuição à consciência ambiental em Irauçuba – CE (Brasil). 347f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003..

GNADLINGER, Johann. Tecnologias de captação e manejo de água de chuva em regiões semi-áridas. In: KÜSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Ferre; MELCHERS, Ingo (Orgs.). **Tecnologias apropriadas para terras secas**: manejo sustentável de recursos naturais em regiões semi-áridas no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, GTS, 2006.

LASSANCE JUNIOR, Antonio E.; PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias sociais e políticas públicas, 2004. In: **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro. 116p. Disponível em: <http://www.rts.org.br/publicacoes/arquivos/tecnologia_social_uma_estrategia_de_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 15 set. 2007.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. 140p.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **Degradação Ambiental e desertificação no Nordeste Brasileiro**: o contexto da bacia hidrográfica do rio Acaraú – Ceará, 2006. 325f. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PINHEIRO, Rosângela Maria Paixão. **Sub-Bacias Hidrográficas do Alto Jaguaribe (Tauá-Ce)**: vulnerabilidades ante a Incidência de Degradação / Desertificação, 2003. 195f. Dissertação de Mestrado (Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

RIBEIRO, José Assunção Rosa. **Avaliação da qualidade de água de cisterna e viabilidade da captação de água de chuva para atendimento de demandas de comunidades rurais no semi-árido do estado da Bahia**. 2005. 116f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Geoquímica e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do Estado do Ceará**. 178f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SARAIVA, Elzira. A sociedade civil executando uma política pública. In: KÜSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Ferre; MELCHERS, Ingo (Orgs). **Tecnologias apropriadas para Terras Secas**: manejo sustentável de recursos naturais em regiões semi-áridas no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, GTS, 2006.

SCHISTEK, Harald. **Caldeirão, caxio e cacimba**: Três sistemas Tradicionais de Captação de Água de Chuva no Nordeste Brasileiro. 9ª Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva. Petrolina, Brasil, PE, 1999.

SILVA, Aderaldo de Souza de Lima; BRITO, Luiza, Teixeira de Lima. *Captação de Água de Chuva*: Sustentabilidade ambiental no semi-árido brasileiro. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**, 35, João Pessoa, 31 de julho a 4 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.cpatsa.embrapa.br/public_eletronica/downloads/OPB649.pdf>. Acesso em: 23 maio 2007.

SILVA, Danielle Rodrigues da. **Buscando água**: as estratégias de convivência com a escassez de água no assentamento Serra das Moças e dos Caboclos – Parambu – Ceará. 2008, 155f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SILVESTRE, Maria Elizabeth Duarte. **Água Doce no Brasil**: razões de uma nova política. 132f. Dissertação de Mestrado (PRODEMA) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

XIMENEZ, Celso Lira. **Proposta metodológica para um programa de micro-reservatórios alternativos de água nos sertões semiáridos brasileiros, associado ao resgate de fósseis**. 159f. Dissertação de Mestrado (Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

DO AÇUDE À TORNEIRA: A TRAJETÓRIA DE ACESSO À ÁGUA NO ASSENTAMENTO SERRA DAS MOÇAS E DOS CABOCLOS – PARAMBU – CEARÁ

Danielle Rodrigues da Silva

José Levi Furtado Sampaio

Introdução

Entre maio de 2006 e maio de 2008, realizamos uma pesquisa no Assentamento Rural Serra das Moças e dos Caboclos, Parambu – Ceará. A pesquisa foi parte da conclusão do curso de Mestrado no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – UFC, que teve por título *“Buscando Água... As estratégias de convivência com a escassez de água no Assentamento Serra das Moças e dos Caboclos*, na qual procuramos desvendar como o camponês lida com a escassez hídrica da localidade, e que estratégias utilizam para garantir suprimento para as necessidades pessoais e familiares.

Tomando como referência o conhecimento obtido pela participação efetiva na pesquisa, procuramos neste artigo expor a trajetória de acesso à água dos posseiros(as) e assentados(as) da referida localidade, cuja localização e processo histórico de formação influenciaram nas relações estabelecidas entre os posseiros e os recursos naturais locais.

Serra ou Sertão? Localização, Constituição e Ocupação do ASMC

O Assentamento Serra das Moças e dos Caboclos – ASMC, está localizado na bacia do rio Jaguaribe, que recobre

50% da área do Estado e que foi dividido em cinco sub-bacias pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos do Brasil, a saber: alto, médio, baixo, sub-bacia do rio Salgado e sub-bacia do rio Banabuiú (PROJETO MARCA D'ÁGUA, 2001).

A maior parte do Assentamento está situada no Município de Parambu, a sudoeste do estado do Ceará no Planalto da Ibiapaba, mas possui parte das terras em Pimenteiras, no Piauí, na bacia do Alto Jaguaribe, no entanto, as atividades socioeconômicas e políticas dos lavradores da área são estabelecidas, fundamentalmente, com o Ceará (BRANCO, 1987, p.39).

Embora na Bacia do Jaguaribe estejam situados os maiores reservatórios de água do Estado do Ceará, como Orós e Castanhão, o Município de Parambu tem limitações no tocante à existência de recursos hídricos, porque estas águas represadas nos grandes açudes não contemplam as demandas dos municípios da região.

O município de, Parambu possui variadas paisagens, marcadas pela diversidade de unidades geoambientais. Os núcleos habitacionais dessa área encontram-se na depressão sertaneja e no Planalto Sedimentar da Ibiapaba. Os habitantes locais as denominam de *sertão* e *serra*.

Em virtude da extensão, o Planalto da Ibiapaba possui diferenças marcantes de Norte a Sul. Para o Norte, as condições de umidade são maiores. Para o Sul, “as condições de semi-aridez se pronunciam. O escarpamento é mais retilíneo e as condições ecológicas denunciam um recobrimento generalizado das caatingas.” (SOUZA, 2005, p.85).

É, pois, nessa localidade, marcada pela presença de caatinga, escassez hídrica e relevo dissimétrico que esta o Assentamento Serra das Moças e dos Caboclos.

O ASMC foi estabelecido por ato de desapropriação em 6 de dezembro de 1995, pelo Instituto Nacional de Coloniza-

ção e Reforma Agrária – INCRA. A distância do assentamento para Fortaleza é de 424 km, e deste a sede municipal de Parambu são 20 km. O acesso, segundo os assentados, pode ocorrer por três estradas de rodagem, que são: Serrote Queimado - 17 km; via Serra da Uruburetama – 23 km e via Serra dos Batistas – 42 km. Há outro percurso, caminho que os moradores denominam de “estrada interna ou por dentro” que liga as agrovilas, em virtude de sua extensão (INCRA, 2006), no entanto não foi precisado a distancia.

O Assentamento possui 4.377 ha., divididos em três agrovilas, as quais estão geograficamente situadas nas áreas: norte, centro e sul. A população total destes núcleos em agosto de 2006 era de 525 pessoas.

De conformidade com as regras estabelecidas pelo INCRA regional, esse assentamento tem as terras coletivas e os pequenos quintais. As agrovilas não são limitadas, ou seja, não foram parceladas entre os assentados e o uso da área para produção por família e/ou pessoa individual é acordado em reunião da associação, ou seja, “cada família exerce suas atividades em áreas escolhidas a critério de cada assentado e aprovada pela maioria.” (INCRA, 2006). Em virtude da extensão de terra no assentamento, não se verificam conflitos em decorrência da “invasão” das frentes dos assentados. *“Todo mundo sabe qual é a roça de cada um.”* (Marinalva, líder comunitaria 29 anos, maio de 2006).

A ocupação da área que hoje pertence ao ASMC está intimamente ligada ao processo de ocupação do extremo Sul da Ibiapaba e, conseqüentemente, à ocupação do Sertão dos Inhamuns. Sobre esta ocupação, Branco (1987), baseado nos levantamentos do jornalista Paulo de Melo Jorge, delinea os fatos históricos.

No século XVII, as terras da serra faziam parte de uma sesmaria doada pelo Rei de Portugal ao Padre Ascenço Gago, missionário da Companhia de Jesus, para a construção de uma casa de hospício, ou residência, a fim de que os religiosos tivessem melhores condições de administrarem a Missão indígena da Ibiapaba. (JORGE, 1963 *apud* BRANCO, 1987, p.49).

Em 1697, padre Ascenço Gago sugeriu a Dom Pedro II a doação das terras da serra aos indígenas do Ceará, no que foi atendido. Então, alguns índios foram alocados no Planalto, mas em 1780, “esses nativos foram transferidos para a povoação de Baturité. Segundo os posseiros da serra, “os índios não resistiram por falta d’água, não agüentaram”. Com a saída dos indígenas, a chapada ficou desabitada.” (BRANCO, 1987, p. 50).

A dificuldade de acesso à água pelos moradores da serra é, portanto, antiga. Foi definidora no processo de des(ocupação) do Planalto e tem reflexos atuais no modo de vida da população, que se ajusta às condições mediante estratégias de convivência com a escassez e inovações técnicas que possibilitam mudanças nos hábitos da comunidade.

Segundo Branco (1987), a ocupação da serra ocorrera de forma mais significativa a partir de 1930, quando uma série de mudanças se processava nos Inhamuns, como consequência de políticas no contexto nacional, para atender ao desenvolvimento do capital.

A ocupação dos posseiros na serra resultou de um contínuo processo de expropriação e expulsão do sertão dos Inhamuns. E foi nesse contexto que os agricultores chegaram à serra da Ibiapaba, local que apresentava condições adversas do ponto de vista de infraestrutura, distância e perigo da mata. Desprovidos de seu principal meio de produção – a terra –

com alguns instrumentos de trabalho e com a coragem para recomeçar, em outro lugar, uma vida digna, “[...] abriram a mata cerrada, enfrentaram animais selvagens, cultivaram suas roças e construíram suas casas-de-farinha” (BRANCO, 1987, p. 52).

Além do contexto de expropriação,

[...] as secas de antigamente, obrigavam os sertanejos a subirem a serra e os aproximava assim desse espaço selvagem e de todas as referências de uma alteridade absoluta: as onças, as serpentes e os índios. (GODOI, 1998, p.118).

[...] *Eu ainda conheci isso tudo em mata, mata... mata bonita. Você chegava, espiava e via tudo escuro que nem partido de Juazeiro. Agora acabou-se, acabou-se tudo!*
[...] *Tinha tanta onça, aqui acolá a gente via o rastro delas* (C. C., 89 anos, antigo morador da serra, setembro de 2007).

Foi nesse ambiente de seca e expropriação que os camponeses foram ocupando o Planalto da Ibiapaba, embrenhando-se na mata virgem, lançando-se em busca de “terreno” mais fértil para se reproduzir e garantir a subsistência da família.

Esses pioneiros e desbravadores da serra enfrentaram problemas ligados à posse da terra, conflitos com grileiros e proprietários, mas também, de permanência no local, onde o acesso à água se colocou como problemática viva e cotidiana dos habitantes daquele local “*inóspito e longínquo*”.

Buscando Água no ASMC

Por muito tempo, os assentados do ASMC viveram em condições de considerável dificuldade de acesso à água, uma vez que a localização tipicamente serrana e a falta de infraestrutura e tecnologias não lhes possibilitavam a construção de

nenhum empreendimento capaz de estocar água para atender às necessidades locais.

As relações entre os assentados e o meio natural foram marcadas pelo uso dos recursos disponíveis para a satisfação das necessidades básicas, como moradia, alimentação etc. Eles caçavam, colhiam, brocavam para realização de suas atividades, para atender a uma demanda específica: a sustentação familiar. Afinal, a sociedade sempre está em busca de segurança alimentar e nutricional.

Para que fosse possível a permanência dos posseiros na serra, as estratégias de convivência com as condições locais passaram pela adaptação às intempéries da localidade. Os assentados do ASMC, portanto, adaptaram-se ao meio ambiente, respeitando-o e associando-se a ele e não o combatendo, como propõem alguns projetos de “combate” à seca.

Tendo a água de chuva como um bem livre, os camponeses da localidade puseram em prática um dos segredos da convivência com o semiárido: guardar água nos momentos das chuvas e usá-la no período em que naturalmente não chove.

Somente após 1995, quando da criação do Assentamento é que foram sendo construídos empreendimentos, por parte do Estado, para resolver o problema de escassez de água.

A história das relações entre os assentados e a natureza é marcada pelas transformações e modificações trazidas pela instalação de infraestrutura capaz de atenuar os efeitos negativos da escassez de água e, conseqüentemente, provocar mudanças na maneira de conviver com as condições locais.

Foram afetados pelas novas técnicas de captação de água não só a configuração espacial do assentamento, cuja organização foi paulatinamente dando espaço a novos elementos artificiais, como as cisternas e os barreiros, mas, também, o modo de vida e os hábitos do camponês.

Hoje, há no assentamento duas estratégias de captação e armazenamento de água que, embora possuam utilizações diferentes, atendem às necessidades que se apresentam como prioridade no momento: as cisternas de placas e os barreiros. Há também, muito recentemente, o acesso à água por meio da encanação colocada por uma adutora em 2008. (SILVA, 2008).

No início da ocupação, os posseiros não podiam contar com as cisternas de placas; assim submetiam-se ao uso da água dos açudes e dos barreiros locais.

Embora o emprego de técnica propicie uma relação mais favorável ao acesso à água por meio das cisternas e dos barreiros, no caso de falta de capacidade desses instrumentos, principalmente no período da entressafra, os assentados se utilizam dos açudes localizados no sertão de Parambu ou do abastecimento dos carros-pipa, tanto da defesa civil, quanto de serviços particulares pelos quais eles pagam para ter acesso.

O Uso das Cisternas de Placas

No Assentamento Serra das Moças e dos Caboclos, somente em 2005, os 95 assentados cadastrados pelo INCRA receberam as cisternas de placas. As cisternas de placas foram fomentadas pelo projeto Palmares. Antes dessas cisternas, havia apenas duas comunitárias, concedidas pela Articulação do Semi-Árido (ASA), que atendia a todos os assentados. Para isso, era combinado entre os moradores a quantidade de água disponível para extração das cisternas comunitárias.

Essa técnica de armazenamento de água é também um sistema de administração dos recursos hídricos locais. Estabelece uma nova relação com o ambiente, por utilizar técnicas que permitem um modelo de administrar pautado na participação da comunidade. Inclui a tarefa de pessoas da comu-

nidade na construção da cisterna, o trabalho familiar na condução da cisterna, o uso da água de chuva como recurso e os recursos tecnológicos, desde os mais simples, como a enxada para cavar, até os mais avançados, como as placas de pré-moldados feitos de cimento.

Os assentados são responsáveis pela administração dos recursos hídricos existentes em seus assentamentos. Na gestão de tais recursos no contexto,

é preciso valorizar o papel dos usuários enquanto serviço e recurso natural, como consumidores e cidadãos, cujas atitudes, informação e expectativas são fundamentais para garantir a gestão sustentável dos recursos hídricos. (VARGAS; PAULA, 2003, p.131).

Cada assentado possui cisterna de placas em casa. Segundo dados da pesquisa realizada no assentamento entre 2006 a 2008, 50% dos entrevistados possuem duas cisternas de placas. Em geral, as famílias que possuem duas cisternas conseguiram a construção da segunda com recursos da prefeitura ou com recursos próprios. Estas foram construídas antes da chegada das cisternas pelo projeto Palmares. Já viam na construção desse equipamento a possibilidade de armazenar água para atender às demandas familiares de consumo e alimentação e, assim, buscaram recursos para garantir sua construção.

Em 2008, apenas uma família não possuía cisterna em sua residência, o que decorre do fato de não ser assentada, e sim agregada de outra família (SILVA, 2008). O acesso à água por parte dessa família ocorria com a cisterna dos familiares assentados. A expectativa é de que um dia ela possa construir uma cisterna com recursos próprios, pois não poderá ser contemplada com a aquisição de uma cisterna, com recursos do Estado, por não ser assentada formalmente.

Um dos primeiro modelos de cisternas utilizados no assentamento aparenta uma calçada e tem formato quadrado. Esse modelo existe nas casas que possuem a segunda cisterna.

As cisternas comunitárias, instaladas no período de constituição do assentamento, têm capacidade para 21 mil litros e as cisternas familiares comportam 15 mil litros de d'água.

Foi com a construção dessa infraestrutura de captação e armazenamento de água que as dificuldades de acesso à água potável para consumo começaram a ser mitigadas. Ao ser indagado sobre o momento em que os posseiros do ASMC começaram a deixar de ir buscar água nos açudes, o senhor A.P.S. relata:

[...] Foi desde quando começou o assentamento mesmo. Porque aí começaram a fazer as cisterna. Onde tem um prédio ali (mostrando) foi a primeira que foi feita, da associação, é comunitária, né? Aí foi quando decidi comprar pipa d'água e pronto. (Antônio Pereira da Silva, 69 anos, maio de 2006).

Segundo os próprios moradores, ocorreram grandes modificações no cotidiano, principalmente das mulheres e das crianças, a quem antes era incumbida a obrigação de ir buscar água no sertão, o que demandava horas de trabalho, além de desgaste físico.

Se, por um lado, a construção de cisternas não atende a grandes demandas nem ao incremento de garantia de oferta de grandes usos, como irrigação, aglomerados urbanos ou pólos industriais, por outro lado representa um importante recurso para demandas dispersas. (ARAÚJO *et al.*, 2005, p.299).

O uso das cisternas mostra-se eficiente, no que tange aos aspectos de acesso à água na comunidade. Possibilitou trans-

formações qualitativas na vida da comunidade e garante uma gestão mais eficiente dos recursos locais. É o que revelam os dados da pesquisa, ao indagar os assentados sobre as principais mudanças ocorridas após a instalação das cisternas.

Segundo os assentados entrevistados na pesquisa (2006-2008), a melhoria na qualidade de vida foi a principal mudança ocorrida a partir do uso das cisternas. Com a chegada das cisternas, a água está no alcance da família, serve como instrumento de armazenamento e, com gestão adequada, garante água de qualidade.

No assentamento SMC, além do consumo doméstico, a água armazenada nas cisternas contribui para a produção de farinha de mandioca (Foto 1).



Foto 1 – Casa de Farinha do Assentamento Rural Serra das Moças e dos Caboclos – Área Sul

Fonte: Silva (2008).

Antes da construção de cisternas, a água utilizada na produção de farinha era proveniente dos açudes, como destaca o senhor A.

Eu fiz uma farinhada de mais de 150 sacas de farinha carregando água nas costas de um jumento. Hoje do lado da casa de farinha tem uma cisterna e o carro-pipa enche d'água e a gente faz a farinha tirando água dali. A gente e carregava água lá do outro lado e hoje você tá vendo o acesso aí. Sobe carro ali, sobe carro lá na ladeira da outra casa. Exatamente isso vem de longas datas né? Mas aqui veio subir depois da desapropriação que a turma se encorajava, entrou uma emergência aí, mas com esforço de cada um é que foi substituído essa ladeira [...]. (A., 68 anos, março de 2006).

Antes da construção das cisternas, a busca por água era realizada nos açudes da Baixa Verde, Serrote e Uruburetama. Nos períodos de maior estiagem, quando os açudes secavam, a comunidade se deslocava até o açude Parambu para “apanhar” água. A tarefa era diária e não havia, necessariamente, um responsável unicamente por essa atividade. Os componentes da família se revezavam nessa tarefa.

Contudo, há no assentamento uma cisterna de placa que, como consequência da falta de manejo adequado, já não cumpre sua função e, assim, a água já não é mais utilizada. O tom esverdeado e os inúmeros focos de mosquito da dengue exprimem graves consequências: o mau uso de um sistema de armazenamento de água em uma localidade carente desse recurso, e, as sérias implicações na saúde humana, uma vez que o dono da casa estava acometido de dengue no período da pesquisa, havendo a possibilidade de contágio na comunidade.

Barreiros

O ASMC conta com a utilização dos barreiros. Possui cinco barreiros dos quais três estão na área sul e dois na área norte. Esses barreiros foram construídos pelo Instituto Na-

cional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O material e a técnica utilizada para construção dos barreiros variam em função da permeabilidade das rochas e da estrutura do solo. O objetivo é sempre deixar sua base impermeável para evitar a infiltração da água. No ASMC os barreiros são cimentados, pois a estrutura da Ibiapaba associada às condições climáticas não permite a permanência de água no solo.

Em geral, os barreiros são utilizados nos primeiros meses do ano, quando ocorrem as chuvas. Eles têm como principal objetivo a dessedentação animal, a lavagem de roupa, e, em casos extremos, servem ao consumo dos assentados.

Os barreiros (Foto 2) apresentam baixíssima eficiência hidrológica, pois as perdas por evaporação são elevadas e a qualidade incompatível com as mínimas exigências de potabilidade (ARAÚJO *et al.*, 2005, p.199).



**Foto 2 – Barreiro da Área Central
do ASMC – Parambu – Ce**

Fonte: Silva (2008).

A água do barreiro já foi utilizada para consumo humano e, embora esse não seja o emprego mais recorrente, moradores da área utilizavam a água do barreiro por não confiar na procedência da água dos açudes, como conta a senhora A. V.

A água do barreiro era pra tudo, até pra beber, nós bebia dele. Só era barrenta, que nem ainda hoje ela é, mas era boa pra gente beber. [...] Hoje nós bebe das cisternas. (A. V., 43 anos, março de 2007).

Segundo a comunidade, após a construção das cisternas de placas em 2005 para todos os assentados, o uso da água armazenada nos barreiros voltou-se para a lavagem de roupa, higiene pessoal e dessedentação animal.

Segundo o INCRA (2006),

[...] os barreiros existentes além de não ser suficientes, todos vazam e a maior parte seca antes de junho e todos ficam dependendo do carro-pipa que custa R\$50,00 e muitas vezes não se sabe a procedência da água, além do tipo de carro que transporta, também pode comprometer a qualidade da água. (p.41).

Nos primeiros meses do ano é comum ver as mulheres do assentamento nos batedores de roupa à beira dos barreiros para realizar suas atividades. É nesse período que os barreiros apresentam maior quantidade de água, pois ainda está no período chuvoso, que vai repondo a água perdida pela evaporação.

Anteriormente aos barreiros financiados pelo INCRA, a comunidade construía barreiros mais simples, uma vez que não dispunham de recursos financeiros para investir na construção de barreiros maiores.

Esses barreiros não tinham estrutura nem capacidade para armazenar grande quantidade de água. No entanto, as condições adversas que acompanharam a ocupação da área pertencem

cente ao assentamento levavam os moradores a criar e desenvolver estratégias como essa, para possibilitar o acesso à água.

Além disso, vale salientar que os barreiros existentes no assentamento são cercados para evitar que os animais entrem nas águas. O que se constata é que a água dos barreiros não é duradoura e está suscetível a poluição pelos múltiplos usos. Contudo, é importante no cotidiano das famílias, como estratégia de convivência com a escassez. O tempo de permanência da água nos barreiros varia em função da quantidade de chuvas ocorridas na área, do uso que a comunidade faz e da evaporação, uma vez que o espelho d'água fica exposto à ação do clima. Portanto, sua utilização é limitada, tanto no tempo como no espaço.

Adutora

Até setembro de 2007, segundo ano da pesquisa, a comunidade do Assentamento não possuía serviço regular de distribuição d'água encanada.

A adutora da localidade já estava construída desde o início de 2006, mas não estava em funcionamento, porque precisava de alguns ajustes para que fosse possível levar água do açude da Baixa Verde até a serra.

Em 2007, a agrovila da área centro do ASMC passou a receber água canalizada por meio de um Sistema de Abastecimento de Água da Prefeitura de Parambu, através da Secretaria de Infra-Estrutura do Município. Ao iniciar a pesquisa em 2006, a adutora estava construída, mas faltava a energia para a estação elevatória e concluir a instalação dos canos nas residências da área centro. Em dezembro de 2007, a água estava abastecendo parte do assentamento, com limitações. As famílias localizadas nas demais agrovilas utilizam água das cisternas, dos barreiros e dos açudes mais próximos.

A área do assentamento, que conta com os serviços da adutora, começou a criar outros hábitos, pois agora existe água nas torneiras, todavia, as marcas da falta de água e da dificuldade de acesso aos recursos hídricos ainda se manifestam em algumas práticas daqueles que, de fato, vivenciaram os dramas da escassez. São desenvolvidas práticas de re-utilização da água, comuns no assentamento. A água despejada pela torneira ou pelo banho não é desperdiçada. Ainda que a água esteja mais acessível, as famílias tomam o cuidado de reaproveitar a água utilizada para lavar as louças as mãos para aguar as plantas no quintal, como pequenas hortas e verduras. A água do banho para colocar no sanitário e da lavagem da roupa para limpeza domiciliar.

Estratégias complementares

O uso de cisternas e barreiros é hoje expresso como a estratégia mais acessível à comunidade. Elas, porém, não determinaram o abandono de outras práticas para a busca e acesso à água, tais como o uso dos açudes e da água dos carros-pipas.

Os Açudes de Uruburetama, Serrote e Baixa Verde

Como exposto anteriormente, há três açudes também utilizados pelos assentados e moradores do ASMC, como fonte de recursos hídricos. O uso destes está relacionado à dessedentação dos animais e à lavagem de roupa, principalmente no período de estiagem. É comum ver as mulheres se deslocando aos açudes para realizar essa atividade. Os batedores de roupa já ficam montados à beira dos açudes, assim como dos barreiros, que também exercem essa função. Além da lavagem de roupas, a água dos açudes é utilizada para dessedentação e banho dos animais.

Carros-pipas

Mais comum do que o caminhar até os açudes, no cotidiano dos assentados, é a presença dos carros-pipas que, segundo a pesquisa, quinzenalmente comparecem ao assentamento, nos períodos de estiagem, para colocar água nas cisternas comunitárias. As cisternas individuais também são atendidas pelos serviços dos carros-pipas. Isso pode ocorrer de duas formas:

- A primeira relaciona-se à ajuda da Prefeitura. Nesse caso, os assentados procuram a prefeitura para que este envie carro-pipa nos períodos de emergência.
- A segunda diz respeito à possibilidade de compra da água de carro-pipa. Nesse caso, a família entra em acordo com o pipeiro para negociar as formas de pagamento da água.

O valor da pipa d'água varia em função da distância do açude que servirá de recurso para o abastecimento da pipa e em decorrência da qualidade da água utilizada.

As famílias possuidoras de duas cisternas tomam o cuidado para não colocar água dos carros-pipa na cisterna que recebe apenas água da chuva. Sem saber da procedência da água e correndo o risco de ter a cisterna contaminada, optam por utilizar apenas uma cisterna para os períodos de emergência, resguardando a outra para a água da chuva.

Essa prática não garante disponibilidade e, muitas vezes, a qualidade adequada da água ao consumo humano. Segundo dados da pesquisa, 94% da comunidade pagam pela água do carro-pipa. Os valores variavam entre R\$ 60,00 e R\$ 100,00 em 2008.

O quadro 1 mostra os instrumentos utilizados no ASMC para armazenar e conseguir água desde seu processo de ocupação até os dias atuais.

Quadro 1 – Instrumentos de Armazenamento de Água no ASMC – Parambu – CE, 2008

INSTRUMENTO	PERÍODO DE UTILIZAÇÃO	FUNÇÃO DA ÁGUA ARMAZENADA E/OU COLETADA
Açudes: Baixa Verde, Serrote, Uruburetama e Parambu (no período de maior estiagem)	Utilizados desde o início da ocupação da área sul do planalto da Ibiapaba até os dias atuais.	Consumo doméstico, industrial, agropecuário, lazer, comercial, hidrelétrico, pesca.
Barreiros	Instalados pelo INCRA quando da instituição do ASMC em 1995 e utilizados até os dias atuais.	Dessedentação animal, lavagem de roupa, higiene pessoal e limpeza em geral. Também serviram ao consumo humano antes da chegada das cisternas.
Cisternas de placas	1995 (duas cisternas comunitárias) e em 2005 (receberam cisternas do Projeto Palmares as 95 famílias cadastradas como assentadas).	Consumo familiar (alimentação e dessedentação)
Carros-pipas	Utilizados no período de maior estiagem no estado para (re) abastecer as cisternas de placas.	Consumo familiar, dessedentação animal, produção de farinha de mandioca, lavagem de roupa, higiene pessoal e limpeza em geral
Adutora	Instalada inicialmente na área central do ASMC em 2008.	Consumo familiar, dessedentação animal, lavagem de roupa, higiene pessoal e limpeza em geral

Fonte: Adaptado de Silva (2008).

Considerações Finais

No Assentamento Rural Serra das Moças e dos Caboclos, as condições de escassez se expressam pelas dificuldades que os assentados enfrentam para ter acesso à água. Se os Açudes da Baixa Verde, Uruburetama e Serrote fossem destinados apenas às demandas do assentamento, certamente não se poderia falar em escassez de água nessa comunidade. Mas a realidade é que esses são utilizados por várias comunidades, tanto da serra como do sertão e para as mais diversas atividades. Além disso, são localizados distantes do Assentamento.

É nesse contexto que ganha relevância a utilização de outras práticas de armazenamento, cujas tecnologias mais empregadas são aquelas voltadas para a obtenção de água para consumo humano e dessedentação animal. Tal fato se expressa ao identificarmos que o uso da água no assentamento não é empregado para promover uma produção agrícola voltada ao mercado, restringindo-se ao consumo doméstico, uma vez que a produção local compõe-se de feijão, milho, caju e mandioca, e depende das precipitações ocorridas na localidade.

As estratégias de armazenamento e acesso à água mais utilizadas no ASMC são as cisternas de placas, os barreiros e a adutora. O uso dos açudes na atualidade é uma opção secundarizada, utilizado apenas nos períodos de maior estiagem, quando os barreiros secam e o nível de água das cisternas está muito baixo.

O acesso à água foi tomando novas formas. Dos açudes, barreiros e cisternas de placas, chegou-se em 2008 à utilização de uma adutora que serve à parte central do ASMC. As ideias foram se recriando para atender as necessidades locais durante todo o processo de ocupação da área. Portanto, a so-

lução para o problema da água foi se dando gradativamente através da implantação de sistemas de armazenamento, nos quais teve significativa importância a atuação do Estado através de políticas voltadas à implantação de adutoras, de cisternas e construção de barreiros na localidade.

Outro fator fundamental para o avanço no acesso à água observado na história do Assentamento foi a luta da comunidade através de reivindicações de infraestrutura hídrica para o Assentamento. A luta continua, pois o problema não foi completamente sanado.

Essas mudanças tecnológicas, a economia a política local, o avanço do meiotécnico e sua utilização no ASMC têm um duplo efeito sobre o modo de vida camponês no assentamento.

O primeiro está relacionado diretamente às mudanças efetivas que as estratégias de captação e armazenamento de água provocam no dia a dia do trabalhador rural. As longas caminhadas em busca de água são abolidas do cotidiano das famílias beneficiadas, assim como, também é eliminado: o uso de fontes inadequadas para consumo; o desgaste físico pelo qual as mulheres e as crianças passavam no trajeto até as fontes, subindo e descendo ladeiras, carregados de baldes e latas d'água; o sofrimento ao constatar a inexistência de uma fonte hídrica para satisfazer as necessidades no período de entressafra, principalmente quando as precipitações são escassas e se acirram os conflitos pelo uso dos recursos. Além disso, a dependência política por esse viés vai sendo abolida, dando mais autonomia aos camponeses do Assentamento.

O segundo efeito tem um caráter mais subjetivo. Há que se reconhecer que a antiga relação do homem do campo com a natureza fica comprometida pelas mudanças que as estratégias de captação e armazenamento de água causam cotidianamente.

mente, afetando o modo de vida camponês. A nova configuração espacial da distribuição e do acesso aos recursos hídricos nas comunidades rompe as relações que a sociedade humana estabelecia com o meio natural no trajeto diário na busca de tais recursos.

As relações políticas, econômicas, culturais e sociais são afetadas por tais mudanças. Há uma transformação no trato com a água, nas formas de uso, nas relações interpessoais e na qualidade de vida.

Para as comunidades rurais, as estratégias de armazenamento de água em pequena escala são mais eficientes, pois se caracterizam por ser mais incluídas, além dos sistemas encontrarem-se mais próximos à comunidade. São esses que atendem às demandas primordiais.

A presença desses elementos favorece (embora não seja o suficiente), a permanência do homem no campo. Cabe à população gerir seus próprios recursos. Portanto, é uma nova cultura da água que se forma. Uma cultura que descentraliza a gestão dos recursos hídricos, envolvendo as comunidades nessa nova gestão das águas.

Cabe ao Estado, aos Movimentos Sociais e a sociedade civil organizada pensar e implementar políticas voltadas para a convivência com a escassez de água, de modo que garantam a permanência do camponês no campo e tornem possível o acesso à água para as comunidades rurais das mais diversas localidades.

Referências

ARAÚJO, J. C. *et al.* Custo de Disponibilidade e Distribuição de Água por diversas fontes do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 36, n. 2, abr-jun. 2005.

BRANCO, Telma Regina Simões Castello. **Os posseiros de Parambu e a luta pela terra**: a reconstrução histórica dos fatores determinantes de um conflito pela Terra na Serra da Ibiapaba. 238f. Dissertação (Curso de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1987.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; NIEMEYER, Ana Maria de (Orgs.). **Além dos territórios**: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas – SP: Mercado de Letras, 1998.

INCRA. **Plano de recuperação do assentamento serra das moças e dos caboclos**. Parambu – Ceará: INCRA, dezembro de 2006.

PROJETO MARCA D' ÁGUA. **Projeto marca d'água relatórios preliminares 2001**: A Bacia do Rio Jaguaribe, Ceará – 200. Brasília: Marca D'água, 2002. 31p. Disponível em: <www.marcadagua.org.br/jaguaribe.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2007.

SILVA, Danielle Rodrigues da. **Buscando água...** as estratégias de convivência com a escassez de água no assentamento Serra das Moças e dos Caboclos – Parambu – Ceará. 153f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SOUZA, M. J. N. . Compartimentação Geoambiental do Ceará. In: José Borzachiello; Tércia Cavalcante; Eustógio Dantas. (Org.). **Ceará: um novo Olhar Geográfico**. 1 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005, v. 01, p. 127-140.

VARGAS, Marcelo Coutinho; PAULA, Gabriela Oliveira. Introdução à Percepção Social da Água. Estudo de caso no interior paulista. In: MARTINS, Rodrigo Constante; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil**: desafios teóricos e políticos institucionais. São Carlos: RiMa, 2003. p. 126-147.

PARTE 5

**ESPAÇO AGRÁRIO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**



O ENFOQUE TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO MDA: ENTORNO DE UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Cícero Nilton Moreira da Silva

José Borzacchiello da Silva

Introdução

Este artigo está pautado na discussão sobre desenvolvimento no bojo das políticas públicas contemporâneas de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no que concerne à efetiva elaboração de planos e estratégias, através da territorialização proposta pelos *Territórios da Cidadania*. Sendo assim, objetiva-se apresentar abordagens acerca da temática do desenvolvimento, tendo como foco central a perspectiva do desenvolvimento territorial rural e seus reflexos no campo brasileiro contemporâneo, com destaque à ação do Estado através das políticas públicas.

Dentro desse contexto, os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte vêm vivenciando uma conjuntura que reflete a realidade supracitada, no que se refere, sobremaneira, à criação e efetiva aplicação de políticas públicas de desenvolvimento sobre o meio rural.

Na contemporaneidade das políticas públicas de desenvolvimento territorial, observa-se como eixo norteador das ações estratégicas concebidas e implementadas pelo Estado, a criação de territórios rurais. O conceito de território utilizado para esses fins tem tido como foco central a acepção de um recorte de área destinado à aplicação das referidas políticas, tais como os planos de desenvolvimento de assentamentos, os programas de fomento à agricultura familiar, dentre outros.

O debate proposto inicia-se a partir da seguinte questão: o território deve ser reduzido à mera compreensão fragmentada de espaço para a aplicação de políticas públicas? O território é vívido. Necessita, portanto, de um olhar investigativo acerca dos processos sociais que engendram a produção das práticas espaciais, traduzidas na forma de ações estratégicas para o desenvolvimento rural.

Para o MDA, os *territórios rurais* são espaços onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”. No entanto, incluem-se nesta perspectiva também os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados.

O território, conforme o MDA (2005a, p.28) seria

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais [...] onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

No estado do Ceará, desde meados dos anos 2000, há a afirmação pelo INCRA dos territórios rurais, em diferentes regiões. São eles: Itapipoca, Sobral, Metropolitano, Médio e Baixo Jaguaribe, Sertões de Quixadá, Sertões de Canindé, Crateús, Cariri e Iguatu. No estado do Rio Grande do Norte chamam a atenção os territórios rurais dos Sertões Seridoenses, do Alto-oeste e do Açu-mossoró.

Todavia, há uma inquietação que se nos revela ao considerarmos a problemática posta em questão: seria possível criar um território? Em que condições se realizam tais polí-

ticas? O território pode ser criado a partir de políticas públicas? Forma-se sócio-historicamente a partir dos processos de ocupação e desenvolvimento das forças produtivas? O que o Estado brasileiro vem a denominar de território? As indagações são pertinentes ao debate geográfico e merecem atenção quanto ao conteúdo teórico das acepções utilizadas, bem como acerca dos pressupostos metodológicos que impulsionam a formulação das estratégias de ação para o desenvolvimento das políticas.

A discussão é convidativa para um breve passeio pelas acepções teóricas e metodológicas que norteiam a formulação das políticas públicas do MDA. Para iniciar esse percurso nos parece interessante refletir que este se insere em dois horizontes espaço-temporais fundamentais: primeiro, a problemática da produção do espaço agrário articulado às relações de poder estabelecidas sócio-historicamente no sertão nordestino.

Neste sentido, caberia identificar quais atores sociais produzem as territorialidades nos territórios rurais dos Sertões de Canindé-CE e do Oeste Potiguar. Segundo, é preciso entender esta política pública agrária no contexto do afã desenvolvimentista que norteou as políticas de desenvolvimento regional no nordeste brasileiro, acirrando as desigualdades e a competitividade intrarregional, bem como reafirmando o papel do Estado como mantenedor da hegemonia burguesa.

Tais horizontes podem auxiliar na leitura sobre como se engendram as relações sociais a partir da dimensão da conflitualidade entre os atores sociais envolvidos (Estado, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e demais sujeitos sociais), evidenciando quais ações e estratégias de aplicação de políticas públicas se efetuam na elaboração de planos e projetos de natureza de desenvolvimento agrário.

Contribuições Teórico-metodológicas à Temática do Desenvolvimento

A perspectiva de análise investigativa que pretenda pautar-se na temática relativa ao desenvolvimento territorial requer, dentre outras ferramentas, a identificação de alguns elementos temáticos norteadores da abordagem teórica. Na perspectiva ora esboçada, são eles: Desenvolvimento, Território e Territorialidade, através da análise de políticas públicas.

A referência a este viés de interpretação sobre o território faz-se necessária, uma vez que dinâmica territorial do campo brasileiro encontra-se hoje sob a égide do enfoque territorial do desenvolvimento.

Desnudando a Perspectiva de “Desenvolvimento” do Estado: entre o Pós-desenvolvimentismo e o Modernismo Crítico Moderno

A partir da reflexão acerca da política de desenvolvimento proposta para o setor rural brasileiro, pode-se estabelecer uma relação em torno dos fundamentos teóricos e conceituais que formam a base de sustentação da proposta de ação do Estado, através da intervenção de suas representações político-institucionais.

Peet (2007), ao analisar os *imaginários de desenvolvimento*, propõe o estudo do desenvolvimento a partir do que denomina de uma gama apropriada de conceitos analíticos. Para tanto, defende uma *geografia crítica do poder*, calcada na investigação científica de 5(cinco) categorias fundamentais que marcam o poder político-econômico.

A primeira é a *ideologia* sob o enfoque da tradição da teoria crítica em Marx, que se refere à produção e disseminação de ideias principalmente por parte do Estado e seu aparato

burocrático, que apoia e legitima a ordem social dominante (MARX e ENGELS *apud* PEET, 2007).

A partir das formulações gramscianas durante a prisão em 1971, e posteriormente com os acréscimos de Althusser, pode-se tratar o problema a partir de dois níveis de controle político: a “dominação” (coerção física pela polícia, pelo exército e pelos tribunais - o aparato repressivo do Estado; e a *hegemonia*, que se refere ao controle ideológico e à produção do consentimento por meios não fisicamente coercitivos - o aparato ideológico do Estado. Ambas formulações de análise do aparato de Estado são tratadas por Althusser (1971).

Outra categoria seria aquela relacionada ao caráter do *discurso*, que, de acordo com Peet, assume uma forma proposicional particularmente significativa, a forma das políticas sugeridas pelos especialistas para corpos governantes, que os utilizam como instrumentos de poder.

A *governamentalidade* seria a quarta dimensão categórica da análise proposta. Peet considera a contribuição de Foucault (1979), que se refere à governamentalidade como a palavra que exprime a mentalidade dos governos modernos – a mentalidade dos governantes e dos governados. De um modo geral, a governamentalidade explora como as autoridades do governo exercem o poder por meio de regimes de prática institucional.

No intuito de compreender os centros de poder formados de complexos de instituições, Peet classifica-os em quatro tipos principais, de acordo com o propósito dominante de suas instituições e do tipo de poder que elas geram: o econômico, o ideológico, a mídia e o político.

Assim, tem-se na linha de pensamento pós-desenvolvimentista a ideia do discurso do desenvolvimento como agente de poder, assim, estaria presente a quinta categoria da análi-

se: *poder/geografia*. Peet chama atenção para a radicalidade do pensamento pós-desenvolvimentista, que formula postura de negação ao conceito de desenvolvimento, e acrescenta que os princípios da democracia, emancipação, desenvolvimento e progresso são corrompidos pela forma social em que são engendrados pela modernidade capitalista.

Território e Desenvolvimento: Algo de Novo para o Planejamento do Estado?

Em torno do debate sobre uma geografia para o desenvolvimento e uma geografia do desenvolvimento, destaca-se a contribuição da formulação teórica de Escobar (1997), o qual indaga: [...] Qual seria a contribuição da geografia e dos geógrafos para a desconstrução do desenvolvimento atual e para a formulação de um outro projeto socialmente mais justo? (GÓMEZ, 2007, p.48).

Há um questionamento forte, portanto, para os geógrafos sobre que postura intelectual irão assumir frente ao desafio da crítica ao desenvolvimento. E mais, amplia o leque do debate incluindo o problema da utilização de categorias como território, lugar e escala. Categorias que o próprio desenvolvimento adota, mas, em muitos casos, simplifica.

Estaríamos, assim, diante de um desenvolvimento territorial rural que se constitui para uma nova forma de orientação das formulações teóricas e das intervenções práticas voltadas ao desenvolvimento? Essa discussão ganha relevo, no Brasil, em especial, a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Ao analisar o território sob a perspectiva de uma *Geografia do Poder*, considera-se que:

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede [...] As ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território. (RAFFESTIN, 1993, p.150-152).

Em suma, para a análise proposta neste trabalho, o território assume papel preponderante na sociedade contemporânea. De acordo com Saquet (2007, p.113) “O território é condição de processos de desenvolvimento. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica em diferentes lugares.”

Dematteis (1995 *apud* SAQUET, 2007, p.114) afirma que “o território significa economia, cultura, política e natureza: ambiente, chão, formas espaciais e relações entre sujeitos”. E sinaliza ainda mais: que a definição de territorialidade, perpassa a mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social. Seria, portanto, uma *territorialidade ativa*, através da organização política e do planejamento.

Neste sentido, cabe destacar o conceito de território empreendido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como espaço da identidade, do projeto compartilhado (território do consenso, do conflito negociado entre múltiplos agentes públicos e privados). Há a disseminação da noção de uma identidade comum que seria capaz de impulsionar o desenvolvimento, em torno dos interesses comuns a todos, ou pelo menos da maioria.

Este seria o território das políticas públicas. Desativado

dos conflitos. Em favor do desenvolvimento capitalista. O território surge como um instrumento de planejamento do Estado.

A complexidade de relações através das quais converte a categoria território (de natureza conflituosa por definição) é bastante problemática para a implementação de políticas públicas. Há uma tentativa de abortar ou desenraizar a essência que caracteriza o conceito de território: o conflito. Para torná-lo hábil ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Transformando-o em espaço aplainado. Reduzindo-o a mero instrumental de aplicação de políticas públicas. Como se o mesmo fosse estéril e não fosse efervescente de ações de seus diferentes sujeitos sociais históricos, que, (re)produzem e (re)constroem e\ou (des)constroem espacialidades e territorialidades contraditórias.

O território do desenvolvimento territorial está cortado à medida das necessidades de controle social e da reprodução capitalista [...] O território que se vende como base de um consenso fundamentado na identidade e nos interesses comuns é apenas um recurso a mais, uma variável que deve valorizar-se para conseguir um bom desempenho econômico e a capacidade de competir no mercado. [...] o território, sob este paradigma desenvolvimentista, converte-se num recurso que deve ser valorizado e vendido (GÓMEZ, 2007, p.51).

No Brasil, tanto o desenvolvimento rural dos anos 1990 como o desenvolvimento territorial rural dos anos 2000 têm em sua base de fundamentação, o aporte teórico que privilegia o elemento espacial para o desenvolvimento.

Portanto, a ciência geográfica estaria diante do desafio de tratar a problemática espacial do desenvolvimento, sob a égide da categoria território, apontando para a construção de uma sociedade sem as amarras e chicotes de um desenvolvimento desigual.

Novas Configurações do Campo Brasileiro: Desafios Contemporâneos à Abordagem Territorial

Martins (2003, p.4), ao discutir os pressupostos da ação política desta perspectiva, do novo lança o artigo intitulado *A Ideologia do Banco Mundial*, com a seguinte assertiva:

Três pressupostos de inspiração neoliberal constituem o núcleo central do pensamento do Banco Mundial [...] São elas: (1) a dissolução das identidades culturais, dos valores, dos costumes e das tradições; (2) a desarticulação das sociedades políticas nacionais, com a eliminação de referências de legitimidade e soberania do Estado; (3) o fundamentalismo do mercado, portador da racionalidade sócio-política e principal agente do bem-estar. O Banco Mundial produz e difunde conhecimentos que se tornam consensuais, como a necessidade de ajuda para as regiões subdesenvolvidas. Em cada país, determina a agenda de prioridades, as dificuldades a enfrentar, as possíveis soluções e os parâmetros de avaliação da economia.

Seguindo o mesmo raciocínio, Domingos Neto (2004, p.2-3), escreveu O “Novo” Mundo Rural, que nos possibilita apreender mais elementos sobre este processo ao refletir os impactos da ação da respectiva agência de financiamento multilateral, e expõe que

O objetivo explícito do Banco Mundial é a atenuação dos efeitos sociais negativos da abertura unilateral, contínua e ostensiva da agricultura brasileira ao mercado internacional, combinada com medidas internas recessivas. [...] O ‘Novo Mundo Rural’ é uma expressão utilizada para designar tanto as transformações em curso na realidade agrária brasileira quanto um paradigma a ser perseguido. As mudanças teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio

rural e o surgimento de novas configurações sociais [...] Cabe, entretanto, observar que o progresso técnico verificado na agricultura brasileira foi bastante centralizado nos grandes empreendimentos. A absorção de tecnologia, na verdade, aprofundou dicotomia entre agricultura moderna e agricultura tradicional, onde predomina a atividade de subsistência.

Todavia, ao observar a proposta dos Documentos Institucionais 01/02 do MDA (2005a), que estabelece os referenciais para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil, pode-se considerar a identificação da nova dinâmica territorial como estratégia de desenvolvimento para o meio rural brasileiro, a qual supõe a criação e a implementação de políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos que sejam capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento. “Estamos falando da construção do novo sujeito coletivo do desenvolvimento, que representa a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região.” (MDA, 2005a, p.4).

Para Souza (2006), o caminho do desenvolvimento socioespacial perpassa a garantia da autonomia dos atores sociais no processo de planejamento e gestão territorial. Isso inclui considerar a experiência prática quotidiana e o saber local, que:

[...] deverão ter livre expressão e ser incorporados à análise e ao desenho da intervenção planejadora. Ao mesmo tempo, idealmente, o raciocínio prático do senso comum, que tem livre curso nas situações ordinárias de ação, deveria interagir, dialogicamente, com o tipo de conhecimento teoricamente lastreado dos pesquisadores e planejadores profissionais. (SOUZA, 2006, p. 69).

Diz ainda que

[...] a práxis planejadora ou gestora e antes dela já a própria atividade de pesquisa, deveria, idealmente, encarnar a fusão criativa do saber dos atores sociais com os balizamentos técnico-científicos trazidos, na qualidade de consultores populares, pelos profissionais de planejamento e gestão. (SOUZA, 2006, p.69).

Nesse sentido, segundo Castro Junior (*et al.*, 2005) o desenvolvimento, enquanto garantia da justiça social e emancipação política dos atores sociais envolvidos no planejamento, perpassa esse pressuposto do respeito à multidimensionalidade dos saberes. A perspectiva dialógica torna-se, portanto, de fundamental importância na realização de trabalhos de natureza participativa.

Conforme Jesus (2004) há elementos que constituem diferenças paradigmáticas marcantes para o modelo de desenvolvimento rural, sob o referencial teórico da ação educativa. Os paradigmas da educação rural e da educação do campo, que necessitam ser elucidados no processo educativo. São eles: a) o educando e a sua condição de sujeito social; b) o contexto socioeconômico e político-cultural que perfaz o espaço de vida dos sujeitos; c) a temporalidade e os ritmos educativos dos indivíduos e grupos sociais; d) o conhecimento científico *uno versus* a valorização dos saberes, calcados em fundamentos para além da razão (emoção, intuição, sensorialidade); e) a relação sujeito e objeto (deve-se encarar a prática e a teoria como coisas apartadas ou a produção do conhecimento envolveria a interação entre sujeito e objeto, entre ação e reflexão?).

A reflexão teórica permite assinalar aspectos críticos ao modelo de desenvolvimento capitalista para a agricultura brasileira sob a perspectiva do agronegócio, como afirmam

Fernandes & Molina (2004): Monocultura – *Commodities*; paisagem homogênea e simplificada; tecnologia com elevado nível de insumos externos; competitividade e eliminação de empregos; concentração de riquezas – aumento da miséria e da injustiça social; êxodo rural e periferização urbana; fortalecimento da identidade e da pluriatividade capitalista. São características que reafirmam o debate sobre que perspectiva complementar a considerar: a monocultura agroexportadora do agronegócio ou a agricultura camponesa?

Numa abordagem que procure estabelecer os princípios e os pressupostos da análise investigativa, procura-se indagar, como base de fundamento histórico, aquilo que Oliveira (2001, p.1) concebe como:

A história que marca a *longa marcha* do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes [ou quase sempre] sangrentas desta classe social. Ao abordá-la, deixo claro que minha compreensão a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, parto do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo – e a sua conseqüente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Este quadro de referência teórica, por conseqüência, está no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo com característica fundante do capitalismo moderno.

Este viés de investigação encontra referencial na leitura proposta por Fernandes (2004) através da abordagem sobre as novas configurações do campo brasileiro, no qual assinala que o espaço como dimensão da realidade se configura como território e é construído por diferentes relações sociais que acaba por evidenciar aspectos postos pela luta política dos

movimentos socioterritoriais e aponta para a necessidade de se refletir teoricamente sobre esta nova configuração, comumente denominada de “novo mundo rural”.

Desse modo, cabe-nos a inquietação de investigar quais os fundamentos teóricos que sustentam a proposta de ação das políticas públicas do Estado brasileiro através do MDA, tendo como categorias de análise centrais a relação entre Estado, Território e Políticas Públicas.

A abordagem territorial do MDA aponta para a leitura do território como referência para a construção de uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural, justificando-se a partir de quatro aspectos norteadores da concepção.

Primeiro, porque o rural não se resume ao agrícola. Mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tais são as suas características espaciais [...] *O segundo*, porque a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa. *Terceiro*, porque na última década e meia tem se acentuado o movimento de descentralização das políticas públicas, com atribuição de competências e atribuições aos espaços locais. Por fim, em *quarto lugar*, o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizados e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento e iniciativas voltadas para o desenvolvimento. (MDA, 2005b, p.8).

Braga (2005) afirma que o atualmente o território assume diferentes interpretações nas Ciências Sociais. Há autores que privilegiam a base materialista como fundamento essen-

cial para a organização social e outros enfatizam a dinâmica idealista do território. Contudo, conforme Haesbaert (2002) deve-se superar a dicotomia da discussão materialidade/idealismo, porque o território encerra tanto a dimensão espacial da concretude das relações sociais, bem como as representações da subjetividade sobre o espaço, ambas movem estas respectivas relações.

Para Continuar o Debate, Algumas Considerações

Assim, poder-se-ia afirmar que o Estado brasileiro teria atuado, ao longo da história das políticas de desenvolvimento rural, como mediador das práticas de fomento da modernização da agricultura, como afirma Ramos Filho (2005). Estaríamos assim, construindo, reforçando a lógica de desenvolvimento do campo mediante a “Reforma Agrária”, sustentada no reforço à conflitualidade da luta de classes, frente aos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário.

As ações estratégicas do Estado estariam, na realidade, contribuindo para a efetiva afirmação do território como concretude e vivência representativa dos sujeitos sociais envolvidos? Tal reflexão suscita o debate imediato em torno do antagonismo relativo aos conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa, desafio teórico e cenário político-acadêmico para embasar os próximos percursos, inicialmente oportunizados nesta aproximação investigativa.

Para tanto, o aprofundamento reflexivo sobre as convergências e divergências entre as matrizes teórico-metodológicas calcadas no pós-desenvolvimentismo e no modernismo crítico moderno tornam-se primazia à compreensão de como se concebe, planeja e executa as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural, no Brasil contemporâneo.

As denominadas “novas configurações do campo brasi-

leiro” pautam, ainda, outros desafios à leitura geográfica do desenvolvimento. Desafios contemporâneos à abordagem territorial frente ao caráter desigual do desenvolvimento geográfico, pensado e aplicado, concebido e vívido. A proposta que nos revela, fundamentada na necessidade de fomentar, nos geógrafos, a ideia-força do “Utopismo Dialético”, parece nos apontar para a necessidade de uma (re) construção do ideário do ser intelectual, arquiteto de novos olhares, compreensões e (re) construtor de outros caminhos possíveis.

As categorias território e desenvolvimento tornam-se ferramentas fundamentais para (re) pensar algo de novo para o planejamento do Estado? São expressões que guardam historicidade, tanto no que diz respeito à abordagem na ciência geográfica, como em outras áreas do conhecimento que se debruçam sobre a temática do desenvolvimento, tais como a economia e a sociologia. Todavia, ganham relevo, na atualidade, no cenário político e econômico brasileiro, porque embasam a gama recrudescente de políticas de Estado, que são refletidas neste trabalho, principalmente as políticas do MDA, que estão articuladas com as estruturas de governo, nas esferas estadual e municipal, mas deve-se ir além analisando os programas e estratégias de ações, em outras instâncias institucionais, como os Ministérios da Educação (MEC), e da Integração Nacional (MI), que atingem diretamente o desenvolvimento territorial rural.

A proposta deste trabalho, nesse sentido, assume o papel de provocar e compreender elementos teóricos que fundamentam a abordagem do desenvolvimento contemporâneo. A problemática está posta, e aponta à geografia o desafio da (des) construção conceitual.

Em face do desafio teórico sobre as questões supracitadas, espera-se contribuir na discussão de processos sociais que engendram a concepção e a prática das políticas públicas

do Estado entorno do desenvolvimento rural brasileiro, sob o pressuposto conceitual do território.

Referências

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

BARBOSA, E. M. (Coord.). **II PRRA – Ceará**. República Federativa do Brasil/Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005. Brasília. (Mimeo).

BRAGA, J. L. R. **Uma releitura do território no cenário internacional**. São Paulo: Contexto, 2005.

CASTRO JÚNIOR, J. L., COUTINHO, C. R. & VIEIRA de CASTRO, M. A. **Capacitação continuada de profissionais de assessoria técnica social e ambiental à reforma agrária**. Fortaleza, 2005. (Mimeo).

DOMINGOS NETO, M. O “novo” mundo rural. In: MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: VIRA-MUNDO, 2004.

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **CAMPO-TERRITÓRIO – Revista de geografia agrária**, v.1, n.2, p.14-30, ago. 2006.

FERNANDES, B. M. & MOLINA, M. C. O campo da educação do campo. In: MOLINA, M. C. & AZEVEDO DE JESUS, S. M. S. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **REVISTA AGRÁRIA**, n.1, p.16-36, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Robert Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GÓMEZ, J. R. M. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói/São Paulo: EDUFF/Contexto, 2002.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

JESUS, S. M. S. A. de. Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo. In: MOLINA, M. C. & AZEVEDO DE JESUS, S.M.S. de. (Orgs.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

MARTINS, M. D. **A ideologia do Banco Mundial**. Fortaleza: Simpósio Tensões Mundiais, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: SDT/MDA 2005a. (Série Documentos Institucionais, v. 01).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005b. (Série Documentos Institucionais, v. 2).

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Caderno de Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, São Paulo, set./dez., 2001.

PEET, R. Conceitos e políticas de desenvolvimento: teorias e ideologias. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas, v. 29 – Geografia e política).

RAMOS FILHO, E. da S. A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato. **REVISTA NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 46-58, jan./jun., 2005.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre o território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS/INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste**. Pau dos Ferros: SEPLAN/SEAI/IICA, 2007.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ASSENTAMENTO RURAL DE SANTANA: LUTA POR TERRA E TRABALHO COLETIVO

Liana Brito de Castro Araújo

A luta pela terra: contexto e sujeitos históricos em movimento

*A gente tinha o entendimento que
a terra era dos trabalhadores e aí começou
(Assentada)*

A questão agrária brasileira nas décadas de 1970 e 1980 apresentava-se num quadro acirrado de violência no campo, visto a relação contraditória entre “terra de trabalho e terra de negócio.”” (MARTINS, 1991). Por um lado, a concentração fundiária em poucas mãos com terras improdutivas ou produzindo abaixo de suas possibilidades e, por outro, uma massa de trabalhadores rurais sem-terra ou pequenos proprietários que tinham a terra como seu meio de existência, porém muito aquém do que necessitavam para a sua reprodução material e social.¹ Essa causalidade posta era resultado do avanço do capitalismo no campo brasileiro, sob a tutela do Estado (MARTINS, 1991; GRAZIANO, 1983; STÉDILE, 1994), caracterizando o processo de expropriação e exploração do homem do campo.

¹ As décadas de 1970 e 1980 são reconhecidas como as décadas em que mais se acentuou a violência no campo, e que mais organismos sociais de pressão e luta no campo se estruturaram (FERNANDES, 1998). Nos anos 1970, segundo Palmeira (1994, p. 50) a agricultura era um grande negócio sob o suporte estatal, “os grandes negócios de terra passaram a ser feitos por dentro do INCRA, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)” , quando o Estado favoreceu grandes grupos econômicos.

Nessa dialeticidade temos um contexto de acirramento das contradições sociais do modelo de desenvolvimento do campo e de criação de condições favoráveis à organização dos trabalhadores rurais com novas estratégias de pressão e luta pela terra numa perspectiva coletiva e nacional. Foi nesta conjuntura que emergiu a Comissão Pastoral de Terra (CPT)², como uma organização não governamental com uma preocupação centrada na organização dos trabalhadores rurais e na denúncia da violência no campo e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³ como espaço de organização dos trabalhadores do campo e da cidade, numa perspectiva de leitura crítica do mundo, de busca de estratégias coletivas de resistência de luta frente a repressão do Estado burguês militar e de alternativas coletivas de reprodução material de suas vidas. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), que sofreram fortemente com a ditadura militar, encontram nas CEBs espaços de busca da reestruturação e retomada da luta. Nesse contexto emerge, a luta pela reforma agrária como uma possibilidade de enfrentamento da violência no campo.

Naquelas décadas, o debate em torno da questão agrária e da reforma agrária como saída para a crise rural (política

² A CPT, enquanto uma organização religiosa envolvida com o meio rural, criou espaços de denúncia contra a violência no campo. No ano de sua fundação, em 1979, por exemplo, a CPT denunciava a existência de 715 conflitos no Brasil, sendo que 88,1% desses conflitos iniciaram a partir de 1973 (MARTINS, 1991). Ferrante (1994) observou que a CPT em algumas regiões de São Paulo terminou substituindo o sindicato e assumindo uma posição de luta legalista, na região do Assentamento de Santana a CPT assumiu uma posição muito mais de suporte aos sindicatos rurais, que estavam orientando a luta no campo.

³ A relação entre a CPT e as CEBs era de uma aproximação tal que ficou difícil, quando fomos analisando a historicidade de Santana, de estabelecer em que momento estávamos falando da CPT e em que momento falávamos das CEBs. Nossa posição foi de considerar a sua intercessão, pois os animadores das CEBs eram, de fato, engajados também na CPT.

e econômica), segundo Germer (1994), tinha dois destinos: a burguesia e os trabalhadores. Por um lado, a argumentação apontava para a tese de que a reforma agrária era necessária economicamente, pois ampliaria o mercado interno e contribuiria com a produção de alimento repercutindo sobre o valor do salário dos trabalhadores urbanos. Por outro lado, do ponto de vista dos trabalhadores, a reforma agrária era necessária e tinha um caráter revolucionário pela possibilidade de “socialização dos meios de produção.” (GERMER, 1994, p. 148). Veiga (1994) ressaltava que a reforma agrária era necessária economicamente, dentro da própria lógica e dinâmica do capitalismo, destacando, inclusive que foi através de uma política de redistribuição de terras que os países desenvolvidos durante o século XX assumiram uma política de apoio e incentivo à produção familiar, pois suporta a política de controle dos preços posta pelo Estado, como forma de “equilibrar” a reprodução e acumulação do capital sob o comando da produção industrial⁴. Portanto, seria interessante conquistar o apoio da burguesia para a defesa da reforma agrária brasileira, porém isto não ocorreu. De fato, a defesa da reforma agrária foi assumida pelos trabalhadores rurais através dos movimentos sociais, igrejas progressistas, partidos e intelectuais de esquerda.

⁴ A reforma agrária para Lênin (LÉNINE, 1983, p.60s), no contexto histórico de início do Século XX, não era considerada revolucionária, embora representasse, de fato, um avanço histórico nas relações sociais de produção de sua época, pois estabelecia a supressão dos resquícios das relações servis e permitia a participação dos camponeses nas relações de produção capitalistas. No documento, o autor apresenta a proposta de socialização das terras que, segundo sua exposição, não ameaçaria o sistema capitalista, pois os produtores rurais (com o acesso as terras) estariam subordinados à lógica da propriedade privada e do capital. Sua defesa era fundamental por representar, naquele contexto, um avanço nas relações de produção em geral.

Foi dentro deste contexto e debate que, em 1985, a proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República (BARQUETE, 1995) adotou pela primeira vez a concepção de assentamento rural (superando o modelo de colonização de então), tendo os seguintes objetivos: “incorporar novas áreas ao processo produtivo, elevar a produção agrícola, conferir bem-estar às famílias assentadas e promover a integração social e econômica de grandes contingentes de trabalhadores rurais.” (MIRAD; INCRA, 1987, p.5).

Segundo Palmeira (1994), o PNRA tinha a preocupação de neutralizar setores sociais, punir a propriedade especulativa e preservar as produtivas⁵. Neste sentido, ao punir as terras especulativas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) “acertou os grupos econômicos [...] que adquiriram terras pela mediação do Estado até os anos 1970” (PALMEIRA, 1994, p. 56s). Ao atender as demandas sociais nas áreas de conflito o INCRA, de acordo com Martins (1991) atingia áreas beneficiadas pela política do governo ditatorial que favorecera os latifundiários e grupos econômicos.

Naquele momento duas propostas de reforma agrária estavam sendo apresentadas, segundo Martins (1994, p. 15), a do parcelamento das terras, incorporando os produtores familiares ao “processo de acumulação capitalista” (defendida pelos proprietários rurais) e a das formas “alternativas de apropriação e uso da terra, com ênfase na cooperação”, apoiada pelos trabalhadores rurais. O que apresentamos neste trabalho é que estas duas alternativas estavam sendo construí-

⁵ Essa questões foram evidenciadas porque o grupo de intelectuais que elaborou o PNRA, e que ainda permanecia no governo da Nova República tinha compromissos com as questões sociais e com as reivindicações populares. No entanto, aos poucos, foram sendo afastados de seus cargos.

das no momento em que os trabalhadores rurais de Santana discutiam a estrutura de acesso e utilização das terras desapropriadas para fins de reforma agrária.

Foi inclusive a partir de Santana que se esboçou no Brasil o primeiro Assentamento Rural com terra e trabalho coletivos⁶. Não era uma proposta já elaborada pelo INCRA, mas uma possibilidade posta pela conjuntura político-social na época (demarcada pela emergência dos movimentos sociais rurais), pela prática das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pelo otimismo de alguns intelectuais em termos da reforma agrária (inclusive alguns funcionários do INCRA) e pelas indefinições da própria lei, que não estabelecia um modelo fechado de distribuição e de uso das terras desapropriadas. Isso permitiu uma margem de manobra para os trabalhadores rurais que terminaram reivindicando um modelo coletivo de assentamento rural, uma possibilidade construída a partir da prática social dos trabalhadores rurais nas CEBs e na luta coletiva por terra de trabalho.

O conflito e a conquista do projeto coletivo de terra e trabalho

O conflito rural em Santana, surgido na década de 1970, tinha como centro o não cumprimento dos acordos nas relações de arrendamento entre os grupos de famílias de trabalhadores rurais e os proprietários de terras. Os proprietários das terras por vezes soltavam o gado na plantação, não aguardando a produção da forragem após a colheita. Como relatou

⁶ Segundo Braga (1990) Santana foi pioneiro no modelo que adotou de terra coletiva e produção coletiva. Inclusive o Assentamento possui um livro de registro das visitas que recebia durante os seus primeiros anos, de técnicos, trabalhadores rurais, assentados e pesquisadores de todo o país, e, não muito raro recebiam visitas de pesquisadores estrangeiros.

uma assentada “a gente estava lá, lutando contra o gado e tentando salvar uma parte do nosso roçado”.

Pela mediação das reuniões e discussões nos sindicatos e CEBs os trabalhadores foram percebendo a situação de exploração em que viviam (BRAQUETE, 1995), pela interdição do direito a terra e ao trabalho, num contexto de terras ociosas. Assim, foram percebendo as contradições em que estavam inseridos e, de forma organizada, foram encontrando alternativas de pressão e luta pelos seus direitos. Descobriram, inclusive, a partir de informações adquiridas no INCRA, que os proprietários das fazendas estavam em situação irregular diante do Estado, pois parte daquelas terras foram apropriadas ilegalmente pela incorporação das “sobras de terras” públicas não controladas pelo Estado (MARTINS, 1998). Nesse contexto havia espaço legal para o encaminhamento do processo de desapropriação.

Neste período, os trabalhadores contaram com o apoio de alguns técnicos do INCRA e de intelectuais do Grupo de Apoio a Reforma Agrária (GERA), no processo de encaminhamento da luta e orientação dos procedimentos legais para a desapropriação daquelas terras. Assim, na década de 1980, organizados na Fazenda de Santana os trabalhadores rurais resolveram encaminhar o pedido de desapropriação daquelas terras através de um abaixo-assinado, alegando o não cumprimento de acordos entre os proprietários rurais e os arrendatários que ali trabalhavam (BARQUETE, 1995). O processo foi pautado na legislação de Desapropriação por Interesse Social (SANTOS FILHO; MELLO, 1984), à medida que a fazenda não cumpria sua função social, o que foi concluído em 1986, quando ocorreu a publicação do decreto de desapropriação da terra e a sua imissão de posse (COPÁ-GUIA, 1998).

No conflito dos trabalhadores rurais no entorno da Fazenda de Santana fica evidenciado a inter-relação entre as CEBs, CPT e STRs. É interessante mencionar que, nestas mesmas décadas, conflitos agrários ocorriam no sul do País, como o conflito da Fazenda Anoni (RS), que apresentava uma nova alternativa de ocupação da terra como estratégia de pressionar o Estado no processo de desapropriação rural. Os conflitos das fazendas Santana e Anoni ocorriam no mesmo período, sem uma articulação direta entre os trabalhadores rurais, mas apresentavam elementos em comum: ambos contavam com a estrutura das CEBs, o apoio da CPT e fortalecimento da organização dos trabalhadores. Seus resultados foram canalizados para a construção de uma proposta de reforma agrária, que contemplasse parte de suas reivindicações, ou seja, expressada, principalmente, numa maior e significativa participação dos trabalhadores na definição e organização dos assentamentos rurais de reforma agrária.

Esses conflitos, aparentemente isolados, eram objetivados pelas mesmas contradições sociais do campo brasileiro e o movimento social rural daí resultante representava a tendência posta por esta totalidade social ampla que permitiu que seus sujeitos históricos, trabalhadores rurais, objetivassem exigências e demandas que apresentavam elementos comuns. O que estava sendo elaborado, no enfrentamento da luta pela terra era a necessidade de construção de um movimento social rural articulado nacionalmente; de novas possibilidades de conquista da terra que priorizasse elementos coletivos de relação com terra e trabalho; da ampliação da luta para além da terra, portanto a luta por uma reforma agrária capaz de contemplar direitos básicos como educação, saúde e lazer para a população campesina. O resultado desse processo foi, em meados da década de 1980, a gênese do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como força coletiva nacional de enfrentamento da questão agrária no país, aos poucos foi de estruturando nos diversos estados brasileiros.

No conflito agrário das fazendas cearenses estavam presentes grupos familiares da região liderando a organização do movimento; um deles terminou desistindo e se engajando em “outras áreas, também de reforma agrária, em outra região” (SANTOS, 1979), em função da demora nas negociações, constituindo o Assentamento Rural Saco de Belém, com base no parcelamento das terras, no município de Santa Quitéria em 1983, três anos antes da desapropriação de Santana (BARQUETE, 1995). Segundo relatos “aquelas famílias se arrependeram da opção que fizeram”, quando viram a formação do Assentamento de Santana com terra e trabalho coletivos, o que representava um dos sonhos daqueles trabalhadores rurais.

O que o Assentamento de Santana trazia de novo era a coletivização da terra e do trabalho, uma possibilidade posta, segundo nossa análise, pela prática social e produtiva acumulada nas Comunidades Eclesiais de Base daqueles trabalhadores rurais. Como destaca a assentada, acerca das experiências de produção coletiva que tiveram através das CEBs antes da conquista do assentamento:

A gente trabalhava em mutirão assim, em grupo de 8 pessoas. [...] um dia limpava a roça de um e depois na roça do outro. Trabalhando coletivamente. Isto foi muito importante para aquelas comunidades que já trabalhavam em grupo. Já foi bom para fundamentar aqui em Santana. (Assentada/ 2005).

Nesse sentido, afirmamos que a questão agrária no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 não pode ser analisada sem que se evidencie o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

no meio rural que se espalhavam por todo o território brasileiro com práticas alternativas de produção e organização coletiva. O grupo dos trabalhadores rurais no entorno de Santana não fugia à regra, especialmente naquela região que pertencia a Diocese de Crateús, sob a progressista e animada direção de dom Frago, que assumia “posições firmes e corajosas, principalmente durante a repressão, que o tornaram conhecido para além das fronteiras da sua diocese, em plano nacional, e até, internacional.” (THOMÉ, 1994, p. 168). A diocese de Crateús assumiu um importante papel na denúncia das condições de vida e de trabalho dos arrendatários que chegavam a pagar uma renda da terra acima do que o Estatuto da Terra estabelecia; além da apropriação ilegal da forragem (uma rica fonte de alimentação dos animais) pelo proprietário rural. As lutas dos trabalhadores rurais naquela região estruturavam-se pela via da legalidade, a partir da denúncia do não cumprimento dos acordos de arrendamento, do direito à ocupação de vazantes dos açudes públicos em terras privadas e do direito à posse das terras.

Nosso estudo evidenciou a importância da participação daqueles trabalhadores, de Santana nas CEBs, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs), na CPT e no Partido dos Trabalhadores (PT), demonstrando a dinamicidade, riqueza e complexidade que esta forma de mobilização e organização rural estabelecia naqueles anos. Destacamos, no entanto, o papel das CEBs na gênese do Assentamento por ter sido, segundo os entrevistados, a geradora do projeto de comunidade defendido pelos trabalhadores tendo se configurado, de fato, na mediação central e determinante para o modelo de assentamento que construíram.

Os trabalhadores rurais tinham a possibilidade de uma prática social das CEBs formar e elevar uma consciência crí-

tica de leitura do homem e do mundo e, principalmente de enfrentamento coletivo contra as relações de exploração que estavam submetidos. De acordo com Engels (*apud* LEONTIEV, 1978, p. 126, grifo do autor), sob as relações de exploração e expropriação, cabe ao trabalhador apenas uma alternativa “aceitar a sua sorte, tornando-se *bom operário* [...] ou então, resistir e lutar quanto possa pela sua dignidade e isto só lhe é possível lutando contra a burguesia”. Vejamos a fala de um assentado.

Nós trabalhávamos em terra de patrão e morávamos nas terras de meu pai. Só podia ter casa. Não tinha água, nem energia e nem terra para trabalhar. Aí nós nos organizamos com uns primos [...] na Igreja. [...] Já começamos a trabalhar em mutirão com ajuda da CPT com um projeto para comprar um burro, um cultivador e um arado. [...] organizar melhor e trabalhar a terra para não erodir [...]. Aí nós plantamos em 1ha de um colega. A gente achou foi bom. [...] a gente ficava era feliz com uma técnica nova. (Assentado, 2005).

No assentamento identificamos representantes de várias CEBs que tinham contribuído no processo de formação do Santana, dentre as quais citamos as comunidades de: Tourão, Sítios, Cacimba do Meio, Viração e Olho D'água Velho⁷. Segundo Damasceno (1990), as CEBs tinham a educação como

⁷ Outras CEBs também citadas pelos assentados: Jurema, Bela Vista, Boa Hora, Taboa, Angico, S. Nicolau, Cachoeirinha e Fazenda de Santana. A atuação das CEBs era diversificada, umas comunidades eram mais politizadas que outras, ou mais espiritualizadas. O que observamos, inclusive, foi uma forte intercessão e mobilidade entre as comunidades, de forma que em alguns momentos as experiências de umas se confundia com as das outras. De fato, esta realidade demonstrou a presença de laços de aproximação e solidariedade entre elas. Outro aspecto observado foi a presença de alguns depoimentos, reivindicando o papel central de das CEBs na elaboração e implementação do projeto.

componente central da prática social, através do Método Ver, Julgar e Agir, realizava-se uma experiência de fé, de análise e enfrentamento do conflito social. Com todos os limites e contradições próprios dos processos sociais, as CEBs representavam um espaço de formação de uma consciência histórica e coletiva muito mais elevada, como bem expressou um trabalhador rural “foi nas CEBs que eu abri minha mente” e uma assentada destaca:

Quem não estava nas CEBs não entende, porque não tiveram a experiência do coletivo, de lidar com os outros, dividir tarefas. Com essa formação que cada um veio é que foi formado aqui. O que ajudou a formar Santana. Porque já tinha todo mundo um conhecimento. (Líder assentada, 2004).

Portanto, a prática das CEBs contribuía para a organização e formação política de grupos populares, para a criação de espaços de contatos com outras comunidades rurais do estado e de outras regiões do país. Essa prática social possibilitava um enriquecimento da consciência social dos trabalhadores rurais, consciência de si e do mundo, traduzindo-se, inclusive numa experiência nacional que muito contribuiu para a percepção e unificação dos homens do campo no enfrentamento de seus conflitos, que se estabelecia por todo o Brasil naqueles anos.

Através dos próprios depoimentos fomos encontrando elementos que evidenciavam como a prática das CEBs para aqueles trabalhadores definiu a estrutura do Santana. Muitas delas, por exemplo, construíram práticas de produção coletiva e de engajamento político e sindical, naqueles anos, como, segundo relatos, representou a Comunidade de Tourão, constituída a partir de um sítio com cerca de 300 ha, com 20 pro-

prietários e 60 famílias com diferentes laços de parentesco. Estas terras eram trabalhadas em regime de grupos associados. Segundo um assentado:

Foi uma comunidade que teve a experiência de roças comunitárias, de trabalho coletivo, de mutirão, que viveu tudo isto antes de vir para o Assentamento [...] o banco de sementes, miniposto agrícola e a bodega comunitária. (Líder assentado, 2004).

A gente já vivia em preparação. A gente trabalhava numa horta lá. (Assentada, 2005)

A gente plantava algodão junto. Em 1985 a comunidade de Tourão se juntou e fizemos um terreno coletivo, 6ha de algodão, foi vendido. Uma parte foi tirada para o comércio coletivo. (Assentado, 2005).

A comunidade de Tourão tornou-se uma das principais CEBs da região, assumindo um papel de liderança na organização dos trabalhadores como base sindical forte. Muitos trabalhadores rurais se dirigiam àquela comunidade para se sindicalizar, o que tinha um peso grande para a definição das relações sociais e políticas, entre a Comunidade de Tourão, as outras comunidades rurais e o poder local. Segundo a fala de uma assentada de Santana essa experiência foi tão forte que as comunidades de Tourão e Sítios eram identificadas como “*comunidades comunistas, por alguns políticos da região.*” (Líder Assentada, 2004). Um título conferido pelas elites rurais em função da organização popular, da consciência política crítica, resistência e luta desenvolvida, além da prática coletiva na esfera da produção. Por este motivo, estas comunidades sofreram toda sorte de pressão e isolamento por parte da política local. Vejamos a fala de um assentado:

A estrada não vinha até aqui. É tanto que, por muito tempo, quem consertava as estradas da comunidade era a própria comunidade, porque o Município não fazia isto. O prefeito da época tinha tanta raiva da comunidade [...] porque a comunidade passou a ter uma posição política definida. Não era mais daquele jeito: o prefeito ia na casa de um e ele dizia que ia votar no prefeito. Não. Era uma coisa que era definida na comunidade. Então aí começou a perceber que não era fácil manipular a comunidade [...] então, por isso se criou um isolamento e a comunidade teve, cada vez mais, que ir criando alternativas próprias. Todo mundo teve que se unir, aí a história da roça comunitária, do posto agrícola, da bodega comunitária [...] como uma necessidade. (Assentado, 2005).

O campo das necessidades, das possibilidades concretas e de sua satisfação de certa forma permitiu o desenvolvimento de uma série de habilidades, que foram se tornando forças essenciais da sociabilidade nas comunidades rurais e das individualidades ali presentes (LEONTIEV, 1978). A história da Comunidade de Tourão com a política de isolamento sofrida terminou, contraditoriamente, fortalecendo o projeto de comunidade com produção coletiva. O poder local exercido, sem o controle dos seus resultados sobre aquela comunidade, contribuiu para o desenvolvimento de uma CEB que:

[Desenvolveu a prática] da partilha da produção. Nossa comunidade foi mais além. As outras se reuniam para celebrar, para discutir as coisas, não chegaram a botar a mão na massa, ter uma ação concreta. A gente, com isso, começou a evoluir em relação ao uso de algumas tecnologias. Desenvolvemos um pomar usando um cacimbão, um pomar que abastecia com frutas a comu-

nidade de Sobral. A divisão da produção era de acordo com a participação no trabalho. [...] As mulheres se organizaram na produção de hortaliças, farmácias vivas. (Assentado, 2005).

Ora, esta era, de fato, uma sociabilidade que apresentava aspectos novos em relação à sociabilidade camponesa tradicional. Os trabalhadores rurais da comunidade de Tourão não estavam vinculados apenas por laços familiares e de religiosidade, estavam associados e vinculados por relações de cooperação e solidariedade, organizavam a produção coletivamente e dividiam seus resultados de acordo com o trabalho realizado por cada trabalhador. As relações de produção eram de dependência, não apenas determinadas pelas condições materiais de existência (de interdição à terra e ao trabalho) que os forçava a uma cooperação simples, em função de suas escolhas⁸, mas estabeleciam uma forma de produção cooperada, associada, com um sentimento, também, de irmandade religiosa. Neste sentido, os obstáculos postos pelas relações de poder que enfrentavam terminou unificando aqueles trabalhadores rurais.

As CEBs, portanto, foram criando novas alternativas de busca de satisfação de suas necessidades e, por este meio, os trabalhadores rurais não mais aceitavam as relações de dominação postas anteriormente através dos acordos de arren-

⁸ É interessante a análise de Lukács acerca do papel das escolhas particulares na vida cotidiana e no processo histórico: “[As posições teleológicas] não são capazes de transformar a universalidade da lei e seus efeitos universalmente casuais, - do ponto de vista do indivíduo singular sujeito à lei - porém criam para os singulares, uma margem de manobra que pode, em certa medida, modificar efeitos da lei geral sobre eles. [...] Ao avaliar esta margem é necessário, naturalmente, ter em conta que, para nenhum sujeito podem ser totalmente visíveis todas as conseqüências das posições teleológicas; e isto por certo restringe esta margem, mas não anulam em absoluto.” (LUKÁCS, 19?? b, p. 37).

damento de terras. As condições materiais em que se encontravam, de fato, foram a base da organização e fortalecimento das CEBs, da formação de uma consciência crítica e de um engajamento político em sindicatos e em partidos políticos de esquerda.

As condições objetivas das comunidades rurais em situação de miséria e abandono terminavam facilitando o intercâmbio entre os camponeses, como relata um assentado, *“não tinha nem trator naquela época, aí tinha que ser assim a gente se ajuntava porque facilitava mais [...] o forte era o coletivo, com este trabalho de base que a gente tinha”* (Assentado, 2005).

Como bem retrata uma assentada, líder das comunidades de base.

Desde o começo, desde quando se falou em luta pela terra, a gente já tinha esperança de um dia morar em assentamento. Era uma esperança que vinha do coração, do desejo [...] quando as primeiras terras foram desapropriadas. Começaram a desapropriar aqui na nossa região [...] às vezes tinha um manifesto em Monsenhor Tabosa e a gente ia. Os assentamentos de Olho d'Água e Vista Alegre estavam presentes e aí eu disse “ai meu Deus, se algum dia a gente chegasse lá com a terra pra gente”. Aí bateu no coração da gente aquele desejo. E aí a gente começou a viver nas comunidades [...] quando na Cacimba do Meio não tinha comunidade [...] a gente debatia que Deus queria que existisse terra livre [...] pois a terra foi feita para todos, não foi só para quem tinha dinheiro pra comprar não. E aí quando a gente se colocava [...] eles diziam “ah, agora tão querendo tomar as terras dos ricos”. E aí a gente trabalhava nestas terras e foi fazendo esta desapropriação de Santana (Líder assentada, 2004).

As CEBs apresentavam experiências ousadas, de articulação e organização política, de organização da produção e da vida com princípios coletivos, avançando em relação à condição das comunidades rurais tradicionais, pois assumiam um projeto coletivo de peso econômico e político, mesmo que dentro de uma situação ainda bastante limitada. Vale a pena destacar a análise de um assentado acerca do papel das CEBs no processo de organização dos trabalhadores rurais sem-terra:

Neste tempo a gente falava em Reforma Agrária, e sempre a gente discutia em como trabalhar a terra na Reforma Agrária. E sempre naquela conversa a gente pensava no social. A gente achava que no dia que a gente conquistasse uma terra a gente ia transformar [a terra] coletiva. E já tinha terra em vista. [...] No Tourão existiu um trabalho dessa maneira, fizeram plantação de algodão, feijão e bodega. E eu às vezes participava das reuniões com eles. [...] tanto se falou em trabalho coletivo, mas já mostrava que uma pequena comunidade com uma pequena experiência que deu certo. E foi aí que deu certo (Assentado, 2005).

Mészáros (2002) analisando acerca dos incentivos da classe trabalhadora em uma sociabilidade “para além do capital” afirma, com base em Marx, que isto terá que estar fundado na produção de trabalhadores livremente associados. Isto significa que, nestas condições, os trabalhadores terão o controle sobre as relações de produção, as suas condições de trabalho e de vida. A categorização de trabalho coletivo, afirmada pelos trabalhadores rurais nas CEBs, estava eivada desta concepção, ou seja, de uma forma de organização da produção com base na associação dos seus trabalhos, embora nas condições dadas não havia possibilidade concreta da condição de liber-

dade numa sociabilidade para além do capital. Portanto, as CEBs engendraram uma prática produtiva bastante restrita, embora avançada por utilizar meios de coletivização da produção (de subsistência), distribuição e consumo. É claro que esta prática social não foi ampla e nem duradoura, embora tenha sido possível dentro de determinados limites. E, só foi possível, por conta da própria condição fragmentada e contraditória do sistema de capital, que, no seu metabolismo, cria condições extremas de exploração e miséria, levando à criação de germes de relações sociais que vislumbram a sua superação. Neste processo, o próprio metabolismo do capital, se encarrega de destruir tais germes. Encontramos nas atividades das CEBs elementos que demonstraram tal processo, quando os trabalhadores rurais se veem numa situação de tamanha expropriação e exploração e criam relações coletivas de solidariedade para “driblarem” aquela realidade contraditória.

Essas relações, no entanto, por estarem inseridas dentro do sistema de capital, foram logo suprimidas. Com isto não podemos negar o poder do capital sobre todas as relações, porém não podemos também negar que, no seu movimento contraditório, seja possível, mesmo que em ínfima medida, a emergência de processos sociais diferenciados da sua lógica. Consideramos que as práticas sociais cotidianas das CEBs e da sua continuidade no Assentamento de Santana, foram germes ou fragmentos de relações sociais e mediações que, num contexto de transição, poderiam em muito contribuir para a gênese de processos mais complexos e superiores fundamentais para a formação de uma sociabilidade para além do capital, nos moldes indicados por Mészáros (2002).

Terra e Trabalho coletivos no assentamento de Santana

À desapropriação da Fazenda Santana, em 1986, seguiu-se a estruturação do Projeto de Assentamento Santana em 1987. As relações com terras arrendadas foram substituídas por terra e trabalho coletivos, o que não foi um processo simples. Ao estabelecer o regime de propriedade coletiva da terra os trabalhadores rurais assentados também estabeleceram relações de produção coletiva na formação do assentamento. Estas escolhas impuseram alguns desdobramentos para as suas vidas logo de imediato: a venda do gado e da criação individual que acumularam anteriormente na condição de arrendatários ou pequenos proprietários. Essa decisão exigiu todo um processo de discussão e convencimento de que aquele modelo de Assentamento seria a melhor opção.

Após muitas reuniões e debates esta proposta se materializou: o gado e a criação foram vendidos. O ganho com a venda dos animais pertencia ao próprio assentado e sua família. Os animais foram comprados pelo Assentamento através do Crédito de Fomento do INCRA. Dessa forma, como lembrou um assentado: “[...] onze cabras eram minhas, passou a ser nossa, vendi. E o dinheiro passou a ser meu.” (Líder assentado, 2004). Os animais tornaram-se propriedade coletiva, um processo que também não se estabeleceu sem conflitos, vejamos as falas abaixo:

A princípio não [concordou com o coletivo], mas depois sim. [Da venda do gado], não [concordamos]. Mas depois decidimos: vamos vender. Nós vendemos, economizamos o nosso dinheiro. Nós empregamos seja em que for e dá certo. Porque quem quer trabalhar [...] de todo jeito dá certo. A gente entrou num acordo. (Assentada, 2005).

Sim [concordando com o coletivo], mas da venda do gado não. (Assentado, 2005)

A questão que se colocava para os assentados era a necessidade de acabar com a propriedade individual no assentamento e a socialização dos meios de produção através da constituição da propriedade coletiva da terra, dos instrumentos de trabalho, da produção e de acesso aos seus frutos. Observamos, através de nossa pesquisa (ARAÚJO, 2006), que esta relação iria impor uma série de limites para os assentados, porém, o que era predominante naquele momento era a defesa da propriedade coletiva da terra que, mesmo que inseridos no modo de produção capitalista, os assentados acreditavam que esta relação exerceria uma função diferenciada. A propriedade privada e individual imprime um poder absoluto sobre o proprietário, que poderá usar ou não a sua propriedade, conforme seus interesses privados. O poder de decisão sobre o uso da propriedade coletiva está na coletividade, isto permite a constituição de um vínculo material e objetivo de interdependência e igualdade entre os proprietários coletivos. Era nessa perspectiva que o grupo de assentados defendia a coletivização da terra e do trabalho. Acreditavam que, a partir de tais processos e tais condições, imprimiriam uma relação de dependência entre o grupo que poderia objetivar relações de solidariedade entre os trabalhadores.

Com efeito, esses processos apresentaram-se como uma questão polêmica que contou com a resistência do grupo, porém foi vencida após muitos debates e votações. Como assinalou Arruda (2003), por exemplo, a atividade pecuária no semi-árido representa uma segurança para os trabalhadores rurais nas épocas de seca. O grupo de Santana decidiu apostar que esta atividade poderia ter uma nova

base, a coletiva. No entanto, após alguns anos de experiência coletiva, os assentados foram abrindo espaço para uma apropriação coletiva de animais, desde que controlada pelo coletivo e que fosse garantida para todos e que não excedesse a capacidade do assentamento.

[...] eu concordei, mas aí fui pensar no coletivo, aí tinha que ter o individual, a gente se reunia aí é que fiquei pensando, mas concordei. Mas depois a gente mudou e eu achei bom, se você está precisando, tem o bichinho da gente e aí a gente não precisa do coletivo. (Assentado, 2005).

Naqueles primeiros anos, o resultado do trabalho em Santana passou a ser dividido entre todos os assentados igualmente. De fato, o que aquele grupo de trabalhadores rurais oriundos das CEBs pretendia com o projeto de Assentamento essencialmente coletivo, era a tentativa de estabelecer relações de igualdade entre si, embora, possamos evidenciar que a venda dos animais não garantia, de imediato, aquela igualdade preterida, pois muitos fatores (sociais, culturais, econômicos e políticos) estariam interferindo nas relações sociais postas em Santana.

A defesa do projeto coletivo foi fundamentalmente posta pelos trabalhadores rurais oriundos das CEBs, em função da prática acumulada na área da produção coletiva.

Quem não estava nas CEBs não entende, porque não tiveram a experiência do coletivo, de lidar com os outros, dividir tarefas [...] Essa formação que cada um trouxe é que [...] ajudou a formar Santana. Porque já tinha todo mundo um conhecimento. (Líder assentada, 2005)

De fato, a participação daqueles que vieram das comunidades de Tourão, Cacimba do Meio e Sítios foi fundamental segundo depoimentos, esse grupo experimentou uma organi-

zação da produção e da vida com base na coletivização o que serviu para a objetivação de uma produção também coletiva no momento de construção do assentamento de reforma agrária. Observamos certa analogia com os estudos de Engels (1981) sobre o papel das comunas para os camponeses, pois aquela estrutura de comunidade permitia a utilização comunal da terra, a criação do gado em áreas coletivas e a proteção dos camponeses, o que lhe conferia uma unidade e segurança coletiva. Os camponeses, que se encontravam em terras parceladas, não contavam com o apoio e a proteção da comuna e, além disso, eram mais facilmente manipulados pela burguesia. As CEBs se configuraram para os trabalhadores rurais no sertão cearense, naquelas décadas, em uma prática coletiva de produção e enfrentamento coletivo, resultando em um enriquecimento da consciência crítica dos trabalhadores rurais e no reconhecimento de seus direitos e espaços políticos pela mediação da organização coletiva. Esses elementos se apresentavam como definidores da estrutura de assentamento que queria estabelecer em Santana.

O debate sobre a escolha do projeto de terra e trabalho coletivos não foi suficiente para garantir a adesão de todos. A mediação do voto foi a alternativa encontrada para a resolução do impasse. Vejamos a fala de um assentado.

Nós passamos 90 dias aqui no Assentamento sem decidir como era que ia trabalhar. Porque uns queriam individual e outros coletivo. Até que com 90 dias a maioria decidiu que queria o coletivo. Com essa decisão desistiram oito famílias, [que] estavam pensando em dividir a terra [...] Nós passamos oito anos. Nós não tínhamos nada individual, nós trabalhávamos quatro dias coletivos. Nós ficávamos dois dias para trabalhar só 1ha de terra individualmente. (Assentado, 2005).

As famílias que desistiram do projeto, o fizeram porque esperavam ter sua própria propriedade rural. De acordo com nossos estudos (ARAÚJO, 2006) era um grupo constituído, basicamente, pelos antigos moradores da fazenda desapropriada. O grupo que defendia terra e trabalho coletivos tinha passado pela prática das CEBs e aquela escolha significava a “germinação de esperanças de um futuro melhor, em contraposição ao trabalho passado [...] expectativa de um novo mundo.” (FERRANTE, 1994, p. 134).

Além do critério de terra e trabalho coletivo, os trabalhadores rurais também debateram sobre aqueles que seriam os assentados, ou seja, queriam definir os critérios que definiriam o grupo de famílias a serem assentadas. Estes foram sendo discutidos, estabelecidos, votados e aprovados. De acordo com os registros em relatórios do Assentamento (COPÁGUIA, 1998) havia uma preocupação com as relações de vizinhança na futura Vila agrícola e a intenção de evitar a participação de “pessoas com envolvimento em brigas na região, consideradas uma ameaça para a comunidade” o que poderia vir a ser obstáculo à implementação do projeto de terra e trabalho coletivos, nesse sentido o grupo estabeleceu que, através de votação, iriam definir aquelas famílias que constituiriam o assentamento rural.

A seleção [das famílias] não foi muito fácil, porque existiam pessoas com outros pensamentos. Os pensamentos de que Santana deveria ser individual, cada qual ter sua parcela de terra. Só que a comunidade de Tourão [...] sempre foi [contra] e ainda está sendo o peso maior [em] viver o sistema de organização, de luta. Então decidiu-se que o coordenamento ia ser coletivo, quem tivesse animal lá [...] tinha que vender os animais para o coletivo. (Líder assentado, 2005).

Tendo o grupo majoritário resolvido pela votação a escolha de terra e trabalho coletivos e da seleção das próprias famílias assentadas, o passo seguinte foi o enfrentamento da burocracia do INCRA, que teve que se “adaptar” às demandas postas pelos trabalhadores rurais.

[...] existiu na época uma pressão muito forte por parte do Superintendente do INCRA de Fortaleza [...] de dá os títulos a todos os assentados. Vieram aqui várias vezes. [...] aí nós fizemos reunião dos associados e dissemos: “Nós não aceitamos”. “Mas é obrigado”, ele dizia, querendo obrigar. Só que toda assembleia que eles vinham, nós deixava os sócio à vontade, já tinha conversado com todo mundo, então todos falavam pela uma boca só. (Assentado, 2005).

Porque como se diz: a união faz a força. O trabalhador unido tem mais força. A terra nunca é igual, se dividir uns vão ficar com a melhor parte. Nós tínhamos em vista a igualdade. Todos participam igualmente. (Assentada, 2005).

Ora, as fazendas de Santana e de Serra das Bestas desapropriadas compreendiam uma área de 3.213ha. Segundo documentação do INCRA (1987), estavam em situação irregular, pois, não havia o registro da totalidade daquelas terras. Os proprietários não estavam pagando devidamente o imposto territorial rural, apresentavam um baixo grau de utilização das terras, além do absenteísmo dos proprietários, critérios centrais para o processo de desapropriação. No entanto, segundo Barquete (1995, p. 64) “o motivo alegado para a desapropriação foi a invasão do gado do proprietário nos roçados dos trabalhadores antes mesmo da colheita”, ou seja, do cumprimento dos acordos de arrendamento previamente feitos.

O decreto de desapropriação foi assinado em 1986, a imissão de posse⁹ em dezembro do mesmo ano e a criação do projeto, em maio do ano seguinte. O Projeto de Assentamento de Santana se oficializa cinco meses depois, no entanto, alguns procedimentos foram centrais nesse complexo processo de sua constituição: a escolha do projeto coletivo, a formação da Associação Geradora de União e Imenso Amor (ÁGUIA) e sua posterior transformação em Cooperativa.

Nos anos de constituição do assentamento (1986/1987), a Fazenda não oferecia nenhuma estrutura básica de permanência dos trabalhadores rurais nas terras, no entanto, muitos deles, conforme informou uma assentada “acamparam ali” a fim de garantir a conclusão do processo encaminhado pelo INCRA e a construção da infra-estrutura necessária. A estratégia inicial foi construir “barracões” de lona, onde os homens ficavam alojados durante a semana, assim garantiriam a ocupação das terras, pressionavam o processo de desapropriação e garantiriam a sua “vaga” no processo seletivo do INCRA¹⁰. Portanto foi um processo complexo de conquista da terra e de elaboração do projeto de Assentamento. Como relata uma assentada:

[...] e aí foi o tempo que aqui foi desapropriado e nós viemos para cá. E todo mundo se passou para cá assim que disseram [...] que precisavam vim para ir animando o povo, até que a terra fosse desapropriada. [...] Ficou a família lá, as mulheres e os filhos menor lá, e os que trabalhavam tudo era aqui pra fazer a cerca todinha em

⁹ A imissão de posse ocorre quando as terras, após decreto de desapropriação ficam disponibilizadas para se enquadrar no programa de reforma agrária.

¹⁰ A seleção dos possíveis assentados, como está demonstrado neste capítulo, terminou sendo realizada pelas próprias famílias, apresentando os seus critérios para o processo de aceitação no projeto.

torno do Assentamento. [...] Eles vieram para garantir as vagas...e vieram logo cercar [...] e ainda hoje é cercado. Aí depois que veio a preencher as fichas, fazer broca e começaram a fazer grandes roçados comunitários [...] Fazer açude. Graças a Deus tem um bocado de açude, tem um grande que sustenta esta vila todinha aqui com água. (Líder assentada, 2004).

O assentamento iniciava-se com 54 famílias, a maioria era originária das comunidades rurais Olho D'água Velho, Tourão e Sítios, e se mudaram para o assentamento no final de 1987 e início de 1988, à medida que as casas iam sendo construídas.

Conquistas da luta pela terra e trabalho coletivos

O processo de definição do projeto coletivo foi possibilitado pela prática social das CEBs, em especial as comunidades de Sítios e Tourão, principalmente com suas atividades coletivas de produção e comercialização com a “bodega e o armazém coletivos.” (BARQUETE, 1995, p. 71); pela realidade de falência dos projetos de colonização presentes no contexto cearense, especialmente, o exemplo do assentamento de Vista Alegre na região, que adotara o parcelamento da terra como sua base de sustentação; pelas experiências coletivas das comunidades de base e a leitura do mundo no seu entorno evidenciavam “a superioridade da cooperação agrícola” sobre o modelo individual (MARTINS, 1994, p. 48) e pelo contexto de luta dos trabalhadores rurais do Brasil que abriam novas alternativas de organização da luta e conquista da terra.

A escolha pelo projeto de terra e trabalho coletivos em Santana pôs à mostra a diversidade das teleologias individuais, que se confrontaram entre os trabalhadores rurais. A saída

para o impasse foi, em primeiro lugar, o debate, o convencimento e a escolha da mediação da votação tendo a da maioria o poder de decisão. A alternativa para aqueles que foram voto vencido foi, ou abrir mão do seu projeto de parcelamento das terras e aderir ao projeto coletivo, ou se retirar do projeto, retornando para as suas comunidades ou localidades de origem.

Dentro do campo das possibilidades postas, o projeto coletivo em Santana foi inovador, à medida que representou um modelo de assentamento rural no Brasil que superara o modelo de projeto baseado no parcelamento das terras. Em Santana foi estabelecida a relação de propriedade coletiva da terra, rompendo com a concepção de parcelamento individual e de uma produção também coletiva, além do critério de participação e associação dos assentados.

Os projetos de colonização, cuja base era o parcelamento das terras, apresentavam níveis baixos de produtividade e de condições de vida para os trabalhadores e suas famílias, o que servia de denúncia da falência daquele modelo no estado do Ceará (MARTINS, 1994; INCRA, 1997). Porém, o processo de mudança para um modelo, com terra coletiva, imprimia uma margem de risco que nem sempre os trabalhadores rurais estariam dispostos a assumir. Como afirmou uma assentada *“eu não sabia como era [o coletivo]. A gente tinha fé, porque ia todo mundo trabalhar em mutirão com garra e tudo. Nossa turma foi toda de acordo”* (Assentada, 2005).

Nesta perspectiva é que destacamos a importância do grupo de trabalhadores de Santana que estavam convencidos de que o novo modelo seria a proposta mais viável para todos. A postura que assumiram na defesa do projeto coletivo e no convencimento dos outros na adesão do projeto, foi possível, segundo as nossas observações, em função de sua experiência acumulada nas CEBs. Ali eles puderam vislumbrar parte do

que poderia vir a ser uma produção coletiva de trabalhadores rurais com terra. Vejamos alguns depoimentos:

Nós fomos o forte deste coletivo porque a gente estava com este trabalho de base das CEBs. Foi a gente que fez grande parte deste trabalho. Gente que já trabalhava aqui na terra não queria, eles queriam era parcelar a terra, mas nós com a nossa experiência que vinha. [...] E tinha a propriedade aqui vizinha que não deu certo que era parcelada. Aí foi tempo para o trabalho da gente, fazendo junto. [...] E alguns do grupo daqui viram que esta era a solução e se juntou a nós e aí os outros aderiram. (Assentado, 2005).

Das comunidades aqui vizinhas entrou todo mundo aqui para ser assentamento, junto com nós. De Santana de Domingo, teve muita família que entrou, mas não aceitava a proposta coletiva. Elas não aceitaram de jeito nenhum, aí saíram. Participamos da discussão toda, sustentando aquela proposta [...] Porque se formaram dois grupos neste sentido, um queria o coletivo e outro o individual. [...] Aí o outro grupo queria o coletivo, [...] foi a proposta que permaneceu, a proposta que foi válida, até hoje e que valeu a pena. (Assentada, 2005).

A prática social das CEBs, com forte peso na organização da produção coletiva predominou naquele momento. E dentro desta causalidade foi possível a aprovação do modelo coletivista, portanto, uma sociabilidade que se pretendia mais humanizada e com bases não individualistas. O grupo de assentados buscava um modelo de produção que rompesse com as relações anteriores de dominação e exploração entre os sem-terra e os proprietários rurais, latifundiários. Esta ruptura, em certo sentido foi possível, pois ao tornarem-se assentados tornaram-se livres das relações de subordinação aos proprietários rurais, no

entanto, as relações de subordinação ao capital vão aos poucos pondo em xeque aquele sonho de coletividade.

A luta e a conquista da terra foram coletivos e, nestas condições os trabalhadores rurais assentados, pela mediação do Assentamento, estabeleceram relações associadas, cooperadas, e foram conquistando espaço e reconhecimento nas suas relações sociais imediatas e para além do seu entorno, engendrados pelo processo de individuação e universalização (LUKÁCS, 19?? b; LESSA, 1995). Foram nestas relações sociais que aqueles trabalhadores rurais foram estabelecendo relações mais ricas de possibilidades, ampliando a sua capacidade de escolha, de posicionamento frente as questões cotidianas, e de enfrentamento coletivo frente ao mundo objetivo. Mesmo que nos anos subseqüentes o assentamento tenha adotado uma produção mista, contemplando uma produção coletiva e uma individual. A terra continua coletiva, essa questão ainda hoje é defendida pela maioria dos assentados de Santana.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, L.B C. **Assentamentos Rurais do MST: apropriação-objetivação de uma nova sociabilidade uma pesquisa exploratória**. 10°. CBAS. (CD-Room), 2001.

_____. **Sociabilidade no Assentamento rural de Santana-Ce: terra e trabalho na construção do ser social**. Tese (Doutorado) UFC, FAGED, Fortaleza, 2006.

ARRUDA, G. **Andarilhos do Sertão: a mudança do padrão de comportamento do trabalhador rural na cidade do semi-árido nordestino**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará/ UFC, Fortaleza, 2003.

BARQUETE, P.R. **Assentamentos Rurais em Áreas de Reforma Agrária no Ceará: miséria ou prosperidade? O caso Santana.** 1995. Dissertação. (Mestrado em Economia Rural). Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará/ UFC, Fortaleza – Ce, 1995.

BRAGA, A R. P. **A Reforma Agrária em construção.** O que e como eu vi um assentamento no Ceará. Fortaleza, 1990. (Mímeo).

COPÁGUIA. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento de Santana, versão preliminar, Monsenhor Tabosa- Ce, julho de 1998.**

DAMASCENO, M.N. **Pedagogia do Engajamento:** trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza: Edições UFC/ Stylus Comunicações, 1990.

ENGELS, F. O problema camponês na França e na Alemanha. In: GRAZIANO da SILVA e STOLKE (Org.). **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERNANDES, B. M. **Gênese e desenvolvimento do MST.** São Paulo: Ed. Peres, 1998.

FERRANTE, V.L.B. Diretrizes Políticas dos Mediadores: reflexões de pesquisa. IN. MEDEIROS, L. *et al.* **Assentamentos Rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: 1994.

FRAXE, T.J.P. **Homens anfíbios:** terra e água. Uma etnografia do campesinato da várzea no rio Solimões – Amazonas. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará/ UFC, Fortaleza, 1997.

GERMER, C. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. IN. STÉDILE, J.P. (Org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 1994.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INCRA. **Gestão em Áreas de assentamento** (Reforma agrária de resultados). Fortaleza: INCRA, 1997

LÊNIN. O capitalismo na agricultura. IN GRAZIANO DA SILVA e SOLKE, (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LÉNINE, **Aliança da classe operária e o campesinato**. Moscovo: Ed. Progresso, 1983.

LEONTIEV, A. **O Desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978

LESSA, Sérgio. **Sociabilidade e individuação**. Maceió: EDUFAL, 1995.

LUKÁCS, _____ **A Reprodução**. (Per una Ontologia dell'Essere Sociale. V.II. Trd. di Alberto Scarponi. Roma: Editori Riuniti, 1984). Texto traduzido em português por Sérgio Lessa- texto digitado, 19??.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____ **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, M. Os Desafios da Cooperação nos Assentamentos de Reforma Agrária do Ceará. Fortaleza: Gráfica e Ed. Peres, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

_____. O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária. In STÉDILE, J. (Coor.). **A Questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRS, 1994. p. 137-143.

MÉSZÁROS. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

MIRAD;INCRA. **Política de assentamento**. Brasília: [s.n], 1987.

PALMEIRA, M. Burocracia, Política e Reforma Agrária. In MEDEIROS, L. *et al.* **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. S. Paulo: UNESP, 1994.

SANTOS FILHO, JR e MELLO, MTL. Desapropriação por Interesse Social. Aspectos Jurídicos, Políticos e Sociais. **Revista ABRA - Reforma Agrária**, n. 2, v. 14, março/abril, Campinas-SP, 1984.

SANTOS, E.S. **25 anos de Caminhada: fazendo a nossa história**. Crateús: Diocese de Crateús, 1989.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

THOMÉ, YB. **Crateús: um povo, uma Igreja**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

VEIGA, J. E. Fundamentos do Agrorreformismo. In: STÉDILE, J. (Coor). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRS, 1994. p. 68-93.

SÉRIE DIÁLOGOS INTEMPESTIVOS

1. **Ditos (mau)ditos.** José Gerardo Vasconcelos; Antonio Germano Magalhães Junior e José Mendes Fonteles (Orgs.). 2001. 208p. 2001. ISBN: 85-86627-13-5.
2. **Memórias no plural.** José Gerardo Vasconcelos e Antonio Germano Magalhães Junior (Orgs.). 140p. 2001. ISBN: 85-86627-21-6.
3. **Trajatórias da juventude.** Maria Nobre Damasceno; Kelma Socorro Lopes de Matos e José Gerardo Vasconcelos (Orgs.). 112p. 2001. ISBN: 85-86627-22-4.
4. **Trabalho e educação face à crise global do capitalismo.** Enéas Arrais Neto; Manuel José Pina Fernandes e Sandra Cordeiro Felismino (Orgs.). 2002. 218p. ISBN: 85-86627-23-2.
5. **Um dispositivo chamado Foucault.** José Gerardo Vasconcelos e Antonio Germano Magalhães Junior (Orgs.). 120p. 2002. ISBN: 85-86627-24-0.
6. **Registros de pesquisa na educação.** Kelma Socorro Lopes de Matos e José Gerardo Vasconcelos (Orgs.). 2002. 216p. ISBN: 85-86627-25-9.
7. **Linguagens da história.** José Gerardo Vasconcelos e Antonio Germano Magalhães Junior (Orgs.). 2003. 154p. ISBN: 85-7564084-4.
8. **Esboços em avaliação educacional.** Brendan Coleman Mc Donald (Org.). 2003. 168p. ISBN: 85-7282-131-7.
9. **Informática na escola: um olhar multidisciplinar.** Edla Maria Faust Ramos; Marta Costa Rosatelli e Raul Sidnei Wazlawick (Orgs.). 2003. 135p. ISBN: 85-7282-130-9.
10. **Filosofia, educação e realidade.** José Gerardo Vasconcelos (Org.). 2003. 300p. ISBN: 85-7282-132-5.
11. **Avaliação: Fiat Lux em Educação.** Wagner Bandeira Andriola e Brendan Coleman Mc Donald (Orgs.). 2003. 212p. ISBN: 85-7282-136-8.
12. **Biografias, instituições, ideias, experiências e políticas educacionais.** Maria Juraci Maia Cavalcante e José Arimatea Barros Bezerra (Orgs.). 2003. 467p. ISBN: 85-7282-137-6.
13. **Movimentos sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade.** Kelma Socorro Lopes de Matos (Org.). 2003. 312p. ISBN: 85-7282-138-4.
14. **Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital.** Ana Maria Dorta de Menezes e Fábio Fonseca Figueiredo (Orgs.). 2003. 396p. ISBN: 85-7282-139-2.
15. **Mundo do trabalho: debates contemporâneos.** Enéas Arrais Neto, Elenice Gomes de Oliveira e José Gerardo Vasconcelos (Orgs.). 2004. 154p. ISBN: 85-7282-142-2.

16. **Formação humana:** liberdade e historicidade. Ercília Maria Braga de Olinda (Org.). 2004. 250p. ISBN: 85-7282-143-0.
17. **Diversidade cultural e desigualdade:** dinâmicas identitárias em jogo. Maria de Fátima Vasconcelos e Rosa Barros Ribeiro (Orgs.). 2004. 324p. ISBN: 85-7282-144-9.
18. **Corporeidade:** ensaios que envolvem o corpo. Antonio Germano Magalhães Junior e José Gerardo Vasconcelos (Orgs.). 2004. 114p. ISBN:85-7282-146-5.
19. **Linguagem e educação da criança.** Sílvia Helena Vieira Cruz e Mônica Petralanda Holanda (Orgs.). 2004. 369p. ISBN:85-7282-149-X.
20. **Educação ambiental em tempos de semear.** Kelma Socorro Lopes de Matos e José Levi Furtado Sampaio (Orgs.). 2004. 203p. ISBN: 85-7282-150-3.
21. **Saberes populares e práticas educativas.** José Arimatea Barros Bezerra, Catarina Farias de Oliveira e Rosa Maria Barros Ribeiro (Orgs.). 2004. 186p. ISBN: 85-7282-162-7.
22. **Culturas, currículos e identidades.** Luiz Botelho de Albuquerque (Org.). 231p. ISBN: 85-7282-165-1.
23. **Polifonias:** vozes, olhares e registros na filosofia da educação. José Gerardo Vasconcelos, Andréa Pinheiro e Érica Atem (Orgs.) 274p. ISBN: 857282166-X.
24. **Coisas de cidade.** José Gerardo Vasconcelos e Shara Jane Holanda Costa Adad. ISBN: 85-7282-172-4.
25. **O caminho se faz ao caminhar.** Maria Nobre Damasceno e Celecina de Maria Vera Sales (Orgs.). 2005. 230p. ISBN: 85-7282-179-1.
26. **Artesania do saber:** tecendo os fios da educação popular. Maria Nobre Damasceno (Org.). 2005. 169p. ISBN: 85-7282-181-3.
27. **História da educação:** instituições, protagonistas e práticas. Maria Juraci Maia Cavalcante e José Arimatea Barros Bezerra. (Orgs.). 458p. ISBN: 85-7282-182-1.
28. **Linguagens, literatura e escola.** Sylvie Delacours-Lins e Sílvia Helena Vieira Cruz (Orgs.). 2005. 221p. ISBN: 85-7282-184-8.
29. **Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire.** Maria Ercília Braga de Olinda e João Batista de A. Figueiredo (Orgs.). 2006. ISBN: 85-7282-186-4.
30. **Currículos contemporâneos:** formação, diversidade e identidades em transição. Luiz Botelho Albuquerque (Org.). 2006. ISBN: 85-7282-188-0.
31. **Cultura de paz, educação ambiental e movimentos sociais.** Kelma Socorro Lopes de Matos (Org.). 2006. ISBN: 85-7282-189-9.
32. **Movimentos sociais, educação popular e escola:** a favor da diversidade II. Sylvio de Sousa Gadelha e Sônia Pereira Barreto (Orgs.). 2006. 172p. ISBN: 85-7282-192-9.

33. **Entretantos:** diversidade na pesquisa educacional. José Gerardo Vasconcelos, Emanoel Luís Roque Soares e Isabel Magda Said Pierre Carneiro (Orgs.). ISBN: 85-7282-194-5.
34. **Juventudes, cultura de paz e violências na escola.** Maria do Carmo Alves do Bomfim e Kelma Socorro Lopes de Matos (Orgs.). 2006. 276p. ISBN: 85-7282-204-6.
35. **Diversidade sexual:** perspectivas educacionais. Luís Palhano Loiola. 183p. ISBN: 85-7282-214-3.
36. **Estágio nos cursos tecnológicos:** conhecendo a profissão e o profissional. Gregório Maranguape da Cunha, Patrícia Helena Carvalho Holanda, Cristiano Lins de Vasconcelos (Orgs.). 93p. ISBN: 85-7282-215-1.
37. **Jovens e crianças:** outras imagens. Kelma Socorro Lopes de Matos, Shara Jane Holanda Costa Adad e Maria Dalva Macedo Ferreira (Orgs.). 221p. ISBN: 85-7282-219-4.
38. **História da educação no Nordeste brasileiro.** José Gerardo Vasconcelos e Jorge Carvalho do Nascimento (Orgs.). 2006. 193p. ISBN: 85-7282-220-8.
39. **Pensando com arte.** José Gerardo Vasconcelos e José Albio Moreira de Sales (Orgs.). 2006. 212p. ISBN: 85-7282-221-6.
40. **Educação, política e modernidade.** José Gerardo Vasconcelos e Antonio Paulino de Sousa (Orgs.). 2006. 209p. ISBN: 978-85-7282-231-2.
41. **Interfaces metodológicas na história da educação.** José Gerardo Vasconcelos, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior, Zuleide Fernandes de Queiroz e José Edvar Costa de Araújo (Orgs.). 2007. 286p. ISBN: 978-85-7282-232-9.
42. **Práticas e aprendizagens docentes.** Erclia Maria Braga de Olinda e Dorgival Gonçalves Fernandes (Orgs.). 2007. 196p. ISBN 978-85-7282-246-6.
43. **Educação ambiental dialógica:** as contribuições de Paulo Freire e as representações sociais da água em cultura sertaneja nordestina. João B. A. Figueiredo. 2007. 385p. ISBN: 978-85-7282-245-9.
44. **Espaço urbano e afrodescendência:** estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Henrique Cunha Júnior e Maria Estela Rocha Ramos (Orgs.). 2007. 209. ISBN: 978-85-7282-259-6.
45. **Outras histórias do Piauí.** Roberto Kennedy Gomes Franco e José Gerardo Vasconcelos. 2007. 197p. ISBN: 978-85-7282-263-3.
46. **Estágio supervisionado:** questões da prática profissional. Gregório Maranguape da Cunha, Patrícia Helena Carvalho Holanda e Cristiano Lins de Vasconcelos (Orgs.). 2007. 163p. ISBN: 978-85-7282-265-7.
47. **Alienação, trabalho e emancipação humana em Marx.** Jorge Luís de Oliveira. 2007. 291p. ISBN: 978-85-7282-264-0.

- 48. Modo de brincar, lembrar e dizer:** discursividade e subjetivação. Maria de Fátima Vasconcelos da Costa, Veriana de Fátima Rodrigues Colaço e Nelson Barros da Costa (Orgs.). 2007. 347p. ISBN: 978.85-7282-267-1.
- 49. De novo ensino médio aos problemas de sempre:** entre marasmos, apropriações e resistências escolares. Jean Mac Cole Tavares Santos. 2007. 270p. ISBN: 978.85-7282-278-7.
- 50. Nietzscheanismos.** José Gerardo Vasconcelos, Cellina Muniz e Roberto Kennedy Gomes Franco (Orgs.). 2008. 150p. ISBN: 978.85-7282-277-0.
- 51. Artes do existir:** trajetórias de vida e formação. Ercília Maria Braga de Olinda e Francisco Silva Cavalcante Júnior (Orgs.). 2008. 353p. ISBN: 978-85-7282-269-5.
- 52. Em cada sala um altar, em cada quintal uma oficina:** o tradicional e o novo na história da educação tecnológica no Cariri cearense. Zuleide Fernandes de Queiroz (Org.). 2008. 403p. ISBN: 978-85-7282-280-0.
- 53. Instituições, campanhas e lutas:** história da educação especial no Ceará. Vanda Magalhães Leitão. 2008. 169p. ISBN: 978-85-7282-281-7.
- 54. A pedagogia feminina das casas de caridade do padre Ibiapina.** Maria das Graças de Lóiola Madeira. 2008. 391p. ISBN: 978-85-7282-282-4.
- 55. História da educação — vitrais da memória:** lugares, imagens e práticas culturais. Maria Juraci Maia Cavalcante, Zuleide Fernandes de Queiroz, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior e José Edvar Costa de Araujo (Orgs.). 2008. 560p. ISBN: 978-85-7282-284-8.
- 56. História educacional de Portugal:** discurso, cronologia e comparação. Maria Juraci Maia Cavalcante. 2008. 342p. ISBN: 978-85-7282-283-1.
- 57. Juventudes e formação de professores:** o ProJovem em Fortaleza. Kelma Socorro Alves Lopes de Matos e Paulo Roberto de Sousa Silva (Orgs.). 2008. 198p. ISBN: 978-85-7282-295-4.
- 58. História da educação:** arquivos, documentos, historiografia, narrativas orais e outros rastros. José Arimatea Barros Bezerra (Org.). 2008. 276p. ISBN: 978-85-7282-285-5.
- 59. Educação:** utopia e emancipação. Casemiro de Medeiros Campos. 2008. 104p. ISBN: 978-85-7282-305-0.
- 60. Entre línguas:** movimentos e mistura de saberes. Shara Jane Holanda Costa Adad, Ana Cristina Meneses de Sousa Brandim e Maria do Socorro Rangel (Orgs.). 2008. 202p. ISBN: 978-85-7282-306-7.
- 61. Reinventar o presente:** . . . pois o amanhã se faz com a transformação do hoje. Reinaldo Matias Fleuri. 2008. 76p. ISBN: 978-85-7282-307-4.
- 62. Cultura de paz:** do Conhecimento à Sabedoria. Kelma Socorro Lopes de Matos, Verônica Salgueiro do Nascimento e Raimundo Nonato Júnior (Orgs.) 2008. 260p. ISBN: 978-85-7282-311-1.

- 63. Educação e afrodescendência no Brasil.** Ana Beatriz Sousa Gomes e Henrique Cunha Júnior (Orgs.). 2008. 291p. ISBN: 978-85-7282-310-4.
- 64. Reflexões sobre a fenomenologia do espírito de Hegel.** Eduardo Ferreira Chagas, Marcos Fábio Alexandre Nicolau e Renato Almeida de Oliveira (Orgs.). 2008. 285p. ISBN: 978-85-7282-313-5.
- 65. Gestão escolar: saber fazer.** Casemiro de Medeiros Campos e Milena Marcintha Alves Braz (Orgs.). 2009. 166p. ISBN: 978-85-7282-316-6.
- 66. Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão.** Maria Vilani Cosme de Carvalho e Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (Orgs.). 2008. 241p. ISBN: 978-85-7282-322-7.
- 67. Educação ambiental e sustentabilidade.** Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (Org.). 2008. 210p. ISBN: 978-85-7282-323-4.
- 68. Projovem: experiências com formação de professores em Fortaleza.** Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (Org.). 2008. 214p. ISBN: 978-85-7282-324-1.
- 69. A filosofia moderna.** Antonio Paulino de Sousa e José Gerardo Vasconcelos (Orgs.). 2008. 212p. ISBN: 978-85-7282-314-2.
- 70. Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire II: reflexões e possibilidades em movimento.** João B. A. Figueiredo e Maria Eleni Henrique da Silva (Orgs.). 2009. 189p. ISBN: 978-85-7282-312-8.
- 71. Letramentos na Web: Gêneros, Interação e Ensino.** Júlio César Araújo e Messias Dieb (Orgs.). 2009. 286p. ISBN: 978-85-7282-328-9.
- 72. Marabaixo, dança afrodescendente: Significando a Identidade Étnica do Negro Amapaense.** Piedade Lino Videira. 2009. 274p. ISBN: 978-85-7282-325-8.
- 73. Escolas e culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais.** Maria Juraci Maia Cavalcante, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior, José Edvar Costa de Araujo e Zuleide Fernandes de Queiroz (Orgs.). 2009. 445p. ISBN: 978-85-7282-333-3.
- 74. Educação, saberes e práticas no Oeste Potiguar.** Jean Mac Cole Tavares Santos e Zacarias Marinho. (Orgs.). 2009. 225p. ISBN: 978-85-7282-342-5.
- 75. Labirintos de clio: práticas de pesquisa em História.** José Gerardo Vasconcelos, Samara Mendes Araújo Silva e Raimundo Nonato Lima dos Santos. (Orgs.). 2009. 171p. ISBN: 978-85-7282-354-8.
- 76. Fanzines: autoria, subjetividade e invenção de si.** Cellina Rodrigues Muniz. (Org.). 2009. 139p. ISBN: 978-85-7282-366-1.
- 77. Besouro cordão de ouro: o capoeira justiceiro.** José Gerardo Vasconcelos. 2009. 109p. ISBN: 978-85-7282-362-3.
- 78. Da teoria à prática: a escola dos sonhos é possível.** Adelar Hengemuhle, Débora Lúcia Lima Leite Mendes, Casemiro de Medeiros Campos (Orgs.). 2010. 167p. ISBN: 978-85-7282-363-0.
- 79. Ética e cidadania: educação para a formação de pessoas éticas.** Márie dos Santos Ferreira e Raphaela Cândido (Orgs.). 2010. 115p. ISBN: 978-85-7282-373-9.

- 80. Qualidade de vida na infância:** visão de alunos da rede pública e privada de ensino. Lia Machado Fiuza Fialho e Maria Teresa Moreno Valdés. 2009. 113p. ISBN: 978-85-7282-369-2.
- 81. Federalismo cultural e sistema nacional de cultura:** contribuição ao debate. Francisco Humberto Cunha Filho. 2010. 155p. ISBN: 978-85-7282-378-4.
- 82. Experiências e diálogos em educação do campo.** Kelma Socorro Alves Lopes de Matos, Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Ane Carine Meurer e Cesar De David (Orgs.) 2010. 129p. ISBN: 978-85-7282-377-7.
- 83. Tempo, espaço e memória da educação:** pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. José Gerardo Vasconcelos, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior, José Edvar Costa de Araújo, José Rogério Santana, Zuleide Fernandes de Queiroz e Ivna de Holanda Pereira (Orgs.). 2010. 718p. ISBN: 978-85-7282-385-2.82.
- 84. Os Diferentes olhares do cotidiano profissional.** Cassandra Maria Bastos Franco, José Gerardo Vasconcelos e Patrícia Maria Bastos Franco. 2010. 275p. ISBN: 978-85-7282-381-4.
- 85. Fontes, métodos e registros para a história da educação.** José Gerardo Vasconcelos, José Rogério Santana, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior e Francisco Ari de Andrade (Orgs.) 2010. 221p. ISBN: 978-85-7282-383-8.
- 86. Temas educacionais:** uma coletânea de artigos. Luís Távora Furtado Ribeiro e Marco Aurélio de Patrício Ribeiro. 2010. 261p. ISBN: 978-85-7282-389-0.
- 87. Educação e diversidade cultural.** Maria do Carmo Alves do Bomfim, Kelma Socorro Alves Lopes de Matos, Ana Beatriz Sousa Gomes e Ana Célia de Sousa Santos. 2009. 463p. ISBN: 978-85-7282-376-0.
- 88. História da educação:** nas trilhas da pesquisa. José Gerardo Vasconcelos, José Rogério Santana, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior e Francisco Ari de Andrade (Orgs.) 2010. 239p. ISBN: 978-85-7282-384-5.
- 89. Artes do fazer:** trajetórias de vida e formação. Ercília Maria Braga de Olinda (Org.). 2010. 335p. ISBN: 978-85-7282-398-2.
- 90. Lápis, agulhas e amores:** história de mulheres na contemporaneidade. José Gerardo Vasconcelos, Samara Mendes Araújo Silva, Cassandra Maria Bastos Franco e José Rogério Santana (Orgs.) 2010. 327p. ISBN: 978-85-7282-395-1.
- 91. Cultura de paz, ética e espiritualidade.** Kelma Socorro Alves Lopes de Matos e Raimundo Nonato Junior (Orgs.). 2010. 337p. ISBN: 978-85-7282-403-3.
- 92. Educação ambiental e sustentabilidade II.** Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (Org.). 2010. 241p. ISBN: 978-85-7282-407-1.
- 93. Ética e as reverberações do fazer.** Kleber Jean Matos Lopes, Emílio Nolasco de Carvalho e Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (Orgs.). 2011. 205p. ISBN: 978-85-7282-424-8.

- 94. Contrapontos:** democracia, república e constituição no Brasil. Filomeno Moraes. 2010. 205p. ISBN: 978-85-7282-421-7.
- 95. Paulo Freire:** teorias e práticas em educação popular — escola pública, inclusão, humanização (Orgs.). 2011. 241p. ISBN: 978-85-7282-419-4.
- 96. Formação de professores e pesquisas em educação:** teorias, metodologias, práticas e experiências docentes. Francisco Ari de Andrade e Jean Mac Cole Tavares Santos (Orgs.). 2011. 307p. ISBN: 978-85-7282-427-9.
- 97. Experiências de avaliação curricular:** possibilidades teórico-práticas. Meirecele Caliope Leitinho e Patrícia Helena Carvalho Holanda (Orgs.). 2011. 208p. ISBN: 978-85-7282-437-8.
- 98. Elogio do cotidiano:** educação ambiental e a pedagogia silenciosa da caatinga no sertão piauiense. Sádía Gonçalves de Castro (Orgs.). 2011. 243p. ISBN: 978-85-7282-438-6.
- 99. Recortes das sexualidades.** Adriano Henrique Caetano Costa, Alexandre Martins Joca e Francisco Pedrosa Ramos Xavier Filho (Orgs.). 2011. 214p. ISBN: 978-85-7282-444-6.
- 100. O Pensamento pedagógico hoje.** José Gerardo Vasconcelos e José Rogério Santana (Orgs.). 2011. 187p. ISBN: 978-85-7282-428-6.
- 101. Inovações, cibercultura e educação.** José Rogério Santana, José Gerardo Vasconcelos, Vania Marilande Ceccatto, Francisco Herbert Lima Vasconcelos e Júlio Wilson Ribeiro (Orgs.). 2011. 301p. ISBN: 978-85-7282-429-3.
- 102. Tribuna de vozes.** José Gerardo Vasconcelos, Renata Rovaris Diorio e Flávio José Moreira Gonçalves (Orgs.). 2011. 530p. ISBN: 978-85-7282-446-0.
- 103. Bioinformática, ciências biomédicas e educação.** José Rogério Santana, Lia Machado Fiuza Fialho, Francisco Fleury Uchoa Santos Júnior, Vânia Marilande Ceccatto (Orgs.). 2011. 277p. ISBN: 978-85-7282-450-7.
- 104. Dialogando sobre metodologia científica.** Helena Marinho, José Rogério Santana e (Orgs.). 2011. 165p. ISBN: 978-85-7282-463-7.
- 105. Cultura, educação, espaço e tempo.** Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior, José Gerardo Vasconcelos, José Rogério Santana, Keila Andrade Haiashida, Lia Machado Fiuza Fialho, Rui Martinho Rodrigues e Francisco Ari de Andrade (Orgs.). 2011. 743p. ISBN: 978-85-7282-453-8
- 106. Artefatos da cultura negra no Ceará.** Henrique Cunha Júnior, Joselina da Silva e Cicera Nunes (Orgs.). 2011. 283p. ISBN: 978-85-7282-464-4.
- 107. Espaços e tempos de aprendizagens:** geografia e educação na cultura. Stanley Braz de Oliveira, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior, José Gerardo Vasconcelos e Márcio Iglésias Araújo Silva (Orgs.). 2011. 157p. ISBN: 978-85-7282-483-5.
- 108. Muitas histórias, muitos olhares:** relatos de pesquisas na história da educação. José Rogério Santana, José Gerardo Vasconcelos, Gabiellie Bessa Pereira Maia e Lia Machado Fiuza Fialho (Orgs.). 2011. 339p. ISBN 978-85-7282-466-8.

- 109. Imagem, memória e educação.** José Rogério Santana, José Gerardo Vasconcelos, Lia Machado Fiuza Fialho, Cibelle Amorim Martins e Favianni da Silva (Orgs.). 2011. 322p. ISBN: 978-85-7282-480-4.
- 110. Corpos de rua: cartografia dos saberes Juvenis e o Sociopoetizar dos Desejos dos Educadores.** Shara Jane Holanda Costa Adad. 2011. 391p. ISBN: 978-85-7282-447-7.
- 111. Barão e o prisioneiro: biografia e história de vida em debate.** Charliton José dos Santos Machado, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior e José Gerardo Vasconcelos. 2011. 76p. ISBN: 978-85-7282-475-0.
- 112. Cultura de paz, ética e espiritualidade II.** Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (Org.). 2011. 363p. ISBN: 978-85-7282-481-1.
- 113. Educação ambiental e sustentabilidade III.** Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (Org.). 2011. 331p. ISBN: 978-85-7282-484-2.
- 114. Diálogos em educação ambiental.** Kelma Socorro Alves Lopes de Matos e José Levi Furtado Sampaio (Org.). 2012. 350p. ISBN: 978-85-7282-488-0.
- 115. Artes do sentir: trajetórias de vida e formação.** Ercília Maria Braga de Olinda (Org.). 2011. 406p. ISBN: 978-85-7282-490-3.
- 116. Milagre, martírio, protagonismo da tradição religiosa popular de Juazeiro: padre Cícero, beata Maria de Araújo,romeiros/as e romarias.** Luis Eduardo Torres Bedoya (Org.). 2011. 189p. ISBN: 978-85-7282-462-0.91.
- 117. Formação humana e dialogicidade III: encantos que se encontram nos diálogos que acompanham Freire.** João Batista de Oliveira Figueiredo e Maria Eleni Henrique da Silva (Orgs.). 2012. 212p. ISBN: 978-85-7282-454-5.
- 118. As contribuições de Paramahansa Yogananda à educação ambiental.** Arnóbio Albuquerque. 2011. 233p. ISBN: 978-85-7282-456-9.
- 119. Educação brasileira em múltiplos olhares.** Francisco Ari de Andrade, Antonia Rozimar Machado e Rocha, Janote Pires Marques e Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo. 2012. 326p. ISBN: 978-85-7282-499-6.
- 120. Educação musical: campos de pesquisa, formação e experiências.** Luiz Botelho Albuquerque e Pedro Rogério (Orgs.). 2012. 296p. ISBN: 978-7282-505-4.
- 121. A questão da prática e da teoria na formação do professor.** Ada Augusta Celestino Bezerra, Marilene Batista da Cruz Nascimento e Edineide Santana (Orgs.). 2012. 218p. ISBN: 978-7282-503-0.
- 122. História da educação: real e virtual em debate.** José Gerardo Vasconcelos, José Rogério Santana. Lia Machado Fiuza Fialho. (Orgs.). 2012. 524p. ISBN: 978-85-7282-509-2.
- 123. Educação: perspectivas e reflexões contemporâneas.** Alice Nayara dos Santos, Ana Paula Vasconcelos de Oliveira Tahim e Gabrielle Silva Marinho (Orgs.). 2012. 191p. ISBN: 978-85-7282-491-0.

- 124. Úlceras por pressão:** uma Abordagem Multidisciplinar. Miriam Viviane Baron, José Rogério Santana, Cristine Brandenburg, Lia Machado Fiuza Fialho e Marcelo Carneiro (Orgs.). 2012. 315p. ISBN: 978-85-7282-489-7.
- 125. Somos todos seres muito especiais:** uma análise psico-pedagógica da política de educação inclusiva. Ada Augusta Celestino Bezerra e Maria Auxiliadora Aragão de Souza. 2012. 183p. ISBN: 978-85-7282-517-7.
- 126. Memórias de Baobá.** Sandra Haydée Petit e Geranilde Costa e Silva (Orgs.). 2012. 281p. ISBN: 978-85-7282-501-6.
- 127. Caldeirão:** saberes e práticas educativas. Célia Camelo de Sousa e Lêda Vasconcelos Carvalho. 2012. 135p. ISBN: 978-85-7282-521-4.
- 128. As Redes sociais e seu impacto na cultura e na educação do século XXI.** Ronaldo Nunes Linhares, Simone Lucena, e Andrea Versuti (Orgs.). 2012. 369p. ISBN: 978-85-7282-522-1.
- 129. Corpografia:** multiplicidades em fusão. Shara Jane Holanda Costa Adad e Francisco de Oliveira Barros Júnior (Orgs.). 2012. 417p. ISBN: 978-85-7282-527-6.
- 130. Infância e instituições educativas em Sergipe.** Miguel André Berger (Org.). 2012. 203p. ISBN: 978-85-7282-519-1.
- 131. Cultura de paz, ética e espiritualidade III.** Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (Org.). 2012. 441p. ISBN: 978-85-7282-530-6.
- 132. Imprensa, impressos e práticas educativas:** estudos em história da educação. Miguel André Berger e Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (Orgs.). 2012. 333p. ISBN: 978-85-7282-531-3.
- 133. Proteção do patrimônio cultural brasileiro por meio do tombamento:** estudo crítico e comparado das legislações estaduais — Organizadas por Regiões. Francisco Humberto Cunha Filho (Org.). 2012. 183p. ISBN: 978-85-7282-535-1.
- 134. Afro arte memórias e máscaras.** Henrique Cunha Junior e Maria Cecília Felix Calaça (Orgs.). 2012. 91p. ISBN: 978-85-7282-439-2.
- 135. Educação musical em todos os sentidos.** Luiz Botelho Albuquerque e Pedro Rogério (Orgs.). 2012. 300p. ISBN: 978-7282-559-7.
- 136. Africanidades Caucaenses:** saberes, conceitos e sentimentos. Sandra Haydée Petit e Geranilde Costa e Silva (Orgs.). 2012. 206p. ISBN: 978-85-7282-439-2.
- 137. Batuques, folias e ladainhas [manuscrito]:** a cultura do quilombo do cria-ú em Macapá e sua educação. Videira, Piedade Lino. 2012. 399p. ISBN: 978-85-7282-536-8.
- 138. Conselho escolar:** processos, mobilização, formação e tecnologia. Francisco Herbert Lima Vasconcelos, Swamy de Paula Lima Soares, Cibelle Amorim Martins, Cefisa Maria Sabino Aguiar (Orgs.). 2013. 370p. ISBN: 978-85-7282-563-4.

- 139. Sindicalismo sem Marx:** a CUT como espelho. Jorge Luís de Oliveira. 2013. 570p. ISBN: 978-85-7282-572-6.
- 140. Catharina Moura e o Feminismo na Parahyba do Norte:** processos, mobilização, formação e tecnologia. Charliton José dos Santos Machado, Maria Lúcia da Silva Nunes e Márcia Cristiane Ferreira Mendes (Autores). 2013. 131p. ISBN: 978-85-7282-574-0.
- 141. Sequência Fedathi:** uma proposta pedagógica para o ensino de matemática e ciências. Francisco Edisom Eugenio de Sousa, Francisco Herbert Lima Vasconcelos, Hermínio Borges Neto, et al. (organizadores). 2013. 184p. ISBN: 978-85-7282-573-3.
- 142. Transdisciplinaridade na educação de jovens e adultos: colcha de retalhos** – conhecimento, emancipação e autoria. Ada Augusta Celestino Bezerra e Paula Tauana Santos. 2013. 109p. ISBN: 978-85-7282-476-7.
- 143. Pedagogia organizacional:** gestão, avaliação & práticas educacionais. Marcos Antonio Martins Lima e Gabrielle Silva Marinho (organizadores). 2013. 221p. ISBN: 978-85-7282-496-5.
- 144. Educação e formação de professores:** questões contemporâneas. Ada Augusta Celestino Bezerra e Marilene Batista da Cruz Nascimento (organizadoras). 2013. 368p. ISBN: 978-85-7282-576-4.
- 145. Configuração do trabalho docente a instrução primária em Sergipe no século XIX (1826-1889).** Simone Silveira Amorim. 2013. 331p. ISBN: 978-85-7282-575-7.
- 146. Dez anos da Lei Nº 10.639/03:** memórias e perspectivas. Regina de Fatima de Jesus, Mairce da Silva Araújo e Henrique Cunha Júnior (Orgs.). 2013. 366p. ISBN: 978-85-7282-577-1.
- 147. A História, Autores e Atores:** compreensão do mundo, educação e cidadania. Rui Martinho Rodrigues. 2013. 306p. ISBN: 978-85-7282-583-2.
- 148. Os intelectuais.** Rui Martinho Rodrigues. 2013. 164p. ISBN: 978-85-7282-581-8.
- 149. Dinamérico Soares do Nascimento:** uma história de poesia, paixão e dor. Charliton José dos Santos Machado, Eliel Ferreira Soares e Fabiana Sena (Autores). 2013. 76p. ISBN: 978-85-7282-580-1.
- 150. História e Memória da Educação no Ceará.** José Gerardo Vasconcelos, Lia Machado Fiuza Fialho, José Rogério Santana, Lourdes Rafaella Santos Florêncio, Rui Martinho Rodrigues, Dijane Maria Rocha Víctor e Stanley Braz de Oliveira (Orgs.). 2013. 218p. ISBN: 978-85-7282-591-7.
- 151. Pesquisas Biográficas na Educação.** José Gerardo Vasconcelos, José Rogério Santana, Lia Machado Fiuza Fialho, Dijane Maria Rocha Víctor, Antonio Roberto Xavier e Roberta Lúcia Santos de Oliveira (Orgs.). 2013. 299p. ISBN: 978-85-7282-578-8.

- 152. Vejo um museu de grandes novidades, o tempo não para...** Socio-poetizando o museu e musealizando a vida. Elane Carneiro de Albuquerque. 2013. 233p. ISBN: 978-85-7282-587-0.
- 153. A construção da tradição no Jongo da Serrinha:** uma etnografia visual do seu processo de espetacularização. Pedro Somonard. 2013. 225p. ISBN: 978-85-7282-588-7.
- 154. Medida socioeducativa de internação: educa?** Ercília Maria Braga de Olinda (Organizadora). 2013. 370p. ISBN: 978-85-7282-592-4.
- 155. Palavras e admirações.** Fernando Luiz Ximenes Rocha. 2013. 208p. ISBN: 978-85-7282-593-1.
- 156. Educação Ambiental e sustentabilidade IV.** Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (Organizadora). 2013. 564p. ISBN: 978-85-7282-596-2.
- 157. Educação Brasileira:** rumos e prumos. Francisco Ari de Andrade, Dijane Maria Rocha Víctor e Regina Cláudia Oliveira da Silva (Orgs.). 2013. 462p. ISBN: 978-85-7282-594-8.
- 158. Currículo:** diálogos possíveis. Alice Nayara dos Santos e Pedro Rogério (organizadores). 2013. 419p. ISBN: 978-85-7282-585-6.
- 159. Pesquisas educacionais biográficas.** Lia Machado Fiuza Fialho, Gildênia Moura de Araújo Almeida e Edilson Silva Castro (Orgs.). 2013. 166p. ISBN: 978-85-7282-600-6.
- 160. Hierópolis:** o sagrado, o profano e o urbano. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior, Jörn Seemann, Josier Ferreira da Silva, Christian Dennys Monteiro de Oliveira e Stanley Braz de Oliveira (Organizadores). 2013. 486p. ISBN: 978-85-7282-603-7.
- 161. Práticas educativas, exclusão e resistência.** José Gerardo Vasconcelos, Lia Machado Fiuza Fialho e Lourdes Rafaella Santos Florêncio (Organizadores). 2013. 166p. ISBN: 978-85-7282-601-3.
- 162. Cultura de paz, ética e espiritualidade IV.** Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (Organizadora). 2014. 520p. ISBN: 978-85-7282-602-0.
- 163. No ar, um poeta.** Henrique Beltrão. 2014. 361p. ISBN: 978-85-7282-615-0.
- 164. Cá e Acolá:** experiências e debates Multiculturais. Gledson Ribeiro de Oliveira, Jeannette Filomeno Pouchain Ramos e Bruno Okoudowa (Organizadores). 2014. 339p. ISBN: 978-85-7282-607-5.
- 165. Ensaio em memórias e oralidades.** Lia Machado Fiuza Fialho, Charliton José dos Santos Machado, Gildênia Moura de Araújo Almeida e José Rogério Santana (Organizadores). 2014. 183p. ISBN: 978-85-7282-610-5.
- 166. Pelos fios da memória.** Lia Machado Fiuza Fialho, Charliton José dos Santos Machado, Josier Ferreira da Silva e José Rogério Santana (Organizadores). 2013. 154p. ISBN: 978-85-7282-609-9.
- 167. Acessibilidade na UFC:** tessituras possíveis. Vanda Magalhães Leitão e Tania Vicente Viana (Organizadoras) 2014. 237p. ISBN: 978-85-7282-611-2.

168. **A política brasileira de mudanças climáticas:** competição, cooperação e diversidade institucional. Diego Freitas Rodrigues. 2014. 265p. Isbn: 978-85-7282-612-9.
169. **A letra e o discurso:** ensaios e perfis literários. Dimas Macedo. 2014. 173p. ISBN: 978-85-7282- 620-4.
170. **Políticas públicas de proteção aos direitos humanos:** educação e segurança pública. 2014. 360p. Verônica Teixeira Marques e Waldimeiry Correa da Silva (Organizadoras). Isbn: 978-85-7282-624-2.
171. **Filosofia, cultura e educação.** José Gerardo Vasconcelos, Bruna Germana Nunes Mota e Cristine Brandenburg (Organizadores). 2014. 299p. ISBN: 978-85-7282-619-8.
172. **Diálogos em avaliação educacional.** Raimundo Hélio Leite (Organizador). 2014. 311p. ISBN: 978-85-7282-630-3.
173. **Pobres e remediados na Terra do Sol:** um estudo a partir dos clássicos da literatura. Luís Távora Furtado Ribeiro. 2011. 485p. ISBN: 978-85-7282-569-6.
174. **Conselho escolar:** gestão e formação. Ana Cristina Barbosa, Francisco Herbert Lima Vasconcelos, Swany de Paula Lima Soares e Thomaz Edson Veloso da Silva (Organizadores). ISBN 978-85-7282-626-6.
175. **Práticas educativas digitais:** uma história, uma perspectiva. Cibelle Amorim Martins, José Rogério Santana e Lia Machado Fiuza Fialho (Autores). 2014. 211p. ISBN: 978-85-7282-637-2.
176. **Políticas públicas de educação:** concepções e pesquisas. Elione Maria Nogueira Diógenes. 2014. 171p. ISBN: 978-85-7282-635-8.
177. **Um estudo sobre a rede urbana da cidade do Recife.** Vinícius Albuquerque Fulgêncio. 2014. 119p. ISBN: 978-85-7282-621-1.
178. **Avaliação educacional:** referenciais diferenciados. Raimundo Hélio Leite (Organizador). 2014. 364p. ISBN: 978-85-7282-642-6.
179. **Educação musical no Brasil e no Mundo:** Reflexões e Ressonâncias. Marco Antonio Toledo Nascimento e Adeline Annelise Marie stervinou (Organizadores). 2014. 260p. ISBN: 978-85-7282-632-7.
180. **Espaços, natureza e resistências camponesas no Nordeste.** Cícero Nilton Moreira da Silva, Francisca Maria Teixeira Vasconcelos, Francisco Amaro Gomes de Alencar e José Levi Furtado Sampaio (Organizadores). 2014. 422p. ISBN: 978-85-7282-633-4.